

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2

Marianne Sousa Barbosa
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2

Marianne Sousa Barbosa
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Marianne Sousa Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2 / Organizadora Marianne Sousa Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2502-1 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.021240706 1. Ciências sociais. I. Barbosa, Marianne Sousa (Organizadora). II. Título. CDD 301
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A produção do conhecimento surge graças a nossa capacidade de pensar e racionalizar sobre a realidade ao nosso redor. Na Grécia Antiga, berço do conhecimento ocidental, os primeiros sábios produziram saberes com base em suas inquietações. Desde então, o ser humano tem produzido, cada vez mais, conhecimentos e saberes capazes de explicar os fenômenos pertencentes ao mundo a nossa volta. Por conseguinte, observamos que a produção do saber parte da necessidade de buscarmos respostas e explicações para algo que nos inquieta, algo que necessita de um olhar atento, metódico, científico.

Na coleção “As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2” nos deparamos com uma obra que tem como foco principal a discussão científica de temas diversos, distribuídos em seus 14 capítulos, por autores/as que se dedicaram a refletir e buscar respostas para os diversos fenômenos que representam a complexidade da vida social. Assim, nos deparamos com textos, pesquisas e relatos de experiência que transitam pelos vários caminhos das ciências sociais aplicadas.

O objetivo central da obra é compartilhar pesquisas desenvolvidas por estudiosos/as e pesquisadores/as vinculados/as a instituições nacionais e internacionais, que abordam diversos temas presentes na sociedade contemporânea, tais como: educação, inclusão, educação em saúde, empreendedorismo, desigualdades sociais, economias alternativas, desenvolvimento sustentável, extrativismo, direitos sociais, vulnerabilidade social de crianças e adolescentes em situação de rua, neurociência, mídias sociais e envelhecimento humano.

Neste sentido, cada capítulo surge de inquietações intelectuais e sociais, refletidas e interpretadas sob a ótica das ciências sociais aplicadas. Tais temas, diversos e interessantes, são, deste modo, discutidos nesta obra com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos os que se interessam por temas sociais relevantes e atuais.

Portanto, a presente coletânea, estruturada, organizada e publicada pela Atena Editora, empresa consolidada e respeitada pela divulgação do conhecimento científico, se configura como uma ferramenta valiosa de reflexão, produzida por professores/as e acadêmicos/as comprometidos com a produção e socialização do saber científico.

Marianne Sousa Barbosa

CAPÍTULO 1 1

A REALIDADE DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BRASIL: DESIGUALDADES REGIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS E SUAS IMPLICAÇÕES: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

José Moacir de Sousa Vieira

Mario Valério Filho

Rodolfo Moreda Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407061>

CAPÍTULO 2 11

AAA (ATIVIDADES ASSISTIDAS POR ANIMAIS) OU ZOOTERAPIA APLICADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PcD), CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E IDOSOS

Mariza Fordellone Rosa Cruz

Maria da Glória Néia de Oliveira Bassani

Suelen Vitoria Francelino

Anna Leticia Robles Garcia Alexandre

Isabella Celina Silvério Klempe

Isabela Rondão de Souza

Julia Beatriz Munis Bicudo

Leandra da Costa da Silva

Letícia Pinheiro Rodrigues

Maria Eduarda Firmino Lima

Maria Fernanda dos Santos

Yasmin Guimarães de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407062>

CAPÍTULO 325

ADAPTAÇÕES CURRICULARES E A QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Camila Brady Passos Busgaib

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407063>

CAPÍTULO 4 31

ADAPTAÇÕES DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO MÉDIO PARA ALUNOS DE INCLUSÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aliaska Pereira Aguiar

Renata Grazielle Morini-Albrecht

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407064>

CAPÍTULO 540

ECONOMIAS ALTERNATIVAS À MINERAÇÃO: ANALISANDO O CASO DE BRUMADINHO PÓS - TRAGÉDIA E AS POSSIBILIDADES EM TEMPOS PANDÊMICOS

Tânia Cristina Teixeira

David Ferreira Duarte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407065>

CAPÍTULO 656**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE, UM OLHAR SOCIAL SOBRE A SÍFILIS CONGÊNITA**

Kaio Henrique Marques Batista
 Nara Ramos Dourado
 Vanessa Castro Fonseca Coelho
 Karla Monique Fagundes Queiroz
 Maria Eduarda Borges Rodrigues
 Kênia Souto Moreira
 Lanuza Borges Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407066>

CAPÍTULO 7 61**INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO COM IMPLANTAÇÃO DE EMPRESA JÚNIOR NO CURSO DE GASTRONOMIA**

Maria Magalhães
 Valéria Saturnino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407067>

CAPÍTULO 867**LA INHALACIÓN DE TEROKAL Y EL DETERIORO SOCIAL DE LOS NIÑOS DE LA CALLE**

Clody Genaro Guillén Albán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407068>

CAPÍTULO 987**LOCALIZACIÓN Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA: UNA APLICACIÓN PARA BRASIL**

Cristian Orlando Avila Quiñones
 Cilene Reges Mendes
 Andrés Ricardo Riveros Tarazona
 Olga Liliheth Matallana Kuan
 Adriana Milena Tejedor Rodríguez
 Nilton Marques de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0212407069>

CAPÍTULO 10..... 103**NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO UMA PARCERIA QUE PODE DAR CERTO**

Janisse Medeiros Ferraz
 Vinicius Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.02124070610>

CAPÍTULO 11 111**O CLUBE FARROUPILHA E AS “FAKE HISTORIES”: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE AINDA INCIPIENTE**

Marcelo Noriega Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.02124070611>

CAPÍTULO 12.....	127
O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DOS TITULARES PREVISTOS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
Lucas Pacheco Vieira Adriano Farias Puerari	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02124070612	
CAPÍTULO 13.....	158
OS IMPACTO DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA	
Maria Rayanne Silva do Nascimento José Nacélio da Silva Ferreira Maryldes Lucena Bezerra de Oliveira Vinicius Alves de Figueiredo Jonas Vitor de Araújo Silva Madyanne Kelly silva de Lima Rafael da Silva Lima Ana Beatriz Rodrigues de Lima Maria Alyne Soares Felipe Íkaro Leite de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02124070613	
CAPÍTULO 14.....	168
SENESCÊNCIA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	
Rozemy Magda Vieira Gonçalves Elisete Maria Skibinski Stella Maris de Castro Anselmo Danuza Cristina Gatto Sandra Rosa de Castro Terezinha de Fátima Gorreis Rosa Helena Kreutz Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02124070614	
SOBRE A ORGANIZADORA	178
ÍNDICE REMISSIVO.....	179

CAPÍTULO 1

A REALIDADE DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BRASIL: DESIGUALDADES REGIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS E SUAS IMPLICAÇÕES: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

Data de aceite: 03/06/2024

José Moacir de Sousa Vieira

Engenheiro Civil, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

<https://orcid.org/0009-0006-7779-7216>

Mario Valério Filho

Doutor em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), São José dos Campos-SP.
<https://orcid.org/0000-0001-9268-8970>

Rodolfo Moreda Mendes

Doutor em Engenharia Geotécnica pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), São José dos Campos-SP.
<https://orcid.org/0000-0001-9268-8970>

em âmbito nacional. A situação ganha ainda mais impacto quando se considera que quase 100 milhões de cidadãos brasileiros estão privados do acesso à coleta de esgoto. Nesse contexto, fica evidente a notável disparidade entre os municípios do país, como é o caso de São José dos Campos-SP, que se destaca por apresentar índices positivos. Entretanto, apesar da gestão municipal enaltecer os bons resultados como algo extraordinário, parte da população local continua excluída desse benefício essencial. A pesquisa adotou uma abordagem dialética e um procedimento metodológico com base na estratégia da documentação indireta em fontes estatísticas provenientes de órgãos governamentais ligados ao setor de saneamento, buscando dados relacionados aos índices de coleta e tratamento de esgoto. Os resultados obtidos evidenciaram a complexidade associada à universalização desses serviços, o que acaba perpetuando a desigualdade e a exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: serviços de esgotamento sanitário, índices de coleta e tratamento de esgoto, universalização.

RESUMO: O propósito deste artigo é fornecer uma avaliação atualizada sobre a prestação dos serviços de esgotamento sanitário no Brasil, evidenciando a grande desigualdade do acesso a esses serviços

ABSTRACT: The purpose of this article is to provide an updated assessment of the provision of sanitation services in Brazil, highlighting the significant inequality in access to these services nationwide. The situation becomes even more impactful when considering that nearly 100 million Brazilian citizens are deprived of access to sewage collection. In this context, the notable disparity among the country's municipalities becomes evident, as is the case with São José dos Campos-SP, which stands out for its positive indices. However, despite the municipal management praising these good results as extraordinary, part of the local population remains excluded from this essential benefit. The research adopted a dialectical approach and a methodological procedure based on the strategy of indirect documentation from statistical sources from government agencies linked to the sanitation sector, seeking data related to the indices of sewage collection and treatment. The results demonstrated the complexity associated with the universalization of these services, which continues to perpetuate inequality and exclusion.

KEYWORDS: sanitation services, sewage collection and treatment indices, universalization.

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, a dinâmica da urbanização revela uma preocupante realidade, onde a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário se torna uma manifestação inquietante. Essa dinâmica é caracterizada pela predominância de um mercado imobiliário que replica o ambiente urbano de acordo com um padrão de acumulação capitalista. Esse processo resulta no deslocamento de uma parcela considerável da população para regiões periféricas das cidades, encostas de morros e margens de córregos e ribeirões, culminando em uma crise habitacional e condições precárias de moradia, onde grupos em situação de vulnerabilidade são submetidos a espaços desprovidos de infraestrutura urbana adequada ou até mesmo completamente ausente, como é o caso dos serviços de esgotamento sanitário (MARICATO, 2012).

Contudo, dentre as múltiplas adversidades resultantes dessa configuração urbana, onde uma parcela da sociedade é deliberadamente marginalizada, é possível argumentar que uma das dimensões mais alarmantes emerge no “setor do saneamento” (MARICATO, 2021a, p. 39). A despeito de avanços pontuais no setor de saneamento básico, persistem lacunas críticas e disparidades notáveis nesse domínio, refletindo a persistência de uma estrutura desigual e inadequada.

A falta apropriada do serviço de esgotamento sanitário por parte das autoridades públicas acarreta consideráveis desafios e privações, especialmente para as classes menos privilegiadas, muitas vezes relegadas a assentamentos precários. Isso resulta em desconforto, além de sérias repercussões tanto na qualidade de vida quanto na saúde desses grupos (VIEIRA, 2023). Tal situação realça a urgência de um planejamento urbano inclusivo que reconheça e leve em consideração específicos detalhes e sutilezas. É essencial que o compromisso ético e a legitimidade política sejam integrados ao contexto atual. A negligência na prestação adequada de serviços de esgotamento sanitário não

somente colabora com a desigualdade social, mas mina os princípios fundamentais de saúde pública e bem-estar coletivo que deveriam ser as bases de uma sociedade civilizada e igualitária (NEVES-SILVA; HELLER, 2016).

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem dialética, com o objetivo crítico de analisar as consideráveis disparidades nos níveis de atendimento em coleta e tratamento de esgoto no Brasil, apresentando sua complexidade. Emprega-se uma abordagem metodológica que utiliza a estratégia da documentação indireta, por meio de pesquisa documental em fontes estatísticas originadas de órgãos governamentais associados ao setor de saneamento. Foi utilizado como fonte de pesquisa o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), administrado pela Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Essa abordagem tem como propósito crítico a coleta de dados relacionados aos índices de coleta e tratamento de esgoto em nível nacional (MARCONI; LAKATOS, 2003). Partindo da questão de pesquisa: Qual é o impacto das desigualdades regionais, estaduais e municipais no acesso aos serviços de esgotamento sanitário no Brasil, e como essas disparidades afetam especificamente a qualidade em São José dos Campos-SP?

DESIGUALDADE NOS ÍNDICES DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NO BRASIL

O Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgotos com foco na Gestão Técnica de Esgoto revela que, no ano de 2020, o índice de atendimento total em relação à coleta de esgotos atingiu 55,8% da população total brasileira. No entanto, é importante observar que cerca de 100 milhões de habitantes ainda não têm acesso aos serviços de esgotamento sanitário por meio de redes coletoras públicas. Além de evidenciar profundas desigualdades entre diferentes regiões do Brasil, ao compararmos os índices específicos de coleta de esgoto em variadas regiões, um exemplo chocante dessa crueldade desigual é perceptível: enquanto a região Norte registra um índice de coleta de meros 14,0%, a região Sudeste ostenta uma taxa significativamente superior, com 81,7% (Figura 1). Isso reforça a urgente necessidade de abordar essas deficiências para garantir um acesso mais amplo e eficiente aos serviços essenciais de esgotamento sanitário em todo o país (MDR, 2022).

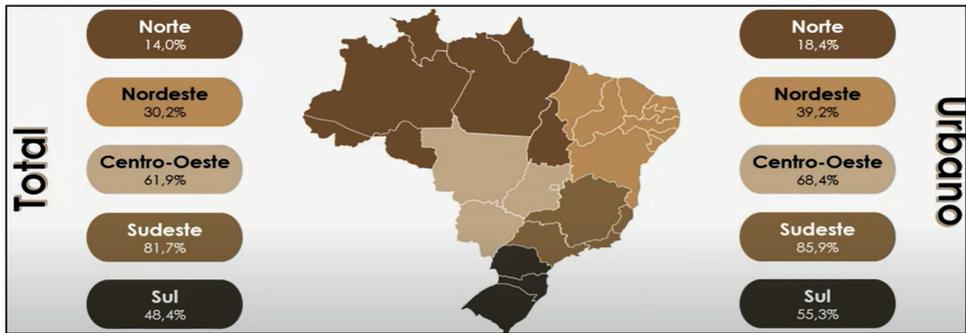


Figura 1: Índice de Atendimento de Esgoto com rede geral por região.

Fonte: Adaptado de MDR (2022).

No que tange aos Estados, torna-se evidente uma acentuada desigualdade nos índices de coleta de esgoto. Apenas São Paulo (93,5%) e o Distrito Federal (90,9%) conseguem ultrapassar a marca de 90%. Por outro lado, a presença de índices de coleta de esgoto inferiores a 20% está concentrada na região Norte, especificamente nos seguintes estados: Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Amapá e Maranhão. Isso evidencia uma realidade preocupante de desigualdade e negligência em relação aos serviços essenciais de saneamento básico, particularmente nessas regiões mais vulneráveis, como pode-se ver na Figura 2 (MDR, 2022).

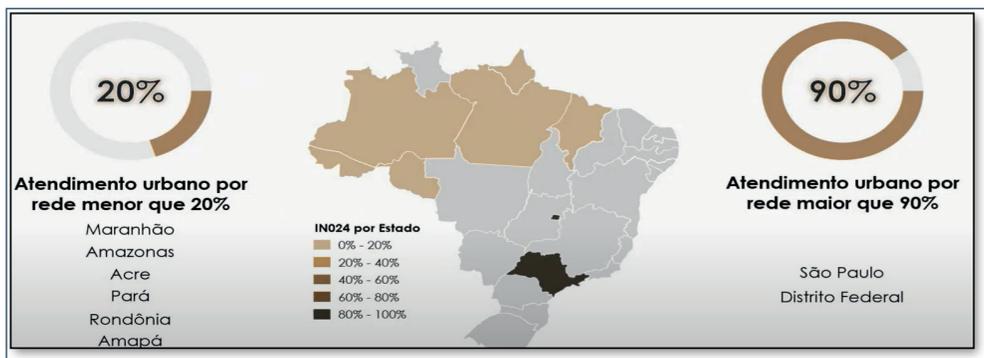


Figura 2: Índice de Atendimento de Esgoto em comparação entre estados.

Fonte: Adaptado de MDR (2022).

Na realidade vigente no Brasil, de acordo com o diagnóstico do SNIS referente ao ano de 2020, constata-se que o índice de tratamento de esgotos nos municípios atinge 79,8%, considerando o volume global de esgotos coletados. No entanto, o índice de tratamento em relação aos esgotos gerados, calculado com base na proporção entre os volumes tratados utilizando o consumo de água como referência, apresenta uma redução para

50,8%. Essa divergência aponta para questões importantes no panorama do tratamento efetivo dos esgotos. A análise lança luz sobre uma situação que demanda uma avaliação crítica e intervenções efetivas para aprimorar a gestão e eficácia desses serviços. A Figura 3 apresenta uma representação visual dos índices de cobertura urbana no tratamento de esgotos em relação ao volume total coletado, por região do ano de 2020 (MDR, 2022).

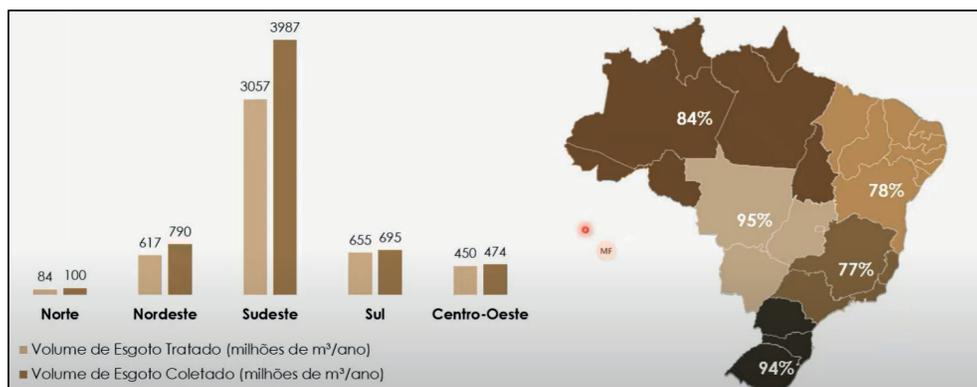


Figura 3: Índice de Tratamento de Esgoto por região.

Fonte: Adaptado de MDR (2022).

Ao comparar as capitais, um contraste notável se evidencia entre São Paulo e Curitiba, com índices acima de 90%, em relação às capitais da região Norte. No entanto, surge uma constatação preocupante: Belém/PA, Macapá/AP e Porto Velho/RO apresentam índices de atendimento inferiores a 20%, sendo que Porto Velho apresenta o menor índice de atendimento no país, com uma taxa de apenas 6,4% (MDR, 2022).

No que diz respeito aos índices de atendimento de esgoto urbano por município, temos percentuais superiores a 80% em 1.568 localidades, equivalendo a 33,1% dos 4.744 municípios que participaram do levantamento conduzido pelo SNIS. Em contrapartida, outros 1.239 municípios, representando 26,1% do total, apresentam índices de atendimento inferiores a 80%, distribuindo-se em diversas categorias. A análise revela que a maioria significativa dos municípios com índices acima de 80% está localizada na região Sudeste, enquanto que os que possuem índices inferiores a 20% concentram-se predominantemente na região Norte (Fig. 4).

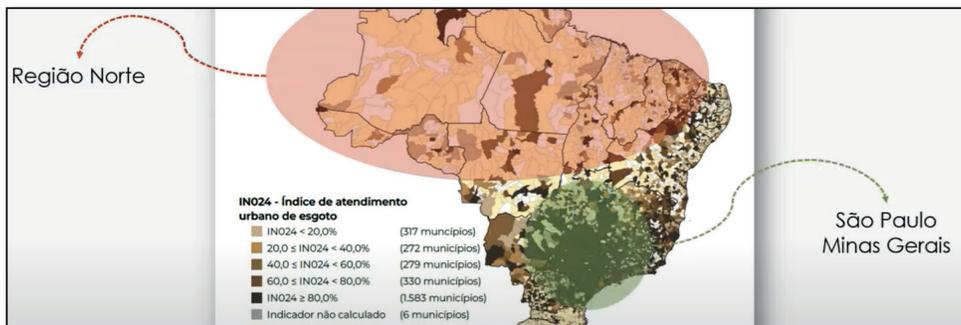


Figura 4: Comparação do Índice de Atendimento de Esgoto entre municípios.

Fonte: Adaptado de MDR (2022).

Destaca-se que há 736 municípios com índice de atendimento urbano de esgoto igual a 100%, correspondendo a 15,5% do total de municípios analisados pelo SNIS. Esses municípios abrigam 9,3% da população urbana residente na amostra. Isso indica que aproximadamente 9,3% da população urbana do país reside em municípios onde os serviços de coleta de esgoto sanitário estão universalizados, dentre eles está o município de São José dos Campos (MDR, 2022).

Situado entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, São José dos Campos possui uma população estimada em 697.428 pessoas (IBGE, 2022). Essa cidade é atravessada por importantes estradas, destacando-se a Rodovia Federal Presidente Dutra, BR-116, que conecta, as duas maiores cidades do Brasil; Rio de Janeiro e São Paulo. Além de ser reconhecida por sua vocação tecnológica e inovadora, evidenciada nos setores aeroespacial, automobilístico e bélico, SJC recebeu recentemente a certificação como a primeira “Cidade Inteligente” do Brasil (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2022). Notavelmente, o município também se destaca por apresentar bons índices de serviços de esgotamento sanitário (Fig. 5) (MDR, 2022).

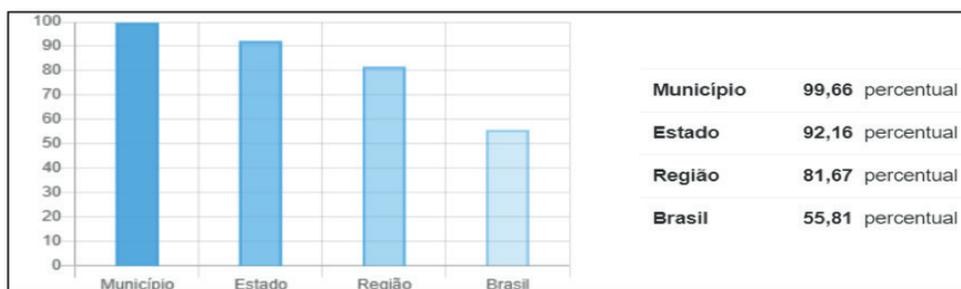


Figura 5: Índice de Atendimento de Esgoto em São José dos Campos

Fonte: Adaptado de MDR (2022).

PARADOXO ENTRE OS ALTOS ÍNDICES DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

Apesar dos indicadores positivos nos serviços de esgotamento sanitário, São José dos Campos revela uma realidade crítica. De acordo com informações da Secretaria de Regularização Fundiária, no período de 2013 a 2016, foi constatada a presença de aproximadamente 112 loteamentos irregulares na cidade, onde residiam cerca de 70.000 pessoas em condições precárias (RESCHILIAN; AMARAL; MACIEL, 2020). Diversos desses assentamentos carecem de sistemas adequados de esgotamento sanitário. Como exemplo, destaca-se três: Sapê, Rio Comprido e Jardim Nova Esperança, sendo este último um dos mais antigos da cidade, com histórico de ocupação irregular ao longo de aproximadamente 100 anos, e que ainda não dispõe de serviços de esgotamento sanitário. Essa situação revela uma dissonância preocupante entre os bons índices gerais e a realidade enfrentada por parte da população, evidenciando uma necessidade de medidas efetivas para abordar essa questão complexa (SOUZA, 2021).

São José dos Campos destaca-se por possuir um dos mais altos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, sendo reconhecida como uma das cidades mais bem avaliadas além de ser sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). A gestão municipal baseia-se em estratégias de marketing urbano que enfatizam a cidade como um centro tecnológico, inteligente e eficiente, promovendo uma alta qualidade de vida e garantindo os direitos dos cidadãos. Essa abordagem tem como objetivo moldar uma identidade urbana alinhada com os princípios da produção neoliberal do espaço urbano. No entanto, apesar do quadro de prosperidade frequentemente divulgado, evidencia-se a presença de desigualdade e exclusão no acesso aos serviços de saneamento básico para minorias (FORTI, 2021).

Diante da questão de pesquisa levantada inicialmente neste artigo, observa-se que no Brasil o acesso aos serviços de esgotamento sanitário demonstra uma disparidade preocupante. Tal situação não apenas reflete, mas também intensifica as desigualdades sociais já presentes no país. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), enquanto regiões como o Sudeste alcançam índices de cobertura de esgoto superiores a 80%, o Norte do país mostra realidades drasticamente diferentes, com índices tão baixos quanto 14%. Esta desigualdade manifesta-se claramente em diferenças significativas na qualidade de vida das populações. Em áreas onde o acesso aos serviços de esgotamento sanitário é limitado ou inexistente, os moradores enfrentam não apenas riscos à saúde decorrentes da exposição a condições insalubres, mas também uma diminuição geral do bem-estar e dignidade humana.

Especificamente em São José dos Campos-SP, a situação é paradoxal. A cidade, que figura entre as mais desenvolvidas do Brasil, apresenta altos índices de atendimento de esgoto sanitário, ultrapassando 90% de cobertura. No entanto, essa média alta mascara

a realidade de segmentos da população que vivem em condições precárias. De acordo com um estudo da Secretaria de Regularização Fundiária local, diversos loteamentos irregulares não são contemplados pelos serviços de saneamento adequados. Essa situação resulta em uma qualidade de vida comprometida para cerca de 70.000 pessoas, revelando uma face de exclusão e desigualdade que contrasta fortemente com a imagem de eficiência e modernidade promovida pela cidade.

O desafio enfrentado por São José dos Campos reflete uma necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e eficazes em todo o país. A universalização do acesso ao esgotamento sanitário é fundamental para garantir a saúde pública e a igualdade social. As políticas devem ser desenhadas para ir além dos avanços tecnológicos e do crescimento econômico, abordando as raízes profundas das desigualdades sociais que se manifestam no acesso diferenciado aos serviços básicos. A melhoria contínua da infraestrutura de saneamento em São José dos Campos, e em outras cidades com desafios semelhantes, deve ser uma prioridade, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de sua situação econômica ou localização geográfica, possam desfrutar de um padrão básico de vida digno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, torna-se evidente que as desigualdades nos serviços de esgotamento sanitário no Brasil são reflexo de uma problemática complexa e multifacetada. A pesquisa revela que, apesar da evolução registrada em determinadas regiões, estados e municípios, como é o caso de São José dos Campos, ainda persiste uma lacuna significativa na universalização desses serviços essenciais, o que resulta em exclusão e privação para milhões de brasileiros.

Através de uma argumentação dialética relacionada aos índices levantados, buscou-se compreender a necessidade de uma mudança qualitativa e a interpretação das contradições nas desigualdades na prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário. Este estudo evidenciou as profundas disparidades nos índices de coleta e tratamento de esgoto no Brasil. O contraste entre as diferentes regiões do país e entre os municípios revela uma realidade preocupante, na qual a falta de acesso a serviços adequados de saneamento básico perpetua através da desigualdade social. A presença de índices alarmantemente baixos em algumas áreas, especialmente no Norte do Brasil, contrasta com índices mais elevados em regiões como o Sudeste, reforçando a urgente necessidade de intervenções direcionadas para garantir a equidade no acesso a esses serviços.

Este estudo lança luz sobre a premente necessidade de políticas públicas sensíveis e éticas que transcendam meramente o avanço tecnológico e a busca pela prosperidade econômica. Tais políticas devem abraçar a missão vital de salvaguardar os direitos de cada

cidadão. A lacuna no acesso ao saneamento básico não apenas projeta sua sombra sobre a saúde e o bem-estar das populações marginalizadas, mas também mina os fundamentos da igualdade e justiça que devem ser os pilares da sociedade. Nesse complexo tecido social, onde o esplendor dos arcos da Ponte Estaiada Juana Blanco e os jatos sofisticados da Embraer ecoam na cidade tecnológica e inteligente de São José dos Campos não se pode esquecer de incluir na sinfonia do progresso as velas esquecidas, onde o esgoto flui a céu aberto nos bairros Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido. Urge que o compasso da mudança ressoe em harmonia, não meramente como uma melodia que acaricia os ouvidos das elites, mas como o eco de esperança que alcança a todos, sem exceção.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

FORTI, Marina Cyrino. **O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos Campos - SP**. 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, São José dos Campos - SP, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br//dados//00005c/00005c79.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. SNIS. **Diagnóstico Temático: Gestão Técnica de Esgoto** (ano de referência 2020) publicado em agosto de 2022. Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/diagnosticos_snis. Acesso em: 16 ago. 2023.

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. SNIS. **Painel de Saneamento, Painel de Indicadores 2021**. Brasília. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-esgoto/. Acesso em: 16 ago. 2023.

NEVES-SILVA, Priscila; HELLER, Léo. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 21, p. 1861-1870, 2016.

RESCHILIAN, Paulo Romano; SILVA, Fabiana Félix do Amaral; MACIEL, Lidian Maria. Dinâmicas socioterritoriais urbanas em assentamentos precários: um estudo de caso - São José dos Campos – SP. **XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, SÃO PAULO-LISBOA, 2020**. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.

SOUZA, Jairo Salvador de. **Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século XXI**. São José dos Campos, 2021. 674 f. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, São José dos Campos - SP, 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2022/marco/16/sao-jose-e-certificada-a-primeira-cidade-inteligente-do-brasil/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

VIEIRA, José Moacir de Sousa. **Desafios da universalização dos serviços de esgotamento sanitário nos assentamentos precários de São José dos Campos-SP**. 2023. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023.

CAPÍTULO 2

AAA (ATIVIDADES ASSISTIDAS POR ANIMAIS) OU ZOOTERAPIA APLICADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCD), CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E IDOSOS

Data de aceite: 03/06/2024

Mariza Fordellone Rosa Cruz

Universidade Estadual do Norte do
Paraná UENP
Bandeirantes / PR
<http://lattes.cnpq.br/5308615937693528>

Maria da Glória Néia de Oliveira Bassani

Universidade Estadual do Norte do
Paraná - UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4913365113233282>

Suelen Vitoria Francelino

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0551010252313406>

Anna Leticia Robles Garcia Alexandre

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6332484606544911>

Isabella Celina Silvério Klempe

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7333993487090449>

Isabela Rondão de Souza

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5497095047471583>

Julia Beatriz Munis Bicudo

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<https://lattes.cnpq.br/5926577448079874>

Leandra da Costa da Silva

Universidade Estadual do Norte do Paraná
UENP, Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6383451407986169>

Letícia Pinheiro Rodrigues

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8557353880739416>

Maria Eduarda Firmino Lima

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0571948503474429>

Maria Fernanda dos Santos

Universidade Estadual do Norte do Paraná
UENP, Bandeirantes / Paraná
<https://lattes.cnpq.br/8385945886078856>

Yasmin Guimarães de Lima

Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP
Bandeirantes / Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9725655389066984>

RESUMO: Atividades Assistidas por Animais (AAA), podem ser definidas como ações de recreação, distração e entretenimento em geral, que tem a função de melhorar a qualidade de vida em qualquer indivíduo, sem um objetivo terapêutico direcionado e sem uma análise prévia do atendido. Sabe-se que o convívio com animais de companhia resulta na redução da solidão e do estresse, no combate à depressão, além de auxiliar no desenvolvimento da competência social, empatia e cooperação. A interação entre cães e idosos resulta em benefícios nos aspectos físico (incremento da mobilidade e estabilização da pressão arterial), mental (estímulo da memória), social (maior comunicação e convivência, troca de informações, sentimento de segurança e motivação) e emocional (melhora da atenção, aumento da espontaneidade, alegria, troca de afeto e diminuição da solidão e da ansiedade). Este trabalho relata as experiências do programa de extensão da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP – CLM), denominado Atividades Assistidas por Animais (AAA), ou Zooterapia, realizado entre novembro de 2022 e novembro de 2023. O projeto atendeu o Lar de Idosos São Vicente de Paula, o Lar das Crianças Dr. Bezerra de Menezes e a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) na cidade de Bandeirantes/PR. Durante as sessões, foram observados diversos benefícios da zooterapia, comprovados por estudos anteriores, incluindo melhorias no bem-estar, na socialização e na comunicação. O trabalho também visa citar as principais espécies utilizadas como animais terapeutas, discutindo suas vantagens, desvantagens, recomendações e a adaptação desses animais às atividades experimentadas durante o projeto.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental; socialização; bem-estar; animais; medicina-veterinária.

AAA (ANIMAL ASSISTED ACTIVITIES) OR ZOOTHERAPY APPLIED TO PEOPLE WITH DISABILITIES (PWD), CHILDREN IN SOCIAL VULNERABILITY AND THE ELDERLY

ABSTRACT: Animal-Assisted Activities (AAA) can be defined as recreation, distraction and entertainment in general, whose function is to improve the quality of life of any individual, without a targeted therapeutic objective and without prior analysis of the person being assisted. Companionship with pets is known to reduce loneliness and stress, combat depression and help develop social competence, empathy and cooperation. Interaction between dogs and the elderly results in physical benefits (increased mobility and stabilization of blood pressure), mental benefits (memory stimulation), social benefits (increased communication and interaction, exchange of information, feeling of security and motivation) and emotional benefits (improved attention, increased spontaneity, joy, exchange of affection and reduced loneliness and anxiety). This paper reports on the experiences of the extension program of zooterapia at the State University of Northern Paraná (UENP - CLM), called Animal Assisted Activities (AAA), or zooterapia, carried out between November 2022 and November 2023. The project served the São Vicente de Paula Home for the Elderly, the Dr. Bezerra de Menezes Children's Home and the Association of Exceptional Parents and Friends (APAE) in the city of Bandeirantes/PR. During the sessions, several benefits of zooterapia were observed, proven by previous studies, including improvements in well-being, socialization and communication. The work also aims to mention the main species used as therapy animals, discussing their advantages, disadvantages, recommendations and the adaptation of these animals to the activities tried out during the project.

KEYWORDS: mental health; socialization; well-being; animals; veterinary medicine.

INTRODUÇÃO

Apesar de as atividades e a terapia assistidas por animais (AAA e AAT) não serem tipos comuns de tratamentos complementares, usados em pessoas com condições crônicas, foram investigadas e consideradas valiosas em vários contextos, tais como hospitalares, terapêuticos, educacionais e de moradia assistida, particularmente entre crianças e idosos. Isso não é surpreendente diante dos efeitos notáveis da interação com animais no desenvolvimento social das crianças. Além disso, demonstrou-se que a AAT ajuda a reduzir o medo e diminuir a pressão sanguínea sistólica nas crianças hospitalizadas, mais do que a interação humana, revelando seus potenciais efeitos fisiológicos (Reed ; Ferrer; Villegas , 2012).

O primeiro relato da participação de animais em situações terapêuticas, na sociedade ocidental contemporânea, remonta ao final do século XVIII, na Inglaterra. O Retiro de York, um tipo de instituição psiquiátrica, mantinha animais em seus pátios arborizados nos quais os pacientes passeavam e tinham contato direto com aqueles (Especial, 2006).

Qualquer ser humano tem seu bem-estar melhorado depois de ter um pouco de contato com algum animal, porém alguns são especialmente indicados para zooterapia, como pacientes com alterações motoras, psicológicas, sensoriais, de postura e de personalidade (Dotti , 2005)

Foi reconhecido que não apenas o estado do paciente deve ser considerado, mas também o bem-estar do próprio animal e sua participação como coterapeuta, requerendo acompanhamento para evitar situações estressantes ou arriscadas durante o convívio com os seres humanos

A espécie animal mais comumente empregada na zooterapia é o cão, seguido pelos equinos. No entanto, é essencial ressaltar que qualquer animal pode ser um excelente terapeuta, desde que atenda a certos critérios, como estar saudável, vacinado, ser sociável, dócil, não se assustar com carinhos ou contato físico, estar limpo, entre outros requisitos (Oliveira, Pucci 2021)..

As Atividades Assistidas por animais ou Zooterapia, têm inovado o modelo educacional do Curso de Medicina Veterinária, proporcionando aos estudantes conhecimentos sobre a importância da relação homem-animal, noções de ética, cidadania, educação humanitária, guarda responsável e bem-estar animal, contribuindo assim, para a formação de cidadãos com responsabilidade para com o meio ambiente e respeito a todas as formas de vida (Martins et al., 2008).

O objetivo deste programa de zooterapia é melhorar a qualidade de vida das pessoas atendidas, propiciar o convívio com os animais para promover socialização, redução da solidão e do estresse, ajudar no combate à depressão, além de auxiliar no desenvolvimento de aprendizados, empatia e socialização dos participantes.

METODOLOGIA

Este programa de zooterapia foi desenvolvido por uma equipe de professores e alunos da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Este trabalho relata as experiências do programa de extensão da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP – CLM), denominado Atividades Assistidas por Animais (AAA) aplicados a PcD, crianças e idosos, realizado entre novembro de 2022 e novembro de 2023. O projeto atendeu o Lar de Idosos São Vicente de Paula com idosos (entre 55 e 93 anos), o Lar das Crianças Dr. Bezerra de Menezes abrangendo o público infantil em estado de vulnerabilidade (idade entre 1 ano e 8 meses e 12 anos) e a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) para pessoas com deficiência (com idade entre 1 e 40 anos) na cidade de Bandeirantes/PR. Foram atendidos no lar de idosos 60 pessoas, no lar das crianças 15 crianças, e na APAE em torno de 80 pessoas.

As visitas foram realizadas semanalmente, levando um animal higienizado e vacinado, com o qual, sob supervisão da equipe de Zooterapia, as pessoas puderam interagir, fazer carinho e, dependendo da espécie, segurar no colo. No lar das crianças, ainda houve a possibilidade de deixar o animal solto durante a visita, pois havia um espaço fechado adequado para isso; em muitas ocasiões, isso resultou em menor estresse para o animal.

As interações entre as pessoas e os animais foram registradas em cada sessão, observando se houve interesse em interagir com o animal e se o paciente aparentou alegria com a visita. Em relação ao comportamento do animal, foram feitas observações sobre se ele permaneceu calmo, ficou agitado ou mostrou agressividade, entre outras características.

No início das visitas foram confeccionados banners explicativos acerca dos grupos animais (roedores, selvagens, cães e gatos, herbívoros, aves, peixes e répteis) para ensinar às crianças um pouco sobre eles, incluindo sua alimentação, hábitos e comportamentos. Além disso, visava-se iniciar o vínculo da equipe de zooterapia com as pessoas atendidas pelo projeto.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram utilizadas diversas espécies animais, incluindo gatos (adultos e filhotes), cães (Border Collie e Yorkshire), coelhos, porquinhos-da-índia, ratos Twister, hamsters, tartarugas d'água, cágados, jabutis e cordeiros. No total, foram 12 animais diferentes, sendo que alguns foram repetidos ao longo do ano.

Ao longo das visitas, foram feitas postagens no Instagram do projeto (projeto_zooterapiauenp), contendo materiais explicativos sobre zooterapia e fotos das visitas, com o intuito de divulgar e promover o conhecimento sobre o projeto para a população em geral.

RESULTADOS

Durante o desenvolvimento do projeto, foram utilizadas diversas espécies animais, incluindo gatos (adultos e filhotes), cães (Border Collie e Yorkshire), coelhos, porquinhos-da-índia, ratos Twister, hamsters, tartarugas d'água, cágados, jabutis e cordeiros. Essa diversidade proporcionou uma experiência enriquecedora e abrangente para as crianças, adultos e idosos envolvidas no programa.

ANIMAIS UTILIZADOS

CÃES – Raça Border Collie e Raça Yorkshire

CÃO – Raça Border Collie

Os cães são a espécie mais utilizada na zooterapia, pois são os animais de convívio mais antigo com os seres humanos. A grande maioria das pessoas tem um grande afeto por eles, e são facilmente adestrados. As crianças gostaram muito do Border Collie e brincaram bastante com ele. Com os idosos, todos o acharam o lindo e fizeram bastante carinho.

Na APAE, as crianças ficaram encantadas e todas estavam muito empolgadas para acariciar e brincar com o cão. Os cães ajudam a fortalecer os vínculos entre os funcionários e os beneficiados das instituições, pois através deles pode-se conquistar a confiança e a comunicação.

CÃO – Raça Yorkshire

As crianças ficaram encantadas pelo animal por ser muito pequeno e peludo. Elas brincaram bastante e fizeram muito carinho nele. Os idosos também acharam o animal lindo, e a grande maioria passou a mão nele. Na APAE, as pessoas também gostaram muito e todos brincaram com o cão. Apesar de muito agitado, é uma ótima raça para zooterapia por ser pequeno e dócil.



Figura 1: Visita com o Border Collie no Lar das Crianças.

Fonte: BASSANI, 2023.



Figuras 2: Idoso interagindo com o cão Yorkshire

Fonte: BASSANI, 2023.



Figuras 3: Visita com Border Collie na APAE.

Fonte: BASSANI, 2023.



Figura 4: Visita com o Yorkshire Lar das Crianças.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

Jabuti

Jabutis e outros répteis, como lagartos e jiboias, são animais de sangue frio, cobertos por escamas, proporcionando uma sensação tátil completamente diferente dos animais peludos. Eles são dóceis e não invasivos, possuindo um grande poder calmante e relaxante. A maioria das crianças do lar não demonstrou medo do réptil; ao contrário, colocaram suas mãos imediatamente para fazer carinho, mesmo sendo um animal diferente que nunca haviam visto antes. Com o tempo, aprenderam que ele não representa perigo.

As crianças demonstraram grande interesse pelo animal, observando-o por longos períodos. Quando questionadas, afirmaram terem gostado muito da visita e do jabuti. Entre os idosos, a maioria também interagiu de forma positiva, mostrando-se curiosos e alegres, e fazendo diversas perguntas sobre o animal.

O jabuti é um animal de fácil contenção, apesar de ser pesado. Durante a interação, não demonstrou sinais de estresse.

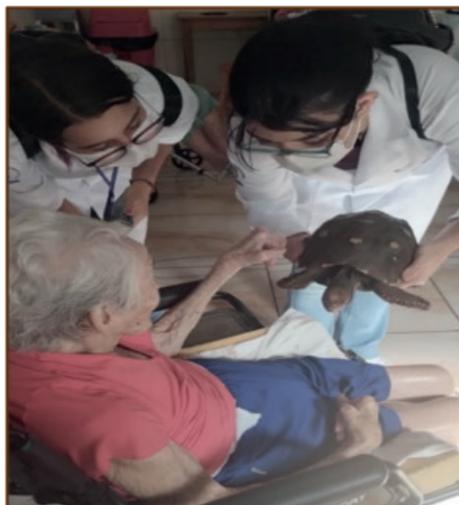


Figura 7 e 8: Idosos interagindo com o jabuti.

Fonte: FRANCELENO, 2023;

Tartaruga tigre d'água

foi um dos animais que as crianças mais gostaram, o que não era esperado. Elas seguraram na mão, observaram o animal nadar e andar por muito tempo e demonstraram muita alegria. Os idosos também se interessaram bastante, acharam suas cores lindas e não demonstraram medo. Essa espécie de réptil é recomendada, pois não apresenta riscos, é de fácil contenção, leve e seu toque gelado proporciona uma sensação tátil bem diferente dos mamíferos.



Figura 9 e 10: Crianças na APAE interagindo com o tigre d'água

Fonte: BASSANI, 2023.

Porquinho da índia

As pessoas, principalmente as crianças, geralmente se sentem atraídas pelo aspecto dócil e delicado dos pequenos roedores, como os hamsters e porquinhos-da-índia. As crianças demonstraram um grande interesse pelo porquinho-da-índia. Um menino que inicialmente parecia ser reservado e aparentava não gostar das visitas ficou encantado com o porquinho-da-índia, querendo ficar com ele no colo o tempo todo.

No lar de idosos, todos gostaram da visita dos animais, exceto um, que optou por não interagir. Na APAE, as pessoas demonstraram grande apreço pelos animais, alguns pegaram-nos nas mãos, estimulando assim a coordenação motora e o cuidado.

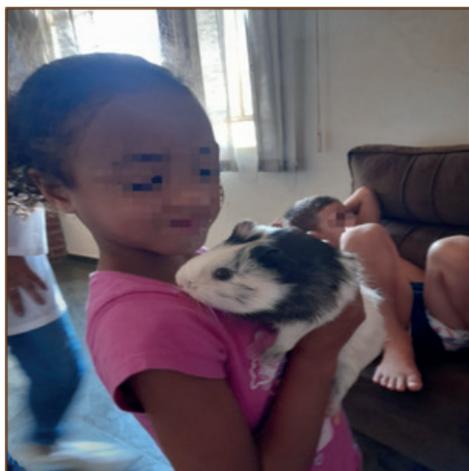


Figura 11 e 12: Crianças brincando e segurando o porquinho da Índia nas mãos.



Figura 13: idosa interagindo com o porquinho da Índia

Fonte: Bassani, 2023.



Figura 14: Criança na APAE interagindo com o porquinho da Índia

Fonte: Bassani, 2023.

Hamster

Levado ao lar das crianças, estas gostaram muito; porém, o animal é muito pequeno e agitado, o que dificultou bastante a sua contenção. Sendo assim, a visita deu certo porque havia poucas crianças e o animal ficou em cima de um sofá, limitando seus movimentos para facilitar o contato com as crianças.

Rato twister

Foi levado ao lar de idosos, e surpreendeu muito o fato de que todos os idosos gostaram e fizeram carinho e/ou seguraram no colo. Imaginávamos que a maioria teria medo e preconceito por se parecer com um rato de rua, mas não foi o caso. Pode-se observar que, desde que se saiba que o animal seja calmo como o rato twister, essa espécie é uma boa opção para zooterapia, pois é pequena, de fácil manipulação e muito diferente do convencional.



Figuras 15 e 16: idosas segurando o rato Twister e demonstrando alegria.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

Coelho

É um animal gracioso, agradável e dócil, que geralmente gosta de permanecer no colo, tornando-se uma ótima opção para a zooterapia. As crianças do lar já haviam solicitado que gostariam de ver um coelho, então ficaram muito contentes com a visita; todas queriam segurá-lo no colo, brincar e observá-lo pular. No lar de idoso, todos os idosos gostaram muito também, o acharam lindo e interagiram, uma das idosas, que nunca interagiu com os animais porque dizia não gostar, fez carinho no coelho, sendo a única espécie com a qual ela interagiu durante o projeto.

Na APAE, ele foi uma excelente escolha, pois as pessoas se interessaram muito por seus pelos longos e ficaram muito contentes. No entanto, é crucial estar atento aos sinais de desconforto do animal, pois os coelhos se estressam facilmente, o que pode prejudicar sua saúde.



Figura 17: coelho contido e idosa interagindo.

Fonte: Bassani, 2023.



Figura 18: Criança segurando o coelho.

Fonte: Francelino, 2023.

Gato adulto

A zooterapia com gatos demonstra grande eficácia, principalmente no tratamento de estresse e socialização de pessoas da terceira idade, pois é um animal muito querido em sua maioria. Em um estudo publicado na revista *Frontiers of Psychology*, pesquisadores concluíram que os felinos, devido ao impacto que possuem sobre nossos níveis de ocitocina, são capazes de reduzir a agressividade, aumentar a empatia, aprimorar a aprendizagem e concentração, além de produzir um aumento de confiabilidade em outras pessoas

No asilo, os idosos gostaram bastante do animal e quiseram fazer muito carinho, porém o animal se apresentou muito estressado e assustado, tentando fugir da contenção das alunas o tempo todo. Por isso, pode-se dizer que gatos adultos ou filhotes, caso seja preciso segurá-los o tempo inteiro, não são recomendados, pois se sentem presos e não gostam de sair do ambiente em que estão acostumados, fato confirmado por alguns outros estudos já realizados. (Carramenha, Carregaro, 2012, Nascimento, 2022)

O medo é tido como a principal causa de estresse no gato, sendo uma resposta natural que permite que o animal possa evitar situações de perigo (Little, 2016). Saber reconhecer os sinais de medo ou ansiedade expressados pelo gato, como a posição da orelha ou corpo, vocalização, expressão facial, entre outros, pode prevenir que a equipe sofra algum ataque (AAFP, 2004).

Gato filhote

foi levado ao lar das crianças, onde havia poucas crianças e uma sala fechada na qual foi possível deixar o gato livre. Por esses motivos, obteve-se sucesso na visita; o gato não demonstrou estresse, adaptando-se rapidamente ao ambiente e às crianças, tornando-se brincalhão. Elas gostaram bastante do animal. Concluímos que, nessas condições, gatos mansos são boas opções.



Figura 19: Gato adulto no lar de idosos

Fonte: FRANCELINO, 2023.



Figura 20: Gato filhote no lar das crianças interagindo.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

Cordeiro

Ovinos são uma espécie muito agradável e tranquila. O cordeiro, um filhote de aproximadamente uma semana de vida, foi levado às três instituições.

Sua contenção em geral é fácil, preferencialmente utilizando filhotes, a idade do animal é importante, pois ovinos adultos são grandes e pesados para transportar, e ele não demonstrou estresse, sendo muito dócil. Tanto as crianças quanto os idosos mostraram bastante interesse, pois é um animal de fazenda; fizeram bastante carinho e ficaram muito alegres. No entanto, mesmo que as ovelhas sejam animais agradáveis e, quando acostumadas com o contato humano, sejam mansas, elas podem dar cabeçadas em momentos inesperados como forma de defesa, portanto é preciso tomar cuidado e estar sempre atento.



FIGURAS 21, 22 e 23 - Cordeiro interagindo na APAE, no lar de idosos e LAr das Crianças.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

Fonte: FRANCELINO, 2023.

CONCLUSÕES

Dos animais utilizados, os que demonstraram menor estresse e causaram menos dificuldade para a locomoção, contenção e interação foram os cães, jabutis, cágado, tartaruga tigre d'água e porquinho da Índia. Quanto às crianças assistidas, a maioria interagiu muito bem em todas as visitas, com todos os animais.

Quanto aos idosos, a maioria também interagiu bem e gostou de todos os animais, especialmente o rato Twister, o jabuti e o cão Border Collie. Em todas as visitas, foi observada melhora imediata do humor, rendendo sorrisos, risadas e conversas. Ao longo do projeto, foi possível observar uma melhor interação das pessoas com a equipe de zooterapia da UENP, melhora na comunicação, timidez, socialização e bom humor de todas as pessoas atendidas.

Os animais precisam ser dóceis e confiáveis, e algumas espécies ou indivíduos não aceitam contenções demoradas, sendo necessário um espaço para deixá-los soltos por um tempo.

As pessoas, de modo geral, gostam de todos os animais e aceitam interagir, às vezes após insistência; mas cada indivíduo é único e é preciso tentar com todos os animais disponíveis. Independente da espécie animal, as melhorias no bem-estar são perceptíveis com a prática da zooterapia.

REFERÊNCIAS

CARRAMENHA, C. P., CARREGARO, A. B. 2012. Stress and sudden death in veterinary medicine. *Ars Veterinaria*, 28(2), 90–99.

DOTTI, J. *Terapias e animais*. São Paulo: PC Editorial; 2005

LITTLE, S. E. *O gato: medicina interna*. Rio de Janeiro: Editora Roca, 2015.

NASCIMENTO et al. Estresse em gatos: Revisão. *PUBVET*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n12a1285.1-10>. Acesso em 19, agosto, 2023.

ORSINI, H., BONDAN, E. F. (2006). Fisiopatologia do estresse em animais selvagens em cativeiro e suas implicações no comportamento e bem-estar animal–revisão da literatura. **Revista Do Instituto de Ciências Da Saúde**, 24(1), 7–13.

PONGELUPE TY,et al. **Atividade assistida por animais em integrantes do Grupo de Bem Estar e Qualidade de Vida do Idoso de uma universidade – TAA - parte II**, 2009. Disponível em: https://patastherapeutas.com.br/pesquisas/data/files/162/1599863980_Ccse0oB26px8XF2.pdf. Acesso em 11, agosto, 2023.

REED R, FERRER L, VILLEGAS N. Curadores naturais: uma revisão da terapia e atividades assistidas por animais como tratamento complementar de doenças crônicas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [Internet], 2012.

FARIA D; KATHLEEN K; MAGNO P. **Coelhoterapia - Terapia assistida com coelhos**. acbc, 2017. Disponível em: <<http://acbc.org.br/site/index.php/notas-tecnicas/coelhoterapia-terapia-assistida-com-coelhos>>. Acesso em 3, abril, 2023.

PEIXOTO, G.C.X. et al. Zooterapia: uma prática essencial. **PUBVET**, Londrina, V. 3, N. 18, Art582, 3, maio, 2009.

OLIVEIRA, G P ; PUCCI SM Terapia assistida por animais: o animal como auxílio terapêutico. **RIAEE**. São Paulo, v.7.n.11.nov. 2021

ADAPTAÇÕES CURRICULARES E A QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Data de submissão: 07/04/2024

Data de aceite: 03/06/2024

Camila Brady Passos Busgaib

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza-Ceará

<http://lattes.cnpq.br/7987533112127352>

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Adaptações curriculares. Questão social.

CURRICULAR ADAPTATIONS AND SOCIAL QUESTION IN MUNICIPAL SCHOOLS

RESUMO: O presente trabalho é fruto de estudos e debates no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social MASS/UECE - Universidade Estadual do Ceará. Nesse sentido entendemos que a inclusão de estudantes com deficiência nas Escolas Municipais, não é só uma questão da Secretaria Municipal de Educação, mas perpassa também por uma questão social, onde entendemos que todo sujeito, professor ou estudante, é um ser social de direito, e que cada um, com seu papel bem definido dentro da escola, tem responsabilidade pela inclusão na luta anticapacitista, e pela escolarização de todo estudante que precisa ser desenvolvida na interação com seus pares em uma escola verdadeiramente acolhedora em estrutura física, materiais pedagógicos, tecnologias assistivas e adaptações curriculares. Para além de materiais e estruturas, um acolhimento humano, sensível e sem preconceito.

ABSTRACT: This work is the result of studies and debates in the Academic Master's Degree in Social Service, Work and Social Question MASS/UECE - State University of Ceará. In this sense, we understand that the inclusion of students with disabilities in Municipal Schools is't only a matter for the Municipal Department of Education, but also permeates a social question, where we understand that every subject, teacher or student, is a social being with rights, and that each one, with their well-defined role within the school, has responsibility for inclusion in the anti-capacity struggle, and for the schooling of every student that needs to be developed in interaction with their peers in a truly welcoming school in terms of physical structure, teaching materials, technologies assistance and curricular adaptations. In addition to materials and structures, a human, sensitive and unprejudiced welcome.

KEYWORDS: Inclusion. Curricular adaptations. Social question

INTRODUÇÃO

A questão social manifesta-se dentro das escolas de várias maneiras, onde podemos citar a inclusão, como também, a pobreza, precarização do trabalho docente, e a violência nas comunidades onde as escolas estão inseridas.

Neste trabalho iremos nos deter a inclusão através das adaptações curriculares, estratégias de acessibilidade que colaboram com a inclusão e participação nas atividades escolares dos discentes com deficiências nas escolas Públicas Municipais, onde famílias lutam todos os dias pela escolarização e o espaço de direito dos seus filhos no ambiente escolar.

A garantia dos estudantes com deficiência ingressarem nas escolas regulares, e serem incluídos em todas as atividades, está pautada na Lei Brasileira de Inclusão nº13.146 de 2015, onde nos chama a responsabilidade enquanto professores, gestores e toda a sociedade, de estarmos eticamente comprometidos à prática da inclusão, proporcionando um ambiente escolar que oferte a aprendizagem sem distinção.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL/LEI nº 13.146, art 27, 2015).

Entendemos a importância social e educativa da convivência com as diferenças dentro das escolas, o respeito ao ser humano, independente da sua condição física, intelectual ou cognitiva, portanto todos são sujeitos de direitos. “Sabemos que a defesa dos direitos de todas as pessoas, sem nenhuma discriminação, só é possível em regimes que respeitem o ser humano na sua integridade dignidade e na sua condição de sujeito de direito.”(SILVA, 2015, p. 7). Mas podemos nos perguntar: como receber os estudantes com deficiências sem mudanças estruturais, como também sem mudanças no pensamento da comunidade escolar?

A inclusão, não começa apenas na mudança da estrutura física da escola, começa nas atitudes das pessoas, quando compreendemos que o diferente não é errado ou anormal, pois somos essencialmente diferentes, quando entendemos a importância do professor ao lidar com as diferenças em sala de aula para a inclusão e acessibilidade dos nossos estudantes. “[...] os seres humanos são diferentes; e que suas diferenças são parte de sua humanidade”(SILVIA, COSTA 2015, p.11).

O professor precisa ter uma avaliação crítica em relação às suas estratégias pedagógicas na relação ensino/aprendizagem, ao fazer as seguintes perguntas: como

intervir na realidade e transformá-la? Como ensinar e como se fazer compreendido por tantos indivíduos, cada um com suas diferenças e potencialidades dentro de uma sala de aula?

Todo professor, precisa do conhecimento técnico para ensinar de acordo com as necessidades da reprodução capitalista, porém para muito além de como fazer, é necessário ter um pensamento crítico para mediar de acordo com a realidade da sala de aula, uma intervenção diretamente ligada com a investigação da realidade, conhecer o estudante, entender a totalidade e não apenas enxergar a deficiência, portanto é de fundamental importância conhecer as necessidades específicas dos estudantes para o seu acesso à escolarização e participação das atividades em sala de aula.

METODOLOGIA

Como método de estudo para este resumo, utilizamos a leitura de alguns textos para o trabalho final do mestrado acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, com o uso de fichamentos, sínteses e resenhas.

Quanto à natureza da pesquisa, optamos por estudar o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”(MINAYO 2001, p. 22) em uma pesquisa qualitativa. Analisando o comportamento humano diante da inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Garantir a matrícula dos estudantes com deficiências nas escolas Municipais não é sinônimo de inclusão, para além da matrícula, se faz necessário mudanças e estratégias, como também a capacidade de enxergar o outro como sujeito de direitos.

Compreendemos que mudanças e/ou adaptações são necessárias para a inclusão e participação dos estudantes com deficiências nas escola públicas Municipais, porém o conhecimento técnico do professor não está sozinho no processo de inclusão, a sensibilidade em enxergar o estudante com suas potencialidades e necessidades se faz necessário, para que o estudante com deficiência tenha acesso ao mesmo currículo dos demais alunos de sua turma, sensibilidade essa que deve trazer consigo, recursos, estratégias e metodologias para acolher e incluir a todos sem distinção.

Entendemos como adaptações curriculares, medidas necessárias para receber e incluir estudantes com deficiência nas escolas. Administração pública, gestão escolar e professores fazem parte do movimento das adaptações curriculares, na busca por um sistema educacional inclusivo e uma escola acolhedora, considerando as características e necessidades de cada um.

As Adaptações Curriculares estão divididas em Adaptações de Grande Porte ou Adaptações Significativas¹ e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte ou Não Significativas.²

Adaptações curriculares de grande porte

As Adaptações Curriculares de Grande Porte podem ser entendidas como estratégias de acessibilidade e autonomia para estudantes com deficiência a nível político - administrativo superiores, medidas que não estão ao alcance dos professores.

[...] Adaptações Curriculares de Grande Porte, ou seja, daqueles ajustes cuja implantação depende de decisões e de ações técnico - político - administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública (BRASIL,2000, p. 10)

Para a implantação das adaptações curriculares de Grande Porte, precisamos da ação da gestão escolar em acionar as políticas públicas necessárias para que os estudantes com deficiência, tenham um melhor aproveitamento e garanta sua permanência e frequência na escola, trazendo acessibilidade e autonomia.

Podemos citar como exemplo de adaptações curriculares de grande porte as alterações na estrutura física da escola, como instalação de corrimão e banheiros acessíveis, como também a contratação do profissional de apoio escolar, que acompanha o estudante com deficiência, na promoção da autonomia em suas necessidades básicas como alimentação, higiene, comunicação e locomoção, garantidos pela Lei Brasileira De Inclusão, que apresenta o “Profissional de apoio escolar, como pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência em instituições públicas ou privadas” (BRASIL/LEI nº 13.146, art 3º, 2015). Essa contratação depende do âmbito administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

Para a realização das adaptações de grande porte na escola é necessário uma avaliação criteriosa. Essa avaliação precisa ser feita de acordo com os estudantes matriculados: o aluno necessita de profissional de apoio? Intérprete de Libras? Existem rampas e banheiros acessíveis? É necessário tecnologias assistivas? Respondendo a tais questões, evita-se adaptações desnecessárias.

1 No documento original PCN - Adaptações Curriculares (1999) são chamadas Adaptações Curriculares Significativas, mantendo-se a denominação utilizada na Espanha. Para o nosso trabalho vamos utilizar o termo Adaptações Curriculares de Grande Porte por melhor descrever o que se pretende.

2 No documento original PCN - Adaptações Curriculares (1999) denominadas Adaptações Curriculares Não Significativas pela manutenção da denominação utilizada na Espanha. Considerando que em português refere - se a algo que não significa, optou - se pelo termo Adaptação Curricular de Pequeno Porte.

Adaptações curriculares de pequeno porte

Podemos definir Adaptações Curriculares de Pequeno Porte como ações que o professor pode realizar com autonomia em sala de aula para favorecer a aprendizagem e a participação de todos os estudantes, incluindo os estudantes com deficiência.

[...] São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra - se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusiva do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. (BRASIL, 2000. p 8)

Nas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, os professores possuem autonomia para fazer modificações necessárias, começando pela elaboração dos planos de ensino, na organização dos espaços em sala de aula, na diversidade metodológica para o ensino e avaliação, como também na flexibilização da temporalidade, na adaptação de materiais de uso comum em sala de aula, utilizando sistemas alternativos de comunicação, eliminando o sentimento de inferioridade ou de capacitismo, proporcionando aos estudantes com deficiência sua participação em sala de aula regular juntamente com seus parceiros coetâneos³.

Para exemplificar adaptação de pequeno porte trazemos a mudança das disposições do mobiliário na sala de aula para atender as necessidades de locomoção de um aluno com cegueira ou baixa visão, outro exemplo são as atividades flexibilizadas, elaboradas pelo professor, contribuindo para a participação e o aprendizado do conteúdo por todos os estudantes. Essas adaptações não dependem de ações políticas ou administrativas, o professor possui autonomia para realizar, favorecendo a aprendizagem e a participação de todos os estudantes, incluindo os estudantes com deficiência, já que ninguém aprende da mesma maneira ou trilha os mesmos caminhos..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que mudanças não acontecem de um dia para o outro, que mudanças físicas na estrutura das escolas, aquisição de equipamentos e formação para professores são de grande responsabilidade e precisa de tempo e planejamento, mas quando traçamos metas realistas, transformamos essas metas em ações, dia após dia, na luta por uma escola acolhedora promovendo ao estudante uma convivência saudável e respeitosa em todos os aspectos.

Com tudo, entendemos que cada professor deve estar sempre atento a seus estudantes, usando de criatividade com formas alternativas de ensino, fazendo diversas avaliações para identificar os ajustes necessários, favorecendo a inclusão e escolarização.

³ Parceiros coetâneos - colegas da mesma faixa etária.

É preciso aqui reforçar que uma escola inclusiva é responsabilidade de todos, precisamos nos enxergar como responsáveis pela escola que queremos ter. Secretaria Municipal de Educação, gestão escolar, professores, servidores, funcionários, estudantes e seus familiares, cada um com seu papel na luta contra o preconceito e o acolhimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto escola viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - alunos com necessidades educacionais especiais.** Adaptações curriculares de grande porte v.5. Brasília. SEESP/MEC, 2000. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>

BRASIL, **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **Projeto escola viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - alunos com necessidades educacionais especiais.** Adaptações curriculares de pequeno porte v.6. Brasília. SEESP/MEC, 2000. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>

MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

ORRÚ, S.E. **O re-inventar da inclusão.** Rio de Janeiro. Editora Vozes, 20

SILVA, Aida.M.M; COSTA, Valdelúcia.A. **Direitos humanos na educação e suas possibilidades inclusivas: perspectivas contemporâneas:** In: SILVA, A.M.M; COSTA, V. A. (Orgs.). **Educação inclusiva e direitos humanos.** 1ª edição, São Paulo. Cortez Editora, 2015. p. 11 - 19

ADAPTAÇÕES DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO MÉDIO PARA ALUNOS DE INCLUSÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 03/06/2024

Aliaska Pereira Aguiar

Renata Grazielle Morini-Albrecht

INTRODUÇÃO

O artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ressalta a importância do Ensino Médio em promover a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) enfatizam o desenvolvimento de competências em Ciências Humanas, visando que os alunos compreendam a sociedade em suas origens e transformações, formando cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Nesse sentido, a Geopolítica é essencial para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, integrando diversos conhecimentos para entender a realidade socioespacial, analisar suas motivações e antecipar consequências em diferentes contextos (Riceto, 2017).

O Ensino Médio não apenas marca o fim de uma fase, mas também o início de novas oportunidades, como ingressar na universidade, em um curso técnico, no mercado de trabalho ou na constituição familiar. É crucial que os jovens, especialmente aqueles enfrentando desafios na aprendizagem, adquiram habilidades e competências essenciais para sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho, sendo papel da escola oferecer suporte nessa transição para a vida adulta.

O estudo da Geopolítica no Ensino Médio é fundamental para que os alunos compreendam as dinâmicas globais e as relações entre nações (Johnson, 2017). É crucial abordar essa disciplina de forma inclusiva, adaptando materiais didáticos e formando professores para garantir acesso equitativo ao conhecimento. Estratégias de adaptação incluem recursos acessíveis, como textos em Braille, áudio, mapas táteis e infográficos adaptados, assegurando a participação ativa de todos os alunos no processo de aprendizagem (Cunha, 2018).

As tecnologias assistivas, como softwares de leitura e escrita e aplicativos de comunicação alternativa, são importantes para apoiar a inclusão de alunos com deficiência na disciplina de Geopolítica (Santos, 2019). Além disso, a formação adequada dos professores é determinante para o sucesso da inclusão, permitindo que identifiquem as necessidades individuais dos alunos e desenvolvam estratégias de ensino adaptadas. Os docentes devem utilizar metodologias participativas e colaborativas para engajar todos os alunos no processo de aprendizagem (Rodrigues, 2018).

No contexto da educação especial, aprender geopolítica, que requer a integração de diversos conhecimentos, é desafiador. O Plano Individual de Transição (PIT) para a fase adulta torna-se fundamental, delineando estratégias para a transição desses estudantes e ampliando suas competências para uma integração profissional e inclusão efetiva. Um PIT bem elaborado é fundamental para o sucesso educacional de alunos com necessidades especiais, que frequentemente enfrentam obstáculos adicionais na vida adulta (Sousa, 2022; Fânzeres; Cruz-Santos; Santos, 2019; Souza, 2022) Campos et al. (2016).

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO MÉDIO

A Geopolítica busca compreender a realidade socioespacial integrando diversos conhecimentos, visando desenvolver estratégias e previsões para orientar ações futuras (Riceto, 2017). Embora a BNCC não mencione diretamente o ensino da Geopolítica, ela aborda conceitos como Tempo e Espaço, Territórios e Fronteiras, Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura, Ética, Política e Trabalho (Brasil, 2018), os quais estão diretamente relacionados a essa disciplina.

A análise geopolítica estimula a compreensão de fenômenos em diferentes escalas, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para abordar questões em níveis global, nacional, regional e local. Isso inclui habilidades de pesquisa, análise crítica, interpretação de dados, compreensão das interações entre diferentes atores e a capacidade de formular estratégias e soluções adaptadas a cada contexto específico. Essas competências são fundamentais para uma visão abrangente das dinâmicas socioespaciais e para a tomada de decisões informadas e eficazes em um mundo interconectado.

Autores como Borowski e Fonseca (2017) argumentam que a análise dos fenômenos políticos em nível local é crucial para uma compreensão mais profunda do conceito de cidadania. Questões cotidianas, como transporte, habitação e emprego, tornam-se mais tangíveis quando examinadas nesse contexto, promovendo uma aprendizagem mais significativa e conectada à realidade dos estudantes. No entanto, essa abordagem muitas vezes é negligenciada nas salas de aula devido à estrutura dos materiais didáticos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Riceto, 2017; Castro, 2020).

A análise dos fenômenos políticos em nível local proporciona uma adaptação palpável ao aluno, permitindo uma compreensão mais profunda dos conceitos. Ao relacionar

questões do cotidiano, como transporte, habitação e emprego em sua própria comunidade, os alunos podem desenvolver uma visão mais tangível e significativa da cidadania. Essa abordagem promove uma aprendizagem mais envolvente e conectada com a realidade do estudante, facilitando uma visão crítica e participativa em relação aos assuntos políticos.

ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA UMA EDUCAÇÃO GEOPOLÍTICA INCLUSIVA E A ELABORAÇÃO DO PIT (PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO)

O Plano Individual de Transição (PIT) no contexto da Geopolítica deve ser abrangente e atender às necessidades dos alunos em um ambiente complexo de integração de diversos conhecimentos. Ele deve buscar desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas que promovam o pensamento crítico reflexivo sobre questões locais e globais, além de capacitar os alunos na análise e síntese de informações. Essa abordagem visa preparar os alunos de forma eficaz para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, proporcionando uma transição bem-sucedida para a vida adulta e profissional (Fânzeres et al., 2020; Sousa-Lopes & Rodrigues, 2015).

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO MÉDIO

A Geopolítica desempenha um papel significativo na elaboração do Plano Individual de Transição (PIT) ao oferecer uma compreensão ampla e contextualizada dos fenômenos socioespaciais em diferentes escalas. Aqui estão algumas maneiras pelas quais a Geopolítica pode contribuir para o PIT:

Contextualização do aprendizado: A Geopolítica ajuda a contextualizar o aprendizado, relacionando-o a eventos e questões globais, nacionais e regionais. Isso torna o conteúdo mais relevante e interessante para os alunos, facilitando a aprendizagem e a retenção de informações.

Desenvolvimento de habilidades críticas: O estudo da Geopolítica envolve análise crítica, interpretação de dados, compreensão de relações de poder e tomada de decisões informadas. Essas habilidades são transferíveis e podem ser aplicadas em diversas áreas da vida dos alunos, incluindo a transição para a vida adulta e o mercado de trabalho.

Consciência global e cidadania: A Geopolítica promove a consciência global e a compreensão das interconexões entre diferentes regiões e países. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de uma visão mais ampla da cidadania, incentivando os alunos a se envolverem ativamente em questões sociais, políticas e ambientais em seu entorno.

Inclusão e equidade: Ao discutir questões geopolíticas relacionadas a direitos humanos, diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, a Geopolítica promove valores de inclusão e equidade.

O PIT é um instrumento que delinea estratégias para proporcionar a transição dos estudantes, ampliando suas competências e habilidades adquiridas durante a educação básica para uma integração profissional efetiva e uma inclusão adequada (Souza, 2022; Oliveira & Francisco, 2021).

ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GEOPOLÍTICA

As adaptações curriculares na disciplina de Geopolítica desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência (Johnson, 2017). Essas adaptações visam ajustar o currículo e os materiais didáticos de modo a torná-los acessíveis e compreensíveis para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas.

Uma das estratégias fundamentais é a utilização de textos em formatos alternativos, como Braille, áudio ou ampliados, para atender às necessidades de alunos com dificuldades de leitura ou visuais. Esses recursos permitem que esses alunos tenham acesso ao conteúdo de forma eficaz e participem plenamente das atividades de aprendizagem.

Além disso, a inclusão de recursos visuais acessíveis desempenha um papel primordial na compreensão dos conteúdos por parte dos alunos com deficiência. Mapas táteis, infográficos claros e adaptados, vídeos com legendas e descrições detalhadas são exemplos de recursos visuais que podem ser utilizados para promover a aprendizagem em Geopolítica. Esses materiais auxiliam na visualização e compreensão de conceitos complexos, tornando o conteúdo mais acessível e significativo para todos os alunos.

As tecnologias assistivas desempenham um papel essencial na inclusão na disciplina de geopolítica. Softwares de leitura e escrita, leitores de tela e aplicativos de comunicação alternativa são algumas das ferramentas disponíveis que podem oferecer suporte aos alunos com dificuldades específicas. Essas tecnologias não apenas facilitam o acesso ao conteúdo, mas também promovem a participação ativa e a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem.

Em suma, as adaptações curriculares e o uso de tecnologias assistivas garantem que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos na disciplina de geopolítica. Essas estratégias são fundamentais para promover uma educação inclusiva e garantir que cada aluno alcance seu máximo potencial acadêmico.

CAPACITAÇÃO DOCENTE E ABORDAGENS INCLUSIVAS NA DISCIPLINA DE GEOPOLÍTICA

A formação contínua dos professores desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão na disciplina de Geopolítica (Rodrigues, 2018). Isso se deve à necessidade de os educadores estarem preparados para atender às demandas individuais dos alunos, especialmente aqueles com deficiência, e implementar estratégias pedagógicas diferenciadas que assegurem uma aprendizagem significativa para todos (GLAT, 2018).

Para isso, os professores devem ser capacitados em diversas áreas, incluindo a identificação de barreiras de aprendizagem e o emprego de metodologias inclusivas. A

formação contínua pode abranger workshops, cursos e treinamentos específicos sobre inclusão na Geopolítica, contemplando temas como adaptação de materiais, utilização de tecnologias assistivas, avaliação diferenciada e práticas pedagógicas inclusivas.

É crucial que os docentes identifiquem as necessidades individuais de cada aluno, incluindo dificuldades de aprendizagem e deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, a fim de elaborar estratégias personalizadas. Isso assegura a participação plena de todos os estudantes na aprendizagem em Geopolítica. As práticas inclusivas, como metodologias participativas e colaborativas, desempenham um papel fundamental em envolver os alunos, fomentar a interação e estimular uma aprendizagem significativa. Atividades como debates, projetos em grupo e simulações geopolíticas têm se mostrado eficazes em engajar os alunos.

INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: PRÁTICAS INCLUSIVAS EM DESTAQUE

Para promover a inclusão na disciplina de geopolítica, um ambiente escolar acessível é crucial (Ramos, 2018). Isso vai além da simples acessibilidade física das instalações e abrange a criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais (Oliveira, 2019).

No que diz respeito à acessibilidade física, é essencial que as escolas disponibilizem espaços adaptados para garantir o acesso de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência física. Isso pode incluir a presença de rampas de acesso, banheiros adaptados, corrimãos e sinalização adequada para orientação dos alunos. Além disso, a disponibilidade de recursos de apoio, como materiais táteis e equipamentos especializados, pode facilitar a participação plena dos alunos com deficiência nas atividades da disciplina de geopolítica.

Por outro lado, a promoção de uma cultura escolar inclusiva vai além da acessibilidade física e aborda o ambiente psicossocial da escola. Isso envolve a promoção de valores como respeito, tolerância, empatia e valorização da diversidade. É importante que a escola adote práticas e políticas que reconheçam e valorizem as diferenças individuais dos alunos, proporcionando um ambiente acolhedor e estimulante para todos.

A promoção de uma cultura escolar inclusiva envolve diversas práticas, como realizar atividades educativas sobre diversidade, celebrar datas e eventos que valorizem diferentes culturas e identidades, promover debates e discussões sobre temas relacionados à inclusão, e incentivar a participação de todos os alunos em atividades extracurriculares e eventos escolares.

Ao criar um ambiente escolar acessível e inclusivo, as escolas não apenas garantem a participação plena dos alunos na disciplina de geopolítica, mas também promovem um ambiente de aprendizagem mais rico, diversificado e enriquecedor para todos os estudantes. Essa abordagem contribui significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e justa.

INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NA GEOPOLÍTICA PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS

Estratégias de Avaliação Diferenciada na Geopolítica

Segundo os autores Costa (2019) e Pereira (2022), destacam a importância da avaliação diferenciada na Geopolítica inclusiva. Essa abordagem visa adaptar os instrumentos de avaliação para atender às necessidades específicas dos alunos, levando em conta suas habilidades, estilos de aprendizagem e formas de expressão (Coelho, 2019). Uma das estratégias propostas é a utilização de avaliações individualizadas, que consideram as múltiplas inteligências dos alunos e valorizam suas diferentes formas de aprendizagem. Isso pode envolver a diversificação dos tipos de avaliação, como trabalhos escritos, apresentações orais, projetos práticos, debates e produções multimídia. Desta forma, os alunos têm a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades de maneira mais abrangente.

A avaliação diferenciada também inclui a adaptação dos critérios e métodos de correção. Por exemplo, permite-se o uso de recursos tecnológicos para alunos com deficiências na escrita e oferece-se avaliações em formatos alternativos para alunos com dificuldades de leitura. O uso de rubricas claras e objetivas é fundamental para que os alunos compreendam os critérios de avaliação, monitorem seu progresso e para que os professores avaliem de forma justa e consistente, considerando as diferentes habilidades e necessidades de cada aluno de maneira mais adequada e significativa (Costa & Schmidt, 2019).

Tipo de Avaliação	Crítérios Adaptados para Inclusão na Geopolítica
Trabalhos Escritos	Clareza na comunicação, uso de linguagem acessível, organização
Apresentações Orais	Capacidade de expressão verbal, argumentação, domínio do conteúdo
Projetos Práticos	Criatividade, aplicação dos conceitos, trabalho em equipe
Debates	Argumentação coerente, respeito às opiniões divergentes
Produções Multimídia	Criatividade na apresentação, clareza na transmissão de informações

Tabela 1 - Critérios adaptados para inclusão na Geopolítica

Esses critérios adaptados proporcionam uma avaliação mais inclusiva e significativa, considerando as diversas habilidades e necessidades dos alunos na disciplina de geopolítica.

Critérios de Avaliação	Descrição das expectativas de aprendizagem
Compreensão Conceitual	Demonstrar entendimento dos conceitos geopolíticos, aplicando-os de maneira precisa e contextualizada.
Análise Crítica	Capacidade de analisar informações de forma crítica, identificando relações e interpretando diferentes perspectivas sobre questões geopolíticas.
Expressão e Comunicação	Habilidade para expressar ideias de forma clara e coerente, utilizando vocabulário adequado e diversos meios de comunicação, como escrita, oralidade e multimídia.
Participação e Colaboração	Engajamento ativo em atividades de grupo, colaboração com colegas, respeito às opiniões divergentes e contribuição para um ambiente de aprendizado colaborativo.
Uso de Tecnologias Assistivas	Utilização eficaz de recursos tecnológicos de apoio, adaptando-se às necessidades individuais dos alunos para facilitar a compreensão e a comunicação.
Respeito à Diversidade	Consideração e valorização da diversidade cultural, étnica, social e de gênero, evitando estereótipos e preconceitos, e promovendo o respeito às diferentes identidades e perspectivas.
Autoavaliação e Reflexão	Capacidade de refletir sobre o próprio desempenho, identificar pontos fortes e áreas de melhoria, e buscar estratégias para o aprimoramento contínuo

Tabela 2 - Critérios de avaliação para expectativas do Ensino Médio

DESAFIOS E FUTURAS PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GEOPOLÍTICA

Apesar dos avanços na área da educação inclusiva, ainda enfrentamos desafios significativos na adaptação da Geopolítica para alunos de inclusão, conforme mencionado por Nascimento (2017), Carvalho (2023), e Silva et al. (2014). Estes desafios exigem abordagens multifacetadas e ações coordenadas para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades ou características individuais.

Um dos principais desafios destacados por Nascimento (2017) é a necessidade de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão na Geopolítica. Isso envolve a criação de diretrizes claras e recursos adequados para as escolas implementarem práticas inclusivas, incluindo a formação de professores, o acesso a tecnologias assistivas e a adaptação curricular. Além disso, são necessárias políticas que promovam a acessibilidade física e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A importância da inovação e adaptação contínua das práticas pedagógicas na educação inclusiva em Geopolítica é destacada por Carvalho (2023). Isso inclui estratégias diferenciadas de ensino e avaliação, uso de recursos tecnológicos e criação de ambientes escolares inclusivos. A colaboração entre escolas, famílias e comunidade é essencial, envolvendo pais na vida escolar, parcerias com organizações da sociedade civil e promoção de práticas inclusivas em todos os aspectos da vida escolar e comunitária. Esses esforços coletivos são fundamentais para superar os desafios e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos em Geopolítica.

CONCLUSÃO

Em conclusão, as adaptações da Geopolítica no Ensino Médio para alunos de inclusão demandam uma abordagem ampla e colaborativa, que abrange diversos aspectos educacionais. Isso inclui ações tanto no âmbito curricular e tecnológico quanto no ambiente escolar e na formação dos professores. Ao adotar estratégias inclusivas, promover a acessibilidade e a participação ativa dos alunos, e investir em práticas diferenciadas de avaliação, podemos garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações.

REFERÊNCIAS

Borowski, L. M. Martins da Fonseca, A. A. (2017). O Ensino da Geografia Política Local na Escola como Perspectiva de Efetivação da Cidadania. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, 21(2), 88-98.

Brasil. Ministério da Educação. (2018). Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio (BNCC – EM). Brasília: MEC; Resolução CNE/CP nº 15/2017.

Carvalho, M. (2023). Inovação e adaptação contínua na Geopolítica inclusiva. *Revista de Educação Inclusiva*, 15(1), 30-45.

Cunha, A. E. (2018). Práticas para a inclusão e diversidade (7. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Wak Editora.

Fânzeres, L., Cruz-Santos, A., & Santos, S. (2020). Questionário de Transição para a Vida Adulta dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais - Percursos de Formação no Sistema Educativo Português: Construção e Validação. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 26(3), 481–494.

Furtado, I.C.C. (2022). A implementação de um Plano Individual de Transição para facilitação do processo de transição da escola para o mundo laboral de uma aluna com Transtorno do Espectro do Autismo. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Coimbra.

Johnson, A. (2017). Adaptações curriculares na Geopolítica: uma abordagem inclusiva. *Revista de Educação Inclusiva*, 12(1), 30-45.

Nascimento, P. (2017). Desafios e perspectivas da inclusão na Geopolítica do ensino médio. *Educação em Debate*, 30(2), 120-135.

Oliveira, S. (2019). Acessibilidade e inclusão no ambiente escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 80-95.

Pereira, L. (2022). Avaliação individualizada em Geopolítica inclusiva. *Journal of Inclusive Education*, 23(1), 40-55.

Riceto, Á. (2017). A Geopolítica no Ensino Médio: uma área intimamente geográfica. *Ensino em Revista*, 1, 385.

Ramos, D. (2018). Ambiente escolar inclusivo e aprendizagem significativa em Geopolítica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 80-95.

Rodrigues, C. (2018). Formação de professores para a inclusão na Geopolítica. In: Anais do Congresso Nacional de Educação Inclusiva, 150-165.

Santos, B. (2019). Tecnologias assistivas e inclusão na disciplina de geopolítica. *Journal of Inclusive Education*, 18(2), 60-75.

Souza, M. (2021). Colaboração interdisciplinar na inclusão em Geopolítica. *Revista de Educação Inclusiva*, 17(1), 50-65.

Souza, E.P. (2022). Transição Para A Vida Adulta Em Jovens Com Plano Individual De Transição: Um Estudo De Caso Múltiplos (Dissertação de Mestrado). Politécnico de Viseu. Viseu. Portugal.

ECONOMIAS ALTERNATIVAS À MINERAÇÃO: ANALISANDO O CASO DE BRUMADINHO PÓS - TRAGÉDIA E AS POSSIBILIDADES EM TEMPOS PANDÊMICOS

Data de aceite: 03/06/2024

Tânia Cristina Teixeira

Graduação em Economia – Dep. de Economia PUC MINASMs(a) Ciências Políticas - CEDEPLAR/UFMG; Ms(a) Economia Aplicada - Universidad de Valencia; Doutorado em Economia Aplicada - Universidad de Valencia; Puc Minas Coração Eucarístico

David Ferreira Duarte

Graduando; Ciências Econômicas; Extensionista e pesquisador PIBICPuc Minas Coração Eucarístico

RESUMO: Este estudo apresenta uma análise a respeito da produção minerária, destaca sua importância histórica para os territórios onde se desenvolveu, possuindo em maior ou menor escala, presença em diversas regiões do território brasileiro. No que se refere à região mineraria de Minas Gerais, bem como no município de Brumadinho, a introdução da atividade de extrativismo mineral encontra-se inserido em contexto de progresso associado à grande indústria e à centralidade econômica. Observa-se que a partir dos anos 30, a mineração de grande porte, diferenciando-se do primeiro ciclo desencadeado a partir do século XVIII no Brasil Colônia, se instala na região mineira, que até então

se apresentava como essencialmente rural e sem desenvolvimento de núcleos urbanos das Minas Gerais. Os resultados da investigação assinala que a atividade de extrativismo mineral de grande porte tem por característica, por motivos que serão abordados ao longo do texto, a construção de uma relação de minério-dependência. Assim, a minério-dependência se caracteriza como a situação na qual uma determinada economia se encontra refém de um modelo de crescimento dos resultados do setor mineral em seu território. O objetivo deste trabalho é analisar quais impactos que a minério-dependência tem provocado nas economias locais, principalmente após a tragédia- crime que atingiu, sobremaneira, parte significativa do território do estado de Minas Gerais, circundado por inúmeras empresas mineradoras e as possíveis alternativas almejadas a partir da perspectiva da economia e do desenvolvimento sustentável, principalmente, em Brumadinho e entrono limítrofe. A análise apresentada neste estudo foi realizada a partir da pesquisa de dados secundários, da revisão bibliográfica, somado ao trabalho de campo efetivado a partir de 2019 até a atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável; Mineração; Economia Ambiental; Ecologia; Extrativismo.

ABSTRAT: This study presents an analysis of mining production, highlighting its historical importance for the territories where it developed, having, to a greater or lesser extent, a presence in different regions of the Brazilian territory. With regard to the mining region of Minas Gerais, as well as in the municipality of Brumadinho, the introduction of mineral extraction activity is inserted in a context of progress associated with large industry and economic centrality. It is observed that from the 1930s onwards, large-scale mining, differentiating itself from the first cycle launched from the 18th century onwards in Colonial Brazil, was established in the Minas Gerais region, which until then was essentially rural and without industrial development. Urban centers of Minas Gerais. The ongoing research indicates that the activity of large-scale mineral extractive is characterized, for reasons that will be addressed throughout the text, by the construction of a mineral-dependency relationship. Thus, mineral dependence is characterized as the situation in which a given economy finds itself hostage to a model of growth in the results of the mineral sector in its territory. The objective of this work is to analyze the impacts that mining dependence has had on local economies, especially after the tragedy-crime that greatly affected a significant part of the territory of the state of Minas Gerais, surrounded by numerous mining companies and the possible alternatives sought. From the perspective of the economy and sustainable development, mainly in Brumadinho and neighboring areas. The analysis presented in this study was carried out based on secondary data research, bibliographic review, in addition to fieldwork carried out from 2019 to the present.

KEYWORDS: Sustainable development; Mining; Environmental Economics; Ecology; Extractivism.

INTRODUÇÃO

A produção minerária faz parte da história do Brasil desde o século XVII, possuindo em maior ou menor escala, presença em diversas regiões do território brasileiro. No que se refere à região do município de Brumadinho, a introdução da atividade de extrativismo mineral remonta a um contexto de uma visão de progresso ligado à grande indústria e à centralidade econômica. Assim, nos anos 30, a mineração de grande porte se instala na região, que até então se apresentava como essencialmente rural e sem desenvolvimento de núcleos urbanos. A análise feita a partir de estudos usando dados secundários e a revisão bibliográfica, somado ao trabalho de campo realizado nos anos de 2019 e 2020, nos indicam que a atividade de extrativismo mineral de grande porte tem por característica, por motivos que serão abordados ao longo do texto, a construção de uma relação de minério-dependência. A dependência econômica é uma situação na qual uma determinada economia é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia na qual está subordinada (SANTOS, 2011). Assim, a minério-dependência se caracteriza como a situação na qual uma determinada economia se encontra refém de um modelo de crescimento dos resultados do setor mineral em seu território.

Verifica-se que o estado de Minas Gerais, onde se localiza o município de Brumadinho, se apresenta segundo a Agência Nacional de Mineração - ANM, em 2020,

como o segundo estado brasileiro no ranking de arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral - CFEM, com 38,9% da arrecadação total, ficando atrás apenas do estado do Pará, que concentrou 51,2% da arrecadação total. A CFEM, prevista por lei desde 1989, expressa o principal vínculo econômico entre os municípios e as empresas mineradoras, sendo um dos parâmetros para se medir o grau de dependência econômica dos territórios em relação à atividade extrativista. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, as exportações minerais brasileiras em 2020 representaram cerca de 17% do total das exportações brasileiras, ao todo foram 370,9 milhões de toneladas de bens minerais exportados, sendo 66,36% apenas de minério de ferro. Silva (2020) in Pádua (1987) ressaltam que a "...literatura mostra que o Brasil é marcado historicamente pelo papel de país exportador de matéria prima, que começou com o Pau Brasil, depois a cana de açúcar, seguiu com o ouro, o algodão, o café, a borracha, o petróleo, o gado e a soja, em uma sucessão do que hoje chamaríamos de 'desastres ecológicos". Silva (2020, p. 27). Partindo de uma análise inicial, os dados exibidos nos dão indicativos de que: (1) a atividade de extrativismo mineral no Brasil possui grande relevância econômica e política, estando o município de Brumadinho incorporado nessa conjuntura; (2) o extrativismo mineral está altamente ligado ao mercado externo de exportações; e (3) a arrecadação da CFEM se mostra um pilar fundamental na estrutura de dependência.

Tem-se que, quando um empreendimento de grande porte se instala em determinado local, cria-se uma tendência imigratória no território, isto pelo número de empregos gerados direta e indiretamente pela atividade. Assim, o município de Brumadinho, a partir da instalação de empreendimentos minerários, teve de lidar, subitamente, com o aumento populacional e do fluxo de pessoas no território, alterando seu ordenamento territorial de maneira brusca, sem planejamento específico para tal, acarretando em uma série de problemas urbanísticos, o que afetou e afeta diretamente a qualidade de vida da população que ali reside. Soma-se a isso a questão ambiental, em que a atividade mineradora, ao mesmo tempo, pode gerar processos de desequilíbrio e degradação, tais como: aumento da poluição atmosférica por conta dos materiais particulados, o ruído, a sobrepressão acústica e vibrações no solo associados à operação de equipamentos e explosões, o grande fluxo de automóveis pesados, a poluição, o assoreamento e/ou destruição de rios, córregos, nascentes e lençóis freáticos - todo o recurso hídrico da região, em caso de manejo inadequado de rejeitos, o que pode contribuir com a destruição do extrato orgânico da terra, tornando-a estéril para a produção agrícola.

Todos os problemas abordados acima são também problemas econômicos. Se por um lado a atividade extrativa mineral gera valor, por outro, ela destrói valor, impossibilitando e/ou prejudicando a ocorrência de diversas atividades econômicas que muitas vezes já ocorriam naquele território, promovendo impactos negativos na renda das famílias. Dessa forma, o presente artigo apresenta uma análise das dinâmicas expostas acima e tem como objetivo principal apresentar as possíveis alternativas e tecnologias sociais emergentes no território de Brumadinho, baseando-se na pesquisa bibliográfica e de campo, delineando alternativas econômicas já em curso.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de cunho exploratório e descritivo, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o tema em foco e o esclarecimento acerca de um problema de investigação que é analisar a minério dependência, destacando as diferenças teórico/metodológicas que fundamentam as correntes de pensamento afeitas a antropologia econômica, o desenvolvimento local e regional, a economia ambiental e ecológica e a sustentabilidade.

Gil (2002) tece considerações a respeito dos estudos de alcance e complexidade, pontuando que demandam o uso de técnicas e de instrumentos de pesquisas que dê condições efetivas para compreender a realidade dos fenômenos, sejam eles de natureza diversa.

Neste sentido, a presente pesquisa, observados os limites estabelecidos pela abordagem temática e as teorias base, se deu a partir de a) revisão da literatura pertinente em relação ao tema e levantamento de dados secundários; b) estudo crítico de correntes teóricas e pronunciamentos sobre o tema proposto; c) contato e diálogo direto com a população local, sobretudo as Organizações da Sociedade Civil - OSCs atingidas pelo rompimento da barragem.

É importante destacar que a pesquisa aqui retratada é originária de pesquisa e ações extensionistas no território de Brumadinho e regiões limítrofes. Assim, faz-se necessário esclarecer que os métodos e técnicas utilizados na sensibilização, na realização de oficinas e reuniões de apoio e assessoria técnica seguiram as recomendações da pesquisa-ação, reconhecendo que a: "... pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como "independente", "não-reativa" e "objetiva". Como o próprio nome já diz a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação e/ou a prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto." (Engel, 2000.182)

Baldissera (2001) ao analisar a importância da pesquisa-ação reafirma que este método assegura uma aprendizagem coletiva dos atores sociais envolvidos. Já Thiollent reafirma que:

"... a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo." (Thiollent, 1985:14).

Enfim, pode-se concluir a partir do exposto, que as ações desencadeadas durante o período de pesquisa e ação extensionista seguiram esta linha metodológica, cujas ações de aprendizagem dizem respeito a todos os atores envolvidos da universidade e comunidade.

1-SOBRE A ATIVIDADE MINERÁRIA, A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E A POSIÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO: dilemas e desafios em uma comunidade local dependente dos recursos minerários

Como já destacado na introdução, a minério-dependência se caracteriza por uma situação na qual uma economia se torna refém dos resultados econômicos do setor de extrativismo mineral em seu território. Uma problemática que emerge dessa relação, a princípio, estritamente econômica, se refere ao grande volume de bens minerais direcionado ao setor de exportação. De acordo com o Decreto nº 9.252, de 28 de dezembro de 2017, a alíquota da CFEM incide sobre a receita bruta calculada. Assim, com o grande volume bens minerais exportado, a arrecadação por parte da União, estados e municípios, depende, em parte, de duas variáveis exógenas, que são o preço dos bens minerais exportados no mercado internacional e a relação monetária USD(\$)/BRL(R\$). Importante destacar que a exportação de bens minerais no Brasil se dá, majoritariamente, a partir de demanda única de alguns países.

De acordo com o IBRAM (2020), 72% do minério de ferro exportado teve como destino a China, ou seja, um único país sustenta bem mais da metade do total da demanda por minério de ferro brasileira, o que, por sua vez, indica que a alta ou a baixa dos preços desse bem mineral está completamente subordinada ao modelo de desenvolvimento econômico deste país comprador, produzindo uma relação de dependência e perda parcial do controle do poder público local sobre a receita e a expectativa orçamentária, o que, por sua vez, produz impactos na viabilidade de estruturação e execução de políticas públicas. Silva (2020), Coelho (2012) afirmam de forma categórica que “a pauta da dependência (...) se trata de ‘uma situação econômica, política e social na qual algumas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, interesses e ações de outras nações’.” (Coelho, 2012.p.128)

A partir de dados disponibilizados pelo Observatório Social de Brumadinho, do ano de 2019, é demonstrada a importância do setor extrativo mineral para composição do orçamento municipal.

Receita Arrecadada - Brumadinho - Espécie	2019	Percentual
Impostos sobre a Renda	R\$ 2.363.851,29	0,75%
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	R\$ 44.381.784,55	14,08%
Impostos sobre o Patrimônio	R\$ 10.355.885,00	3,28%
Taxas e Emolumentos	R\$ 3.242.083,35	1,03%
Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	R\$ 2.228.955,65	0,71%
Receita sobre Valores Imobiliários	R\$ 1.732.985,46	0,55%
Cota-parte da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 45.175.969,26	14,33%
Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	R\$ 8.321.311,78	2,64%
Outras Transferências	R\$ 85.022.368,52	26,97%
Participação em Impostos da União e Estado	R\$ 71.692.478,21	22,74%
Receita para Financiamento da Educação	R\$ 25.259.207,01	8,01%
Receita para Financiamento das Ações de Assistência	R\$ 325.857,76	0,10%
Receita para Financiamento das Ações em Saúde	R\$ 14.446.516,51	4,58%
Total Geral	R\$ 315.259.048,64	100%

Fonte: Observatório Social de Brumadinho; Disponível em: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/receitas-e-despesas-de-brumadinho-em-2019/>

Nota-se que apenas um setor de toda a cadeia produtiva local é responsável por 14,33% da arrecadação total do município, importância relativa que variou pouco ao longo da última década, e que estabelece um vínculo de dependência econômica/institucional entre o poder público local e as empresas mineradoras. Entretanto, é importante notar que esse vínculo econômico não é essencialmente insubstituível, dado que o município já possui outras fontes de arrecadação não vinculadas à atividade de extrativismo mineral que apresentam montantes maiores e/ou aproximadamente os mesmos em relação ao valor arrecadado através da CFEM, como por exemplo, a receita de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços, ainda que estes estejam, em parte, relacionados a atividade econômica produzida indiretamente pelo setor mineral.

Levando-se em conta a análise das despesas do município, percebe-se que o vínculo econômico/institucional supracitado possui contrapartidas, no sentido de que a dinâmica da indústria mineral está intimamente ligada com a estruturação de condições urbanas adequadas para tal, e que o poder público municipal demonstra preferência na execução da despesa orçamentária para este fim, de modo que da mesma forma que o setor gera receita, se faz necessária a execução de uma série de despesas para a manutenção e continuidade de tal atividade. Um padrão claro acerca de tal apontamento é a necessidade que a atividade extrativa possui de deslocamentos dentro do território, principalmente no que se refere ao transporte de cargas. Ainda segundo a Lei Nº 13.540, Artigo 2º, Parágrafo 6º, preferencialmente, apenas 20% da arrecadação municipal advinda da CFEM deve ser obrigatoriamente destinada “à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico.”.

Segundo o Observatório Social de Brumadinho, em 2019, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos apresentou um valor liquidado (R\$ 55.404.420,44) superior ao de outras secretarias estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do território, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação (R\$ 45.719.227,72), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (R\$ 3.964.397,37) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (R\$ 6.435.944,64).

Classificação da Despesa	Liquidada
Unid.: 02023001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 55.404.420,44
Unid.: 02005001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 45.719.227,72
Unid.: 02009001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 3.515.256,15
Unid.: 02009003 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 449.141,22
Unid.: 02010001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 4.487.418,02
Unid.: 02010002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 502.950,76
Unid.: 02010003 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 1.445.575,86

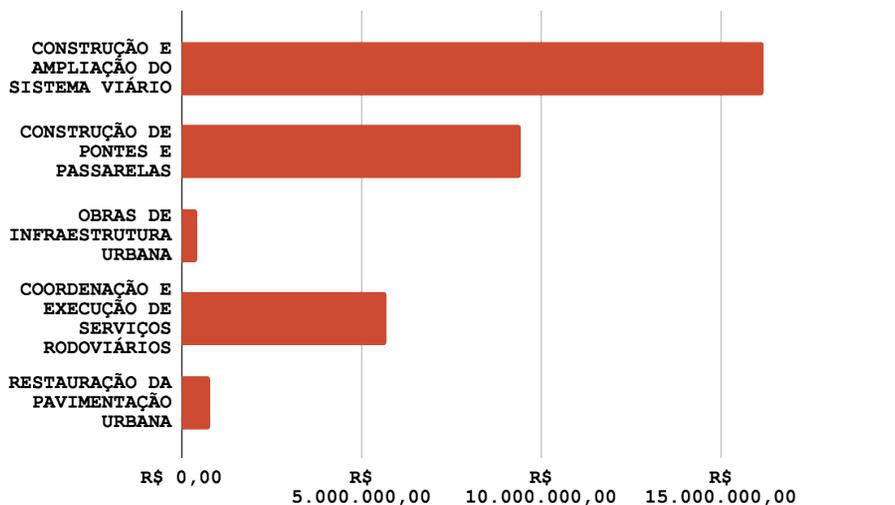
Fonte: Observatório Social de Brumadinho; Disponível em: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/planilhas-do-orcamento-2019/>

Dentro do gasto da Secretaria de Obras, a função 26 - Transporte Rodoviário, apresentou uma liquidação de R\$ 32.597.308,06. Desse montante, R\$ 16.179.877,59 (49,64%) foram para a construção e ampliação do sistema viário, e R\$ 9.462.491,62 (29,03%) para construção de pontes e passarelas, o que sustenta a percepção de que existe um investimento por parte do poder público que possui como foco a estruturação urbana de modo a viabilizar e dinamizar o deslocamento em massa de veículos, como cerne da questão do desenvolvimento econômico e social local. Todavia, há de se destacar que o município apresenta-se como essencialmente rural, possuindo 639.434 km², cerca de duas vezes a extensão territorial da capital do estado, Belo Horizonte, mas com uma população aproximadamente 62 vezes menor, de 39.520 habitantes (IBGE, 2018).

Classificação da Despesa - Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Soma de Valor Liquidado (F)
Função: 04 - Administração	R\$ 2.997.609,39
Função: 15 - Urbanismo	R\$ 13.942.302,99
Função: 17 - Saneamento	R\$ 1.447.325,04
Função: 25 - Energia	R\$ 4.419.874,96
Função: 26 - Transporte	R\$ 32.597.308,06
Total geral	R\$ 55.404.420,44

Fonte: Observatório Social de Brumadinho; Disponível em: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/planilhas-do-orcamento-2019/>

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA - SEC. DE OBRAS



Fonte: Observatório Social de Brumadinho; Disponível em: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/planilhas-do-orcamento-2019/>

A partir do que foi abordado acima, constata-se que devido ao direcionamento da despesa orçamentária municipal, uma possível justificativa quanto a manutenção da relação de dependência e, conseqüentemente, de seus efeitos negativos, em virtude da importância econômica do setor extrativo mineral na composição da receita orçamentária do município, não se sustenta, uma vez que ao analisar a relação do orçamento (receitas e despesas) com tal atividade, verifica-se que sua manutenção caracteriza-se quase que como um fim em si mesma, dado que ao mesmo tempo que gera recursos para o município, depende da capacidade da infraestrutura urbana daquele território.

Pode-se argumentar também que essa análise não leva em consideração os efeitos indiretos da atividade econômica, entretanto, também sobre os efeitos indiretos, há de se notar que estão presentes diversos processos de destruição de valor e de geração de impactos negativos na obtenção de renda em consequência dos processos produtivos minerários, tema que trataremos a seguir. É importante destacar que as alternativas econômicas e o desenvolvimento de tecnologias sociais decorrem do cenário descrito acima e discutido amplamente pela comunidade local com vistas a superação dos entraves econômicos com graves repercussões sociais em médio e longo prazo.

IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO EXTRATIVISMO MINERAL EM BRUMADINHO

Como já citado anteriormente, o processo de instalação de empreendimentos industriais de grande porte, nesse caso de empreendimentos minerários, produzem efeitos amplos e estruturais de toda a ordem no território em que se encontra. Em decorrência deste processo, é possível verificar uma série de transformações das estruturas econômicas e produtivas, que, por sua vez, implicam em mudanças na maneira de se viver nesses lugares, mudando a lógica urbana e, conseqüentemente, social.

A expansão demográfica gera transformações na paisagem urbana; alguns bairros são completamente destruídos e outros criados, no intuito de alocar uma “nova população”, imigrante, que chega subitamente, sem tempo hábil para se pensar na ordenação do espaço e de suas funções sociais, caracterizando um processo de expansão não planejada. Assim, novos estabelecimentos foram construídos visando atender a as demandas crescentes, a cidade se amplia, então, para lugares que antes eram usados para outros fins, haja vista o desenvolvimento de atividades produtivas, tais com setores de serviços turístico e lazer, que já impactava, mesmo que indiretamente, o ordenamento social local.

Dessa forma, o encadeamento de fatores destacado também desconsidera o espaço enquanto lugar de subjetividades, atuando, muitas vezes, de modo a suprimir e criar barreiras para a reprodução dessas subjetividades, dado o caráter exógeno e a relação de dependência econômica/institucional alimentada pela relação de minério-dependência, fator que sustenta a existência no território de uma nova práxis dominante. No caso de Brumadinho esse fator é agravado pelo rompimento da barragem, que gera estigmas e mais barreiras (econômicas e sociais) para a reprodução da cultura local. Sobre essa relação das populações atingidas pela degradação ambiental, Silva coloca que:

“o processo extrativista ultrapassa o território da empresa e cria teias de dependência moral, política e econômica. Mariana, que vivenciou um rompimento de barragem de rejeitos de minério há quatro anos, tem, desde então, vivido um desastre com simultâneas conseqüências físicas, econômicas e psicológicas. Pequenas crises cotidianas, resultantes de um contexto de crise amplo, que se perpetuam sobre atingidos e trabalhadores, na forma de fantasmas que rondam a memória e intensificam o medo de outros rompimentos, outras formas de morrer.” (Silva, 2020. p.1)

Assim, as comunidades locais são alijadas gradativamente do processo de participação social, são impactadas e impedidas de dar respostas imediatas aos dilemas impostos pela minério-dependência, resultando em queda da atividade econômica, no desaparecimento e varredura de economias locais, empobrecendo, sobremaneira, municípios e comunidades que antes apresentavam crescimento econômico e emprego da mão de obra local. (TEIXEIRA, T.C et al. 2019)

No que diz respeito aos impactos ambientais e socioambientais provocados pela atividade de extração mineral, destaca-se a poluição atmosférica por conta dos materiais

particulados, o ruído e a vibração, causados, principalmente, pelas explosões nas minas. O grande fluxo de automóveis, muitas vezes pesados, como caminhões de carga, provocam danos nos imóveis (que não possuem planejamento prévio para suportar tais vibrações) localizados próximos, ou no caminho das minas, desvalorizando-os no mercado imobiliário, fazendo parte então do processo de destruição de valor provocado por tal atividade produtiva. Ademais, observa-se em Brumadinho, a partir do trabalho de campo, que parte do rejeito da extração mineral tem como destino a rede hídrica do município, como ocorre, por exemplo, na região do Tejuco, há mais de 10 anos. (DOTTA, Rafaella. História: 10 vezes que moradores de Brumadinho disseram não à mineração. Brasil de Fato.

Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/02/01/historia-10-vezes-que-moradores-de-brumadinho-disseram-nao-a-mineracao#:~:text=Graves%20problemas%20com%20o%20abastecimento,mesmo%20utiliz%C3%A1%20Dla%20para%20consumo>>).

Estas iniciativas da indústria minerária acabam por intensificar a degradação de rios, córregos e nascentes, o que também faz parte do processo de destruição de valor pela atividade de extração mineral, bem como a implicação direta na diminuição das condições de bem estar social e de saúde dos municípios. Além disso, a atividade minerária pode contribuir com a destruição do extrato orgânico da terra tornando-a estéril para a produção agrícola. Sobre isso é válido ressaltar que esse problema tem parcela no que tange ao tema da reconstrução de áreas degradadas e de gestão do passivo ambiental, em que, muitas vezes se verifica o manejo inadequado de reconstrução e recuperação dessas áreas, decorrente das políticas de redução de custos operacionais e de capital fixo adotadas pelas empresas mineradoras que aqui operam, sendo essa a mesma dinâmica presente no município de Brumadinho. Consta-se que é

"... na fragilização do possível questionamento feito pelas comunidades em que encontramos uma relação entre barragens de rejeitos e minério-dependência. A instalação ou expansão das barragens de rejeitos, ou até mesmo o retorno das atividades em complexos minerários que passaram por rompimentos de barragens (Coelho, 2017), são facilitadas pela situação de dependência, pois a população local se vê novamente no dilema entre barrar o empreendimento e/ou sua expansão ou permitir a continuidade e sofrer os danos potenciais causados por barragens de rejeitos, que vão desde a alteração da dinâmica hídrica regional até o risco de rompimentos." (COELHO, 2018, p. 256)

Diante de tal contexto apresentado, analisa-se a seguir a emergência das alternativas econômicas e organizacionais a partir das ações desenvolvidas na comunidade, com vistas ao rompimento do ciclo de degradação vigente na localidade e suas regiões limítrofes.

BREVE ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL, A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA SUSTENTÁVEIS E O SURGIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS EM BRUMADINHO PÓS - TRAGÉDIA CRIME

O principal dilema que surge a partir das questões expostas, é o de como superar as condições macro-estruturantes de efeitos negativos advindas da cadeia produtiva mineral, bem como promover a substituição da geração de valor desse mesmo setor. Primeiramente, é necessário atenção para o fato de que, como já mencionado anteriormente, a atividade econômica de extração de bens minerais possui um processo duplo e ambíguo em relação ao valor, sendo que de um lado gera valor, e de outro, destrói. Somada a essa constatação, é importante notar que, como evidenciado na primeira seção deste texto, o município já possui outras redes e estruturas econômicas que geram arrecadação similar ou superiores às originadas da mineração. Assim, as alternativas econômicas de cunho mais sustentáveis atuariam na geração de emprego e renda, mas também na promoção de melhores condições de vida e de bem estar social, bem como na preservação da cultura local e da práxis já existente. Seguindo a conceituação de Beatriz Plaza (2009), partimos do entendimento, como ressalta a autora, de que:

"[...] The expected impact of cultural facilities in revitalisation strategies normally surpasses the mere cultural or educational effects. Whereas some projects point towards the generation of direct additional economic effects through the attraction of tourists and tourist expenditure, others rely on more indirect and softer effects such as changing the city's image, encouraging social integration, creating a secure environment, retaining inner-city retail trade, encouraging new local investments, developing local identity and a sense of belonging, etc." (PLAZA, Beatriz. 2009)".

A pesquisa extensionista em curso já assinala que o senso de pertencimento e a preservação das culturas locais é elemento chave para a compreensão do surgimento, emergência e criação de novos ciclos e de dinâmicas econômicas locais que pretendem ser estruturadas em redes mais sustentáveis, tanto no que tange os aspectos econômicos, social e ecológico. Pode-se observar que essas novas dinâmicas possíveis contribuem, sobremaneira, na geração de emprego e renda diretamente aos que mais sofrem os impactos negativos da relação de minério-dependência, inclusive no que se refere às suas condições financeiras para o atendimento das necessidades mais prementes.

Outra questão a ser considerada se refere ao conceito norteador de tecnologia social que fundamenta tanto as ações participativas em campo, quanto o processo de sistematização das experiências práticas exitosas vivenciadas no território e nas comunidades chaves onde estão sendo desencadeadas as atividades pós - tragédia crime. Averigua-se que o conceito de

" tecnologia social, no campo da economia solidária, revela-se nas formas de produção, comercialização e consumo caracterizadas pela troca e socialização de conhecimentos que visem solucionar demandas concretas vividas e identificadas por uma população. Isso através de um processo de mobilização e participação coletiva na escolha das decisões e de conhecimentos compartilhados que gerem novos conhecimentos. Podemos considerar, então, que a prática da autogestão é uma tecnologia social, pois requer o planejamento de ação coletiva, a sustentabilidade das propostas e a geração de aprendizagens que sejam referências para novas experiências com formação crítica. Esses marcadores da tecnologia social revelam uma intrínseca relação entre economia e desenvolvimento e especialmente uma economia engajada pela responsabilidade com o ser humano e todos os seres vivos. Por isso, a tecnologia social na economia solidária está alinhada ao desenvolvimento local, mobilizando pessoas e instituições para a melhoria de vida da população".(CARVALHO. S.M, SILVA CRUZ,T.C.2018, p. 236)

Contudo, é importante destacar que a referência acerca da economia solidária não é um único norteador da investigação e ações de pesquisa aplicada usada no desenvolvimento de alternativas econômicas locais com vistas à geração de trabalho, renda e de um ciclo alternativo de minério-dependência nas respectivas localidades alvo da investigação.

Considerou-se que "...para desenvolvermos as atividades da Incubadora de Tecnologia Social e Inovação nos pautamos em um campo de estudos com destaque para os seguintes suportes teóricos: a) relação sociedade, ciência e tecnologia; b) tecnologia social e [alternativas econômicas participativas] e solidária.(CARVALHO. S.M, SILVA CRUZ,T.C. 2018, p.232-233)

Outro aspecto a ser mencionado refere-se à sinalização clara da abertura de espaço para o desenvolvimento de subsetores localizados no setor serviços, diretamente ligado ao turismo e o ecoturismo na região, que é uma possibilidade promissora que já se encontrava dada a partir do zoneamento urbano que delimitou áreas de preservação dos recursos naturais do território e que, atualmente, também podem estar em riscos devido a proposta de reparação aprovada recentemente pelos órgãos governamentais que prevê a construção de estruturas rodoviárias consideradas ambientalmente evasivas e insustentáveis para os territórios atingidos pelo rompimento da barragem.

As novas tecnologias que se propõem a permitir um desenvolvimento integrado têm de levar em consideração a sustentabilidade de toda a cadeia produtiva, como se observa, por exemplo, em parte do setor agrícola, turístico e cultural do município, que é dotado de práticas agroecológicas e sustentáveis, e que também possui um processo endógeno de geração e incremento de valor, que pouco depende de grandes arranjos estruturais de mercado. Estes se encontram permeáveis ao desenvolvimento das práticas inovadoras e da abertura aos modelos de tecnologias sociais implementadas nas últimas duas décadas, orientadas e segmentadas pela rede de tecnologias sociais, e que a partir da expansão da participação de empreendimentos industriais de pequeno e médio porte voltados para o setor, podem produzir o beneficiamento dos produtos agrícolas do território atingido pela tragédia crime, elevando seu valor agregado em um sistema de cadeia de distribuição na região da Grande BH. Tal ordenação apresenta impactos positivos diretos na renda das famílias e na dinamização indireta da economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada sinaliza que as características e dinâmicas da relação de minério-dependência presente no município de Brumadinho e demais municípios do colar metropolitano que possuem a atividade de extrativismo mineral como uma das principais atividades econômicas. Todo o processo do minério-dependência é retroativo e se alimenta institucionalmente, como exposto no decorrer do texto a respeito das necessidades e ações do poder público local que funcionam de modo a dar suporte e incentivo à permanência de tal atividade produtiva. Entretanto, como também se constata na exposição acima, a lógica que estrutura a atividade de extrativismo mineral possui uma série de implicações negativas ao desenvolvimento socioeconômico local, sobretudo aquele que se dá de maneira sustentável, preservando as condições naturais, os modos de ser e de fazer locais.

A partir disso, justifica-se a necessidade de desenvolvimento de economias alternativas à mineração, visto as barreiras causadas pela atividade de extrativismo mineral na região ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis. É importante que a superação da relação de minério-dependência seja instituída de fato com um processo de desenvolvimento local e que o mesmo se dê de maneira mais harmônica, substituindo essas relações por outras dinâmicas baseadas na criação de processos inovadores por meio da geração de tecnologias sociais capaz de criar tessituras entre a sociedade organizada local, a produção industrial subjacente, a cadeia do turismo e a economia da cultura, compartilhada, circular, estabelecendo uma agenda vigorosa que dê sustentação ao território, as localidades e aos que nelas residem.

Há de se destacar que o território de Brumadinho possui várias potencialidades a serem desenvolvidas nesse sentido, até pelas próprias características geográficas, da grande extensão rural e de zonas de proteção/preservação ambiental, como também por suas características sociais, com a presença de várias comunidades quilombolas e indígenas. Essas características demonstram as potencialidades do território para a construção de uma estrutura econômica e social de maior sustentabilidade, afeitas ao caráter cultural e do senso de pertencimento da população com o território, em que o desenvolvimento de tecnologias sociais que propicie uma articulação em rede no intuito de promover e acelerar os impactos positivos na renda das famílias é fundamental para tal mudança de conjuntura.

Nesse sentido, tal mudança decorre de processos de escolha da própria sociedade, sendo muito importante a participação institucional do poder público local que, nos processos de escolha referentes às despesas orçamentárias do município deve avaliar os resultados quantitativos e qualitativos que o suporte ao setor de extrativismo mineral gera no território.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. (2006) Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. MG, Nº 5, 10 de outubro

ADDOR ,Felipe e LARICCHIA. Camila Rolim (org.). Incubadoras tecnológicas de economia – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

ALMEIDA, Norma Valentina (2010) Economia Solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua auto sustentabilidade e capacidade de geração de renda. Belo Horizonte. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2010.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. Planejamento e Políticas Públicas PPP: IPEA, n.23, jun. 2001. - BRITO, J.; ALBAGLI, S. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.

ANTUNES, R. (1995) Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez.

ARAÓZ, Horacio Machado.(2013) Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras: Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. Nº11. Año 5. Abril 2013 - Julio . Argentina. pp. 21-33.

BARBOSA,R.K. (2008) ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: a visão da Economia Ambiental e da Economia Ecológica. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS. Florianópolis, Fevereiro de 2008.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho.(2007) A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

CABRAL JUNIOR, M. Mesa Redonda: APLs de base Mineral. In: 3 CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, Brasília, 2007- IPT. Disponível em: , acessado em 2008.

CHAVES,R.& MONZON, L. C.(2018) La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. CIRIEC España. p.5-50. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.93.12901>.

CARVALHO. S.M, SILVA CRUZ,T.C. Trajetória da Incubadora de Tecnologia Social e Inovação da UnB (2006 a 2016).Referenciais teóricos e metodológicos *in* ADDOR ,Felipe e LARICCHIA. Camila Rolim (org.). Incubadoras tecnológicas de economia – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

CASTRO, L.; ALMEIDA, E. Desastres e desempenho econômico: avaliação do impacto do rompimento da barragem em Mariana. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 406 – 429, jan/ abr., 2019.

COELHO, Tádzio P.(2012) Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. Intratextos, Rio de Janeiro, número especial 03, 2012, pp. 128 – 146.

_____. (2017) Minério-dependência e alternativas em economias locais. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(3), 1-8.

_____. (2018) Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. ff.br/poemas/files/2019/04/Coelho-2019-Minero-dependencia.pdf

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. 2002. Sumário Mineral Brasileiro. Brasília. Disponível em: . Acessado em 2008.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (2004) *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro

GUIMARÃES, Carolina. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil, 26 de junho de 2017

IBRAM. A força da mineração brasileira. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2012.

_____. Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2014. MAY, Peter H. (Org.).(1995) *Economia Ecológica: aplicações no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

IBRAM. Portal da Mineração, 2020. Disponível em: <http://portaldamineracao.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Infogr%C3%A1fico-Minera%C3%A7%C3%A3o-em-N%C3%BAmeros-2020-NOVO-1-1.pdf>

ICAZA, A. (2002) *Economía solidaria, prácticas cooperativas y desarrollo local en el sur de Brasil*. CIRIEC – ESPAÑA. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa. Facultad de Valencia. Valencia - ESPAÑA. Nº 43 p. 41-60

JARDIM, F.; OTERO, M. Rillo (2004) Caderno de debates: Tecnologia Social no Brasil – Direito à ciência e ciência para a cidadania. Instituto de Tecnologia Social. R.J. Editora Raiz

MARQUES, J. F.(1996) A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, p.21-42.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. (2008) *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília. MONTE CARDOSO, Daniel, 1987- *Mineração e subdesenvolvimento : impactos da atividade mineradora nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas (2004 - 2015)*. / Daniel Monte Cardoso. – Campinas, SP : [s.n.], .

ORTIZ, R. A. (2003) Valoração Econômica Ambiental. In: *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 81-100.

PÁDUA, José Augusto. “Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil”. In: José Augusto Pádua (org.). *Ecologia e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PEREIRA, D. et al. IRRESPONSABILIDADES ORGANIZACIONAIS OU AUSÊNCIA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL? REFLEXÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NO PROJETO MINAS-RIO. *Ambient. soc.* vol.22 São Paulo 2019 Epub Aug 26, 2019. https://www.scielo.br/pdf/asoc/v22/pt_1809-4422-asoc-22-e02701.pdf 20/10/2020 20:40

RODRIGUES, Ana C.M.. SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Análise da eficiência socioeconômica dos municípios mineradores da região central de Minas Gerais. XXXIII Encontro ANPAD. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/1976>

SANTOS, Theotônio dos.(2011) A Estrutura da Dependência. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº30, p. 5-18, outubro.

SILVA, Jordana Ferreira. Da especialização produtiva ao rompimento da barragem de Fundão: uma análise da resiliência econômica para o município de Mariana/ MG. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

SILVA, Jéssica L.J. 2020. Entre montanhas e dores: a dependência da mineração e a vivência do desastre em Mariana – MG, Brasil. Revista Abordagens, João Pessoa, v.2, n.1, jan./jun., 2020 Dossiê Ambiente e Sociedade. TEIXEIRA, T.C, Silveira, E. Desafios para construção de um modo de produção solidário: trabalho, renda e gestão solidária. VIII SITRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE. CEFETMG. 2020. 20p.

TEIXEIRA, T.C. Andrade, A.M, Barbosa, F. Costa, C. Duarte. Projeto Educação Financeira e Geração de Trabalho e Renda, PROEX-ICEG- Departamento de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 2019 e PROEX-2020/26753.

TEODÓSIO et al. ENTRE A TRAGÉDIA E O CRIME: narrativas sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais. XXII SEMEAD Seminários em Administração. Nov. de 2019 ISSN 2177-3866 (2019) <http://login.semead.com.br/22semead/anais/arquivos/1489.pdf>

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, p. 111- 142, 2014.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel, ZUCARELLI, Marcos e VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. Artigo publicado In; Andréa Zhourí (org.) Dossiê Mining, Violence, Resistance. Vibrant, v. 14, n.2, agosto de 2017, sob o título The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparations and the politics of affectations. <http://www.vibrant.org.br/andrea-zhourí-raqueloliveira-marcos-zucarelli-maxvasconcelos-the-rio-doce-mining-disaster-in-brazil-betweenpolicies-of-reparation-andthe-politics-of-affectations/>

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE, UM OLHAR SOCIAL SOBRE A SÍFILIS CONGÊNITA

Data de aceite: 03/06/2024

Kaio Henrique Marques Batista

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0002-5025-6114>

Nara Ramos Dourado

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0003-3904-0862>

Vanessa Castro Fonseca Coelho

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0001-8533-5675>

Karla Monique Fagundes Queiroz

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0003-4026-3609>

Maria Eduarda Borges Rodrigues

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0003-4099-2158>

Kênia Souto Moreira

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0002-0661-616X>

Lanuzza Borges Oliveira

UNIFIPMOC – AFYA

<https://orcid.org/0000-0003-0001-654X>

transmitida via sexual, mas também pode ser adquirida pela via vertical, de mãe para filho. Este estudo relata uma experiência desenvolvida na UNIFIPMOC-AFYA para sensibilizar a população sobre a sífilis congênita. A ação incluiu diálogos, apresentações educativas e distribuição de materiais informativos em Montes Claros, MG. Houve uma adesão significativa, especialmente de mulheres e gestantes, que solicitaram informações e preservativos. A ação também sensibilizou homens sobre a importância do acompanhamento durante o pré-natal. Além de educativa, a iniciativa incluiu a realização de testes rápidos, encaminhamento para atendimento específico e parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Concluiu-se que essas ações são cruciais para disseminar informações corretas, reduzir casos de sífilis congênita e promover o papel das universidades na melhoria da saúde comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; Educação em saúde; Sífilis congênita

RESUMO: A sífilis, uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) causada pelo *Treponema pallidum*, é principalmente

ABSTRACT: Syphilis, a Sexually Transmitted Infection (STI) caused by *Treponema pallidum*, is primarily transmitted via sexual contact, but can also be acquired vertically, from mother to child. This study reports on an initiative developed at UNIFIPMOC-AFYA to raise awareness about congenital syphilis. The intervention included dialogues, educational presentations, and distribution of informative materials in Montes Claros, MG. There was significant engagement, particularly from women and pregnant individuals, who sought information and requested condoms. The initiative also raised awareness among men about the importance of prenatal care. In addition to education, the initiative involved conducting rapid tests, referral for specific care, and collaboration with the Municipal Health Department. It is concluded that these actions are crucial for disseminating accurate information, reducing cases of congenital syphilis, and promoting the role of universities in enhancing community health.

KEYWORDS: University extension; Health education; Congenital syphilis

INTRODUÇÃO

A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) causada pelo *Treponema pallidum* que apresenta como principal forma de transmissão a via sexual (oral, vaginal e anal), podendo ainda ser transmitida pelas vias parenteral e vertical. Quanto ao estágio clínico, a sífilis pode ser classificada em primária, secundária e terciária (Brasil, 2022; Nogueira, *et al.*, 2022).

Analisando-se as vias de transmissão citadas, evidencia-se a sífilis congênita adquirida pela transmissão vertical. Esta é o resultado da transmissão hematogênica do *Treponema pallidum* para o feto, por via transplacentária, de uma gestante com sífilis não tratada ou inadequadamente tratada. A infecção embrionária pode ocorrer em qualquer fase da gestação (Avelleira; Bottino, 2006).

Na maioria dos recém-nascidos infectados, as manifestações clínicas ocorrem de forma assintomática. Nos sintomáticos, pode ocorrer hepatomegalia, baixo peso no nascimento, rinite, icterícia, esplenomegalia, linfadenopatia generalizada, e anormalidades esqueléticas. a fase tardia, os sintomas são mais raros, como gomas sífilíticas, nariz em sela, palato em ogiva, fronte olímpica, perda auditiva sensorial. Ademais, o paciente pode apresentar molares em amora, tibia em sabre, coriorrentinite, comprometimento intelectual e atraso no desenvolvimento (Ribeiro, *et al.*, 2022).

Além disso, estudos apontam que, embora ocorram estratégias de promoção e prevenção à saúde, ainda há um crescimento na incidência de sífilis. Sendo assim, é importante estabelecer os determinantes dessa enfermidade, bem como suas especificidades nas populações, a fim de guiar ações para a precaução de futuros casos da doença (Santana; Barbosa; Santos, 2019)

Nesse sentido, nota-se o papel comunitário exercido pelas universidades para que existam estratégias que auxiliem as necessidades de saúde advindas do meio social no qual estão inseridas, proporcionando a participação social na mudança de seu meio,

visando a disseminação de informações corretas sobre a prevenção e, conseqüentemente, a diminuição de casos, a fim de manter o declínio da sua incidência e evitar as complicações que podem gerar para o indivíduo. Portanto, o presente estudo objetiva relatar de forma crítica e reflexiva as experiências vivenciadas no curso de Medicina da UNIFIPMOC-AFYA em atividades no eixo de extensão curricular.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência desenvolvido a partir do projeto “SÍFILIS, A PREVENÇÃO É O MELHOR CAMINHO: SÍFILIS CONGÊNITA” que se fundamentou na educação sensibilizadora sustentada pela metodologia dialogal com a população, de modo a estabelecer seu protagonismo na busca do conhecimento. A ação faz parte da matriz curricular do curso de graduação em Medicina, da disciplina Práticas Interdisciplinares de Extensão, Pesquisa e Ensino III do Centro Universitário FIPMoc - Afya (UNIFIPMoc) desenvolvido por discentes do curso, no município de Montes Claros, MG. As atividades foram desenvolvidas no período de agosto a novembro de 2022.

Inicialmente, realizou-se um levantamento de dados sobre a sífilis congênita em Montes Claros-MG, a fim de verificar as demandas existentes e escolha da melhor abordagem à população para sensibilizar sobre a importância, prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis congênita. Foi elaborado um projeto com o planejamento, os objetivos a serem alcançados com essa intervenção e elaboração da metodologia a ser utilizada, bem como entrega de ofícios e busca de patrocínios para a execução da ação. Posteriormente os envolvidos reuniram-se para a apresentação do projeto e divulgação por meio de redes sociais e outros veículos de comunicação na cidade.

RESULTADO E DISCUSSÃO

No desenvolvimento do projeto, foram realizadas ações no formato de diálogo com os participantes sobre o tema Sífilis, a prevenção é o melhor caminho: Sífilis Congênita, onde foi possível compartilhar informações, aconselhamentos e esclarecer diversas dúvidas apontadas pelos usuários, como também entender o grau de conhecimento da população sobre o tema abordado. Além dessa abordagem dialética, houve apresentação de material demonstrativo, como banners e folders, e emprego de atividade interativa de perguntas e respostas com brindes, para as pessoas que aceitaram participar da dinâmica, proporcionando uma maior interação entre o público e os acadêmicos, garantindo o protagonismo de sua busca por conhecimento.

Durante a realização da ação, houve um fluxo de aproximadamente 70 pessoas na tenda de apresentações, sendo a maior adesão por parte de mulheres, incluindo gestantes, que transitavam pela praça, e, após compreender a importância e a gravidade da doença,

com o esclarecimento de suas dúvidas pessoais, solicitaram panfletos informativos e preservativos para filhos, parentes e conhecidos. Assim, observou-se a necessidade da divulgação desse assunto na sociedade, pois a desinformação é um dos principais fatores que contribuem para a ocorrência dessa enfermidade na sociedade (Araújo *et al.*, 2006).

A relevância desse tema também sensibilizou uma quantidade significativa de homens que compreenderam que se trata de uma IST, sendo necessário o acompanhamento de ambos parceiros sexuais durante o pré-natal de sua parceira, porquanto essa prática promove, além de uma boa relação conjugal e aproximação paterna com o filho, uma estratégia para redução da transmissão de infecções verticais, garantindo, também a eficácia esperada do tratamento e, com isso, evitar sequelas no feto (Horta, *et al.*, 2017).

A ação educativa, realizada na Praça Dr. Carlos Versiani, objetivou a educação em saúde para a população como um todo, sendo abordado temas sobre prevenção da sífilis congênita, fatores de risco e tratamento, dando ênfase na importância da prevenção e na eficácia da terapêutica correta. Além do caráter informativo do projeto, e considerando o aumento da prevalência da doença na cidade, bem como os possíveis casos subnotificados devido à pandemia de COVID-19, procurou-se ainda desenvolver ações intervencionistas através do encaminhamento para atendimento específico, com realização de testes rápidos para a população que demonstrou interesse. Estes testes foram realizados por outro grupo de acadêmicos de medicina, em uma tenda específica, e foram ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-MG, parceira na organização e execução do evento.

CONCLUSÃO

Portanto, foi possível inferir que essa ação é um mecanismo importante para a disseminação de informações corretas sobre a prevenção e, conseqüentemente, para a diminuição no número de casos de sífilis congênita, a fim de manter o declínio da sua incidência e evitar as complicações que podem gerar para o indivíduo. Ademais, o papel comunitário exercido pelas universidades é fundamental para que existam estratégias que auxiliem as necessidades de saúde advindas do meio social no qual estão inseridas, possibilitando a participação social na mudança de seu meio. Assim, é de extrema importância levar o conhecimento para todos os indivíduos, através de ações de extensão, estimulando a população em relação aos cuidados em saúde.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, J.C.R.; BOTTINO, G. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais brasileiros de dermatologia**, v. 81, p. 111-126, 2006.

ÁVILA, Ignacio Javier Molina; SOLA, Juan Martín Pimentel; GRIMA, Laura Giménez. Lesiones orales de sífilis secundaria limitada a la cavidad oral. Informe de un caso. **Revista de la Asociación Odontológica Argentina**, v. 106, n. 1, p. 30-34, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública**. Brasil, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

GUINSBURG, R. & DOS SANTOS, A. Critérios diagnósticos e tratamento da sífilis congênita. **São Paulo: Departamento de Neonatologia, Sociedade Brasileira de Pediatria**, 2010.

HORTA, Heloisa Helena Lemos et al. Pré-natal do parceiro na prevenção da sífilis congênita. **Revista de APS**, v. 20, n. 4, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16078/8308>. Acesso em: 17 fev. 2023.

NOGUEIRA, W. P. et al. Sífilis em comunidades ribeirinhas: prevalência e fatores associados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022.

RIBEIRO, M.M. et al. Sífilis Congênita-medidas de prevenção em populações vulneráveis no Brasil: uma revisão de literatura Congenital Syphilis-prevention measures in vulnerable populations in Brazil: a literature review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 3, p. 11011-11023, 2022.

SANTANA, Manoel Vitório Souza; BARBOSA, Priscila Nayara Gerônimo; SANTOS, Jauan Fellipe Lima. **Sífilis gestacional na atenção básica**. *Diversitas Journal*, v. 4, n. 2, p. 403-419, 2019 Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/783. Acesso em: 1 out. 2022.

INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO COM IMPLANTAÇÃO DE EMPRESA JÚNIOR NO CURSO DE GASTRONOMIA

Data de aceite: 03/06/2024

Maria Magalhães

Docente do Departamento de
Gastronomia
Universidade Federal da Paraíba

Valéria Saturnino

Docente do Departamento de
Gastronomia
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: Administradas exclusivamente por estudantes das Instituições de Ensino Superior, as empresas juniores apresentam como principal objetivo o de agregar conhecimento prático à teoria que os estudantes aprendem no ambiente acadêmico. Esta pesquisa teve, portanto, o objetivo de estruturar o estudo de caso da Degustar Jr., demonstrando os passos executados para sua fundação, primeira organização, bem como as principais ações realizadas até o momento. Dentro da estratégia de investigação qualitativa, foi escolhido o método de estudo de caso, pois foi explorado profundamente todos os aspectos associados ao planejamento e implantação da Empresa Júnior Degustar Jr. A Empresa Degustar Jr. foi criada em 2016 por um grupo de discentes do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal da Paraíba –

UFPB. O incentivo partiu da disciplina de Empreendedorismo, a qual existe no curso dentro de um eixo de gestão, com diversas disciplinas que capacitam os estudantes de gastronomia em gestão, incentivando-os a abrirem seus próprios negócios.

PALAVRAS-CHAVE: Empresa Júnior, Empreendedorismo, Gastronomia.

INTRODUÇÃO

A primeira empresa júnior (EJ) da qual se tem registro surgiu em 1967, na École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales de Paris (ESSEC). A Junior-Entreprise, foi criada por alunos de uma Instituição de Ensino, conscientes da necessidade de complementarem os seus conhecimentos, através da aplicação prática dos mesmos e que proporcionasse uma realidade empresarial antes da conclusão dos cursos que estavam realizando. Em 1969, após mapearem mais de 20 Empresas Juniores, os empresários se juntaram para criar a Confederação Francesa de Empresas Juniores, objetivando maior representatividade em seu país (BRASIL JÚNIOR, 2014).

Em 1986, o Movimento de Empresas Juniores (MEJ) atingiu uma marca de mais de 100 empresas, que nasciam por países como Bélgica, Holanda, Alemanha, Portugal e Itália. Isso culminou com a fundação, em 1990, da Confederação Europeia de Empresas Juniores, a JADE (Junior Association for Development in Europe), para defender os objetivos do movimento junto à União Europeia e servir de canal para troca de experiências internacionais.

No contexto brasileiro, o conceito Empresa Júnior foi introduzido em 1987, por iniciativa da Câmara de Comércio França-Brasil, que difundiu entre os estudantes de Administração a ideia de organizar associações semelhantes às francesas nas faculdades brasileiras. Em 1989, depois de visitar Empresas Juniores francesas para compreender seu funcionamento, enfrentar dificuldades burocráticas para a adequação do modelo à realidade brasileira, além da oposição de muitas pessoas, surgiu a primeira Empresa Júnior no Brasil, a Empresa Júnior Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, do curso de Administração e na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo.

No ano seguinte foi fundada a primeira federação de Empresas Juniores, a FEJESP, em São Paulo (NETO et al., 2004). Uma empresa júnior é regulamentada, no Brasil, pela Lei 9.790/99, por suas características, e em termos de estrutura interna opera como órgão de natureza deliberativa e decisória, isto é, a sua constituição e as suas decisões são tomadas por assembleia geral e diretoria, obrigatoriamente (TACHIZAWA, 2010).

Administradas exclusivamente por estudantes das Instituições de Ensino Superior, as empresas juniores apresentam como principal objetivo o de agregar conhecimento prático à teoria que os estudantes aprendem no ambiente acadêmico. Em contrapartida, também se tornaram uma opção atrativa para as empresas e instituições que desejam se aproximar da competência e dos conhecimentos de ponta das grandes universidades (NETO et al., 2004).

As empresas juniores se enquadram no terceiro setor da economia, pois estão enquadrados no setor privado, e não têm por fim último o lucro. Dessa forma, acabam por ter reduzidos custos operacionais e de tributação, podendo oferecer serviços de qualidade a um custo baixo.

As EJ atendem principalmente o mercado das micro e pequenas empresas, que costumeiramente não tem acesso a consultoria sênior quando enfrentam grandes dificuldades de gestão. Os contatos com o mercado de trabalho proporcionam aos estudantes a ampliação dos conhecimentos, adquirindo habilidades e competências.

Além disso, faz com que os acadêmicos busquem, constantemente, o conhecimento para desenvolver novas metodologias e criar soluções inovadoras aplicáveis aos diversos projetos de consultoria (SANGALETTI; CARVALHO, 2004).

Outra característica a ser destacada dessas organizações é sua gestão, a qual é realizada de forma autônoma, respondendo por todos os seus atos. Entretanto é conveniente frisar que para as ações fluírem normalmente é imprescindível a presença de um ou mais

professores orientadores no acompanhamento intelectual, sobretudo na elaboração dos projetos (BRASIL JR, 2014).

Na constituição de uma empresa júnior há um Conselho, que fiscaliza e aprova decisões da diretoria (além de deliberar sobre assuntos que não constam no estatuto, quando solicitado), e uma Diretoria Executiva, além dos membros associados.

O raciocínio em questão parece corroborar-se tendo em vista que nos últimos anos a intensificação do referido processo na realidade brasileira tem sido acompanhada por um impressionante crescimento qualitativo e quantitativo das empresas juniores. Tal crescimento se torna evidente levando-se em consideração que atualmente existem no país cerca de 600 empresas juniores prestando serviços nas mais diversas especialidades profissionais (BRASIL JR, 2014).

Cumprir assinalar, contudo, que o movimento ainda é pouco difundido em algumas especialidades no contexto nacional, dentre as quais se destaca, a Gastronomia. Visando preencher essa lacuna, foi criada a Empresa Júnior do Curso de Gastronomia da Universidade Federal da Paraíba – Degustar Jr., a primeira empresa júnior a desenvolver projetos de assessoria e consultoria exclusivos na área de Gastronomia no Brasil.

Esta pesquisa teve, portanto, o objetivo de estruturar o estudo de caso da Degustar Jr., demonstrando os passos executados para sua fundação, primeira organização, bem como as principais ações realizadas até o momento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa adota uma estratégia de investigação qualitativa, pois se baseia em um processo de coleta e análise de dados de um ambiente individual (uma empresa) para a interpretação e análise de temas gerais. Segundo Creswell (2010, p. 26), a pesquisa qualitativa se traduz em um meio para “explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano.

Dentro da estratégia de investigação qualitativa, foi escolhido o método de estudo de caso, pois foi explorado profundamente todos os aspectos associados ao planejamento e implantação da Empresa Júnior Degustar Jr.. Este método se caracteriza pela multiplicidade dos procedimentos de coleta de dados e pela flexibilidade de apresentação dos seus resultados (CRESWELL, 2010).

Para a realização deste estudo de caso, os procedimentos de coleta de dados se dividiram basicamente em duas frentes: (1) análise documental, tanto de documentos legais de abertura da empresa como aqueles criados para fins mercadológicos, como o processo de construção da marca; e (2) entrevistas com os membros fundadores para coletar informações a respeito de atividades já realizadas pela Degustar Jr.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Empresa Degustar Jr. foi criada em 2016 por um grupo de discentes do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O incentivo partiu da disciplina de Empreendedorismo, a qual existe no curso dentro de um eixo de gestão, com diversas disciplinas que capacitam os estudantes de gastronomia em gestão, incentivando-os a abrirem seus próprios negócios.

A missão da Degustar Jr. é Oferecer soluções adequadas no campo do conhecimento, visando integrar alunos, professores e empresários, proporcionando-lhes possibilidade de unir a teoria acadêmica à realidade prática demandada pelo mercado, principalmente pelas pequenas e médias empresas comerciais, industriais ou de prestação de serviços”.

Diante do perfil dos estudantes do curso, com diversos alunos já graduados em outras áreas, formou-se uma equipe de discentes multidisciplinar, com formações nas áreas de direito, contabilidade e comunicação, dentre outras. Esta multidisciplinaridade trouxe certa celeridade ao processo de abertura e constituição da identidade visual da empresa.

O nome “Degustar” foi escolhido por se associar ao setor de gastronomia como algo prazeroso e talvez gratuito, no sentido de provar, demonstrando intuitivamente o formato jurídico sem fins lucrativos da empresa.

A criação da logomarca uniu três conceitos: (1) um formato que lembrasse uma xilogravura, indicando a regionalidade, por ser uma empresa criada no Nordeste; (2) a presença do maxixe na logomarca, por representar um produto regional de cor verde, que representa a natureza, o crescimento e a jovialidade; (3) ter um símbolo, no caso um garfo, representando o setor de gastronomia. O resultado é a logomarca da Degustar Jr., apresentada na Figura 1, a seguir.



Figura 1 – Logomarca da Degustar Jr.

Fonte: Degustar Jr.

De acordo com a apresentação institucional da empresa (2017), os objetivos da Degustar Jr. são: (1) se tornar uma empresa júnior de referência no meio acadêmico; (2) gerar a ponte entre o mundo acadêmico e o mercado de trabalho; (3) garantir o espaço dos membros da empresa no mercado de trabalho; e (4) estabelecer uma relação de transparência, responsabilidade e satisfação com os clientes.

Com a orientação de um grupo de professores do Departamento de Gastronomia da UFPB, os estudantes criaram a proposta de serviços da Degustar Jr., com três grandes áreas de atuação, quais sejam: (1) Personal Chef; (2) Consultoria em Gestão e Segurança Alimentar; e (3) Treinamentos e Cursos.

Primeiramente, sobre os serviços de Personal Chef, trata-se de um serviço no qual a Degustar Jr. prepara as refeições na casa do cliente ou em local de sua preferência, conforme as necessidades e preferências do cliente. Já os serviços de consultoria consistem em assessorar outras empresas do setor de gastronomia a aperfeiçoar seus processos nas áreas de gestão, segurança alimentar e na própria cozinha, conforme diagnóstico realizado. Por fim, a empresa também pode realizar treinamentos e cursos nas mais diversas áreas da gastronomia.

Para estimular a Degustar Jr. a realizar o seu primeiro projeto, um grupo de Docentes do Departamento de Gastronomia da UFPB criou um Projeto de Extensão com bolsista e voluntários através do PROBEX 2017 (Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFPB), intitulado “Degustar Jr. apoiando Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) no Ramo de Alimentos e Bebidas em Comunidades Carentes Locais”.

O objetivo deste projeto de extensão foi contribuir para o desenvolvimento do setor de gastronomia no Bairro de Mangabeira, Cidade de João Pessoa, através da execução de microprojetos de melhorias na gestão de empresas da área de gastronomia que estejam instaladas em áreas de vulnerabilidade social deste bairro. Sendo assim, fomenta o cumprimento da missão da Degustar Jr., a partir do momento em que atuou em consultoria e assessoria para micro e pequenas empresas, colocando o aluno em contato com o mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento do setor e trazendo benefícios para a comunidade local escolhida, através da oferta de serviços de qualidade.

Os estudantes elaboraram para as oito empresas que receberam o microprojeto de consultoria um breve diagnóstico da situação atual da empresa com proposição de melhorias. O diagnóstico foi elaborado através de um checklist, uma lista de perguntas que teve como resultados das suas respostas um conjunto de informações capazes de informar a situação técnica e gerencial atual da empresa respondente. Depois, as melhorias propostas para as empresas foram agrupadas conforme os interesses comuns para a execução das mesmas em conjunto. Por exemplo, quatro das oito empresas receberam treinamento conjunto na área de planejamento de cardápios.

Além deste projeto de extensão, totalmente executado em 2017, a Degustar Jr. já realizou quatro serviços de Personal Chef, sendo o maior deles um almoço com serviço completo para 50 pessoas. Além disso, a própria UFPB contratou a Degustar Jr. para a Semana do Servidor, onde foi montado um stand com comidas feitas pela Degustar Jr. e o material promocional da empresa. Também foram gravadas entrevistas para a TV UFPB sobre a empresa.

CONCLUSÕES

A Degustar Jr., empresa Júnior do Curso de Bacharelado em Gastronomia da UFPB, foi criada em 2016 e desde então vem demonstrando seu desenvolvimento através dos projetos e serviços já realizados. O perfil empreendedor está presente em seus membros, demonstrando a vontade de cumprir a missão da empresa e se relacionar cada vez mais com o mercado de trabalho.

Entretanto, muitos são os desafios para a continuidade do seu desenvolvimento, principalmente por se tratar de uma Empresa Júnior. Seu formato jurídico já a torna sem fins lucrativos, o que por consequência não permite que o trabalho de seus membros seja remunerado, fazendo com que apenas um grupo restrito de discentes e docentes se interesse em realizar as atividades da empresa. Além disso, por ser nova e pouco conhecida ainda no mercado, não conseguiu obter clientes o suficiente pelo menos para promover a sua autosustentação.

Independente disso, já se demonstra uma empresa organizada em termos de gestão, com estratégia, identidade visual e matérias de comunicação bem definidos, pronta para se apresentar ao mercado e para se desafiar no mercado de empresas juniores.

REFERÊNCIAS

BRASIL JÚNIOR. **Confederação Brasileira de Empresas Juniores**. DNA Jr, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3ª Ed. São Paulo: Artmed, 2010.

DEGUSTAR JR. **Apresentação Institucional da Degustar Jr**. João Pessoa: Degustar Jr., 2017.

NETO, L. M. et. al. **Empresa júnior: espaço de aprendizagem**. Florianópolis, 2004.

SANGALETTI, C.; CARVALHO, G. **Introdução ao Movimento Empresa Junior**. In: NETO, L. M. et al. **Empresa Junior: espaço de aprendizagem**. Florianópolis: [s.n], 2004.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LA INHALACIÓN DE TEROKAL Y EL DETERIORO SOCIAL DE LOS NIÑOS DE LA CALLE

Data de aceite: 03/06/2024

Clody Genaro Guillén Albán

Sociólogo, Máster en Intervención Social en Sociedades del Conocimiento por la Universidad Internacional de La Rioja (España), post grado en Educación de Niños de la Calle y especialista en educación no formal de niños en alto riesgo; tiene Certificación en Estrategias para Equipos de Salud que abordan problemas de consumo intrafamiliar por Sedronar (Argentina) y estudios de Maestría en Educación en la Facultad de Teología Pontificia y Civil de Lima (Perú), ha sido ponente en diferentes congresos internacionales en temas de infancia e institucionalización y es autor, entre otros, de los libros Covid-19 y Proyecciones del Trabajo Infantil en el Perú (2020), Iatrogenia y Nueva Socialidad (2021), La Paradoja Peruana (2021) y Paulo Freire y los Educadores de Calle (2021) y de artículos periodísticos sobre problemas de la niñez en el Perú. Tiene amplia experiencia en gestión y dirección de servicios sociales para niños en riesgo, tanto en el sector público como en el privado. En la actualidad se desempeña como Coordinador Nacional del Servicio de Educadores de Calle del INABIF y es Asesor de proyectos educativos para comunidades en vulnerabilidad por diversidad cultural

INTRODUCCIÓN

El problema del consumo de terokal entre los niños de la calle constituye una realidad bastante compleja; así, debido a que en ella confluyen situaciones que dependen del entorno, la sustancia y los propios niños, éste no puede dejar de ser definido como un problema multidimensional que se manifiesta en el deterioro físico, psicológico y social que éstos experimentan como consecuencia del proceso de callejización, el cual –al ser definido por el discurso hegemónico– los marginaliza y, además, los excluye progresivamente de la participación en la sociedad, no sin antes haberlos estigmatizado como no reintegrables por ser irrecuperables.

No obstante el deterioro físico, psicológico y social que se ha observado, en este artículo no nos referiremos a los deterioros físico y psicológico que produce el consumo prolongado de terokal, por lo que –si bien mencionaremos los efectos fisiológicos y psicológicos que son

ocasionados por la inhalación de tolueno– nos concentraremos en el *deterioro social* de los NNA de la calle y lo definiremos como una forma particular de situación que afecta su reintegración social, lo cual nos servirá para la intervención social con estos niños, luego de comprender adecuadamente la génesis de este problema.

De acuerdo con esto, en la acción socioeducativa con los niños de la calle, cobra importancia la *intervención temprana* con aquellos que recién han ingresado al círculo de la vida en la calle, ya que ésta disminuye el riesgo de que desarrollen consumos problemáticos de SPAs y que, además, se deterioren, afectando sus posibilidades de reintegración a la sociedad; asimismo, este tipo de intervención también contribuye a disminuir el riesgo de violencia urbana y la delincuencia, así como el gasto de recursos públicos en servicios de rehabilitación de drogodependencias.

Así, debido a que evitar el deterioro social es una de las prioridades en la acción socioeducativa con niños de la calle, a fin de tener una adecuada comprensión del problema, recurriremos al *Modelo de Leavell y Clark* para explicar la historia natural del consumo de terokal entre estos niños y, también, a la hipótesis de Denise Kandel que sustenta el *Modelo de la Escalada del Consumo*, en la que basaremos nuestra exposición sobre la *hipótesis del deterioro progresivo* por el tiempo de vida en la calle y el tipo de consumo de terokal; para esto, además, recurriremos a la evidencia recuperada a partir de los datos disponibles que han sido documentados y hechos públicos por el Servicio de Educadores de Calle del INABIF, lo cual cobra importancia si se tiene en cuenta que éste, además de ser una intervención estatal que busca la restitución de los Derechos de los niños de la calle, es también el servicio más importante que viene ejecutándose en el Perú, no sólo por su objetivo y cobertura, sino –sobre todo– por su estrategia¹.

EL DETERIORO SOCIAL ENTRE LOS NNA DE LA CALLE

En un documento anterior², se ha planteado la *existencia de una secuencia en el deterioro de los NNA que se encuentran viviendo en la calle* y, en base a ésta, se ha afirmado la ocurrencia de estadios que –de un modo progresivo– se concretizan en *perfiles de deterioro*³ (Guillén, 2002, 2017, 2023b; INABIF, 2002); así, se ha señalado que

Estos perfiles son tres y evidencian una situación secuencial que permite deducir el estadio de deterioro Leve, Moderado o Severo en que se encuentra cada NNA que vive en la calle y, en consecuencia, qué tipo de cambio se requiere y qué tipo de resistencias al cambio pueden presentarse, las cuales dependerán de dos condiciones: el tiempo de vida en calle y el tipo de consumo de SPAs. (Guillén, 2024, p. 160)

1 La estrategia del Servicio de Educadores de Calle para la recuperación social de los niños de la calle ha sido recogida en la tesis *Revisión teórica del modelo de intervención con niños de la calle en el Perú* que fue elaborado por nosotros para sustentar el grado de Máster en Intervención Social en Sociedades del Conocimiento en la Universidad Internacional de La Rioja (España).

2 Nos referimos al artículo *Niños, niñas y adolescentes que viven en la calle en Lima: Algunos aportes para su definición y atención especializada* (Guillén, 2024).

3 El *Modelo de Perfiles de Deterioro* fue elaborado en el año 2002 y para establecer el nivel de deterioro de los NNA que viven en la calle se propuso que cada nivel depende del desempeño de seis variables recurrentes.

En dicho documento, asimismo, se señaló que en la construcción de los tres perfiles de deterioro concurren seis variables que son recurrentes [atingentes], una de las cuales es el “*tipo de consumo de sustancias psicoactivas (SPAs)*”⁴, entre las que se encuentran los pegamentos sintéticos como el terokal y el africano, cuyo principio activo es el tolueno.

Si bien dichos perfiles han sido construidos sobre la base de las premisas “*a menor tiempo de vida en la calle, mayores probabilidades de reintegración familiar*” y “*a mayor tiempo de vida en la calle, menor probabilidad de reintegración familiar y social*” (Guillén, 2024), ello se debe a que en éstas se encuentran dos regularidades que, luego de haberse observado sus desempeños, ponen en evidencia que “*el tiempo de vida en la calle*” es la variable independiente de mayor incidencia en el deterioro de los NNA que viven en la calle y –además– la de mayor relevancia en la intervención social orientada a que abandonen la vida en la calle.

Así, al cruzar la variable independiente (el “*tiempo de vida en la calle*”) con la variable “*tipo de consumo de sustancias psicoactivas*” puede conocerse el *nivel de deterioro por consumo de terokal* (es decir por la inhalación de tolueno), el cual –sin duda– es el plano más evidente del deterioro de los NNA de la calle⁵; en el Gráfico 1 puede apreciarse la correlación de estas dos variables y su correspondencia con alguno de los estadios de deterioro, los cuales son *Leve*, *Moderado* y *Severo* (Guillén, 2024) y, a su vez, están vinculados a una “*carga disocial*”⁶ específica que se valora de menor a mayor.

4 Las otras variables son: 1) el tiempo de permanencia en la calle, 2) el vínculo familiar, 3) las actividades de sobrevivencia, 4) el aspecto personal y 5) los antecedentes de institucionalización.

5 Excluyendo el *nivel de deterioro por el tiempo de vida en la calle* y el *nivel de deterioro por el tipo de consumo de SPAs*, los otros planos del deterioro de los NNA de la calle son: 1) el *nivel de deterioro por el tipo de vinculación familiar*, 2) el *nivel de deterioro por el desarrollo de actividades de sobrevivencia*, 3) el *nivel de deterioro por el tipo de cuidado de la apariencia personal* y 4) el *nivel de deterioro por la cantidad de institucionalizaciones*.

6 La idea de la *Carga Disocial* alude a la menor o mayor frecuencia de cada una de las seis variables que son atingentes a los Perfiles de Riego de los NNA de la calle; esta idea ha sido desarrollada en el trabajo *NNA de la calle: Carga disocial y Recuperación social* (Guillén, 2019b). La *Carga Disocial* se expresa en la conducta de los NNA de la calle y es un predictor del éxito o fracaso de la intervención social.

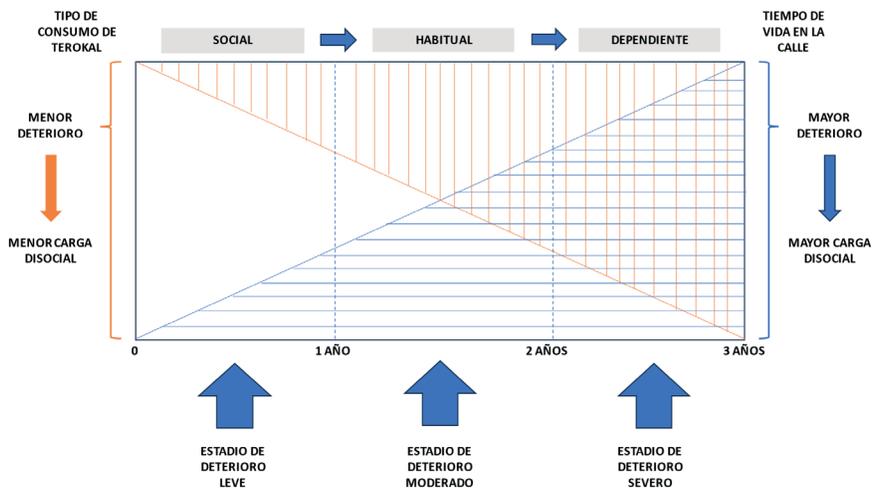


Gráfico 1

Nivel de deterioro por tiempo de vida en calle y tipo de consumo de terokal

Elaboración propia; en base a Guillén, 2002 y 2024.

De acuerdo con la hipótesis propuesta para el *Modelo de Perfiles de Deterioro*, el “deterioro por consumo de terokal” debe correlacionarse con los “otros” planos de deterioro (tal como se aprecia en el Gráfico 2), a fin de construir cada uno de los *tres perfiles de deterioro de los NNA de la calle*, los mismos que –al construirse– ponen en evidencia una tendencia natural que cumple con los requisitos del *Modelo de la Escalada del Consumo* que fue propuesto por Kandel.

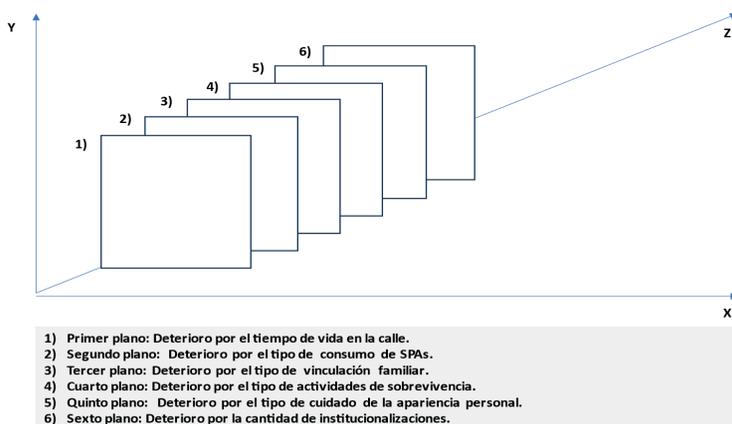


Gráfico 2

Planos de deterioro de los niños de la calle

Elaboración propia; en base a Guillén, 2024.

Teniendo en cuenta la importancia del tiempo y recogiendo la premisa “a mayor tiempo de vida en la calle, menor probabilidad de reintegración familiar y social”, se ha aceptado la importancia que tiene la *intervención temprana*; de acuerdo con esto, Montes (2008) ha señalado que

Se sabe que, a mayor tiempo en calle, es más improbable que el niño regrese a su familia o viva de manera autónoma. En otras palabras, a mayor tiempo en calle, el niño se apropia de la cultura callejera y es probable que siga habitando en la calle hasta la edad adulta. Por ello, es fundamental que la detección temprana sea efectiva para realizar un trabajo psicosocial cuando los niños llevan el mínimo de tiempo en calle combinado con una atención especializada a la familia de origen, la familia extendida o un adulto significativo en caso que la primera no lo pueda acoger. (p. 51)

En este mismo sentido, recientemente también se ha afirmado que

el mayor tiempo de vida en la calle (o la menor probabilidad de reintegración familiar y social que éste supone) aumenta el costo social de no intervenir tempranamente y de modo especializado, lo que dificulta la recuperación social de aquellos NNA que tienen un mayor deterioro, por presentar una mayor *carga disocial* y –las más de las veces– *patología dual*. (Guillén, 2024, pp. 145-146)

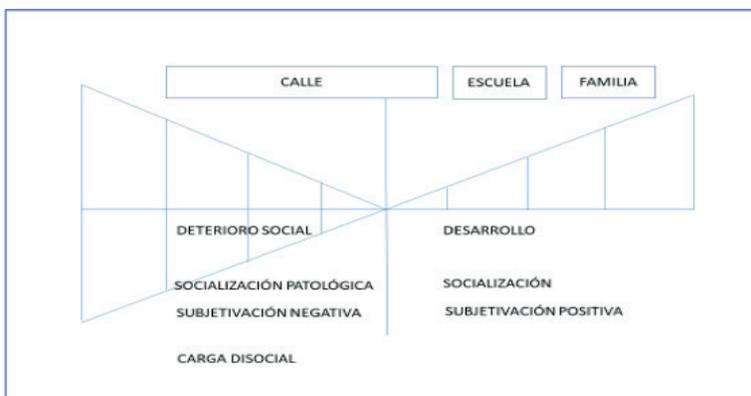
Respecto a la vida de los niños, niñas y adolescentes en la calle, Alicia Le Fur (1999) ha señalado que “la calle no está preparada para albergar cuerpos y psiquismos infantiles y éstos no lo están para alojarse en la calle” (p. 40); en este sentido, la calle es comprendida como un espacio que es hostil para quien la habita y –en correspondencia a ello– la vida en la calle es especialmente nociva para la infancia, habiéndose observado que a mayor tiempo de vida en la calle los niños, niñas y adolescentes presentan mayor deterioro social⁷.

Aunque no se ha dicho directamente, en base a la información existente, se sabe que el deterioro social eleva la “probabilidad que tienen las personas de ser excluidas de las oportunidades de desarrollo debido a uno o más factores (...) que dificultan su integración a la sociedad” (INABIF, 2000, p. 92), siendo los niños, niñas y adolescentes que tienen a la calle como principal espacio de socialización quienes muestran los indicadores más dramáticos del deterioro social, ya que sus valores han sido reemplazados por los valores antisociales de la calle, adoptando conductas delincuenciales, actividad sexual precoz, consumo de SPAs y otras conductas de riesgo.

⁷ En anterior oportunidad, al proponer la *Metodología de Atención Articulada* para la atención de niños y adolescentes que trabajan o viven en la calle (Guillén, 2002) hemos usado este concepto para referirnos al *empeorar del bienestar de aquellos niños y adolescentes que por su prolongada exposición a la calle, se han excluido de sus grupos de pertenencia* (Familia y Escuela) y, asimismo, *se han apartado de la sociedad formal y sus normas y cultura, habiéndose vuelto inhábiles sociales para reintegrarse a la sociedad*; en dicha ocasión se propuso que un niño, niña o adolescente se encuentra en «*deterioro social*», cuando se observa que ha modificado negativamente su apariencia personal (básicamente en su vestimenta y aseo) y sus comportamientos observables (principalmente a nivel del comportamiento fisiológico, motor y verbal) y no observable (en sus niveles cognitivo y afectivo). Estos indicadores del «*deterioro social*» de niños en situación de calle han sido retomados en *La Casa Estancia: un modelo ad-hoc para la recuperación de niños y adolescentes en situación de calle* (Guillén, 2019a).

Así, al ser la calle el principal espacio de socialización de los NNA que viven en ella, éstos interactúan con los “otros” actores de la calle⁸, de los que, al ser sus referentes adultos y de pares, imitan y adoptan sus actitudes y comportamientos, lo que –aunque no es determinante– contribuye a su «*callejización*»⁹ y deterioro social, colocándolos al límite de la inadaptación social y –como consecuencia de ello– de la generación de «*anomia*»¹⁰ y «*patologías sociales*»¹¹, lo que –sin duda– dificulta la recuperación de los niños, niñas y adolescentes que al tener mayor carga disocial también tienen mayor deterioro social y, además, eleva los costos de los programas y servicios sociales para su atención y protección.

Si bien puede pensarse que el desarrollo de los NNA es un proceso que se da como respuesta adaptativa a los espacios sociales en los que circula (la familia, la escuela y la calle, entre otros), en el caso de los NNA que viven en la calle, al ser ésta su espacio de socialización, debido a las condiciones de vida en ella, no puede hablarse de desarrollo sino de deterioro y, de modo específico, de *deterioro social* (Guillén, 2023a), tal como se intenta graficar en el Esquema 1.



Esquema 1

Espacios en los que se desarrolla la vida del niño o adolescente

Tomado de Guillén, 2023a, p. 56.

8 Por actores de la calle entiéndase a todos aquellos que habiendo roto o no su vínculo con la sociedad oficial, han hecho de la calle su espacio vital, del que se nutren y, al mismo tiempo, perpetúan.

9 La «*callejización*» es el proceso de interiorización de la cultura de la calle y, como tal, es el proceso más nocivo para el desarrollo psicológico y social de los niños, niñas y adolescentes expuestos a la dinámica de la calle.

10 La *anomia* es una condición que se caracteriza por la ausencia de normas y por la confusión de valores en una sociedad o grupo, tratándose, en este sentido, de un quiebre que ocurre en la estructura de la cultura cuando se produce una aguda disyunción entre las normas y las metas culturales y las capacidades socialmente estructuradas de los miembros de un grupo para actuar de acuerdo con ellas. El empleo del concepto *anomia*, en tanto lugar social que se forma en las distancias existentes entre conductas grupal y normas sociales y entre conducta grupal y objetivos sociales, nos ayuda a entender la aparición, mantenimiento y extinción de *patologías sociales*.

11 El concepto *patología social* fue propuesto en 1915 por Alfred Grotjahn en el libro *Soziale Pathologie*. Debido al empleo generalizado de conceptos como desorganización social y problema social (que no están asociados al Modelo Orgánico de la Sociedad) fue dejado de lado y considerado obsoleto; no obstante ello, con el concepto de salud dado por la OMS (1946) y la propuesta del *Modelo Biopsicosocial de Engels* (1977), ha cobrado vigencia, debido a su amplitud y potencia explicativa. Este concepto ha sido utilizado para referirse a las situaciones sociales que, a juicio de los propios miembros de la comunidad, no pueden ser toleradas y, en consecuencia, deben ser afrontadas con un sentido constructivo, por medio de la acción colectiva; de acuerdo con Pratt (2010), se denomina *patología social* a cualquier condición mórbida de la sociedad.

De acuerdo con la *hipótesis del deterioro progresivo* propuesta para el *Modelo de Perfiles de Deterioro*, la *intervención temprana* disminuye el riesgo de que los NNA que viven en la calle, al ser parte de un grupo intersticial que les impone una cultura y conductas de ajuste a la vida en la calle, desarrollen un consumo problemático de SPAs y que, como consecuencia de ello, presenten un deterioro (físico, psicológico y social) severo, ya que ésta, al actuar en el *período prepatogénico*, busca evitar el inicio del consumo de terokal, modificando o suprimiendo los factores de riesgo o impidiendo que actúen sobre el NNA y afecten su desarrollo humano; la *intervención temprana*, además de interrumpir el proceso de *socialización patológica* (Yaría, 1999), también disminuye el riesgo de ingreso a la delincuencia y violencia urbana y –de otro lado– el gasto de recursos públicos en servicios de rehabilitación para drogodependientes jóvenes, con el costo social que ello supone.

En este sentido, la acción socioeducativa que se realiza en la *intervención temprana* con los NNA que han ingresado al circuito de la vida en la calle “se orienta a lograr la interrupción de la *socialización patológica* del niño o adolescente [de calle] y a [concretar] su retorno a la sociedad formal, en una familia funcional y en una escuela que lo acepte” (Guillén, 2023a, p. 55).

Así, en base al *Modelo de Leavell y Clark* (1965), atendiendo a la *historia natural* que sigue el deterioro de los niños de la calle por el consumo de terokal que –creemos– encuentra sustento en este modelo (ver Gráfico 3), la *intervención temprana* actúa en el *período prepatogénico* que –sin tener un tiempo definido^{12*}– es posterior al inicio de la vida en la calle y –al no existir ningún tipo de consumo– busca *evitar el inicio del consumo de terokal*, mientras que, ya en el *período patogénico*, la intervención social se orienta a lograr un *tratamiento oportuno* y a *detener el deterioro*¹³ y la intervención sanitaria trata de *rehabilitar al NNA de la dependencia a las drogas*, lo cual sólo podrá lograrse en una Comunidad Terapéutica.

12 * El período sin consumo de terokal depende de la resistencia que tenga el NNA ante la presión de grupo; así, debido a que el consumo se inicia y se mantiene por la presión de grupo, Olivar (2005) ha propuesto que, junto a la dependencia física y psicológica a las SPAs, también existe una dependencia social.

13 La bibliografía existente muestra que el deterioro por consumo de terokal es reversible siempre que éste se interrumpa antes de los dos años de iniciado, no exista policonsumo y se mantenga una abstinencia prolongada.

El deterioro de los NNA de la calle es una situación que –como se propone– sigue una tendencia natural (una historia) y, en ésta, se observa una secuencia (una trayectoria) que –desde la no patogenia hasta la patogenia– tendría tres etapas (Benavente, 2028), la última de las cuales

Se caracteriza por la deshumanización del menor, que ya ha pasado demasiado tiempo en la calle y para quien el grupo de amigos ya no tiene importancia. Muchos llegan a esta fase cuando ya son mayores de edad y han tenido recaídas tras haber estado en centros de rehabilitación. (p. 13)

Debido al deterioro social (Guillén, 2023a y 2024) o deshumanización (Benavente, 2018) que sufren los NNA que viven en la calle, una de las prioridades en la acción socioeducativa es evitar que éste ocurra y, para ello, se recurrirá tanto al *Modelo de la Escalada del Consumo* de Kandel (1975, citada por Rojas, 2003) como al *Modelo de Leavell y Clark* (1965), ya que éstos son de bastante utilidad para comprender el proceso del consumo de terokal en tres niveles (uno prepatogénico y dos patogénicos) y como resultante de la interacción de múltiples factores, los mismos que pueden ser agrupados y ordenados en el esquema del triángulo epidemiológico de Leavell y Clark, en cuyos vértices coexiste un equilibrio dinámico entre *agente* (el terokal), *hospedero* (el NNA de la calle) y *medio ambiente* (la calle), los que –a su vez– devienen en factores de riesgo para el consumo.

LA HISTORIA NATURAL DEL CONSUMO DE TEROKAL ENTRE LOS NNA DE LA CALLE

Al referirse al consumo de sustancias volátiles, Westermeyer (1989, citado por Contradrogas, 1999) ha afirmado que “los niños y adolescentes son (una población) en riesgo (de abuso de sustancias volátiles) en cualquier comunidad” (p. 72), pero sobre todo en aquellas comunidades con altas tasas de pobreza y desempleo y, asimismo, ha señalado que

Niños(as) y jóvenes alejados de sus hogares, pueden ser una población en riesgo de uso epidémico. Por lo general se encuentran consumidores entre los 7 y 19 años de edad, pero se ha reportado el uso de sustancias volátiles desde los 4 a 6 años. (p. 72)

En base a la información pública existente, se sabe que “la situación de carencia en la que vive esta población hace que utilicen la droga como una forma de fugarse, es decir de olvidarse del hambre, del frío o que no tienen alguien que les brinde afecto” (INABIF, 2000, p. 106); asimismo, también se sabe que

Lo encontrado en la experiencia de los Educadores de Calle es que el 100% de las niñas, niños y adolescentes de la calle que tienen más de un año en esa situación, consumen inhalantes, principalmente el pegamento llamado terokal o el producto ecuatoriano Africano que por ser más barato es el que prefieren. De este universo, el 15% ya presenta adicción al tolueno (...), quienes han generado tolerancia a este componente han incursionado en el uso de la Pasta Básica de Cocaína. (p. 106)

De acuerdo con este dato, tras un año de vida en la calle, el 100% de las NNA de la calle consumen inhalantes y sólo el 15% ya presenta adicción al tolueno; es decir, en base a este dato se infiere que, en la historia natural del consumo de inhalantes, entre los NNA de la calle existen tres momentos que, a su vez, nos ayudarán a comprender el proceso del consumo de terokal, el mismo que –como se ha dicho– progresa en tres niveles (uno prepatogénico y dos patogénicos).

De acuerdo con esto, puede afirmarse que los tres momentos de la historia natural del consumo de terokal son:

1. Un primer momento en el que no hay ningún tipo de consumo y que puede llegar a durar hasta el primer año de vida en la calle,
2. Un segundo momento en el que existe consumo social o habitual de terokal y que puede llegar hasta los dos años de vida en la calle, y
3. Un tercer momento en el que se continúa con el consumo de terokal y, debido al tiempo de vida en la calle, este se combina con el consumo compulsivo y problemático de otras SPAs.

Así, en base a los datos que han sido proporcionados por el Servicio de Educadores de Calle del INABIF, se sabe que los NNA que viven en la calle

se encuentran en las calles más concurridas en las ciudades del Perú, tienen un aspecto sucio, desarrapado y adquieren como costumbre la mendicidad, el robo, la promiscuidad sexual y el consumo de psicotrópicos, en un inicio con inhalantes y posteriormente PBC y marihuana. (INABIF, 2000, p. 106).

Con esto, es de señalarse que en la vida en la calle se cumpliría el *Modelo de la Escalada del Consumo*, según el cual los NNA inician su consumo con una sustancia legal¹⁵ de bajo costo y fácil acceso y –luego– escalan hasta el consumo de sustancias ilegales de alto costo y más difícil acceso, con lo que –además– pasan del consumo social (por la presión del grupo de calle) hasta el consumo problemático (por la dependencia a la principal sustancia consumida).

Al respecto, la literatura muestra que, en todos los casos, *los NNA de la calle se inician con el consumo de terokal* y que –por su mayor tiempo de vida en la calle o por su mayor deterioro– se adhieren –con facilidad– al consumo de sustancias ilegales; asimismo, la literatura muestra que el inicio del consumo de terokal entre los niños de la calle se debería a la presión de grupo y a la necesidad de ser aceptado por éste y que el consumo de terokal –en realidad– es parte de la subcultura del grupo de la calle y, por tal, es parte del proceso de callejización y del deterioro social de estos NNA, lo que se acelera por estar excluidos de los grupos sociales formales propios para su edad: la familia y la escuela.

De acuerdo con esto, Ordóñez (1995a) ha precisado que cuando el NNA logra insertarse y hacerse aceptar en la subcultura de la marginalidad, el grupo de la calle

¹⁵ Nos estamos refiriendo al *Terokal*, el cual es un pegamento industrial legal y de venta libre; el principio activo de este pegamento es el tolueno, el cual es altamente adictivo.

“constituye (...) no sólo el medio principal de transmisión de los valores y formas sociales de aquélla, sino que, a través de la presión grupal, determina el inicio en el consumo de sustancias psicoactivas” (p. 18).

En relación al consumo de SPAs entre los NNA de la calle, Vara (2001) ha encontrado que “mientras más número de niños de la calle conocen, más probabilidades tienen los niños de consumir drogas” (p. 39), lo que –de alguna manera– nos devuelve a pensar en el consumo de terokal como parte de la subcultura del grupo de NNA de la calle y, asimismo, a que el inicio y el mantenimiento del consumo de terokal no pueden ser comprendidos por separado del grupo de la calle, el mismo que –en última instancia– es el depositario de la subcultura de la calle.

En base a la información recogida en el I Censo de los Niños de la Calle, Vara (2001) ha informado que “en cuanto al consumo de terokal, el 29.1% [de los NNA] lo ha consumido al menos dos veces por semana y 62.7% [lo ha consumido] más de cuatro veces por semana” (p. 55), tal como se puede ver en la Tabla 1.

Nº de veces por semana	Terokal	Pasta básica	Otras drogas
Nunca (0 veces)	5 (3.7%)	63 (47%)	73 (54.5%)
Pocas veces (hasta 2 veces)	39 (29.1%)	35 (26.1%)	19 (14.2%)
Casi a diario (+ de 4 veces)	84 (62.7%)	3 (2.2%)	3 (3%)
No contestó	6 (4.5%)	33 (24.6%)	38 (28.4%)
Total	134 (100%)	134 (100%)	134 (100%)

Tabla 1

Consumo de sustancias psicoactivas en el niño de la calle

Elaborado en base a Vara, 2001, p. 55.

Así, teniendo en cuenta lo mostrado en la Tabla 1, el 62.7% de los censados que inhala terokal más de cuatro veces por semana presenta un consumo de tipo dependiente (al tolueno) y el 29.1% que inhala terokal hasta dos veces por semana combina el consumo de terokal con el consumo de pasta básica (26.1%) y otras drogas (14.2%), por lo que se presume que éstos, al desplazar el consumo de terokal hacia drogas de mayor costo, serían adolescentes próximos a la mayoría de edad, quienes tienen más tiempo de vida en la calle y –en consecuencia– su círculo de conocidos se habría ampliado a otros ocupantes de la calle (principalmente delincuentes y tratantes), con lo que –también– cambiaría su estrategia para obtener ingresos.

En relación a la estrategia de los NNA de la calle para la generación de ingresos, la información proporcionada por el Servicio de Educadores de Calle del INABIF permite la identificación de una progresión en las estrategias, las que –a su vez– estarían en correspondencia a los estadios de deterioro Leve, Moderado y Severo que presentan los NNA que viven en la calle (Guillén, 2024); en este sentido, cabe recordar que, en el caso del Cercado de Lima, Lucía Santiago y Gladys Pisco (2003), ya habían encontrado que

En la Ribera [del Río Rímac] pese a que Los NAC's realizan el robo de objetos como relojes, billeteras, celulares, es mayoritario el número de NAC's que practican la mendicidad y en ocasiones trabajos eventuales como limpieza de vehículos y venta de golosinas. En el Parque Universitario los NAC's casi en su totalidad se dedican al robo. En ambos casos el dinero obtenido es utilizado principalmente para el consumo de drogas (Terokal, Marihuana y PBC). (p. 7)

Así, de acuerdo con la información proporcionada por Santiago y Pisco (2003), puede señalarse –todavía empíricamente y de modo provisional– que: 1) tras el ingreso del NNA al circuito de la vida en la calle *la estrategia a la que se recurre es la limpieza de vehículos y la venta de golosinas*, 2) cuando el NNA se ha integrado al grupo de calle y se ha hecho depositario de la subcultura de la calle *la estrategia a la que se recurre es la mendicidad*, aunque –en menor medida– todavía sigue realizando la limpieza de vehículos y 3) cuando ya es un habitante de la calle que se ha diferenciado del grupo de niños de la calle del que formaba parte y su círculo de conocidos se ha ampliado a otros ocupantes de la calle *la estrategia a la que se recurre es el robo* y –en el caso de las adolescentes– se pasa de la explotación sexual ocasional a la habitual o permanente.

En refuerzo de la hipótesis de que *“quienes tienen más tiempo de vida en la calle presentan un mayor deterioro”*, los datos proporcionados por el Servicio de Educadores de Calle del INABIF son de bastante utilidad ya que se ha encontrado que entre los NNA que viven en la calle

En el caso de los adolescentes mayores de 14 años, en base al hecho de la infracción a la Ley Penal, éstos pueden ser separados –al menos teóricamente– en aquellos que no realizan robos y aquellos que sí los realizan; asimismo, entre quienes realizan robos, también cabe la posibilidad de una separación entre los que realizan robos menores y los que realizan robos agravados o participan en bandas, observándose que, por lo general, quienes participan de robos agravados o participan en bandas son quienes tienen más tiempo en la calle y los que están próximos a alcanzar la mayoría de edad. (Guillén, 2024, p. 146).

Asimismo, cabe señalar que una observación adicional respecto a los NNA de la calle es que, debido al mayor tiempo de vida en la calle, “la presencia de consumo problemático de drogas ilegales –al parecer– podría confirmar la existencia de una asociación entre el consumo de drogas ilegales y la comisión de actos de infracción a la Ley” (Guillén, 2024, p. 147).

PATRONES DE CONSUMO DE TEROKAL ENTRE LOS NNA DE LA CALLE

De acuerdo con lo propuesto por Underleiger (1980, citado por Rojas, 2003), el Gráfico 4 nos da una pauta sobre la separación que existe entre los *patrones de consumo funcional* o no patológico (experimental, social o habitual) de sustancias psicoactivas y los *patrones de consumo disfuncional* o patológico (abuso o dependencia).

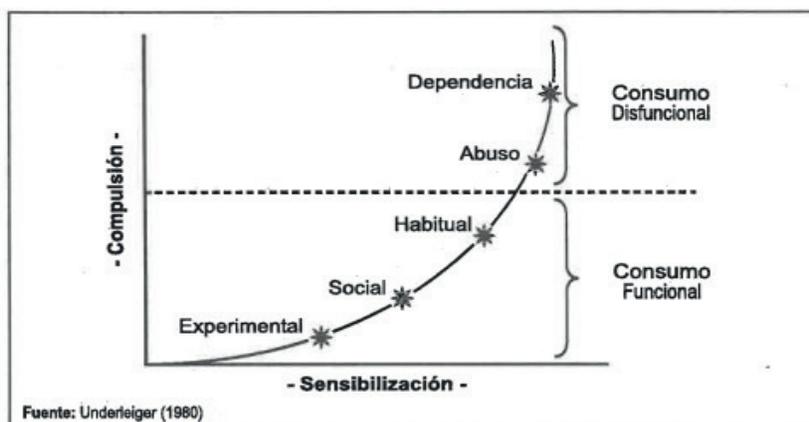


Gráfico 4

Patrones de consumo funcional y disfuncional

Tomado de Rojas, 2003, p. 93.

Así, en base al supuesto de que *los NNA de la calle se inician con el consumo de terokal* y ante la evidencia empírica de que los adolescentes con mayor tiempo de vida en la calle y –por tal– con mayor deterioro se adhieren con mucha facilidad al consumo de otras sustancias ilegales, usando la información proporcionada por Rojas (2003), pueden establecerse los patrones de consumo de terokal (tolueno) de los NNA de la calle, en los cuales la compulsión y la sensibilización son variables que han sido observadas en el proceso de uso – abuso de esta sustancia.

De acuerdo con los hallazgos de Lucía Santiago y Gladys Pisco (2003), las edades de los NNA de la calle en el Centro de Lima oscilan entre los 9 y 17 años edad (p. 6); en este mismo sentido, Fanny T. Añaños et al. (2010, p. 186), han informado que las edades de los NNA de la calle en el Perú fluctúan entre los 9 y 17 años, de los cuales 25% tiene entre 9 y 11 años, 42,9% tiene entre 12 y 15 años y 32,1% tiene entre 16 y 17 años, observándose que el 78,6% son varones y el 21,4% son mujeres.

En base a lo señalado por L. Santiago y G. Pisco (2003), puede afirmarse que en el año 2003 el promedio de edad de los NNA de la calle era de 13 años y que este mismo promedio se mantenía en el año 2010, tal como han informado F. Añaños et al. (2010).

En su informe, L. Santiago y G. Pisco (2003) también han señalado que los NNA de la calle en el Centro de Lima “tienen una permanencia en [la] calle de tres años como mínimo” (p. 6), con lo que es posible que –al menos en los años 2003 y 2010– la mayor cantidad de ingresos a la vida en la calle se haya producido a los 11 años de edad; siguiendo este supuesto, parece ser que Alex Ríos (1998) no se ha equivocado al afirmar que “en un alto porcentaje, los potenciales niños de la calle optan por hacer la calle suya aproximadamente desde los 9 a 12 años de edad” (p. 55), con lo que –si nos referimos a la génesis de los niños de la calle– cobra vigencia la interrogante respecto al por qué irse a la calle es una opción para los potenciales NNA de la calle cuando éstos alcanzan una edad aproximada de 10 años (Ríos, 1998, p. 55).

En base a los hallazgos de L. Santiago y G. Pisco (2003) se ha propuesto que las edades de los NNA de la calle se concentran entre los 11 y 15 años (Gráfico 5), lo cual no excluye la posibilidad de la existencia –aunque en menor cantidad– de NNA con edades inferiores y superiores a los límites del parámetro señalado; así, se ha reportado que se ha encontrado a niños que viven en la calle desde los 7 años y a adolescentes que tienen 18 años y continúan en la calle.

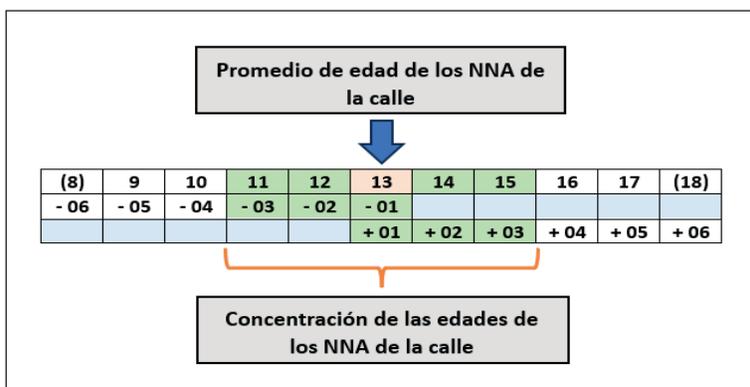


Gráfico 5

Concentración de las edades de los NNA de la calle

Elaborado en base a Santiago y Pisco, 2003.

Una encuesta realizada en Lima en el año 2008 a 102 NNA de la calle (VPLat, s/f.) trae dos datos que –aunque analizados con poco rigor– no pueden dejar de tenerse en cuenta: según el primero de ellos, “los NACS (...), en poco más de 1 año no sólo se quedan en [la] calle sino que pasan a pertenecer a este subgrupo social” (p. 51) y, según el segundo dato, “los NACS (...) pasan 9 meses entre su primer consumo de terokal y la creación de un hábito para con este producto” (p. 52); de acuerdo con estos dos datos, puede presumirse que el proceso de adherencia al consumo de terokal se da durante el primer año de vida en la calle y como parte de un proceso de tránsito a la vida estable en la calle.

De acuerdo con las conclusiones de dicha encuesta

Un 60% de los NASC (...) adoptan un hábito de consumo de terokal en el mismo espacio de tiempo en el que entran al proceso de pertenencia en calle, configurándose éste, más que en un hábito adictivo, [en] una pauta subcultural de entrada al subgrupo de la calle. (VPLat, s/f, p. 62)

En este sentido, cabe señalar que el consumo de terokal es uno de los mecanismos socializadores que predominan en la subcultura de la calle, por lo que su consumo funcional (o no patológico) y no funcional (o patológico) es aceptado por todos los miembros del grupo de NNA de la calle, incluso por quienes se encontrarían en el período de “no consumo”.

De acuerdo con los hallazgos del Programa De Piraña a Delfín de CEDRO, es de tenerse en cuenta que “el consumo diario o interdiario de inhalantes afecta a más del 95% de menores de la calle en Lima” (Ordóñez, 1995a, p. 30); en este mismo sentido, desde el Instituto Mundo Libre (s/f) se había afirmado que

En Lima se ha encontrado que el uso diario e interdiario de sustancias psicoactivas entre los niños de la calle (básicamente inhalantes) bordea el 97% casos. Igualmente, se ha percibido que el que un niño pertenezca a un grupo de pares “consumidor” dentro de la “subcultura de la calle” puede ser considerado, en sí mismo, como un factor de riesgo absoluto del consumo de drogas. (p. 22)

Teniendo en cuenta que, entre los NNA de la calle, el terokal es la SPA socialmente más aceptada y que su consumo es una *pauta subcultural de entrada al grupo de la calle*, haciendo uso de la hipótesis de Kandel, se propone que los primeros consumos se dan con la inhalación de este pegamento sintético, desde el que progresivamente se escalaría al consumo de otras drogas ilícitas, hasta llegar a drogas como la marihuana y la PBC.

De conformidad con el *Modelo de la Escalada del Consumo* que se sustenta en los hallazgos realizados en la década del 70 por Denise Kandel, puede proponerse que el consumo de terokal es la conducta intermedia entre el “no consumo” de ninguna SPA y el consumo de marihuana, PBC y otras drogas ilícitas; en base a este modelo, asimismo, se propone que tras el período de “no consumo”, pueden pasar hasta 9 meses entre el primer consumo de terokal y el abuso de su consumo, con la consiguiente predisposición al consumo de otras SPAs.

Así, puede afirmarse que todos los NNA que viven en la calle inician su experiencia de consumo de SPAs con el consumo de terokal y luego escalarían al consumo de otras drogas ilegales y más adictivas; de acuerdo con esto, es de recordarse que Ordóñez (1995b) ya había señalado que

En términos de la secuencia de inicio y eventual substitución del uso de diversas sustancias psicoactivas, en Lima se observa que, en la población de niños de la calle, los pegamentos industriales constituyen por regla general y fuera de ciertas drogas legales –tabaco, alcohol– la sustancia de elección con la que esta población se inicia en el consumo de drogas. (p. 21)

En base a la información disponible, empíricamente se sabe que un porcentaje muy reducido de NNA que viven en la calle no presenta consumo de sustancias psicoactivas¹⁶ y que éstos se inician en el consumo con la inhalación de terokal por presión del grupo; asimismo, puede presumirse que un porcentaje bastante alto de NNA que viven en la calle presenta consumo social o habitual de terokal y, en consecuencia, tienen un *patrón de consumo funcional* (o no patológico) y que, finalmente, un porcentaje aún reducido presenta abuso o dependencia¹⁷ y, además, policonsumo (o uso combinado) de SPAs, teniendo un *patrón de consumo disfuncional* (o patológico).

Si bien –empíricamente– se sabe que el consumo de terokal es exclusivo entre los NNA de la calle, al menos hasta los tres años después de haberse iniciado su consumo, también se sabe que, “aunque no existen estudios longitudinales sobre el uso de esta sustancia (...), diversos factores sugieren que el mismo es abandonado o substituido por otra sustancia pasada la adolescencia o iniciada la adultez” (Ordóñez, 1995b, pp. 21-22).

De acuerdo con esto, se sabe que quienes tienen más tiempo viviendo en la calle y, por ello mismo, están próximos a alcanzar la mayoría de edad, incurren en la comisión de actos de infracción a la Ley Penal y, con los recursos que obtienen, combinan el consumo de terokal con otras drogas –legales e ilegales– hasta que lo substituyen por una SPA más adictiva; en este sentido, se ha afirmado que

En el caso de los adolescentes mayores de 14 años, en base al hecho de la infracción a la Ley Penal, éstos pueden ser separados –al menos teóricamente– en aquellos que no realizan robos y aquellos que sí los realizan; asimismo, entre quienes realizan robos, también cabe la posibilidad de una separación entre los que realizan robos menores y los que realizan robos agravados o participan en bandas, observándose que, por lo general, quienes participan de robos agravados o participan en bandas son quienes tienen más tiempo en la calle y los que están próximos a alcanzar la mayoría de edad.

Una observación adicional al respecto, es que, debido al mayor tiempo de vida en la calle, se aprecia la presencia de consumo problemático de drogas ilegales, lo que podría –al parecer– confirmar la existencia de una asociación entre el consumo de drogas ilegales y la comisión de actos de infracción a la Ley. (Guillén, 2024, pp. 146-147)

De acuerdo con esto, puede afirmarse –entonces– que los estadios de deterioro de los NNA de la calle, por el *tiempo de vida en la calle* y el *tipo de consumo de terokal*, corresponden a los patrones de consumo funcional (o no patológico) y disfuncional (o patológico), tal como puede apreciarse en el Gráfico 6.

16 De acuerdo con los datos existentes, se sabe que históricamente el porcentaje de NNA de la calle en Lima que no consumen terokal siempre ha sido reducido; así, se ha documentado que el consumo diario e interdiario de inhalantes afecta a más del 95% de los niños de la calle (Ordóñez, 1995^a, p. 30) y que, en general, el consumo de inhalantes afecta al 97% de estos niños (IML, s/f, p. 22). En este mismo sentido, los datos recogidos en el Censo de NNA de la calle que fue realizado en el año 2001 muestran que el 3.7% de niños de la calle nunca ha consumido terokal, lo cual confirmara la presencia de un bajo porcentaje de NNA que no ha consumido terokal.

17 De acuerdo con los datos proporcionados por el Servicio de Educadores de Calle del INABIF, el 15% de los NNA de la calle ya tiene adicción al tolueno (INABIF, 2000, p. 106).



Gráfico 6

Estadios de deterioro y patrones de consumo de terokal en NNA de la calle

Elaboración propia; en base a Guillén, 2017 y 2024 y Rojas, 2003.

Si bien los patrones de consumo pueden ser discriminados en funcional (no patológico) y en disfuncional (patológico), en todos los casos, los NNA que consumen terokal tienen indicadores de disfunción cerebral que se hacen evidentes en la disminución de las capacidades de atención, concentración y memoria; así como en la distorsión en la orientación en el espacio y, también, en disfunciones visomotoras, entre otras.

Asimismo, también puede afirmarse que, en los estadios leve y moderado de deterioro de los NNA de la calle, éstos presentan monoconsumo (o consumo exclusivo) de terokal y que, en el estadio severo de deterioro, los NNA de la calle combinan el uso de terokal con otras SPAs hasta que –en función a los recursos económicos que obtienen del robo o la explotación sexual– lo substituyen por otra sustancia más adictiva, como la PBC, por ejemplo.

CONCLUSIÓN

Empíricamente se sabe que a mayor tiempo consumiendo terokal, aumenta el desinterés del NNA por su autocuidado y el cuidado de los demás (al dejar de ser empático y asertivo), se distorsiona su imagen y pierde la motivación por el arreglo personal; asimismo, se afecta la calidad de sus relaciones sociales y deja de tener respeto por las normas, pierde el interés por los demás y la sensibilidad social, alterándose su socialidad, con lo que se dificulta su incorporación a los grupos sociales formales y su posterior reintegración a la sociedad.

Los NNA de la calle se encuentran en una situación de inmersión en la subcultura de la calle, por lo que sus valores están siendo progresivamente reemplazados por los valores antisociales de la calle, adoptando conductas delincuenciales, actividad sexual precoz, consumo de SPAs y otras conductas de riesgo que ponen en evidencia su deterioro social.

Asimismo, cabe señalar que, debido al mayor tiempo de vida en la calle, la presencia de consumo problemático de drogas ilegales podría confirmar una asociación entre el consumo de drogas ilegales y la comisión de actos de infracción a la Ley, lo cual se observa entre quienes están cerca de alcanzar la mayoría de edad y que, además, se vinculan a otros actores de la calle.

Finalmente, cabe afirmar que “*quienes tienen más tiempo de vida en la calle presentan un mayor deterioro*”, con lo que puede presumirse que:

1. Existe una secuencia en el deterioro de los NNA que se encuentran viviendo en la calle en la que puede identificarse estadios leve, moderado y severo de deterioro, los que, a su vez, se concretizan en *tres perfiles de deterioro*; los estadios de deterioro, a su vez, están vinculados a una *carga disocial* específica.
2. Al cruzar el desempeño de las variables *tiempo de vida en la calle* y *tipo de consumo de sustancias psicoactivas* puede conocerse el nivel de deterioro por consumo de terokal (es decir por la inhalación de tolueno).
3. Los estadios de deterioro de los NNA de la calle por el *tiempo de vida en la calle* y el *tipo de consumo de terokal* corresponden a los patrones de consumo funcional (o no patológico) y disfuncional (o patológico).
4. En los estadios leve y moderado de deterioro de los NNA de la calle, éstos presentan monoconsumo (o consumo exclusivo) de terokal y que, en el estadio severo de deterioro, éstos combinan el uso de terokal con otras SPAs, hasta que lo substituyen por otra sustancia más adictiva.
5. La *intervención temprana* con aquellos NNA que han ingresado al círculo de la vida en la calle disminuye el riesgo de que éstos desarrollen consumos problemáticos de SPAs y que, además, se deterioren severamente, afectando sus posibilidades de reintegración a la sociedad; la *intervención temprana*, además de interrumpir el proceso de *socialización patológica*, también disminuye el riesgo de delincuencia y violencia urbana.

REFERENCIAS

Añaños, F., Añaños, K., Añaños, C., y Arroyo, S. (2010). Realidades y representaciones sociales de las niñas y los niños de la calle en Perú. *Revista española de drogodependencias*, 2, 182–194.

Benavente, M. (2018). *Los niños de la calle*. USIL.

Comisión de lucha contra las drogas. (1999). *Programa de Capacitación para Comunidades Terapéuticas*. Contradrogas.

Guillén, C. (2002). *Metodología de Educadores de Calle*. En Memoria del Curso Nacional de capacitación a Educadores de Calle. INABIF (Inédito).

Guillén, C. (2017). *Propuesta de metodología de atención articulada para niños en situación de calle* [tesis de licenciatura no publicada]. Universidad Nacional Federico Villarreal.

- Guillén, C. (2019a). *Casa estancia para niños, niñas y adolescentes en situación de calle (Propuesta de atención especializada a niños, niñas y adolescentes con experiencia de vida en calle asociada al consumo de inhalantes)*. Documento de Trabajo (INABIF). Inédito.
- Guillén, C. (2019b), noviembre 28). *NNA de la calle: Carga disocial y Recuperación social*. [ponencia]. Encuentro Nacional de Directores y Coordinadores de CAR del INABIF, Arequipa, Perú.
- Guillén, C. (2023a). Familia, escuela y calle: la ecología para la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social (Algunas consideraciones para un nuevo modelo de intervención social). En V. Ribeiro (Org.), *Sociologia: fenómenos formais e informais nas relacoes da sociedade* (pp. 40–60). Atena Editora.
- Guillén, C. (2023b). *Revisión teórica del modelo de atención a niños de la calle en el Perú*. [tesis de máster no publicada]. Universidad Internacional de La Rioja.
- Guillén, C. (2024). Niños, niñas y adolescentes que viven en la calle en Lima: algunos aportes para su definición y atención especializada. En A. Sousa (Org.), *Comprender la complejidad social: estudios interdisciplinarios en ciencias sociales aplicadas 2* (pp. 129–164). Atena Editora.
- Instituto Nacional de Bienestar Familiar (2000). *Diseño Metodológico de los Programas Sociales del INABIF*. INABIF.
- Instituto Nacional de Bienestar Familiar (2002). *Metodología de Atención Articulada desde un Enfoque de Enlace*. INABIF.
- Instituto Mundo Libre. (s/f). *La fuerza del amor*. Universidad de San Martín de Porres.
- Leavell, H. y Clark, E. (1965). *Preventive Medicine for the Doctor in his Community*, Mc Graw–Hill Book Company.
- Le Fur, A. (1999). Una mirada epistemológica. En J. Grima y A. Le Fur, *¿Chicos de la calle o trabajo chico?* (pp. 25-47). Lumen Humanitas.
- Montes, J. (2008). Niños, niñas y adolescentes en situación de calle: un estudio local. *Trabajo Social*, 75, 49–54.
- Olivar, A. (2005). Educación Social en el tratamiento de drogodependencias. *Revista peruana de drogodependencias*, 3(1), 159–186.
- Ordóñez, D. (1995a). Niños de la calle y consumo de inhalantes: problema multidimensional, intervención terapéutica multiaxial. *Psicoactiva*, 13, 17–32.
- Ordóñez, D. (1995b). *Niños de la calle y consumo de inhalantes: problema multidimensional, intervención terapéutica multiaxial*. CEDRO.
- Ríos, A. (1998). NACS, Sociedad y Psicología. En Nacimiento, J. & Ricote, C. (Coords.), *A la franca... buscando un nuevo paradigma sobre niños y adolescentes de la calle* (pp. 105–137). Hogar de Cristo y CESAL.
- Rojas, M. (2003). Patrones de uso de la marihuana. Análisis de la hipótesis de la escalada. *Revista peruana de drogodependencias*, 1(1), 91–111.

Santiago, L. y Pisco, G. (2003). Diagnóstico situacional, zona 03 (Centro de Lima). Documento de Trabajo (INABIF). Inédito.

Vara, A. (2001). *Informe estadístico del primer censo de los niños de la calle, Lima – 2001*. Asociación por la Defensa de las Minorías.

Voces para Latinoamérica. (s/f). Perfil de niños-as y adolescentes en situación de calle (Inhaladores). Lima (Perú). VLat.

Yaría, A. (1999). *Drogas, postmodernidad y redes sociales*. LUMEN.

LOCALIZACIÓN Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA: UNA APLICACIÓN PARA BRASIL

Data de aceite: 03/06/2024

Cristian Orlando Avila Quiñones

Posdoctorante UFT – Jovens doutores de Tocantins
Universidade Federal do Tocantins-UFT
<https://lattes.cnpq.br/1092922705968851>
<https://orcid.org/0000-0003-3941-7631>

Cilene Reges Mendes

Docente do curso de Engenharia de Alimentos
Universidade Federal do Tocantins-UFT

Andrés Ricardo Riveros Tarazona

Docente Maestría en Gestión Financiera-MGF (Colombia)
Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD
<https://orcid.org/0000-0002-0413-110X>

Olga Lilihet Matallana Kuan

Docente MGF (Colombia)
Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD
<https://orcid.org/0000-0002-3563-1668>

Adriana Milena Tejedor Rodríguez

Docente MGF (Colombia)
Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD
<https://orcid.org/0009-0001-4637-8995>

Nilton Marques de Oliveira

Docente do curso de economia e do

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas – TO (Brasil)
Universidade Federal do Tocantins-UFT
<https://orcid.org/0000-0001-6485-314X>

RESUMEN: Este artículo analiza indicadores de base económica en las regiones de Brasil. La teoría de la base económica explica las relaciones interregionales que engloban el flujo de bienes, personas y servicios, además de evaluar los impactos relevantes de estos flujos entre las regiones y la economía de referencia. Como procedimientos metodológicos, se utilizaron indicadores de análisis regional (Cociente de Localización-CL y el Coeficiente de Asociación Geográfica – CAG) y la estimación del multiplicador de empleo, señalando como resultados las ramas de actividad más especializadas (denominadas actividades básicas) en todas las regiones brasileñas analizadas. Los resultados de los CL y los CAG obtenidos para el 2018 reflejan que no más de 3 regiones brasileñas tienen la misma actividad motora. Siendo la región del Sureste la que posee más actividades de base económica; 19 de 25 y genera más empleos que las otras regiones brasileñas

con 9 empleos no básicos por cada empleo básico creado. Sin embargo, también se evidencia al contrastar estos resultados con los de 2012, que hoy todas las regiones brasileñas poseen menos actividades especializadas y estimulan también, menores oportunidades laborales. **PALABRAS-CLAVE:** cociente de localización, regiones brasileñas, base económica, empleo, economía regional

INTRODUCCIÓN

Este trabajo analiza el perfil de la base económica de las regiones de Brasil en 2012 Vs. 2018 utilizando la división del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística-IGBE por Ramas de Actividad Económica-RAE. La línea directriz del análisis fue el estudio de Piacenti et al. (2002) y el de Martins, Lima y Piffer (2015) quienes discuten la base económica y el multiplicador de empleo en Brasil, y el trabajo de Avila, Sanabria y Oliveira (2021 y 2022) que trabajan sobre Colombia. Así, a lo largo del texto, se realiza la comparación de los resultados de las regiones brasileñas de 2012 con los resultados de 2018.

El cambio del siglo XX al XXI marcó un nuevo ciclo de crecimiento económico en toda Latinoamérica. De 2000 a 2015, las economías brasileñas tuvieron promedios de crecimiento superiores al 3% anual. Como resultado, se produjeron cambios en los parámetros y capacidades de las ramas de actividad para generar y multiplicar empleos en toda la economía. Por ende, el análisis de las ramas de actividad económica en las regiones brasileñas es importante para identificar las actividades que se consideran de base económica. Es decir, aquellas que son motores de la economía por presentar una densidad diferenciada de ocupación laboral, y estar más especializadas regionalmente. Cuando una actividad se transforma en una base económica tiene un impacto en las actividades no básicas, al generarse una creciente demanda, tanto de bienes como de servicios. Por ende, es posible desarrollar políticas públicas que contribuyan al crecimiento del empleo y los ingresos en una región.

Así mismo, este análisis busca evidenciar el potencial de cada rama de actividad productiva dentro de la dinámica económica para generar empleos tanto directos como indirectos en el país.

Este artículo se estructura en 5 secciones, la presente introducción, un breve análisis de teorías de economía regional, la localización geográfica de las 5 regiones de Brasil, los resultados y discusión de los CL, CAG y MEB y se culmina con las respectivas conclusiones.

REFERENTES TEÓRICOS

Para interpretar y analizar el crecimiento de las cinco regiones de Brasil a partir de la identificación de su base económica, es necesario conocer la capacidad de sus actividades básicas para generar empleo y establecer interrelaciones. Por ende, la teoría de la base económica explica las relaciones interregionales que abarcan la movilidad de las personas, los bienes y servicios. Así mismo, evalúa los impactos relevantes de estos flujos entre las regiones y la economía de referencia. Así, una región avanza en su desarrollo y crecimiento regional a través de las ramas productivas que conforman su base económica y las instituciones que conforman esa base (North, 1977; Piffer, 2009; 2012; Martins, Lima y Piffer; 2015).

Según la teoría de la base económica, en cada región hay actividades básicas y no básicas. Las no básicas corresponden al mercado interno —la región local—, mientras las actividades básicas estarían dirigidas a los mercados externos y son consideradas las actividades motoras, porque dinamizan, vía multiplicador de las ganancias interregionales, el proceso económico regional. (North, 1977; Piacenti et al., 2002; Martins, Lima y Piffer; 2015).

El impacto de la actividad motora se debe a la capacidad de asociarse y generar cadenas productivas que estimulen la dinámica económica regional. Uno de los indicadores de esta capacidad es la ocupación de la fuerza laboral. Para Krugman (1991), el fortalecimiento de ciertas ramas de actividad y la aglomeración de empresas en torno a estas ramas se debe a la acción e interacción entre los bajos costos de transporte, las relaciones interindustriales, la cooperación y la competencia regional e interregional. En este contexto, los departamentos de bajo dinamismo o poco atractivos combinan costos excesivos de transporte —distribución— y producción, dependencia de las actividades de transformación, así como servicios y problemas de retorno a escala. En este caso, el bajo dinamismo de las actividades motoras se refleja en las demás RAE regionales, que no logran ampliar el empleo (Sanabria, 2019). Por tanto, los costos moderados de producción y servicios asociados a retornos a escala generan mejoras en el patrón de localización de las actividades productivas y en la organización productiva regional (Martins et al. 2015).

La dinámica económica y el proceso de desarrollo económico se estructuran, entonces, sobre el atractivo de las empresas y sus potencialidades, así como sobre el Estado y sus estrategias de desarrollo, planificación y crecimiento económico (Furtado, 1987; Dumais, Malo & Raefflet, 2005; Martins, Lima y Piffer, 2015).

Por lo anterior, en el análisis de las economías seccionales brasileñas se utilizaron mencionados indicadores de análisis regional: el CL, el CAG y el MEB. También se consideró la variable correspondiente a la cantidad de empleos formales distribuidos por RAE, bajo el supuesto de que aquellos sectores de mayor actividad utilizan más fuerza laboral que podrían estimular, a través del tiempo, el consumo y la distribución de la renta interna y, posteriormente, la externa.

METODOLOGÍA

A partir de las medidas de localización fueron explorados tres indicadores: El cociente de localización (*CL*), el Coeficiente de Asociación Geográfica (*CAG*) y el multiplicador del empleo.

La variable utilizada en el análisis será el número de empleos formales distribuidos por sector económico, bajo el supuesto de que los sectores más dinámicos emplean más mano de obra a través del tiempo. Lo que termina estimulando el consumo y la distribución de la renta local y regional.

Los datos del empleo formal fueron extraídos de la base de datos de la Relación Anual de Informaciones Sociales-RAIS del IGBE (2018) actualizada a marzo de 2021, utilizando también la variable mano de obra ocupada en los 25 sectores económicos según su RAE. Es decir: 1) Extracción de minerales; 2) Mineral no metálico; 3) Eléctrico y Comunicaciones; 4) Industria metalúrgica; 5) Industria mecánica; 6) Madera y Mobiliario; 7) Papel y gráfico; 8) Caucho, Humo, Cuero; 9) Industria química; 10) Industria textil; 11) Industria del calzado; 12) Construcción civil; 13) Comercio al por menor; 14) Comercio al por mayor; 15) Alimentos y bebidas; 16) Institución financiera; 17) Profesional Administrativo Técnico; 18) Material de transporte; 19) Transporte y Comunicaciones; 20) Alojamiento Comunicaciones; 21) Servicio de utilidad pública; 22) Médicos Dentales; 23) Enseñanza; 24) Administración pública; y 25) Agricultura.

Tomando como referencia la metodología utilizada por Avila, Sanabria y Oliveira (2021), se efectuaron los arreglos vectoriales y matriciales de los datos con el objetivo de realizar las estimaciones de los coeficientes espaciales, como se muestra a continuación:

$$E_{ij} = \text{Mano de obra en la rama productiva } i \text{ del nuevo departamento } j \text{ (1)}$$

$$\sum_j E_{ij} = \text{Mano de obra en la rama productiva } i \text{ del nuevo departamento } j \text{ (2)}$$

$$\sum_i E_{ij} = \text{Mano de obra en todas las ramas productivas del nuevo departamento } j \text{ (3)}$$

$$\sum_i \sum_j E_{ij} = \text{Mano de obra en todas las ramas productivas y nuevos departamentos (4)}$$

A partir de las cuatro ecuaciones anteriores, se construyeron las medidas de localización y el multiplicador de empleo. Las medidas del cociente de localización (5) y el coeficiente de asociación geográfica (6) son de naturaleza sectorial representando la localización de las actividades productivas entre los departamentos, es decir, buscan identificar patrones de concentración o dispersión de la mano de obra por rama de actividad en un determinado periodo.

La ecuación del cociente de localización *CL* (5) es utilizada para comparar la participación porcentual de la mano de obra del nuevo departamento con relación a la participación porcentual del total nacional. La importancia del departamento en el contexto nacional, en relación con el sector analizado, es demostrada cuando *CL* adquiere valores

≥ 1 , representando las actividades básicas (localización significativa). Los sectores con valores < 1 serían los no básicos (localización media y débil), lo que significa que la actividad productiva no está relativamente concentrada en la unidad territorial (ALVES, 2012; PIFFER, 2012).

$$CL = \frac{E_{ij}/\sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (5)$$

La ecuación del Coeficiente de Asociación Geográfica CAG (6) muestra la asociación geográfica entre dos sectores (i e k) comparando las distribuciones porcentuales de la mano de obra entre las regiones. Sus valores varían de cero (0) a uno (1). Cuando adquiere valores próximos a cero, significa que el sector i estará distribuido regionalmente de la misma forma que el sector k , evidenciando que los patrones de localización de los sectores están asociados geográficamente (ALVES, 2012).

$$CAG_{ik} = \frac{\left[\left[\frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \right] - \left[\frac{E_{kj}}{\sum_k E_{kj}} \right] \right]^2}{2} \quad (6)$$

Según Lira y Quiroga (2009) dentro del análisis regional la base económica es representada por la producción exportable, bajo el supuesto de que los sectores con $CL > 1$ muestran una especialización relativa, en este orden de ideas existen también las actividades no básicas que según Piffer (2012) son aquellas que producen bienes y servicios para el consumo interno. Es decir, cada región estaría dividida entre las actividades básicas y las no básicas en la teoría de la base económica. Las actividades básicas serían aquellas orientadas en los mercados interregionales, mientras las actividades no básicas están enfocadas en el mercado interno y/o local (NORTH, 1977). Por otro lado, existe el cálculo del multiplicador del empleo básico, el cual indica los componentes necesarios para formar la base económica.

Piffer (2009) describe la forma como se deben calcular los empleos básicos y no básicos en determinada región tal como aparece en la ecuación (7), donde: B_{ij} es el empleo básico de la actividad i en la región j , S_{ij} es el empleo en la actividad i en la región j , S_{tj} es el empleo total en la región j , N_i es el total del empleo en la actividad i en el país y N_t es el total de empleos en el país. Si existiera alguna relación entre el empleo y las actividades básicas de exportación, entonces, B_{ij} será mayor que uno.

$$B_{ij} = S_{ij} - S_{tj} \left(\frac{N_i}{N_t} \right) \quad (7)$$

El empleo no básico se calcula por la diferencia entre el empleo total de la región (S_t) menos el empleo básico (B_i). El multiplicador de empleo, en cambio, surge de la necesidad de medir la sensibilidad de la demanda de productos locales ante los impactos que las medidas exógenas tienen en esta economía (COSTA et al., 2002; PIACENTI et al., 2002; PIFFER, 2012).

Así, el empleo total es el resultado de la suma del empleo básico (B_i) y no básico (ENB):

$$S_t = B_i + ENB \quad (8)$$

Debido a la demanda externa, la variación del empleo total en la región está formada por la suma de las variaciones en cada uno de sus componentes:

$$\Delta S_t = \Delta B_i + \Delta ENB \quad (9)$$

Así, dado que el multiplicador de empleo básico (K) está definido por $K = \Delta S_t / \Delta B_i$ (10), se reemplaza ΔB_i por el valor obtenido por la fórmula (10), formando:

$$K = \frac{\Delta S_t}{(\Delta S_t - \Delta ENB)} \quad (11)$$

Según Costa et al. (2002), dividiendo los miembros se obtiene la fórmula del multiplicador de empleo:

$$K = \frac{1}{1 - \left(\frac{\Delta ENB}{\Delta S_t}\right)} \quad (12)$$

El resultado del multiplicador de empleo cuantos empleos son generados en la rama de actividad no básica dado el aumento de un empleo en las ramas de actividades básicas (PIFFER, 2009).

Ubicación geográfica de las regiones de Brasil

Para realizar el análisis de las regiones de Brasil se han seleccionado las 25 economías (estados), que componen las 5 regiones del país: Norte, Centro-Oeste, Noreste, Sureste y Sur (ver la figura 1).

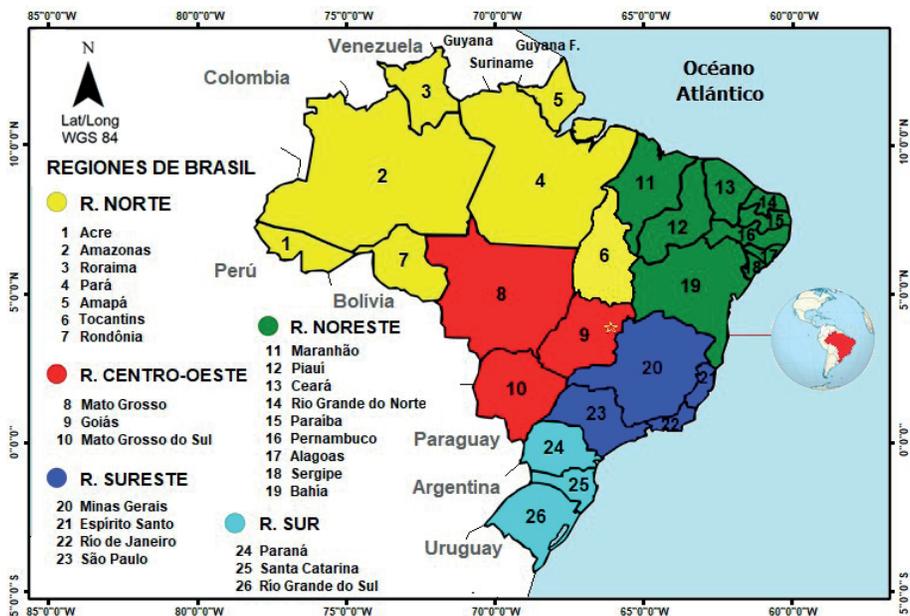


Figura 1 - Localización geográfica de las regiones de Brasil.

Fuente: Elaboración propia, 2021.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

A continuación, se presentan los resultados del análisis para cada una de las 5 regiones de Brasil. Las tablas 1-5 presentan los CL de Brasil para sus 25 sectores 2012 y 2018 respectivamente. Las RAE o sectores regionales con un CL ≥ 1 se definirán como las actividades netamente exportadoras (actividades básicas o actividades motoras), debido a que son estas actividades especializadas, las que estimularán nuevos puestos laborales en la economía a nivel regional local e interregional. Los sectores se enumeraron de la siguiente forma: 1) Extracción de minerales; 2) Mineral no metálico; 3) Eléctrico y Comunicaciones; 4) Industria metalúrgica; 5) Industria mecánica; 6) Madera y Mobiliario; 7) Papel y gráfico; 8) Caucho, Humo, Cuero; 9) Industria química; 10) Industria textil; 11) Industria del calzado; 12) Construcción civil; 13) Comercio al por menor; 14) Comercio al por mayor; 15) Alimentos y bebidas; 16) Institución financiera; 17) Profesional Administrativo Técnico; 18) Material de transporte; 19) Transporte y Comunicaciones; 20) Alojamiento Comunicaciones; 21) Servicio de utilidad pública; 22) Médicos Dentales; 23) Enseñanza; 24) Administración pública; y 25) Agricultura.

Región Norte

La Región Norte es la mayor en extensión en Brasil (45% del territorio nacional), por lo que limita con siete países y con el Océano Atlántico. Esta región está compuesta por 7 estados, tiene una población de 18 millones de personas (11,5% de la población total) y un territorio de 3.853mil km². Para el 2018 su PIB fue de 387,5 billones de reales una participación regional dentro del PIB brasileño del 7%. Así mismo, analizando el perfil de la base económica de esta región en 2018, se identifican 6 de 25 actividades económicas como básicas: Extracción Mineral; Eléctrico y comunicaciones; Construcción Civil; Servicio de utilidad pública; Administración pública y Agricultura. Una actividad motora menos que el año 2012 evidenciadas por el trabajo de Martins, Lima; Piffer (2015). Donde nuevamente la actividad de extracción de minerales se destaca entre las 5 regiones brasileñas por la extracción de fosfatos, calizas, cobre, hierro y manganeso. Finalmente, su generación de empleo cayo del 2012 al 2018, evidenciando que continúa la región norte siendo la más baja entre las 5 regiones brasileiras en la generación de empleo, dado que por cada nuevo puesto laboral en el sector básico se estimula la generación de alrededor de 5 puestos de trabajo en el sector no básico en 2018 (véase la tabla 1).

Ramas de actividad economica	R. Norte 2012	Brasil 2012	CL	Base del multiplicador de empleo	R. Norte 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo
Extrativa Mineral	26.312,00	259.297,00	1,84	11.985,34	25.387,0	212.629,0	2,09	13.225,60
Prod. Mineral Não Metálico	21.598,0	448.671,0	0,87		14.417,0	355.016,0	0,71	
Elétrico e Comunicação	23.757,0	812.455,0	0,53		23.604,0	227.540,0	1,81	10.589,76
Indústria Metalúrgica	19.731,0	628.272,0	0,57		16.434,0	628.342,0	0,46	16.434,00
Indústria Mecânica	39.913,0	310.541,0	2,33	22.755,01	17.730,0	530.382,0	0,58	17.730,00
Madeira e Mobiliário	23.070,0	600.843,0	0,69		22.803,0	403.254,0	0,99	
Papel e Gráfico	35.795,0	485.421,0	1,33	8.974,56	9.054,0	335.843,0	0,47	
Borracha, Fumo, Couros	10.983,0	408.885,0	0,49		9.560,0	296.481,0	0,56	
Indústria Química	11.116,0	335.042,0	0,60		19.029,0	870.590,0	0,38	19.029,00
Indústria Têxtil	19.860,0	934.633,0	0,38		6.500,0	808.862,0	0,14	6.500,00
Indústria Calçados	7.290,0	1.011.714,0	0,13		390,0	273.114,0	0,02	390,00
Construção Civil	89,0	334.055,0	-		111.799,0	1.861.846,0	1,05	5.309,94
Comércio Varejista	74.232,0	1.837.796,0	0,73		415.232,0	7.596.552,0	0,96	
Comércio Atacadista	24.316,0	423.277,0	1,04	929,13	84.525,0	1.623.132,0	0,91	
Alimentos e Bebidas	192.827,0	2.832.570,0	1,23	36.322,07	83.000,0	1.904.255,0	0,76	
Instituição Financeira	406.693,0	7.697.920,0	0,96		27.981,0	860.790,0	0,57	
Adm Técnica Profissional	79.271,0	1.528.235,0	0,94		190.763,0	5.386.546,0	0,62	
Material de Transporte	26.420,0	839.389,0	0,57		17.039,0	464.473,0	0,64	
Transporte e Comunicações	176.989,0	5.261.738,0	0,61		117.635,0	2.589.060,0	0,79	
Aloj Comunicações	109.797,0	2.617.423,0	0,76		178.045,0	4.184.282,0	0,74	
Serviço Utilidade Pública	175.627,0	4.036.267,0	0,79		25.616,0	438.048,0	1,02	561,66
Médicos Odontológicos Vet.	63.190,0	1.704.839,0	0,67		85.367,0	2.152.021,0	0,69	
Ensino	84.804,0	1.707.729,0	0,9		110.295,0	2.055.964,0	0,94	
Administração Pública	881.693,0	8.937.443,0	1,79	387.882,11	956.755,0	9.080.653,0	1,84	437.383,28
Agricultura	86.812,0	1.464.257,0	1,07	5.908,99	98.126,0	1.491.440,0	1,15	12.822,47
Total de todas las actividades	2.622.185,00	47.458.712,0		Emp. Básico 474.757,2	2.667.086,00	46.631.115,0		Emp. Básico 539.975,7
				Emp. No Básico 2.147.427,8				Emp. No Básico 2.127.110,3
				Multiplicador del empleo 5,52				Multiplicador del empleo 4,94

Tabla 1. Perfil de las actividades de base económica en la Región Norte de Brasil en 2012 y 2018

Fuente: Elaboración propia.

Región Centro-Oeste

La Región Centro-Oeste es la única que limita con todas las regiones brasileñas, lo que le permite mayor interacción comercial vía el sector transporte, hecho confirmado por los trabajos de Piacenti et al. (2002) y Martins, Lima y Piffer (2015). Esta región está compuesta por 3 estados, tiene una población de 16 millones de personas (13% de la población total) y un territorio de 1.606mil km². Para el 2018 su PIB fue de 542,6 billones de reales una participación regional dentro del PIB brasileño del 10%. Así mismo, analizando el perfil de la base económica de esta región en 2018 se identifican 4 de 25 actividades económicas como básicas: Alimentos y bebidas; Institución financiera; Administración pública y Agricultura. Dos actividades motoras menos que el año 2012 evidenciadas por el trabajo de Martins, Lima; Piffer (2015). Donde nuevamente la actividad de Agricultura se destaca entre las 5 regiones brasileñas. Finalmente, su generación de empleo ha caído con respecto al 2012 y es la 3ra entre las 5 regiones brasileñas con 7,19 en 2018 (véase la tabla 2).

Ramas de actividad economica	R. Centro-Oeste 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo	R. Centro-Oeste 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo
Extrativa Mineral	16.055,0	259.297,0	0,74		14.126,0	212.629,0	0,74	
Prod. Mineral Não Metálico	29.274,0	448.671,0	0,78		21.967,0	355.016,0	0,69	
Eléctrico e Comunicação	26.661,0	812.455,0	0,39		4.561,0	227.540,0	0,22	
Indústria Metalúrgica	14.124,0	628.272,0	0,27		23.178,0	628.342,0	0,41	23.178,00
Indústria Mecânica	3.529,0	310.541,0	0,14		13.242,0	530.382,0	0,28	13.242,00
Madeira e Mobiliário	8.646,0	600.843,0	0,17		25.121,0	403.254,0	0,69	
Papel e Gráfico	32.239,0	485.421,0	0,79		20.237,0	335.843,0	0,67	
Borracha, Fumo, Couros	20.668,0	408.885,0	0,60		18.077,0	296.481,0	0,68	
Indústria Química	18.122,0	335.042,0	0,64		74.269,0	870.590,0	0,95	74.269,00
Indústria Têxtil	72.087,0	934.633,0	0,92		33.490,0	808.862,0	0,46	33.490,00
Indústria Calçados	46.123,0	1.011.714,0	0,54		2.684,0	273.114,0	0,11	2.684,00
Construção Civil	4.585,0	334.055,0	0,16		151.846,0	1.861.846,0	0,91	
Comércio Varejista	194.830,0	1.837.796,0	1,26	40.186,7	650.706,0	7.596.552,0	0,96	
Comércio Atacadista	28.849,0	423.277,0	0,81		128.130,0	1.623.132,0	0,88	
Alimentos e Bebidas	237.143,0	2.832.570,0	0,99		212.725,0	1.904.255,0	1,25	42.031,22
Instituição Financeira	653.716,0	7.697.920,0	1,01	5.966,1	84.334,0	860.790,0	1,09	7.174,43
Adm Técnica Profissional	111.404,0	1.528.235,0	0,87		411.998,0	5.386.546,0	0,85	
Material de Transporte	74.911,0	839.389,0	1,06	4.279,7	6.963,0	464.473,0	0,17	
Transporte e Comunicações	365.885,0	5.261.738,0	0,83		196.847,0	2.589.060,0	0,85	
Aloj Comunicações	179.583,0	2.617.423,0	0,82		365.225,0	4.184.282,0	0,97	
Serviço Utilidade Pública	345.667,0	4.036.267,0	1,02	6.030,9	34.536,0	438.048,0	0,88	
Médicos Odontológicos Vet.	111.273,0	1.704.839,0	0,78		185.034,0	2.152.021,0	0,96	
Ensino	136.607,0	1.707.729,0	0,95		167.598,0	2.055.964,0	0,91	
Administração Pública	1.003.858,0	8.937.443,0	1,33	251.807,1	1.042.460,0	9.080.653,0	1,28	228.487,63
Agricultura	257.626,0	1.464.257,0	2,09	134.414,5	290.570,0	1.491.440,0	2,17	156.880,17
Total de todas las actividades	3.993.465,00	47.458.712,0		Emp. Básico 442.685,0	4.179.924,00	46.631.115,0		Emp. Básico 581.436,5
				Emp. No Básico 3.550.779,96				Emp. No Básico 3.598.487,6
				Multiplicador del empleo 9,20				Multiplicador del empleo 7,19

Tabla 2 - Perfil de las actividades de base económica en la Región Centro-Oeste de Brasil en 2012 y 2018

Fuente: Elaboración propia.

Región Noreste

La Región Noreste está compuesta por 9 estados y todos limitan con el Océano Atlántico, un gran potencial en la industria marítima. Esta región, tiene una población de 57 millones de personas (27,4% de la población total) y un territorio de 1.554mil km². Para el 2018 su PIB fue de 1,004 billones de reales una participación regional dentro del PIB brasileño del 19%. Así mismo, analizando el perfil de la base económica de esta región en 2018, se identifican 6 de 25 actividades económicas como básicas: Producción mineral no metálico; Industria calzados; Construcción Civil; Servicios de utilidad pública; Enseñanza; y Administración pública. Una actividad motora menos que el año 2012 evidenciadas por el trabajo de Martins, Lima; Piffer (2015). Donde la actividad de Industria de Calzado se destaca entre las 5 regiones brasileñas. Finalmente, su generación de empleo ha caído con respecto al 2012 y es la 4ta entre las 5 regiones brasileñas con 5,63 en 2018 (véase la tabla 3).

Ram de actividad economica	R. Noreste 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo	R. Noreste 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo
Extrativa Mineral	44.811,0	259.297,0	0,95		36.457,0	212.629,0	0,92	
Prod. Mineral Não Metálico	91.440,0	448.671,0	1,12	10.008,1	69.072,0	355.016,0	1,05	3.238,11
Elétrico e Comunicação	62.563,0	812.455,0	0,42		13.885,0	227.540,0	0,33	
Indústria Metalúrgica	31.520,0	628.272,0	0,28		50.812,0	628.342,0	0,44	50.812,00
Indústria Mecânica	12.841,0	310.541,0	0,23		27.948,0	530.382,0	0,28	27.948,00
Madeira e Mobiliário	26.260,0	600.843,0	0,24		30.537,0	403.254,0	0,41	
Papel e Gráfico	37.830,0	485.421,0	0,43		37.298,0	335.843,0	0,60	
Borracha, Fumo, Couros	43.725,0	408.885,0	0,59		27.361,0	296.481,0	0,50	
Indústria Química	30.844,0	335.042,0	0,51		94.931,0	870.590,0	0,59	94.931,00
Indústria Têxtil	107.194,0	934.633,0	0,63		140.858,0	808.862,0	0,94	140.858,00
Indústria Calçados	177.461,0	1.011.714,0	0,97		105.452,0	273.114,0	2,08	54.805,96
Construção Civil	116.245,0	334.055,0	1,92	55.615,4	357.796,0	1.861.846,0	1,04	12.536,75
Comércio Varejista	348.141,0	1.837.796,0	1,04	14.588,8	1.323.375,0	7.596.552,0	0,94	
Comércio Atacadista	78.069,0	423.277,0	1,02	1.246,0	268.313,0	1.623.132,0	0,89	
Alimentos e Bebidas	635.178,0	2.832.570,0	1,24	121.078,5	118.101,0	1.904.255,0	0,90	
Instituição Financeira	1.309.224,0	7.697.920,0	0,94		97.587,0	860.790,0	0,61	
Adm Técnica Profissional	252.825,0	1.528.235,0	0,91		920.043,0	5.386.546,0	0,92	
Material de Transporte	99.207,0	839.389,0	0,65		31.750,0	464.473,0	0,37	
Transporte e Comunicações	863.043,0	5.261.738,0	0,90		355.410,0	2.589.060,0	0,74	
Aloj Comunicações	344.510,0	2.617.423,0	0,73		664.925,0	4.184.282,0	0,86	
Serviço Utilidade Pública	627.851,0	4.036.267,0	0,86		90.463,0	438.048,0	1,11	9.231,73
Médicos Odontológicos Vet.	279.371,0	1.704.839,0	0,90		378.917,0	2.152.021,0	0,95	
Ensino	334.927,0	1.707.729,0	1,08	24.981,4	416.567,0	2.055.964,0	1,09	35.310,67
Administração Pública	2.422.560,0	8.937.443,0	1,49	800.451,8	2.541.410,0	9.080.653,0	1,51	857.500,91
Agricultura	235.916,0	1.464.257,0	0,89		247.969,0	1.491.440,0	0,90	247.969,00
Total de todas las actividades	8.613.556,00	47.458.712,0		Emp. Básico 1.027.970,0	8.647.237,00	46.631.115,0		Emp. Básico 1.535.142,1
				Emp. No Básico 7.585.586,0				Emp. No Básico 7.112.094,9
				Multiplicador del empleo 8,38				Multiplicador del empleo 5,63

Tabla 3 - Perfil de las actividades de base económica en la Región Noreste de Brasil en 2012 y 2018

Fuente: Elaboración propia.

Región Sureste

La Región Sureste está compuesta por 4 estados y tres de ellos limitan con el Océano Atlántico. Esta región, tiene una población de 87,7 millones de personas (42% de la población total) y un territorio de 924,6mil km². Para el 2018 su PIB fue de 2,290 billones de reales una participación regional dentro del PIB brasileño del 42%. Así mismo, analizando el perfil de la base económica de esta región en 2018, se identifican 19 de 25 actividades

económicas como básicas, siendo la región brasileña con mayor número de actividades motoras, exceptuando los sectores de: Madera y muebles; Industria Textil; Industria de Calzado; Alimentos y bebidas; Administración pública y Agricultura. Dos actividades motoras más que el año 2012 evidenciadas por el trabajo de Martins, Lima; Piffer (2015). Finalmente, su generación de empleo ha caído con respecto al 2012 y aunque en 2018 presenta el mayor multiplicador de empleo entre las regiones brasileñas con 8,9, su caída ha sido muy grande, en 2012 la región Sureste estimulaba la generación de alrededor de 16 empleos en las actividades no básicas por cada puesto laboral nuevo en las actividades básicas, (véase la tabla 4).

Ramos de actividad económica	R. Sureste 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo	R. Sureste 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo
Extrativa Mineral	150.043,0	259.297,0	1,14	18.370,5	119.103,0	212.629,0	1,14	14.632,68
Prod. Mineral Não Metálico	217.732,0	448.671,0	0,96		175.059,0	355.016,0	1,00	630,13
Eléctrico e Comunicação	513.552,0	812.455,0	1,24	100.982,7	120.961,0	227.540,0	1,08	9.164,50
Indústria Metalúrgica	378.570,0	628.272,0	1,19	59.529,9	379.966,0	628.342,0	1,23	71.244,74
Indústria Mecânica	177.453,0	310.541,0	1,13	19.758,5	300.206,0	530.382,0	1,15	39.615,12
Madeira e Mobiliário	420.147,0	600.843,0	1,38	115.035,5	137.235,0	403.254,0	0,69	
Papel e Gráfico	170.194,0	485.421,0	0,69		179.510,0	335.843,0	1,09	14.501,34
Borracha, Fumo, Couros	237.377,0	408.885,0	1,14	29.742,8	164.677,0	296.481,0	1,13	19.007,94
Indústria Química	189.879,0	335.042,0	1,12	19.742,7	522.055,0	870.590,0	1,22	94.310,81
Indústria Têxtil	564.876,0	934.633,0	1,19	90.264,0	370.191,0	808.862,0	0,93	370.191,00
Indústria Calçados	487.191,0	1.011.714,0	0,95		66.607,0	273.114,0	0,50	66.607,00
Construção Civil	90.099,0	334.055,0	0,53		940.864,0	1.861.846,0	1,03	26.089,18
Comércio Varejista	804.193,0	1.837.796,0	0,86		3.798.154,0	7.596.552,0	1,02	65.764,50
Comércio Atacadista	214.133,0	423.277,0	1,00		834.851,0	1.623.132,0	1,05	37.362,77
Alimentos e Bebidas	1.378.902,0	2.832.570,0	0,96		802.254,0	1.904.255,0	0,86	
Instituição Financeira	3.913.133,0	7.697.920,0	1,00	4.084,8	504.041,0	860.790,0	1,19	81.111,81
Adm Técnica Profissional	811.557,0	1.528.235,0	1,05	35.510,4	3.085.848,0	5.386.546,0	1,17	439.293,65
Material de Transporte	503.961,0	839.389,0	1,18	77.714,4	314.149,0	464.473,0	1,38	85.940,97
Transporte e Comunicações	3.152.104,0	5.261.738,0	1,18	480.163,1	1.431.533,0	2.589.060,0	1,13	159458,46
Aloj Comunicações	1.529.647,0	2.617.423,0	1,15	200.504,5	2.287.746,0	4.184.282,0	1,11	231896,16
Serviço Utilidade Pública	2.244.617,0	4.036.267,0	1,10	194.977,3	214.257,0	438.048,0	1,00	
Médicos Odontológicos Vet.	968.445,0	1.704.839,0	1,12	102.717,9	1.160.982,0	2.152.021,0	1,10	103.636,43
Ensino	865.870,0	1.707.729,0	1,00		1.022.434,0	2.055.964,0	1,01	12.283,81
Administração Pública	3.457.541,0	8.937.443,0	0,76		3.346.973,0	9.080.653,0	0,75	
Agricultura	658.592,0	1.464.257,0	0,89		631.460,0	1.491.440,0	0,86	631.460,00
Total de todas las actividades	24.099.808,00	47.458.712,0	Emp. Básico	1.546.964,7	22.911.116,00	46.631.115,0	Emp. Básico	2.574.203,0
			Emp. No Básico	22.552.843,3			Emp. No Básico	20.336.913,0
			Multiplicador del empleo	15,58			Multiplicador del empleo	8,90

Tabla 4 - Perfil de las actividades de base económica en la Región Sureste de Brasil en 2012 y 2018

Fuente: Elaboración propia.

Región Sur

La Región Sur está compuesta por 3 estados y todos limitan con el Océano Atlántico, un gran potencial en la industria marítima. Esta región, tiene una población de 29,7 millones de personas (14% de la población total) y un territorio de 576,7mil km². Para el 2018 su PIB fue de 1.195 billones de reales una participación regional dentro del PIB brasileño del 22%. Así mismo, analizando el perfil de la base económica de esta región en 2018, se identifican 15 de 25 actividades económicas como básicas, siendo la segunda región brasileña con mayor número de actividades motoras, exceptuando los sectores de: Extracción Minera; Construcción civil; Institución Financiera; Administración técnica profesional; Alojamiento y comunicaciones; Servicios de utilidad pública; Médicos dentales; Enseñanza; Administración

pública; y Agricultura. Una actividad motora menos que el año 2012 evidenciadas por el trabajo de Martins, Lima; Piffer (2015). Finalmente, su generación de empleo también ha caído con respecto al 2012 y aunque en 2018 presenta el segundo mayor multiplicador de empleo entre las regiones brasileñas con 8,1 en 2018, en 2012 la región Sur por cada nuevo puesto laboral en las actividades básicas generaba aproximadamente 11 empleos en las actividades no básicas (véase la tabla 5).

Ramas de actividad economica	R. Sur 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo	R. Sur 2018	Brasil 2018	CL	Base del multiplicador de empleo
Extrativa Mineral	22.076,0	259.297,0	0,5		17.556,0	212.629,0	0,47	
Prod. Mineral Não Metálico	88.627,0	448.671,0	1,15	11.769,46	74.501,0	355.016,0	1,19	11.876,00
Elétrico e Comunicação	185.922,0	812.455,0	1,34	46.748,11	64.529,0	227.540,0	1,61	24.390,83
Indústria Metalúrgica	184.327,0	628.272,0	1,71	76.703,73	157.952,0	628.342,0	1,43	47.112,16
Indústria Mecânica	76.805,0	310.541,0	1,44	23.609,19	171.256,0	530.382,0	1,83	77.696,35
Madeira e Mobiliário	122.720,0	600.843,0	1,19	19.795,33	187.558,0	403.254,0	2,64	116.423,79
Papel e Gráfico	209.363,0	485.421,0	2,52	126.210,17	89.744,0	335.843,0	1,51	30.501,13
Borracha, Fumo, Couros	96.132,0	408.885,0	1,37	26.089,82	76.806,0	296.481,0	1,47	24.506,60
Indústria Química	85.081,0	335.042,0	1,48	27.688,16	160.306,0	870.590,0	1,04	6.733,49
Indústria Têxtil	170.616,0	934.633,0	1,07	10.512,96	257.823,0	808.862,0	1,81	115.139,34
Indústria Calçados	293.649,0	1.011.714,0	1,69	120.341,95	97.981,0	273.114,0	2,03	49.803,55
Construção Civil	123.037,0	334.055,0	2,15	65.813,23	299.541,0	1.861.846,0	0,91	
Comércio Varejista	416.400,0	1.837.796,0	1,32	101.584,75	1.409.085,0	7.596.552,0	1,05	69.049,43
Comércio Atacadista	77.910,0	423.277,0	1,07	5.402,47	307.313,0	1.623.132,0	1,07	20.991,70
Alimentos e Bebidas	388.520,0	2.832.570,0	0,8		488.175,0	1.904.255,0	1,45	152.263,47
Instituição Financeira	1.415.154,0	7.697.920,0	1,07	96.496,96	146.847,0	860.790,0	0,97	
Adm Técnica Profissional	273.178,0	1.528.235,0	1,04	11.390,68	777.894,0	5.386.546,0	0,82	
Material de Transporte	134.890,0	839.389,0	0,94		94.572,0	464.473,0	1,15	12.638,73
Transporte e Comunicações	703.717,0	5.261.738,0	0,78		487.635,0	2.589.060,0	1,07	30923,52
Aloj Comunicações	453.886,0	2.617.423,0	1,01	5.520,30	688.341,0	4.184.282,0	0,93	
Serviço Utilidade Pública	642.505,0	4.036.267,0	0,93		73.176,0	438.048,0	0,95	
Médicos Odontológicos Vet.	282.560,0	1.704.839,0	0,97		341.721,0	2.152.021,0	0,90	
Ensino	285.521,0	1.707.729,0	0,98		339.070,0	2.055.964,0	0,93	
Administração Pública	1.171.791,0	8.937.443,0	0,77		1.193.055,0	9.080.653,0	0,74	
Agricultura	225.311,0	1.464.257,0	0,90		223.315,0	1.491.440,0	0,85	223.315,00
Total de todas las actividades	8.129.698,00	47.458.712,0		Emp. Básico 775.677,3	8.225.752,00	46.631.115,0		Emp. Básico 1.013.365,1
				Emp. No Básico 7354020,72				Emp. No Básico 7.212.386,9
				Multiplicador del empleo 10,48				Multiplicador del empleo 8,12

Tabla 5 - Perfil de las actividades de base económica en la Región Sur de Brasil en 2012 y 2018

Fuente: Elaboración propia.

Como conclusión preliminar, podría afirmarse que son las regiones Norte, Noreste y Centro-Oeste las 3 regiones de menor especialización entre sus actividades productivas (dado que, de las 25 actividades productivas de Brasil, ninguna está especializada en más de 3 regiones y el promedio es de 2 regiones por actividad motora), con menos del 24% de actividades básicas, también son las 3 regiones brasileñas de menor generación de empleo. Sin embargo, son las regiones brasileñas del Sureste y del Sur las que tienen el 76% y el 60% de las actividades motoras, respectivamente. Esto aunado que la región Sureste posee 3 actividades básicas que ninguna otra región posee: Administración técnica profesional, Alojamiento de comunicaciones y Médicos dentales. Finalmente, la región Sur también posee 2 actividades básicas que ninguna otra región brasileña tiene: Madera y mobiliario y la Industria Textil.

Desde el ámbito de la geografía económica, la concentración geográfica de las actividades económicas ocurre por el aprovechamiento de las economías de escala que

proviene de la combinación de los rendimientos crecientes, los costos de transporte y la demanda de los bienes y servicios. Es decir, la demanda condiciona la localización de la producción, de tal manera que el mercado se hace mayor en la medida que los fabricantes o industriales se van localizando en un determinado lugar. A partir de esta consideración, los resultados arrojados por nuestro modelo parecen estar ajustados con esta teoría; ya que, a primera vista, la producción se ubica allí donde presenta menores costos de transporte con facilidad de contacto con el mercado global, más allá del mercado local, por lo que las actividades básicas tienden a estar en la parte costera con alto aprovechamiento de la infraestructura portuaria.

Por ende, son las regiones Sureste y Sur, las que jalonan la economía nacional. No obstante, se evidencio que, aunque la región Sureste fue la única que aumento sus actividades motoras entre el periodo 2012 a 2018. Básicamente todas las regiones brasileñas cayeron drásticamente en la generación de empleo.

Ahora bien, en la tabla 6 se presentan los resultados del coeficiente de asociación geográfica de Brasil, respectivamente. A través de los siguientes intervalos para su análisis: $CAG = 0$ Asociación total (*); $0,1 \leq CAG \leq 0,34$ = Asociación significativa; $0,35 \leq CAG \leq 0,68$ = Asociación media; $0,69 \leq CAG \leq 1,04$ = Asociación débil, se determinará qué sectores están distribuidos regionalmente de la misma forma que el sector de referencia. Por ende, se evidencia que todas las RAE de las 5 regiones de Brasil (exceptuando el sector de Industria del calzado – 1/25), están asociadas significativamente. Así mismo, en las tablas 6 se presenta en escalas de grises para cada sector la cantidad de regiones donde es un motor de la economía (actividad básica), discriminado por CL igual y mayor a la unidad, reflejando que ninguna actividad económica se encuentra especializada en más de 3 regiones.

Sectores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	R*	
1 Extrativa Mineral	**																									2	
2 Prod. Mineral Não Metálico	0,15	**																									3
3 Indústria Metalúrgica	0,21	0,15	**																								2
4 Indústria Mecânica	0,25	0,19	0,08	**																							2
5 Elétrico e Comunicações	0,20	0,18	0,11	0,08	**																						3
6 Material de Transporte	0,24	0,18	0,08	0,13	0,15	**																					2
7 Madeira e Mobiliário	0,38	0,27	0,27	0,23	0,24	0,34	**																				1
8 Papel e Gráfico	0,18	0,10	0,07	0,09	0,09	0,15	0,23	**																			2
9 Borracha, Fumo, Couros	0,18	0,11	0,05	0,08	0,10	0,13	0,23	0,03	**																		2
10 Indústria Química	0,16	0,13	0,08	0,15	0,18	0,11	0,32	0,09	0,09	**																	2
11 Indústria Têxtil	0,24	0,11	0,17	0,14	0,17	0,25	0,22	0,11	0,14	0,20	**																1
12 Indústria Calçados	0,49	0,34	0,41	0,37	0,40	0,47	0,31	0,37	0,39	0,45	0,25	**															2
13 Alimentos e Bebidas	0,22	0,10	0,18	0,21	0,20	0,26	0,22	0,12	0,14	0,18	0,11	0,32	**														2
14 Serviço Utilidade Pública	0,13	0,05	0,20	0,23	0,20	0,22	0,30	0,15	0,16	0,13	0,15	0,37	0,12	**													3
15 Construção Civil	0,11	0,05	0,19	0,22	0,19	0,21	0,30	0,14	0,15	0,12	0,16	0,39	0,13	0,02	**												3
16 Comércio Varejista	0,12	0,04	0,17	0,20	0,18	0,19	0,28	0,12	0,13	0,10	0,13	0,39	0,10	0,04	0,03	**											2
17 Comércio Atacadista	0,12	0,05	0,15	0,19	0,16	0,18	0,28	0,10	0,11	0,09	0,14	0,39	0,10	0,05	0,04	0,02	**										2
18 Instituição Financeira	0,14	0,13	0,10	0,15	0,18	0,13	0,32	0,10	0,09	0,03	0,21	0,46	0,16	0,12	0,11	0,10	0,09	**									2
19 Adm Técnica Profissional	0,08	0,09	0,14	0,18	0,21	0,16	0,34	0,12	0,11	0,08	0,18	0,43	0,16	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	**								1
20 Transporte e Comunicações	0,12	0,08	0,11	0,15	0,15	0,14	0,29	0,08	0,07	0,06	0,17	0,42	0,13	0,09	0,08	0,06	0,04	0,05	0,05	**							2
21 Aloj Comunicações	0,10	0,08	0,14	0,18	0,18	0,17	0,31	0,10	0,10	0,07	0,17	0,42	0,13	0,07	0,05	0,05	0,04	0,06	0,04	0,03	**						1
22 Médicos Odontológicos Vet	0,10	0,07	0,16	0,19	0,19	0,18	0,32	0,11	0,12	0,09	0,16	0,41	0,13	0,06	0,04	0,04	0,07	0,03	0,05	0,02	**						1
23 Ensino	0,13	0,04	0,19	0,23	0,20	0,22	0,30	0,14	0,15	0,13	0,15	0,38	0,12	0,01	0,01	0,03	0,04	0,11	0,08	0,08	0,06	0,05	**			2	
24 Administração Pública	0,21	0,20	0,36	0,39	0,32	0,38	0,33	0,30	0,31	0,28	0,28	0,33	0,18	0,16	0,17	0,19	0,20	0,26	0,22	0,24	0,21	0,20	0,16	**		3	
25 Agricultura	0,20	0,16	0,28	0,32	0,28	0,31	0,32	0,23	0,24	0,21	0,21	0,43	0,11	0,12	0,12	0,12	0,13	0,18	0,15	0,17	0,14	0,13	0,13	0,15	**	2	

Tabla 6 - Coeficiente de Asociación Geográfica en las regiones de Brasil 2018

Fuente: Elaboración propia.

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Este artículo analizó el perfil de la base económica de las regiones de Brasil utilizando indicadores de análisis regional. Esta herramienta teórica y metodológica permitió identificar aspectos relacionados con el crecimiento del empleo de cada región frente a la economía brasileña, respectivamente. Así, se identificaron las principales ramas de actividad económica de las macrorregiones brasileñas y se consideraron las actividades de base económica, es decir, las actividades motoras (básicas) de cada región de Brasil.

Según los resultados de los Cocientes de Localización, se evidencia que los sectores especializados, que más aportan en la generación de empleo en las regiones brasileñas son: Mineral no metálico; Eléctrico; Servicio de utilidad pública; Construcción civil y Administración pública, dado que son los motores de crecimiento en 3 de las 5 regiones. En cuanto a los sectores básicos que registran la más baja participación regional son Administración técnica profesional; Alojamiento de comunicaciones; Médicos dentales;

Madera y mobiliario; y la Industria Textil, que solo se encuentran especializadas en una región.

Entre las regiones brasileñas, sobresalen las regiones del Sureste y del Sur que poseen de las 25 actividades productivas el 76% y el 60% de las actividades motoras, respectivamente. Mientras sus regiones Norte, Noreste y Centro-Oeste no poseen cada una más del 24% de actividades especializadas.

Teniendo en cuenta el MEB entre las regiones brasileñas, es la región Sureste donde cada nuevo empleo en el sector básico estimula la generación de aproximadamente nueve puestos laborales en el sector no básico, seguida por la región Sur con ocho en 2018. Por otro lado, la región brasileña que genera menos empleo es la Norte, con aproximadamente cinco empleos no básicos por cada empleo básico creado.

No obstante, aunque es la región Sureste la única que aumento sus actividades motoras entre el periodo 2012 a 2018, mientras las cuatro regiones restantes perdieron actividades especializadas. Todas las regiones brasileñas cayeron drásticamente en la generación de empleo.

En síntesis, los cocientes de localización y el multiplicador de empleo reflejan el comportamiento decreciente que ha tenido el PIB de Brasil, pasando de \$ 2.465 billones USD en 2012 a \$ 1.917 billones USD en 2018. Por lo cual, los resultados del presente artículo abren una ventana a futuras investigaciones en pro del desarrollo regional, se requiere reinterpretar cuidadosamente las diferentes variables socioeconómicas regionales para establecer cuáles son los factores determinantes de esta contracción en cada una de las regiones brasileñas.

REFERENCIAS

- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. En: Piacenti, C. A.; Ferrera de Lima, J. (Ed.), **Análise regional: metodologias e indicadores** Curitiba, Brasil: Camões. 2012, p. 63-87.
- AVILA, C., SANABRIA, S. y OLIVEIRA, N. Indicadores de subdesarrollo regional: una aplicación para Colombia. **Revista Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 106–126, 2022. <https://doi.org/10.48075/igepec.v26i1.28152>
- AVILA, C., SANABRIA, S. y OLIVEIRA, N. Localización y especialización productiva: la región de la amazonía colombiana. **Revista RA´EGA - O espaço geográfico em análise**, Curitiba, PR. V.52, p. 60-83. 2021. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v52i0.76860>
- COSTA, J. S.; DELGADO, A. P.; GODINHO, I. M. A teoria de base econômica. In. COSTA, J. S. (Org.). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra: APDR, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Relación Anual de Informaciones Sociales-RAIS, 2021.
- LIRA, L. y QUIROGA, B. **Técnicas de análisis regional**, Series Manuales-CEPAL, ilpes, Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2009.
- LIRA, L. Y QUIROGA, B. Técnicas de análisis regional, Series Manuales-CEPAL, ilpes, Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2009. Recuperado de: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/5500>
- MARTINEZ, M., AVILA, C. y OLIVEIRA, N. Localización y especialización productiva: el caso de las trece ciudades principales en Colombia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. V. 15, N. 6, Edição Especial, P. 216-230, nov/2019. Taubaté, SP, Brasil.
- MARTINS, H., LIMA, J. Y PIFFER, M. Indicadores de Base Econômica: uma aplicação para as Regiões Brasileiras. **Caderno de Geografia**, v.25, n.43, pp. 206-220. 2015 doi: 10.5752/P.2318-2962.2015v25n43p206
- NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico. En: Schwartzman, J. (Ed.), **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, Brasil: Cedeplar/Cetrede-Minter. 1997, p. 333343.
- NORTH, D. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, 63 (3), 243-258, 1955. <http://dx.doi.org/10.1086/257668>
- NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico. En: Schwartzman, J. (Ed.), **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, Brasil: Cedeplar/Cetrede-Minter. 1977, p. 333343.
- PERROUX, F. (1950). Economic Space: Theory and applications. **The Quarterly Journal of Economics**, 64(1), Oxford University Press, 89-104.
- PIACENTI, C. A.; STAMM, C.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. A dinâmica da base de exportação das regiões do Brasil. **Estudo e debate**, Lajeado, vol. 09, nº 02, p. 95-109, 2002.
- PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. 2009. Tese Doutorado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, Brasil.

PIFFER, M. Indicadores de base econômica. En: Piacenti, C. A.; Ferrera de Lima, J. (Ed). **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba, Brasil: Camões. 2012, p. 51-62.

PIFFER. et al. A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no Paraná. In:

CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA Jr. W. F. **Agronegócio paranaense: Potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 56-72.

SALA-I-MARTIN. **Apuntes de crecimiento económico**. Barcelona: Antoni Bosch. 2000.

SANABRIA-GÓMEZ, S. A. Progreso tecnológico y divergencias regionales: evidencia para

Colombia (1980-2010). Investigaciones Regionales-**Journal of Regional Research**, (38), 7-25. 2017. <https://investigacionesregionales.org/wp-content/uploads/sites/3/2017/11/01SANABRIA.pdf>

SANABRIA-GOMEZ, S. A. Microdinámica evolutiva de los desequilibrios económicos regionales: una propuesta metodológica. **Revista de Estudios Regionales**, 3, p. 93-115, 2019.

SANCHEZ, J. L. La región y el enfoque regional en geografía económica. **Boletín de la A.G.E.** Universidad de Salamanca, (32), 95-111. 2001.

SMITH, A. (1997(1776)). **Investigación sobre la Naturaleza y causas de la Riqueza de las Naciones**. México: FCE.

NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO UMA PARCERIA QUE PODE DAR CERTO

Data de aceite: 03/06/2024

Janisse Medeiros Ferraz

Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL; Acadêmica 2ª Licenciatura do Curso de Pedagogia – UNINTER; Licenciada em Letras Português/Inglês – UNIOESTE; Especialista em Educação Especial – ESAP; Especialista em Artes – ESAP; Especialista em Gestão Escolar – UNIVERSIDADE POSITIVO; Especialização em Neuropsicologia - FAVENI e Especialista em Psicopedagogia Institucional – FAEL

Vinicius Siqueira

Professor mestre do curso de Psicologia da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UNIOESTE

RESUMO: Educação e neurociência sempre foram próximas, porém nunca se pensou em trabalhar ambas pela mesma causa, recentemente, no panorama internacional, intensificam-se publicações e reacendem a discussão entre Neurociência e as Ciências da educação. Muitas são as barreiras que fazem adiar a parceria do caso. Propagaram mitos que se criou um problema no progresso da neurociência

cognitiva em várias áreas relevantes da educação. O presente artigo vem trazer alguns pontos relevantes que ajudariam a facilitar o entendimento do educador em relação ao educando e que pode sim dar certo a parceria entre Neurociência e Educação. Será abordado a definição de neurociência; o processo de aprendizagem; o educador e conhecimento sobre a neurociência. Assim fazendo com que possamos ter um entendimento do que é neurociência e educação e quais são possíveis caminhos a tomar.

PALAVRAS-CHAVE: Neurociência. Educação. Aprendizagem. Cérebro e Mito.

INTRODUÇÃO

Pesquisas e estudos nos mostram que a ciência compreende vastas áreas do conhecimento, na qual o cérebro, neste sentido, torna foco as neurociências; neste complexo modo neurocientífico, vários aspectos de nossa vida estão relacionados ao cérebro, e essa multidisciplinaridade pode ser inteiramente justificada.

A neurociência e a educação passaram a ser e ter uma atenção especial

nos últimos tempos. Com interface em várias áreas de estudos, a neurociência está ajudando a educação (pedagogia); a psicologia; a biologia; a genética; a física; a filosofia entre outras áreas da medicina ao esclarecer o processo do cérebro humano desde seu nascimento até seu envelhecimento. E com isso tem colaborado e ajudado os educadores a compreender o que acontece com o cérebro quando o mesmo recebe informações e o seu processamento do aprendizado no modo de se tornar o conhecimento para toda a vida.

Aprender significa criar memória de longa duração por Kandell no livro 'Princípios da Neurociência', Kandell (2001) diz que a aprendizagem acontece quando conseguimos resgatar e aplicar essa memória de forma inovadora e criativa no resolver de problemas, aliando a imaginação, a vivência de fazer a diferença no mundo.

A experiência afeta o cérebro que por sua vez se beneficia positivamente dela. Alguns estudos apontam que a criança tem boas compreensões no âmbito global e é necessário se pensar num currículo inovador. Todos são capazes de aprender, o cérebro tem capacidade de criar conexões entre os neurônios durante a vida toda. E olhando para dentro desta linha de pensamento o professor tem o papel fundamental de ensinar o aluno a ter autonomia e vontade de aprender, cabe ao educador criar a vontade, e capacidade de fortalecer a autoestima, estimulando dentro da diversidade de formas de ensino para que o educando tenha possibilidades de perceber e se apropriar de conteúdo, dos argumentos, ideias, temáticas e questões que vão facilitar sua aprendizagem. A neurociência nos traz em seus ensinamentos que a concentração não é uma habilidade inata e sim que ela pode ser adquirida. Cabe ao professor saber sobre as pesquisas neurocientíficas e relacionar conhecimentos da neurociência na educação. Isso facilitará o trabalho em sala de aula e contribuirá na construção de currículos baseados no desenvolvimento cerebral.

A neurociência recebeu contribuições de várias áreas do conhecimento, ajudando assim a uma melhor compreensão do funcionamento cerebral. A fisiologia focada na busca da função fisiológica do funcionamento do corpo; a farmacologia das substâncias neurotransmissoras; já a psicologia trouxe suas contribuições pela teoria do comportamento e pensamento, focado ao longo do percurso numa perspectiva mais situada nas regiões funcional e mais objetiva de cada localidade no cérebro.

Podemos assim dizer que a neurociência como a ciência do cérebro e a educação como a ciência do ensino e aprendizagem não são ciências isoladas, mas, estão juntas trabalhando em prol de um único propósito criando possibilidades de inserção de significados e contribuições nas áreas dos saberes, levando ao professor um caminho que vai facilitar e criar vários outros nos processos de ensino e entender o aluno com sua subjetividade, desta forma considerando a importância do cérebro na aprendizagem do indivíduo ou o inverso, podemos perceber a relação entre neurociência e educação. No patamar científico nem tudo é simples de definir e nem óbvio de relacionar. Embora educação e neurociência não sejam novidade; com novas descobertas atualmente podemos dizer que educação e neurociência voltaram a se cruzar.

No decorrer do artigo abordaremos alguns conceitos sobre a neurociência; a neurociência e a aprendizagem; educador e conhecimentos; as possibilidades que a neurociência traz para facilitar o dia a dia do educador.

O QUE É NEUROCIÊNCIA

Conforme Marques (2019, p.01, grifo do autor),

Neurociência é a área que se ocupa em estudar o sistema nervoso, visando desvendar seu funcionamento, estrutura, desenvolvimento e eventuais alterações que surjam. Portanto, o objeto de estudo dessa ciência é complexo, sendo constituído por três elementos: o cérebro, a medula espinhal e os nervos periféricos. Ele é responsável por coordenar todas as atividades do nosso corpo, e é de extrema importância para o seu funcionamento como um todo, tanto nas atividades voluntárias, quanto nas involuntárias. Os estudos da neurociência estão divididos em campos específicos que exploram as áreas do sistema nervoso. São elas: **Neurofisiologia:** investiga as tarefas que cabem às diversas áreas do sistema nervoso; **Neuroanatomia:** dedica-se a compreender a estrutura do sistema nervoso, dividindo cérebro, a coluna vertebral e os nervos periféricos externos em partes para nomeá-las e compreender as suas funções; **Neuropsicologia:** foca na interação entre os trabalhos dos nervos e as funções psíquicas. **Neurociência comportamental:** ligada à psicologia comportamental, é a área que estuda o contato do organismo e os seus fatores internos, como pensamentos e emoções, ao meio e aos comportamentos visíveis, como fala, gestos e outros; **Neurociência cognitiva:** estudo voltado à capacidade cognitiva, em que estão inclusos comportamentos ainda mais complexos, como memória e aprendizado.

Conforme Ferreira (2013), a teoria do neurônio foi formulada por Santiago Ramón y Cajal em meados do século XIX, as suas contribuições doutrinárias, constituem a grande base conceitual do estudo da neurociência.

Através de experimentação com técnicas, fixação e pesquisa do sistema nervoso e seu funcionamento, desenvolve-se a neurociência; este conhecimento está contribuindo para grandes avanços do aprendizado e desenvolvimento do mapeamento cerebral colorido, para entender como o cérebro e todo seu sistema funciona; assim a neurociência está descobrindo e trazendo inúmeros resultados e novidades para a contribuição de todas as áreas do saber. Assim quando falamos em neurociência podemos compreender que se estudo como o sistema nervoso se desenvolve e o que ele faz; através de estudos os neurocientistas tentam decifrar os comandos do cérebro e suas funções e faz-nos perceber a importância do cérebro, o comando e o que controla e faz no nosso corpo, como nossa memória e habilidades motoras por exemplo. a neurociência é uma ciência interdisciplinar pois mantém contato com várias outros segmentos, tais como biologia, matemática, física, química, medicina, engenharia, linguística, tecnologias entre outras áreas do saber. antigamente o cérebro não era considerado importante; no Egito antigo o órgão era retirado pelo nariz e jogado fora, o restante dos órgãos eram colocados separadamente em vasos ou uma espécie de jarras, mas mesmo fazendo isso foram responsáveis pelos escritos mais antigos da palavra cérebro.

A neurociência engloba várias áreas ou se divide dentro dela mesma como a neurociência afetiva, onde analisa o comportamento neuronal em relação às emoções; a cognitiva comportamental onde estuda as bases neurológicas cognitivas do comportamento; a alfabetização, onde define-se como o entendimento dos processos e conceitos para a compreensão de assuntos referentes às enfermidades do cérebro e distúrbios do comportamento.

Portanto a neurociência oferta um grande potencial norteador para vastas pesquisas na área da educação e como aplicar em sala de aula. No panorama atual o estudo mais indicado e que tem um forte indicativo para fazer a ligação dos saberes é a neurociência cognitiva; mas, é preciso políticas educacionais que envolvam a todos e que esse todos saibam planejar; por isso é necessário um aprofundamento nos ambientes educacionais não tradicionais, priorizando oportunidades de entendimento dos alunos onde terão capacidade de construir a partir do mundo real seu significado.

NEUROCIÊNCIA E A APRENDIZAGEM

Segundo a pedagoga e especialista em neurociência Kátia Chedid em Ensinamentos da neurociência para a educação: Concentração não é uma habilidade inata, mas ela pode ser adquirida (GEEKIE, 2019).

Os professores devem ou precisam saber e conhecer sobre as pesquisas neurocientíficas e fazer correlação entre neurociência e educação, pois os ajudará a contribuir e construir currículos baseados no desenvolvimento cerebral e facilitará o dia a dia em sala de aula no aprendizado. Claro que não é uma “receita de bolo”, porém ensina a olhar e adaptar estratégias diferenciadas para chegar aos objetivos conjuntamente às práticas já utilizadas. Quanto maior essa variedade, maior será a aprendizagem, fazendo com que seja de maior duração. Assim a aprendizagem será eficiente tendo em vista que o cérebro otimiza as informações recebidas com mais eficiência; assim o compreender as diferentes formas de adquirir conhecimento é capaz de transformar a relação entre estudantes, escolas e sociedade.

A neurociência pode ajudar como uma ótima ferramenta de aprendizagem já que pesquisar e trabalhar informações e dados do sistema nervoso ajuda a entender como aprendemos e isso ajudará a potencializar no processo de aprendizagem. Com isso ajudaria a conhecer melhor as pessoas e a partir dessas informações seria possível produzir mais eficácia no ensino.

Sabe-se que cada ser tem suas peculiaridades em aprender e podemos até relacionar com a biologia de cada um. Então compreender melhor o processo de aprendizagem, entender as limitações e o potencial do aluno pode trazer uma contribuição e ajuda a avaliar estratégias pedagógicas que impactam a forma de aprendizagem. O papel da neurociência não é criar metodologias de ensinos para facilitar a aprendizagem, de

acordo com Willingham (2009), no livro ‘Porque os alunos não gostam da escola’ o autor nos coloca que cabe ao professor criar e usar suas habilidades para instigar o conhecimento, pois o mesmo compensa quando é conceitual e quando os fatos relacionam-se entre si, assim através desse processo de entendimento para levar informações e conhecimentos o professor precisa buscar conhecimento sobre o sistema nervoso que contribuirá para o entendimento de como aprendemos e como podemos potencializar o ensino.

EDUCADOR E CONHECIMENTO DA NEUROCIÊNCIA

Sabemos que a neurociência não é uma solução “final” para os problemas da educação, mas ela pode ajudar a trazer excelentes resultados. Não podemos atribuir somente aos pesquisadores com seu trabalho na área, mas precisa haver uma participação de alunos e professores como também ensinar cada um a lidar com essas novas informações. De acordo com Lopes (2016, p. 01), “falta de atenção, dificuldade para aprender e desmotivação são algumas situações frequentes que os professores se deparam quando estão na sala de aula [...]”. Faz se pensar na possibilidade de trabalhar o tema em várias áreas do conhecimento, assim mesclando o conteúdo de neurociência em algumas disciplinas escolares ajudaria no processo de ensino e aprendizagem inserida dentro da sociedade, uma vez que aprendemos a vida inteira.

Vygotsky conclui “que as origens das formas superiores de comportamento consciente deveriam ser achadas nas relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo exterior” (LURIA¹, 1988, p. 25 apud COSTAS; FERREIRA, 2011).

Segundo Guerra (2019),

As descobertas da neurociência que esclarecem como o cérebro funciona durante a aprendizagem e indicam fatores que influenciam esse funcionamento já têm sido bem mais divulgadas atualmente. Atenção, memória, emoção, função executiva, bases neurais da leitura e da escrita, mudanças cerebrais na adolescência, desenvolvimento de habilidades sociais e os efeitos da alimentação, meditação, sono, tecnologia e música sobre a cognição e a aprendizagem em especial são exemplos de temas abordados por publicações voltadas não só para o professor, mas também para o público em geral. Assim, o professor já conta com conhecimentos da psicologia cognitiva e da neuropsicologia da aprendizagem – estudo das funções mentais produzidas pelo cérebro e envolvidas na aprendizagem – que podem inspirar novas práticas educacionais [...].

Junto a isso a neurociência pode ser uma grande aliada dando estratégias para o educador abordar e trabalhar diversos assuntos de diversas abordagens.

Então conhecer as variadas formas de abordagens, faz com que as aulas se tornem mais atrativas e motivadoras, pois quando mexe com as emoções, o paladar, o olfato, a visão e a audição fazem com que o cérebro consiga assimilar muito mais do que ficar

¹ LURIA, A. R. (1988). «Vygotsky», in: L. S. Vygotsky, A. R. LURIA e A. N. Leontiev. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. SP: Icone.

meramente nos livros didáticos. Quando visualizamos, pegamos e sentimos, ou melhor, utilizamos os vários sentidos em uma nova experiência seja ela ir para fora da sala de aula, ir ao museu ou até mesmo na biblioteca ou sala de informática faz com que a nova experiência constrói no aprendiz uma ideia completa e concreta mais duradoura daquela experiência. O educador sabendo usar os órgãos dos sentidos a seu favor, seu ensino/aprendizado será muito mais impactante do que uma mera aula expositiva. Quando usado às ferramentas e os caminhos que a neurociência lhe oferece na abordagem dos conteúdos das disciplinas por meio de assuntos,

Exemplos e ferramentas que estejam relacionados ao cotidiano do aluno, ou que sejam novidade que despertem sua vontade de conhecer, motivará o aprendiz [...]. Qualquer que seja a situação, o professor deveria perguntar ao aluno “o que você entendeu sobre o que eu falei?” ou poderia solicitar a ele que explicasse para um colega o que entendeu da aula ou incentivar todos os aprendizes a elaborar um texto relembrando as informações apresentadas, ou ainda motivar, por meio de perguntas, a discussão de tópicos da aula entre os colegas. Essas estratégias dariam aos alunos a oportunidade de usarem a memória operacional que ainda estiver processando a aula, para fazer associações e comparações com outros conhecimentos e experiências já armazenados na memória e relacionados ao que foi apresentado. Assim, o aluno poderá perceber lacunas no seu entendimento sobre o que foi abordado [...] (GUERRA, 2019).

Por tanto utilizar-se de estratégia para melhorar seu ensino e melhorar a aprendizagem do aluno cabe a cada educador buscar suas fontes, ainda dentro da velha e amoladora maneira de preparar o conteúdo com antecedência ainda nos traz resultados positivos, assim o uso bem planejado e dosado da tecnologia em sala de aula, por meio de mídias variadas, para espreitar finalidades do processo de ensino significativo e desafiador, favorecendo o engajamento do aluno na aula e previne sua distração pela própria tecnologia. “A abordagem de temas sob a forma de problemas, que geram curiosidade, até pelo desconhecimento que o aluno é levado a perceber que tem, aumenta o interesse do aprendiz, favorecendo sua atenção” (GUERRA, 2019) usando assim a neurociência a seu favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se então que o processo de aprendizagem para quem tem o conhecimento da neurociência tornar-se-á um procedimento ou um caminho com maior facilidade na forma de educar e fazer o aluno compreender. A neurociência faz com que o educador tenha um olhar diferenciado para ensinar, utilizando-se de ferramentas e estratégia do seu conhecimento em torno do cérebro e dos neurônios faz com que tenha uma múltipla variedade de técnicas para alcançar o objetivo que é ensinar o aluno; indiferente da forma e da maneira. E com isso a aprendizagem torna-se eficiente, pois o cérebro aperfeiçoará as informações e facilitará o recebimento de conhecimento do aluno.

A compreensão das variadas formas de conhecimento transformará fundamentalmente a relação entre escola, aluno e sociedade. Mas para que isso aconteça é necessário o educador buscar conhecimento para que ele venha se transformar em ferramentas de uso. Sendo assim torna-se uma necessidade constante estar atualizado dentro da sua área de conhecimento, fazendo com que tudo o que buscou de aprendizado possa interferir diretamente na sua maneira e habilidade de ensinar.

Com o comprimento da introdução podemos dizer que muito tem que se buscar e aprender sobre essa nova ferramenta se assim podemos chamar, a neurociência; e ela pode sim nos trazer e ter grandes benefícios no processo de ensino. Este trabalho foi muito importante para nosso conhecimento, uma vez que a educação está em constante mudança e a tecnologia trazendo novas ferramentas podemos perceber que quando se busca novos caminhos do conhecimento torna-se mais fácil passar o conhecimento e também atrativo e prazeroso para quem recebe o conhecimento.

Portanto, entender que a neurociência é o estudo científico do sistema nervoso e que ela pode ser interdisciplinar colaborando com os mais variados campos do aprendizado, podemos entender que ela pode ser aplicada para incluir as mais variadas e diferentes abordagens para se criar uma aprendizagem adequada e eficaz. Usando assim as técnicas que os neurocientistas proporcionam é diligente para o processo ensino e aprendizagem, assim facilitando e criando a melhor forma de executar as tarefas sensoriais e motoras do cérebro. Então sabendo usufruir dessa ferramenta podemos entender que a neurociência cria uma forma adequada para cada indivíduo e sua maneira de aprender. Possibilita uma melhora no grupo e como eles se relacionam; e identificando o problema o professor/educador consegue lidar com as mais variadas formas de conflitos e problemas no que envolve a aprendizagem. E isso faz com que o educador viva numa constante busca de conhecimento e fazendo entender que ele tenha que conhecer profundamente seu cérebro e assim fazendo conseguir entender e traçar estratégias para trabalhar com a educação.

REFERÊNCIAS

CAVADA, C. **Sociedad Española de Neurociencia: Historia de la neurociencia**. Disponível em: <http://www.senc.es/es/antecedentes>. Acesso em: 19 ago. 21

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. **Sentido, significado e mediação em Vygotsky**: implicações para a constituição do processo de leitura. Revista Iberoamericana de educación, v. 55, n. 7, p. 205-223, 2011.

ERIKSSON, P.S.; PERFILIEVA, E. Bjork-Eriksson T.; ALBORN, A. M.; NORDBORG, C.; PETERSON, D.A., GAGE, F.H. (1998). **Neurogenesis in the Adult Human Hippocampus**. Nature Medicine.4(11), 1313–1317.

FERREIRA, Francisco Rômulo Monte. **A teoria neuronal de Santiago Ramón y Cajal**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FISCHER, Kurt W.; DANIEL, David B.; YANG, Mary Helen Immordino; STERN, Elsbeth; BATTRO, Antonio; KOIZUMI, Hideaki. **Why Mind, Brain, and Education? Why Now?** Journal Compilation International Mind, Brain, and Education Society and Blackwell Publishing, Inc. Vol. 1, n. 1, p. 12, 2007.

GEEKIE. **Neurociência e educação**: 5 ensinamentos para melhorar a escola. Disponível em: <https://www.geekie.com.br/blog/neurociencia-e-educacao/>. Acesso em: 19 ago. 21

GUERRA, Leonor Bezerra. **10 DICAS DA NEUROCIÊNCIA PARA A SALA DE AULA**. Disponível em: <https://www.mundoescolaronline.com.br/10-dicas-da-neurociencia-para-a-sala-de-aula/>. Acesso em: 19 ago. 21.

KANDELL, E.R.; SCHWARTZ, J.H. y JESSELL T.M. (2001). **Princípios de Neurociência**. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana.

LOPES, Marina (2016). **Neurociência é aliada na preparação do professor para a sala de aula**. Disponível em: <http://porvir.org/neurociencia-ajuda-preparar-professores-para-desafios-da-sala-de-aula/>. Acesso em: 19 ago. 21.

LUPIEN, S.J.; KING, S.; MEANEY, M.J.; MCEWEN, B.S. (2000). **Child's stress hormone levels correlate with mother's socioeconomic status and depressive state**. *Biological Psychiatry*. 48, 976–980.

MARQUES, José Roberto. **O que é Neurociência?** Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-eneurociencia/>. Acesso em: 19 ago. 21.

NEURO SABER. **O que é Neurociência?** Disponível em: <https://neurosaber.com.br/o-que-e-neurociencia/>. Acesso em: 19 ago. 21.

PORTAL IBC. **O que é Neurociência?** Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-e-neurociencia/>. Acesso em: 19 ago. 21.

PURVES, Augustine; FITZPATRICK, Hall; LAMANTIA, McNamara y WILLIAMS (2007). **Neurociencia (Tercera edición)**. Buenos Aires: Editorial Médica Panamericana.

RIZZALATTI, G.; CRAIGHERO, L. (2004). **The mirror-neuron system**. *Annual Review of Neuroscience*. 27, 169–192.

STEM, Y. (2009). **Cognitive reserve**. *Neuropsychologia*, 47(10), 2015–2028. doi:10.1016/j.neuropsychologia.2009.03.004

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos/ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos**. - Curitiba: UTFPR, 2008. 122 p.

WILLINGHAM, Daniel T. **Por Que os Alunos não Gostam da Escola?** Penso Editora, 2009.

O CLUBE FARROUPILHA E AS “FAKE HISTORIES”: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE AINDA INCIPIENTE

Data de aceite: 03/06/2024

Marcelo Noriega Pires

Doutorando em História pelo PPGH-UFSM. Bolsista Capes-DS. Professor da Rede Estadual do Rio Grande do Sul

RESUMO: O tema deste artigo é a relação da *think tank* Clube Farroupilha (CF), atuante em Santa Maria - RS, com a produção e disseminação da chamada *fake history*. Este trabalho tem como objetivo demonstrar como tem se dado esta relação desde a fundação do referido grupo, na esteira dos acontecimentos chamados como Jornadas de Junho de 2013, até sua atuação no referido município abrangendo paralelamente também a influência recebida pelos debates estadunidenses e brasileiros sobre temas como a própria *fake history* e a pós-verdade. Como principais resultados temos a questão de que o Clube Farroupilha aparentemente se consolidou como grupo atuante na política local, tanto com forte influência dos debates internacionais quanto também das práticas da extrema-direita estadunidense. Como conclusão deste trabalho tem-se que é necessário o aprofundamento do debate tanto sobre a atuação das *think tanks* vinculadas

a projetos ultraliberais como também sobre a influência da *fake history* seja na sociedade como um todo, seja também para o conhecimento historiográfico. Por fim, se discute a importância do professor de história nesta realidade de descrédito da própria ciência histórica.

PALAVRAS-CHAVE: fake history, *think tank*, Clube Farroupilha.

CLUBE FARROUPILHA AND “FAKE HISTORIES”: CONTRIBUTIONS TO A STILL INCIPIENT DISCUSSION

ABSTRACT: The theme of this article is the relationship between the think tank Clube Farroupilha (CF), active in Santa Maria - RS, and the production and dissemination of so-called fake history. This work aims to demonstrate how this relationship has occurred since the founding of the aforementioned group, in the wake of the events called Jornadas de Junho de 2013, until its performance in the aforementioned municipality, also encompassing the influence received by American and Brazilian debates on topics such as fake history itself and post-truth. The main results include the fact that Clube Farroupilha has apparently consolidated itself as an active group in local

politics, both with a strong influence from international debates and also from the practices of the American extreme right. As a conclusion of this work, it is necessary to deepen the debate both on the performance of think tanks linked to ultraliberal projects and also on the influence of fake history, whether on society as a whole, or also on historiographical knowledge. Finally, the importance of the history teacher in this reality of discrediting historical science itself is discussed.

KEYWORDS: fake history, think tank, Clube Farroupilha.

O QUE É O CLUBE FARROUPILHA

O Clube Farroupilha (CF) surgiu formalmente no ano de 2013 fortemente pelas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Sendo assim, é necessário se definir o que foram as referidas jornadas. Em junho de 2013 o Brasil presenciou uma série de manifestações de grande escala que influíram de maneira muito sensível na sociedade brasileira como um todo, onde agentes políticos como as *think tanks* ganharam uma relevância político até então nunca por eles experimentada. Passados mais precisamente dez anos da ocorrência das Jornadas de Junho talvez hoje tenhamos condições de alcançar uma compreensão maior dos fatos e das suas consequências para a política brasileira.

Primeiramente é necessário que delimitemos alguns pontos sobre o que foram as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, de acordo com Rouseff (2023, p. 7):

Na condição de presidenta da República, coube-me a missão de compreender aqueles fatos e agir com rapidez. Estava claro que se tratava de uma duríssima disputa, entre os dois grandes blocos que se confrontam pelo destino de nosso país. Estarrecidos pela eclosão das manifestações, de origem fortemente espontânea e localizada, esses dois campos passaram a atuar para influir sobre a voz das ruas e atraí-la para o fortalecimento de seus projetos.

O relato da então mandatária da nação é de extrema validade para se compreender como que o governo federal lidou com uma situação até então considerada inesperada. Manifestações que se iniciaram no referido mês questionavam o aumento das tarifas de ônibus urbano em diversas capitais estaduais, de acordo com Altman (2023, p. 86) essas manifestações no período de 6 até 13 de junho de 2013 praticamente estavam restritas à cidade de São Paulo e se concentravam sob a bandeira contra o aumento de vinte centavos na tarifa de ônibus urbano, coordenadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Então como que manifestações que se originaram de uma pauta específica ganharam tanta força a ponto de se constituírem como um grande desafio ao governo federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores?

Para se tentar responder a esta pergunta é necessário em um primeiro momento se definir quais são os dois grandes blocos aos quais Dilma Rouseff se refere. Para tal é preciso se utilizar do “arsenal marxista” para se definir conceitos fundamentais a esta tão importante definição. Um conceito que merece destaque é o conceito de luta de classes,

de acordo com Marx e Engels (2010, p. 41): “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. Temos desde os primórdios daquilo que definimos como civilização a luta de classes, seja nas mais diferentes formas de antagonismo entre explorados e exploradores.

No capitalismo a luta de classes se configura na dicotomia entre capital e trabalho, personificada respectivamente nas duas classes sociais surgidas desde então: burguesia e proletariado. Evidentemente que o capitalismo passou por transformações ao longo dos séculos e a luta de classes não seja tão evidente como se aparentava ser na sociedade do século XIX analisada por Marx e Engels, o que de maneira alguma invalida as suas percepções, mas nos coloca desafios inerentes ao nosso tempo.

De acordo com Losurdo (2015, p. 63-64), através da teoria da luta de classes os seguintes pontos: uma teoria geral do conflito social, a colocação do conflito social no terreno da história e a consideração das multiplicidades das formas com os quais o conflito social se manifesta. Temos, portanto, uma contribuição que nos ajuda a compreender a validade e atualidade das contribuições de Marx e Engels no que diz respeito ao conceito de luta de classes tão importante para se compreender o nosso objeto de estudo.

Partimos então do pressuposto que tivemos em junho de 2013 uma maior concretude visível da luta de classes e que dois grupos estavam claramente disputando os rumos da sociedade brasileira, certamente nos falta agora definir quais seriam exatamente estes grupos. Levando em conta das questões da multiplicidade das formas com que a luta de classes se materializam e também da própria configuração dos governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores em uma coalização que primava pela conciliação de classes envolvendo inclusive desde trabalhadores organizados ou não em movimentos sociais até setores da burguesia brasileira¹ que viam o governo como apoiador e até indutor de seus negócios.

Podemos dizer então que os dois blocos seriam basicamente os apoiadores do governo federal liderado pelo PT e uma gama bastante diversificada de grupos desde religiosos, militares e defensores do liberalismo que tomaram a frente das Jornadas de Junho de 2013 transformando-as em grandes manifestações de protesto contra o governo da então Presidenta Dilma Rousseff. Vale destacar que mesmo com as Jornadas de Junho de 2013, Dilma ainda conseguiu vencer as eleições de 2014. Todavia seu segundo governo já estava enfraquecido culminando naquilo que defendemos como sendo o Golpe de 2016 que colocou fim ao seu governo.

Como mencionado anteriormente temos o fortalecimento das chamadas *think tanks* que de acordo com Rocha (2021) estas organizações, sejam elas nomeadas de institutos, clubes ou mesmo movimentos, estão presentes no Brasil desde o início da década de

1 Boito Jr. (2018) define que os governos federais liderados pelo PT formaram uma Frente Política Neodesenvolvimentista formada pelo por classes e frações de classes que por vezes teriam interesses antagônicos na própria luta de classes e por isso exerceram diferentes formas de influência e se envolveram, ou não, em diferentes níveis na defesa do Governo Dilma Rousseff.

1990. Entretanto a sua relevância aumentou sensivelmente, tendo as Jornadas de Junho de 2013 um papel decisivo neste fortalecimento, o que justifica o fato de se constituírem como parte do objeto de estudo deste trabalho.

Entretanto, a questão principal deste artigo é relacionar a atuação do CF com a questão das *fakes histories*, o que invariavelmente demanda definições importantes que vão desde a própria definição de *think tanks*, sua atuação na busca por influência no estado e o uso das *fakes histories* e sua consequente divulgação.

SERIA O CLUBE FARROUPILHA UMA *THINK TANK*?

O primeiro ponto para se tentar responder a esta pergunta é buscar uma definição sobre o que seriam esses “tanques de informação/pensamento”. A tradução literal que utilizamos já demonstra uma posição clara e evidente na batalha das ideias. O que nos ajuda a partir para uma definição sobre a função social de organizações que surgiram no Brasil nas últimas décadas e que vem ganhando importância na sociedade brasileira principalmente após as Jornadas de Junho de 2013, vide o exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) criado inicialmente como uma espécie de trocadilho do Movimento Passe Livre (MPL) e que atualmente chega a apresentar pré-candidatura² à prefeitura de São Paulo mesmo não sendo formalmente um partido político.

O Clube Farroupilha também tem a sua presença na institucionalidade tanto na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria bem como também até 2022 possuía um Deputado Estadual ligado à organização. O que demonstra que mesmo com o discurso de defesa do liberalismo as *think tanks* não deixam de disputar os rumos da institucionalidade e que de certa forma não causa estranheza se levarmos em conta os pioneiros IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)³ que financiaram diversas campanhas políticas durante a década de 1960 e também tiveram papel de destaque no Golpe Civil-Militar de 1964.

Tendo em vista esta relação a institucionalidade tanto das *think tanks* pioneiras no Brasil quanto de uma das mais destacadas como MBL é possível se notar uma certa semelhança entre estas e o Clube Farroupilha no sentido da busca por inserção na sociedade. De acordo com o Instituto Millenium⁴, considerado por Pastore (2012) como um herdeiro do IPES e do IBAD, podemos definir o conceito de *think tank* da seguinte forma:

2 Portal G1. **União Brasil sofre pressão por chapa própria após MBL escolher Kim Kataguirí como pré-candidato à Prefeitura de SP.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/07/uniao-brasil-sofre-pressao-por-chapa-propria-apos-mbl-escolher-kim-kataguiri-como-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2023.

3 OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. **IPÊS E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964.** *Revista de História Comparada*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, n° 2. 2008.

4 INSTITUTO MILLENIUM. **O que significa um think tank no Brasil de hoje.** Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

O conceito de *think tank* faz referência a uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos. Assuntos sobre os quais, nas suas instâncias habituais de elaboração (estados, associações de classe, empresas ou universidades), os cidadãos não encontram facilmente insumos para pensar a realidade de forma inovadora. Os *think tanks*, portanto, não fazem o menor sentido em sociedades tradicionais, onde os problemas e as soluções são sempre os mesmos por definição. Nas sociedades modernas e cada vez mais complexa, porém, há a necessidade de espaços que reúnam pessoas de destaque, com autonomia suficiente para se atreverem a contestar criativamente as tendências dominantes, especialmente quando elas se tornam anacrônicas.

Esta definição é bem clara ao mostrar o posicionamento de enfrentamento destas organizações em relação a um considerado *establishment*, que autores como Mises que definem a sociedade atual como vivendo, de acordo com Rocha (2021), em uma “hegemonia cultural esquerdista”. Quando falamos em Ludwig Von Mises estamos falando em um dos referenciais mais caros ao Clube Farroupilha, presente no blog da referida instituição em diferentes textos que debatem desde história, economia e cultura.

Engana-se, porém, que pensa que as *think tanks* estão longe de terem influência no próprio Governo Federal. Uma pesquisa na página oficial da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) nos mostra que o debate sobre inovação no setor público já conta com sensível influência dos “tanques de pensamento”, vide o seguinte trecho⁵:

Think tanks são instituições que desempenham um papel de advocacy para políticas públicas, além de terem a capacidade de explicar, mobilizar e articular os atores. Atuam em diversas áreas, como segurança internacional, globalização, governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução de desigualdades e saúde. Produzem pesquisas, análises e recomendações que contribuem para um ambiente de conhecimento, permitindo, inclusive, que os formadores de políticas públicas tenham ferramentas para tomar decisões mais embasadas, além de ter um papel importante na disseminação de conhecimento à sociedade.

Fica evidente a influência no setor público influenciando as políticas públicas e se colocando para fazer o papel que o estado não consegue desempenhar. O discurso de uma sociedade mais complexa e com desafios que não podem ser resolvidos pelo estado “desatualizado em engessado” é uma realidade nas *think tanks* e o Clube Farroupilha não seria diferente⁶:

5 ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?** Disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 17 nov. 2023.

6 CLUBE FARROUPILHA. **O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção.** Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/>. Acesso em: 17 nov. 2023. .

Logo, o fato dessa população se satisfazer com migalhas acarreta a formação de uma vultosa bola de neve, tendo em vista que desencadeia uma série de comodismos: o Estado dá o peixe, mas não ensina a pescar. Isso significa que, ao sustentar a narrativa do bem-comum, criam-se políticas públicas em forma de assistencialismo, as quais são causa de inépcia aos cidadãos, assolando a capacidade de desenvolverem quaisquer predisposições e aptidões para a tomada de iniciativas para que atinjam o desenvolvimento econômico e enquanto seres humanos.

Neste trecho temos uma importante contribuição para se compreender a relação entre organizações aqui estudadas e a sua visão de que o estado não deve investir recursos em políticas de redistribuição de renda, pois estaria criando uma dependência do cidadão em relação ao estado e impedindo o seu próprio desenvolvimento e busca por autonomia.

Percebemos que a relação do liberalismo em sua vertente mais radical, o neoliberalismo, com o estado é de extrema importância para se compreender as concepções ideológicas do Clube Farrroupilha. O que torna de extrema importância que compreendamos que o próprio surgimento desta organização faz parte de um processo muito mais amplo de atual ofensiva neoliberal que tem como característica fundamental o papel do estado como guardião do direito privado, provando assim a tese de Cláudio Katz (2016) que divide os pensadores neoliberais em ortodoxos e convencionais. Os primeiros tidos como mais autênticos e defensores do papel de não intervenção do estado na economia e os últimos como defensores do papel do estado quando necessário para defender interesses da iniciativa privada, como a implementação do viés empresarial na gestão pública. O segundo tipo é sem dúvida o que representa a atuação das *think tanks*.

Já Pierre Dardot e Christian Laval (2016) ao analisarem as contribuições de Friedrich Hayek para o ideário neoliberal realçam sua relação com um papel autoritário que permita que as suas concepções sejam colocadas em prática, sendo extremamente válida a opção pelo estado forte no sentido de garantir os interesses dos capitalistas em detrimento da democracia. Alerta que nos diz muito sobre as possibilidades e potencialidades do desenvolvimento de pesquisa mais detalhada sobre organizações como o Clube Farrroupilha.

Outro ponto que caracteriza a atuação das *think tanks* é uma ampla e constante presença nos meios virtuais, que possibilitam o acesso gratuito aos seus materiais de divulgação e propaganda. O Instituto Mises Brasil, site recomendado pelo CF, disponibiliza de maneira completamente livre de custos obras de seus autores referência, o que certamente contribui muito para a sua disseminação de ideias. O debate sobre o valor da informação é de extrema importância para se compreender a questão do papel das *think tanks* na disputa da sociedade, sendo necessário se compreender como as mesmas atuam no ponto de vista virtual. De acordo com Rocha (2021, p. 94) temos a presença de comunidades de discussão com expressivo número de membros desde a popularização do Orkut que ocorreu por volta do ano de 2006. Sendo assim, temos a seguinte contribuição da autora em questão:

Em pouco tempo os frequentadores das tais comunidades passaram a perceber que todos defendiam uma versão do capitalismo de livre mercado muito mais radical do que o neoliberalismo. Nas palavras do carioca Bernardo Santoro, outro ativo frequentador dos debates no Orkut: “A gente foi discutindo e alguém virou e rapidamente viu que todo mundo ali era muito radical, todo mundo ali era mais libertário do que liberal propriamente dito”. Foi justamente esta radicalidade que motivou os debatedores a eleger como seu principal símbolo o economista austríaco Ludwig Von Mises, tido como o defensor mais radical do capitalismo de livre mercado. No Brasil, a referência ao legado do economista costuma vir acompanhada da defesa de ideias sintetizadas em motes como “imposto é roubo”, “não existe almoço grátis”, “privatiza tudo!”, e “menos Marx, mais Mises”. (ROCHA, 2021, p.101).

Como este trecho aborda a atuação dos grupos ultraliberais ainda nos anos de 2006 e 2007, quando estes não tinham visibilidade política para além de seus grupos em redes sociais ainda não é possível notar a grande incongruência que se coloca ao se definirem como libertários, principalmente no que diz respeito a serem contra a própria existência do estado, e hoje termos representantes das *think tanks* tanto em cargos eletivos bem como também pretendendo gerir o estado. Sobre a questão desta contradição contida no discurso destas organizações de maneira geral, temos a contribuição de Messemberg (2019, p. 208-209):

Interessante examinar, no discurso desses agentes sociais, a convivência de elementos claramente contraditórios aos princípios neoliberais que defendem. São ferozes partidários do Estado mínimo, porém, pressionam de todas as formas o Estado a criar situações de concorrência e a incentivar modelos de comportamento que direcionem a conduta dos indivíduos no sentido de transformá-los em consumidores e empreendedores. Propagandeiam a defesa do livre mercado numa economia global, mas recorrem constantemente ao discurso de salvação da pátria. Pregam a livre iniciativa, embora não reconheçam direitos individuais básicos.

A autora vai mais além ao abordar a relação do neoliberalismo com a democracia utilizando da contribuição de Dardot e Laval (2016) que analisam o antidemocratismo na “razão do mundo” neoliberal, onde o individualismo é visto como única possibilidade de atuação do sujeito que adquire a formatação de sujeito neoliberal.

Temos agora condições de responder à pergunta deste trecho se o CF seria ou não uma *think tank* acreditamos que sim, tanto no seu *modus operandi* bem como também nas suas contradições em relação ao estado. A *think tank* surgiu após as Jornadas de Junho de 2013 na esteira de outros movimentos e organizações com atuação e penetração social fortalecida pelos movimentos em questão. Por isso, o seu estudo nos serve não só para compreender elementos relativos à política local, mas também em relação à política nacional e as formas de agir da direita que emergiu após aquele junho que teima em nos desafiar.

DEFINIÇÃO DE *FAKE HISTORY* E A RELAÇÃO COM A PÓS-VERDADE

Depois de termos buscado uma definição sobre o CF é necessário que busquemos definição sobre o que é a *fake history*, para quem sabe assim possamos compreender se a referida *think tank* faz ou não uso destes tipos de subterfúgios. De acordo com seguinte contribuição de ZOGLAUER (2023, p. 3), temos:

People want to be entertained. Rumors, sensational news and fictional stories are more exciting and entertaining than political news. They fulfill the expectations of the listeners or readers (Bernal 2018, p. 239 f.). Fake news appeals to emotions and instincts. Conspiracy theories divide the world into good and evil and reveal the alleged culprits for the evils of this world. Rumors are readily retold and spread rapidly throughout the world via social media. Internet users want to hear opinions that confirm their own worldview (Tewksbury and Rittenberg 2012, p. 86). As a result, media users no longer receive the entire spectrum of news and opinions, but focus on specific sites and topics or limit themselves to specialized topics and news portals that serve their interests. Consequently, the field of vision narrows. Fragmentation and specialization of knowledge can therefore be expected to lead to less comprehensive knowledge (Tewksbury and Rittenberg 2012, p. 127). Commonalities dwindle, differences increase, and clashes of opinion intensify. A general consensus on social and political issues is lost. Each group retreats into its own media niche.

Por esta passagem fica bem evidente que não existe a intenção pela busca de consensos sociais e políticos que abranjam a sociedade como um todo e sim preocupação de se justificar discursos e práticas de um grupo visando através da desconstrução do outro espalhar sua proposta política. Nesta primeira contribuição temos também a questão do uso do apelo às emoções e aos instintos do receptor da mensagem para se criar um ambiente de enfrentamento do “bem” contra o “mal”. Esta visão maniqueísta de se tentar criar um ambiente onde um grupo de “paladinos justicheiros” luta contra um sistema injusto e opressor é uma das características mais latentes da *fake history*.

Outro ponto primordial para se definir *fake history* é se compreender o conceito de pós-verdade. De acordo com Siebert e Pereira (2020, p. 240):

Propomos pensar o termo pós-verdade a partir de sua divulgação como a palavra do ano do Dicionário Oxford, como um termo que, nos moldes de On a gagné, enuncia um novo acontecimento. Em seu verbete, o dicionário Oxford (MIDGLEY, 2016) descreve Pós-Verdade como um adjetivo relacionado a circunstâncias em que os fatos influenciam menos a opinião pública do que apelos à emoção ou às crenças pessoais. Nos jornais de grande circulação, sua publicação passou a ser recorrente em notícias para significar eventos ligados ao debate político. Os fatos, a comprovação de dados e estatísticas teriam pouca influência na formulação do sentido e na interpretação dos leitores e de eleitores.

Notamos mais uma vez a referência aos sentimentos pessoais e reafirmações da visão de mundo individuais em detrimento do fato socialmente referendado. Todavia a pós-verdade não existiria se não conseguisse exatamente dialogar com um público que talvez se sinta à vontade em receber este tipo de informação apresentada como conhecimento. De acordo com Kalpokas (2019, p. 22):

Post-truth political narratives (just like 'ordinary' political narratives) would be irrelevant without groups of supporters or, at least, affiliated individuals. However, since post-truth narratives do not enjoy fixed anchoring points, being a form of escapist fiction instead, social affirmation and collective belief acquire paramount importance: if post-truth narratives are true through their own effects, they are true as long as, and only as long as, they are capable of producing such effects. As McGranahan (2017: 243) suggests in her analysis of Donald Trump's campaign discourse, in a post-truth environment, 'affiliative truths' take hold whereby audiences respond in ways that are 'both affective and social in creating communities of both supporters and protesters'. The result is, then, production of a 'shared persona' that transcends traditional (e.g. location or class-based) identities (Marshall and Henderson 2016: 14). The same shared nature applies to knowledge, which is usually more collective than commonly thought. As Sloman and Fernbach (2017) demonstrate, very little information about the environment is actually stored by individuals themselves—instead, it resides in the collective mind and is shared among individuals. To that effect, all knowledge is communal and, once coupled with a mobilising 'us' and 'them' twist, affiliative.

Essas verdades afiliativas são elemento essencial para a propagação das pós-verdades de maneira com que não se pode pensar a própria existência da *fake history* sem as mesmas. Podemos então fazer a seguinte afirmação: a pós-verdade é um elemento constituinte da *fake history*, ou seja, temos um processo de construção e divulgação de projetos políticos que desmerecem o próprio conhecimento científico alimentado pelas pós-verdades.

ALGUNS CASOS DE FAKE HISTORY NO SITE DO CLUBE FARROUPILHA.

Começaremos este trecho analisando a postagem de 21 de março de 2021 intitulada: "Como o politicamente correto se tornou religião". Por estar no setor de textos sobre história do site do referido grupo temos uma retrospectiva histórica, por mais questionáveis que sejam os termos apresentados no texto em análise, de como que teria ocorrido o processo de dominação daquilo que a *think tank* em questão define como a sacralização do "politicamente correto". A análise do seguinte trecho se torna de importância vital para que possamos compreender os argumentos apresentados no texto:

Não há diferenças. Assim como um hindu não convive com uma pessoa impura por medo de se contaminar, os defensores do politicamente correto não suportam conviver com quem não se submete a seus ideais, pois também possuem um certo medo de contaminação, como eles frequentemente dizem, "se tem 4 pessoas sentadas em uma mesa e 3 são racistas, então tem 4 racistas na mesa". O contrário também se observa, no hinduísmo pessoas "mais puras", como os sacerdotes brâmanes, são admiradas e respeitadas, na religião secular ocidental, os mais puros ganham o rótulo de "fada sensata", sendo respeitados e de modo semelhante aos sacerdotes ganha certo poder de ditar normas e aconselhar os membros do culto.

Pela leitura deste trecho fica bem evidente uma tentativa de se atribuir aos defensores do “politicamente correto” uma postura de intolerância por não aceitar, por exemplo, o “direito” de alguém ser racista. Além disso, fica bem evidente também a ofensa clara e deliberada à religião hindu, a apresentando como intolerante. Não temos aqui a intenção de avaliar a religião citada no texto em questão, tanto por desconhecimento total de causa e principalmente por não se tratar do objetivo deste texto.

Outro ponto que deve ser considerado é uma pequena “alteração” no ditado citado neste trecho, convencionalmente temos a expressão quatro nazistas e não quatro racistas. Talvez possamos especular que houve algum tipo de suavização no termo? Certamente não podemos afirmar que sim e nem que não, mas fica a questão para as reflexões que talvez este artigo possa vir a suscitar.

No decorrer do texto em análise temos questionamentos que equiparam a profanação de símbolos religiosos cristãos com a queima de bandeira do Movimento LGBT, o que resultaria em revolta dos membros das duas “religiões”. Fica aqui a pergunta, por qual motivo alguém realizaria qualquer um dos atos? E por que o texto em questão justificaria a queima da referida bandeira? Apenas para se combater aquilo que o autor, curiosamente não identificado, considera como “religião do politicamente correto”.

Entretanto a defesa de práticas opressoras vai ainda um pouco mais adiante no decorrer do texto em questão. Temos:

Talvez a única diferença entre o politicamente correto e as demais crenças seja: as religiões tradicionais toleram-se mutuamente, enquanto o politicamente correto tenta se impor por meio do governo de tal forma que, atualmente, é completamente possível fazer uma piada com cristãos ou hindus, mas se você ousar zombar das pautas “progressistas” facilmente terá de pagar uma multa ou até será preso por machismo, racismo, homofobia, transfobia... etc.

Novamente temos a defesa do “direito” de oprimir determinados grupos, comemorando o direito de zombar de adeptos de religiões e lamentando fato de não poder fazer o mesmo com demais grupos. Outro ponto que merece a nossa análise é a questão de se afirmar que vivemos uma realidade de tolerância religiosa onde as religiões tradicionais se toleram mutuamente. O autor entidade do texto não definiu o que para ele seriam as religiões tradicionais, mas nos arriscamos a dizer que certamente judaísmo e islamismo devem entrar nesta classificação. Sendo assim, é público e notório os conflitos árabes-israelenses que tem se acirrado muito no decorrer do século XX e mais precisamente no século XXI, o que demonstra uma desconsideração da realidade concreta típica da *fake history*.

Outro ponto inerente à *fake history* é o apelo ao emocional que visa a construção e justificação de grupo de “paladinos contra o sistema”, o que fica bem claro no parágrafo final do texto em análise:

Felizmente, muitas pessoas têm percebido esse autoritarismo inerente ao movimento politicamente correto o rejeitando e percebendo que esse conjunto de ideias ganha força por parecer ter a verdade suprema e parecer ser hegemônico, mas quanto menos pessoas se curvarem a ele menos força terá, dessa forma, o segredo para acabar com tal movimento autoritário reside na frase do psicólogo canadense Jordan Peterson “Nunca abaixe a cabeça para a multidão e nunca peça desculpas por estar certo”.

Se fossemos realizar um *checklist* daquilo que podemos classificar como *fake history* este texto certamente atingiria todos os seus aspectos principais, o que nos resta descobrir é até que ponto estamos debatendo se tratar de um *modus operandi* da *think tank* em estudo ou de uma exceção. Para tal é necessário pelo menos esboçar este *checklist* para que possamos analisar outro texto presente no site do Clube Farroupilha. Sendo assim, temos o seguinte esboço:

1. Linguagem simples e direta, com textos pouco extensos;
2. Desconsideração do conhecimento histórico através do uso, por vezes de discurso pseudocientífico;
3. Uso, por vezes, da vitimização ou auto vitimização das ideias defendidas pelo grupo ou organização;
4. Construção falseada de narrativa histórica, estabelecendo ao seu antagonista o papel de ser o “sistema” a ser combatido;
5. Apelo ao sentimentalismo e ao individualismo para a construção e justificação de seu grupo e ideais.

Depois deste esboço escolheremos o texto intitulado: “A verdade sobre o patrono da educação brasileira – Paulo Freire”, publicado no site da *think tank* em 08 de fevereiro de 2023. Já pelo título é possível notar um forte apelo emocional, ao demonstrar a “verdade” sobre um pensador muito citado quando se fala em educação no Brasil. Esse discurso legitimador serve muito bem aos grupos que se definem como antissistema e, portanto, como portadores de uma verdade desconhecida da grande maioria das pessoas.

Analisando mais precisamente o texto em questão temos uma linguagem simples e direta com parágrafos compostos por poucas linhas e sem discussões acadêmicas que aprofundem a tal verdade sobre o célebre educador, o que certamente transforma a leitura deste texto em uma tarefa que necessite de poucos minutos por parte de quem acompanha a atuação da *think tank* tendo em vista a repetição de jargões comuns ao ideário destas organizações.

Quando se refere ao discurso pseudocientífico temos alguns pontos a serem destacados, o primeiro é colocar Paulo Freire como expressão da pedagogia crítica⁷, o que nos mostra a superficialidade desta análise tendo em vista que qualquer pesquisa um pouco mais aprofundada mostra que o educador em questão foi o maior expoente

7 Podemos convencionalmente chamar de pedagogia crítica diferentes tradições pedagógicas que se colocam contra a chamada pedagogia liberal ligada diretamente aos interesses do capital.

da pedagogia libertadora. Porém o discurso pseudocientífico vai um tanto mais além a realizar afirmações aparentemente complexas sem fazer ao mínimo nem tipo de discussão acadêmica como vemos no trecho a seguir:

A teoria Freiriana, portanto, apresenta como pressuposto a lógica defasada e já refutada do anticapitalismo de Marx, a qual apontava para uma busca constante de hegemonia das classes dominantes através do capital. Aplicando esse pensamento no estudo da pedagogia, Freire entendeu que a educação – a qual ele chamou de bancária –, também é utilizada para manter uma relação de opressores e oprimidos na sociedade. Uma educação problematizadora, por sua vez, seria a responsável pela emancipação da classe oprimida dentro das escolas e universidades por meio do pensamento crítico (o entendimento da condição social de cada estudante).

Além da extrema superficialidade ao analisar a obra de Karl Marx, pois não problematiza as afirmações que seu pensamento estaria defasado e refutado, temos uma grande confusão sobre o papel da escola na sociedade em um momento ela é a responsável por manter o status quo da sociedade capitalista e por outra ela é a responsável pela emancipação dos oprimidos, partindo das escolas para se ganhar a sociedade, o que de acordo com o texto andaria na contramão da diversidade, do diálogo e da liberdade dos alunos e professores!

Outro ponto bem característico daquilo que defendemos com sendo *fake history* é apresentar seu antagonista como sendo o sistema a ser enfrentado e derrotado e também neste ponto o texto em questão não deixa a desejar ao apresentar a pedagogia de Paulo Freire como sendo a grande culpada pelos maus índices educacionais brasileiros, se utilizando de doses de sentimentalismo para tal, o que deliberadamente o texto esquece é que a pedagogia freireana nunca foi hegemônica nos sistemas educacionais brasileiros. Destacamos o último trecho do texto em questão:

Enquanto nosso país continuar romantizando figuras como Paulo Freire, intitulado Patrono da Educação Brasileira, as narrativas retrógradas enraizadas na nossa cultura continuarão vencendo e favorecendo projetos de poder estatizantes da esquerda. Por isso, é fundamental o combate, dentro e fora da sala de aula, das mentiras e equívocos contrários à liberdade individual sustentados por autores como Paulo Freire, que consolidam uma mentalidade vitimista e, principalmente, anticapitalista.

Temos uma conclusão típica de um texto de *fake history*, um chamado para se combater um inimigo responsável por tudo o que segundo a *think tank* seria o grande problema da educação brasileira a mentalidade anticapitalista. Afirmação esta que se esvai com qualquer análise que parta da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e das legislações que vieram em sua sequência onde a preocupação de se alinhar os sistemas educacionais com os interesses do capital se transformaram cada vez mais em eixos norteadores daqueles que definem as bases e parâmetros da educação brasileira.

Outro texto presente no blog do Clube Farroupilha e que merece a nossa análise é o texto: “A Democracia é realmente o governo povo?⁸”, publicado em 16 de setembro de 2022. Vejamos se o texto obedece aos pontos de análise presente em nosso *checklist* classificando-o ou não como exemplar de *fake history*.

Primeiramente temos um texto de linguagem bem direta e mesmo que faça referência a Platão e filósofo e economista Hans-Hermann Hoppe não há citações diretas e mesmo um debate sobre suas afirmações que são apresentadas como sendo verdades absolutas e inquestionáveis. Desta forma temos a comprovação do primeiro ponto de nosso *checklist*.

Já o segundo ponto do *checklist* elaborado no decorrer desta pesquisa diz respeito ao ponto “Desconsideração do conhecimento histórico através do uso, por vezes de discurso pseudocientífico” que acreditamos estar bastante presente no texto em análise por este estar repleto de afirmações que depreciam a democracia sem de fato problematizar estas afirmações, temos igualmente também a questão do uso de hipóteses apresentadas como se fossem verdades absolutas, o paradoxo da nação que apenas produz feijão e que enfrenta uma realidade de crise de abastecimento conjuntamente com um processo eleitoral é apresentado como sendo algo válido para se questionar a democracia e o eventual populismo presente em campanhas eleitorais desconsidera questões como relações de poder e de produção que devem ser levadas em consideração quando analisamos algo extremamente complexo como a democracia.

O terceiro ponto por sua vez “uso, por vezes, da vitimização ou auto vitimização das ideias defendidas pelo grupo ou organização”, temos a presença de auto vitimização extremamente evidente ao afirmar que a democracia que fala o que o povo quer ouvir. Desta forma temos um claro posicionamento de que quem ousa criticar esta lógica é tido como o errado pela sociedade.

O quarto ponto “construção falseada de narrativa histórica, estabelecendo ao seu antagonista o papel de ser o “sistema” a ser combatido” é bem nítido ao afirmar que a maioria da população quer mesmo o benefício fácil e não possui nenhum tipo de pensamento estratégico para o futuro, merece destaque o fato do texto fazer referência direta ao Brasil como materialização desta realidade.

O quinto e último ponto “apelo ao sentimentalismo e ao individualismo para a construção e justificação de seu grupo e ideais” é exatamente a principal mensagem do texto em questão, pois ao desmerecer a construção coletiva fundamental para a democracia temos exatamente a justificativa da extrema-direita ao considerar a decisão coletiva como algo a ser combatido. Este texto demonstra como que se dá esta relação da extrema-direita no sentido de não aceitar que a maioria da população possa tomar decisões, o que por ventura pode pender para o lado do trabalho em detrimento dos interesses do capital.

8 CLUBE FARROUPILHA. **A Democracia é realmente o governo povo?** Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/a-democracia-e-realmente-o-governo-povo%ef%bf%bc/>. Acesso em 18 nov. 2023.

A análise destes três textos para além da verificação do *checklist* elaborado no decorrer desta pesquisa tem bastante validade para a compreensão dos ideais da *think tank* em questão e suas relações com o que é pensado e produzido pela extrema-direita internacional principalmente no que diz respeito à *fake history*.

CONCLUSÃO

Quando se ousa falar da relação de uma *think tank* com a chamada *fake history* se adentra num ponto extremamente delicado e ainda pouco pesquisado no Brasil. Todavia urge também se pensar em possibilidades de enfrentamento desta prática que antes de tudo desconsidera o conhecimento científico e conseqüentemente a ciência histórica.

Tendo esta questão em vista é necessário se pensar qual deva ser o papel do historiador nesta realidade. Acreditamos que a única proposta historiográfica que nos fornece possibilidades de enfrentamento a esta realidade é a história pública, pois esta tem como fator fundamental a necessidade de não só criticar a realidade a qual estamos vivenciando, mas também a obrigatoriedade de levarmos a ciência histórica para além dos muros das instituições de ensino superior. De acordo com a seguinte passagem temos:

Nesse sentido, a história pública oferece uma plataforma para pensar a História em diferentes espaços de atuação, trazendo a dimensão ética para o centro do debate. A reflexão sobre uma história para/com/ pelos públicos pode, assim, nos ajudar a lembrar do caráter público e compartilhado do conhecimento histórico, desempenhando um papel relevante de provocar “historiadores e historiadoras a refletirem a respeito de seu próprio tempo, sobre a prática historiadora e as implicações do seu métier no mundo social” (Mauad, Santhiago & Borges, 2018, p. 11). Assumindo como tarefa a ampliação dos mercados de trabalho para os historiadores no Brasil, fica a provocação para refletirmos sobre que tipo de atuação profissional para historiadoras e historiadores assumimos como projeto, deixando em aberto: que historiadores (públicos) desejamos? E que mercados almejamos? (FAGUNDES, SARAIVA, MUJLAERT, CASTRO, HERMETO, 2023, p. 23)

O tema do mercado de trabalho do historiador é de extrema relevância para que possamos pensar o combate à *fake history*, principalmente no que se diz respeito às condições materiais para a enfrentar e que desta maneira possam construir não só a resistência a esta forma deliberadamente deturpada da história como também avançar na luta da divulgação do conhecimento historiográfico, aproximando assim este conhecimento das pessoas que estão fora do meio acadêmico. Para isso o historiador como trabalhador precisa igualmente se manter do ponto de vista de suas necessidades básicas e poder focar sua dedicação profissional neste aspecto.

Por fim, temos a questão da *think tank* em questão que nos mostra que mesmo no interior do Rio Grande do Sul temos a presença das mesmas práticas utilizadas nos Estados Unidos o que demonstra uma certa unidade internacional da extrema-direita. Temos a plena convicção da importância de se articular a questão internacional com a

questão local, no caso de Santa Maria – RS objeto de nosso estudo, pois acreditamos na validade da elaboração hegeliana⁹ da primazia do todo em relação às partes.

Fazer referência a obra de Georg Hegel significa que mesmo tendo um objeto de estudo voltado para a política local, com suas devidas particularidades, não deixamos de levar em consideração a universalidade da política nacional, que por sua vez também está vinculada com a política internacional. Sinnerbrink (2017, p. 159) ao analisar a concepção de Hegel sobre a interação entre o universal e o singular na formação da subjetividade, afirma se tratar de um reconhecimento mútuo, o que se torna de extrema validade para se analisar os projetos em disputa na sociedade atual vinculando o que acontece em alguma região do país com a realidade nacional e internacional. Tudo isso sem deixar de levar em consideração as especificidades de cada objeto de análise.

Ao longo desta pesquisa podemos perceber que o Clube Farroupilha está diretamente inserido na realidade das *think tanks* que emergiram na política brasileira principalmente após as Jornadas de Junho de 2013. Além disso, temos a comprovação de que estas organizações são disseminadoras de *fake histories* em qualquer parte do mundo, o que nos arrisca a dizer que esta prática está na essência destes grupos. Sendo' assim, é necessário se pensar o papel do historiador perante esta realidade, principalmente na imprescindível necessidade de valorização e popularização da ciência histórica.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. São Paulo: Boitempo, 2023.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classes nos governos do PT**.

CLUBE FARROUPILHA. **Como o politicamente correto se tornou religião**. Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-politicamente-correto-se-tornou-religiao/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CLUBE FARROUPILHA. A verdade sobre o “Patrono da Educação Brasileira” – Paulo Freire. Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/a-verdade-sobre-o-patrono-da-educacao-brasileira-paulo-freire/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção**. Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **A Democracia é realmente o governo povo?** Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/a-democracia-e-realmente-o-governo-povo%ef%bf%bc/>. Acesso em 18 nov. 2023

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

9 HEGEL, Georg. **Fenemologia do Espírito**. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil? Disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 17 nov. 2023.

HEGEL, Georg. **Fenemologia do Espírito**. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.

INSTITUTO MILLENIUM. **O que significa um think tank no Brasil de hoje**. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

KALPOKAS, Ignas. **A Political Theory of Post-Truth**. Cham/Suíça: Palgrave Pivot, 2019.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MESENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. IPÊS E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. **Revista de História Comparada**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, n° 2. 2008.

PASTORE, Bruna. **Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium?** Revista Aurora. Universidade Estadual Paulista. V 5, n°2, p. 57-80, jan/jun. 2012.

Portal G1. **União Brasil sofre pressão por chapa própria após MBL escolher Kim Kataguiri como pré-candidato à Prefeitura de SP**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/07/uniao-brasil-sofre-pressao-por-chapa-propria-apos-mbl-escolher-kim-kataguiri-como-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. São Paulo: Boitempo, 2023.

SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. **A pós-verdade como acontecimento discursivo**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.

SINNERBRINK, Robert. **Hegelianismo**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ZOGLAUTER, Thomas. **Constructed Truths: truth and knowledge in a post-truth world**. Wiesbaden, Alemanha: Springer Nature, 2023.

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DOS TITULARES PREVISTOS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Data de submissão: 06/05/2024

Data de aceite: 03/06/2024

Lucas Pacheco Vieira

Doutorando em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Mestre em Direito da Empresa e dos Negócios pela UNISINOS. Especialista em Direito Tributário pela PUC-RS. Professor de Direito Empresarial, Direito Tributário e Compliance e LGPD da AMF (Antonio Meneghetti Faculdade). Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/9805258200500336>

Adriano Farias Puerari

Doutorando em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas com Menção em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Especialista em Compliance e Direito Penal pelo Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Especialista em Atividade Sancionatória da Administração pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação - CEDIPRE, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Professor de Direito Penal, Processo Penal, Direito Administrativo e Compliance da FADISMA e da AMF (Antonio Meneghetti Faculdade). Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/8623884958355471>

RESUMO: O presente artigo versa sobre a influência do direito fundamental de acesso à justiça, na sua acepção contemporânea, sobre a concretização dos direitos dos titulares positivados na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), veiculada pela Lei nº 13.709/2018. Em primeiro lugar, aborda-se a evolução do direito fundamental de acesso à justiça, os contornos dados pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e uma das suas acepções contemporâneas, baseada nas contribuições da escola da Análise Econômica do Direito. Ato contínuo, promove-se estudo a respeito dos direitos dos titulares de dados pessoais no âmbito da LGPD. Ao final, analisa-se como o direito de acesso à justiça, sob a compreensão juseconômica, pode contribuir para a construção interpretativa e aplicativa dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça; LGPD; direitos.

THE FUNDAMENTAL RIGHT OF ACCESS TO JUSTICE AND THE RIGHTS OF DATA SUBJECTS PROVIDED FOR IN THE GENERAL DATA PROTECTION LAW

ABSTRACT: This article deals with the influence of the fundamental right of access to justice, in its contemporary meaning, on the realization of the rights of holders affirmed in the General Law for the Protection of Personal Data (LGPD), provided by Law No. 13.709/2018. Firstly, it addresses the evolution of the fundamental right of access to justice, the contours given by the jurisprudence of the Federal Supreme Court and one of its contemporary meanings, based on the contributions of the School of Economic Analysis of Law. Thereafter, a study is promoted regarding the rights of holders of personal data within the scope of the LGPD. At the end, it is analyzed how the right of access to justice, under the economic understanding, can contribute to the interpretative and applicative construction of the rights of the holders provided for in Law No. 13.709/2018.

KEYWORDS: Access to Justice; LGPD; Rights.

INTRODUÇÃO

A temática do acesso à justiça tem sido objeto de farta reflexão doutrinária e de pesquisas empíricas desde a Constituição de 1988. Embora suas raízes no ordenamento pátrio remontem à Constituição de 1934 (assistência judiciária aos necessitados), à Lei da Assistência Judiciária, de 1960, e à Constituição de 1946 (inafastabilidade da jurisdição), o debate passou a ser mais intenso desde a Carta Cidadã, seja por influência dos famosos estudos conduzidos por Mauro Cappelletti e Bryan Garth no Projeto Florença que impactaram a processualística brasileira, seja por conta da avalanche de processos que o Judiciário passou a enfrentar a partir da década de 1990, que vem provocando um cenário próximo do exaurimento da capacidade desse serviço público.

No período mais recente, identifica-se um progressivo acolhimento das contribuições teóricas e empíricas sobre acesso à justiça provindas dos estudiosos filiados ao movimento da Análise Econômica do Direito (AED), da mesma forma que se percebe noutros ramos da Ciência Jurídica. Trata-se do paradigma teórico que orienta a compreensão sobre acesso à justiça no presente trabalho.

A abordagem específica que será realizada diz respeito à interação entre o direito de acesso à justiça e os novos direitos criados pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018 – em favor dos titulares de dados pessoais, ou seja, a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de alguma operação de tratamento por parte de um controlador ou operador.

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA: UMA LEITURA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Desde a Constituição de 1934, assegura-se, na ordem jurídica brasileira, aos hipossuficientes econômicos o direito à assistência judiciária dentre os direitos e garantias fundamentais, conforme se depreende do art. 113, 32), que estabelecia que “a União e os Estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais assegurando, a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos.”

Os Textos Constitucionais de 1946, 1967, a EC nº 1/1969 e a Carta Cidadã de 1988 também veicularam norma garantindo a assistência judiciária aos vulneráveis, o que se mostra indispensável para que grande parte da população brasileira tenha pelo menos a possibilidade de ver suas demandas apreciadas pelo Poder Judiciário. A Constituição de 1946, cumpre apontar, foi pioneira no que toca à previsão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, conforme o art. 141, § 4º.

No âmbito infraconstitucional, o marco prefacial foi a Lei nº 1.060/50, que regulamentou a concessão de assistência judiciária aos necessitados e o direito à gratuidade da justiça. A preocupação com o acesso à justiça pelos mais pobres, como se vê, tem suas origens nos anos 1930 e foi mantida nos diplomas constitucionais e legais das décadas seguintes.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, positivou-se robusto catálogo de direitos e garantias fundamentais, tanto individuais quanto sociais, visando à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, no panorama institucional do Estado Democrático de Direito.

Sob os influxos das relevantes pesquisas sobre acesso à justiça realizadas por Mauro Capelletti e Bryan Garth, materializadas no festejado Projeto Florença¹, o direito fundamental de acesso à justiça recebeu privilegiado tratamento na Constituição Cidadã, que hospeda vários dispositivos a consagrá-lo e implementá-lo institucionalmente.

A literatura jurídica costuma reputar o art. 5º, inc. XXXV, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, como o mais importante preceito de acesso à justiça. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, órgão que tem a incumbência da guarda do Texto Magno, é farta a respeito do tema. A Súmula Vinculante nº 28 estabelece a inconstitucionalidade da exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário. A Súmula nº 667 consolidou a orientação de que “viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa”.

Por outro lado, o STF possui julgados que reconhecem a validade de normas restritivas ao acesso à justiça. No julgamento do ARE 637.975 RG, Tema 408 da Repercussão Geral, entendeu-se que está em harmonia com a Constituição Federal norma que afirma incabível

1 CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan.

apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a cinquenta Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). A Corte também sedimentou a orientação de que o acesso à justiça e o direito de petição, embora fundamentais, “não garantem a quem não tenha capacidade postulatória litigar em juízo, ou seja, é vedado o exercício do direito de ação sem a presença de um advogado, considerado “indispensável à administração da Justiça” (art. 133 da Constituição da República e art. 1º da Lei 8.906/1994), com as ressalvas legais” (AO 1.531 AgR, voto da rel. min. Cármen Lúcia, j. 3-6-2009, P, DJE de 1º-7-2009).

Outra decisão paradigmática que limita o acesso à justiça foi proferida no Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7, do Reino da Espanha, na qual foi declarada a constitucionalidade da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96). Segundo o precedente, “a manifestação de vontade da parte na cláusula compromissória, quando da celebração do contrato, e a permissão legal dada ao juiz para que substitua a vontade da parte recalcitrante em firmar o compromisso não ofendem o art. 5º, XXXV, da CF.”

A casuística do Supremo Tribunal Federal demonstra a busca judicial por uma aplicação equilibrada, ponderada, do direito de acesso à justiça, garantindo, de um lado, que os hipossuficientes tenham efetiva possibilidade de levar a juízo seus reclamos, porém, de outro lado, referendando certas leis que impõe limitações proporcionais e desenham contornos razoáveis para a materialização desse direito fundamental.

A reflexão pertinente ao último ponto vem ganhando força nos últimos anos em face do volume gigantesco de ações judiciais propostas anualmente. O desenvolvimento de incentivos destinados a reduzir a litigância excessiva, o contencioso frívolo e as medidas judiciais caracterizadas pela má-fé tem desafiado a doutrina, o Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça e o Poder Legislativo.

Embora deva ser reconhecido o importante papel exercido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), pela Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/90) e pela Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001) para viabilizar o acesso da população ao Judiciário, com o intuito de uma prestação mais efetiva, célere e consensual, em especial por parte dos consumidores em face dos fornecedores, o quadro institucional que se coloca atualmente de litigiosidade exacerbada obriga o sistema de justiça e a literatura jurídica a promoverem uma leitura nova e adequada em relação ao direito de acesso à justiça.

Nesta linha, inovações que têm fomentado a sedimentação de soluções extrajudiciais e compositivas de litígios como a Resolução nº 125, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (‘Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses’), a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) e o Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015) exercem protagonismo. O CNJ, aliás, publica desde 2004 o Relatório “Justiça em Números”, que ilumina a compreensão dos estudiosos e as análises sobre a matéria com dados empíricos de grande relevância. Em fevereiro de 2021, a instituição lançou o Índice de Acesso à Justiça, composto por uma base de dados robusta e sólidos parâmetros metodológicos, cultivando o caráter empírico que guiam várias das suas contribuições.

A abordagem proveniente da escola da Análise Econômica do Direito é uma das mais promissoras para respaldar e impulsionar a formulação e consagração destas e de outras medidas voltadas a uma aplicação do acesso à justiça sob novas lentes, concretizando, de maneira efetiva, e não mais apenas teórica, o entendimento de que não se está tratando apenas de acesso ao Judiciário, mas ao sistema de justiça *lato sensu*.

Como se sabe, a AED consiste, de acordo com Richard Posner, na “aplicação das teorias e métodos empíricos da economia para as instituições centrais do sistema jurídico”². Localizada entre as filosofias consequencialistas, a AED, segundo Mackaay e Rousseau, “está fundada na premissa de que as normas jurídicas devem ser julgadas à luz das estruturas de estímulos que estabelecem e das consequentes mudanças comportamentais adotadas pelos interessados em resposta aos estímulos”³. Oferece, com isso, “elementos para julgamento iluminado das instituições jurídicas e das reformas propostas.”⁴

Quando se fala em acesso à justiça e nos problemas de litigiosidade excessiva, mostra-se justificado e relevante o emprego do ferramental analítico da AED, porquanto dirigido para a compreensão da estrutura de incentivos e do comportamento dos agentes envolvidos nesse cenário a fim de que se possa aperfeiçoar o sistema de justiça em geral, e não só o Judiciário, sempre ponderando as consequências que eventuais novas regras e instituições possam gerar.

Luciano Timm e Hermílio dos Santos Filho ressaltam, em paradigmática pesquisa contratada pelo Conselho Nacional de Justiça, que a AED sugere que o foco inicial de análise das leis não seja em teorias dogmáticas, mas sim a “realidade empírica, para então se chegar a uma teoria e futuramente a uma norma jurídica desenhada para um fim estipulado pelo legislador”⁵, de sorte que recebem grande atenção “a parte empírica e de coleta de dados”⁶.

Em termos empíricos, merece destaque o Relatório “Justiça em Números”, elaborado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. Na edição de 2023, pertinente ao exercício de 2022, constatou-se que figuravam em tramitação 81,4 milhões de processos.⁷ Embora se verifique tendência de queda do acervo desde 2017, os números são bem superiores ao início da série histórica, em 2009, quando constavam como pendentes 60,7 milhões de processos.⁸

2 POSNER, Richard A. “The Economic Approach to Law”. *Texas Law Review*, v. 53, n. 4, 1975

3 MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphanne. *Análise Econômica do Direito*. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. p. 666.

4 Idem. p. 665.

5 TIMM, Luciano e SANTOS FILHO, Hermílio. “**Diagnóstico sobre as causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas, bem como da morosidade da justiça civil**”. Relatório Final ajustado. Edital Conselho Nacional de Justiça 01/2009. Porto Alegre, março de 2011. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/relat_pesquisa_pucrs_edital1_2009.pdf. Acesso em: 04/05/2024. p. 18.

6 Idem. p. 18.

7 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2023*. Brasília: CNJ, 2021. p. 102. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em: 04/05/2024.

8 Idem. p. 106.

A título de comparação, a Itália possuía 4,5 milhões de processos pendentes em 2014, tendo sido recebidos 4 milhões de novos processos e resolvidos 4,37 milhões; a Espanha possuía 1,14 milhões, tendo sido ajuizados 2,15 milhões de novos processos e resolvidos 2,18 milhões; e a Alemanha tinha 744,5 mil processos pendentes, tendo sido propostos 241 mil novos casos e resolvidos 1,4 milhões.⁹ A razão de estoque de processos por habitante no Brasil, em 2014, era de 1 processo para cada 2,78 habitantes, enquanto na Itália, o pior país europeu nesse quesito, a razão era de 1 processo para cada 13,46 habitantes.¹⁰

Já o número de magistrados no Brasil, por 100 mil habitantes, não diverge substancialmente dos países europeus. Enquanto o Brasil tinha 8,2 juízes por 100 mil habitantes, em 2014; a Itália possuía 10,6; a Espanha possuía 11,2; e os Estados Unidos tinham 10,8 juízes por 100 mil habitantes.¹¹ A Alemanha gozava de posição mais favorável, com 24,7 juízes por 100 mil habitantes.¹²

À luz dos dados sobre o número de processos pendentes, propostos e resolvidos, além do volume de juízes de cada país, verifica-se que o sistema judiciário brasileiro está sobrecarregado de processos, ou seja, o congestionamento processual é uma realidade inegável, seja em face dos números absolutos, seja mediante comparação com outros países.

O orçamento do Poder Judiciário também deve ser levado em consideração numa visão lastreada na Análise Econômica do Direito quando se pensa em acesso à justiça. Em 2009, totalizava R\$ 70,1 bilhões, chegando a R\$ 116 bilhões em 2022.¹³ As despesas totais corresponderam, em 2022, a 1,2% do Produto Interno Bruto nacional, ou 2,23% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.¹⁴ O custo do serviço foi de R\$ 540,06 por habitante em 2022.¹⁵

A discrepância com outros países é ainda maior nesse ponto. Empregando dados do exercício de 2014 mencionados na pesquisa de Luciano da Ros, verifica-se que na Itália as despesas do Poder Judiciário alcançaram 0,19% do PIB; na Espanha atingiram 0,12% do PIB; na Alemanha totalizaram 0,32% do PIB; e nos Estados Unidos equivaleram a 0,14% do PIB.¹⁶ Trata-se de um caso qualificado como “desviante” por Luciano da Ros, haja vista a “sua despesa proporcionalmente muito mais elevada que a de outras nações”.¹⁷

9 WOLKART, Erik Navarro. **Análise Econômica do Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 89-90.
10 Idem. p. 91.

11 DA ROS, Luciano. **O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória**. In: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. v. 2, n.9. 2015. p. 5. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-9.pdf>. Acesso em: 15/12/2021.

12 Idem. p. 5.

13 **Justiça em números 2023**. Brasília: CNJ, 2021. p. 75. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf> Acesso em: 4/5/2024.

14 Idem. p. 77.

15 Idem. p. 77.

16 DA ROS, Luciano. **O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória**. In: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. v. 2, n.9. 2015. p. 4. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-9.pdf>. Acesso em: 15/12/2021.

17 Idem. p. 3.

Ricardo Rezende Silveira enfatiza, com base em relatório do Ministério da Fazenda, que, no período de 2006 a 2015, o montante destinado ao Poder Judiciário “se aproxima ou em alguns casos ultrapassa o gasto público primário federal em saúde e educação”¹⁸. Em todos esses exercícios financeiros, a despesa com o Judiciário foi maior do que aquela voltada para a segurança pública. Cuida-se de um quadro orçamentário que distorce as prioridades nacionais, oferecendo ao Judiciário, em termos proporcionais, mais recursos do que seria cabível em um cenário distributivo normal de um país subdesenvolvido. A título de comparação, o gasto britânico com os seus tribunais equivale a 1% das despesas com saúde.¹⁹

Com isso, percebe-se que, além de congestionado, o Judiciário brasileiro é caro para os seus cidadãos, seja em comparação com outras rubricas orçamentárias, de áreas com maior importância para a sociedade, seja em comparação com os gastos de outros países.

No aspecto da despesa, cumpre salientar, igualmente, que o valor arrecadado com custas, fase de execução emolumentos e eventuais taxas em 2023 foi de R\$ 19,7 bilhões. Adiciona-se ao congestionamento e ao elevadíssimo custo do Judiciário brasileiro, a sua conhecida morosidade na solução dos processos. Em média, os processos duravam, em 2015, 2 anos e 7 meses até a sua baixa. No ano de 2022, a média aumentou para 3 anos e 1 meses.²⁰

A partir desses dados, nota-se que o tempo para a obtenção do provimento jurisdicional é muito inferior ao tempo para a efetivação desse provimento. Entretanto, os cidadãos pretendem, quando ingressam em juízo, a efetivação do seu direito, e não um provimento demorado ou inefetivo. A diferença, em termos coloquiais, entre *ganhar* e *levar*, é abissal no sistema brasileiro, tornando o processo judicial, em regra, moroso e pouco efetivo.

A título de comparação, uma demanda judicial dura, em média 376 dias em primeiro grau na Itália; 242 dias na Espanha; e 192 dias na Alemanha.²¹ A demora do sistema jurisdicional brasileiro, portanto, é evidente, com o adendo de que nestas nações se gasta menos com o Judiciário.

Em suma, os dados mostram que o Judiciário brasileiro enfrenta um volume gigantesco de processos, exige um esforço orçamentário elevadíssimo e entrega uma prestação jurisdicional morosa e inefetiva. De fato, o serviço disponibilizado pelo Judiciário está sendo sobreutilizado, de modo que a demanda trazida pelos jurisdicionados excede a capacidade de resposta deste Poder da República, mesmo que tenha obtido recursos orçamentários que não encontram paralelo no mundo.

18 SILVEIRA, Ricardo. **Acesso à justiça: o direito fundamental em um ambiente de recursos escassos**. São Paulo: Almedina, 2020. p. 242.

19 Idem. p. 243.

20 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. p. 219.

21 WOLKART, Erik. *Op. Cit.* p. 89-90.

Em acréscimo, cumpre salientar que na festejada pesquisa realizada por Timm e Santos Filho, por contratação do CNJ, restaram identificados os seguintes motivos para litigar no sistema brasileiro: “ausência ou baixo nível dos custos, incluindo aqui também o baixo risco; a busca de um ganho; busca do Judiciário como meio, por exemplo, para postergar responsabilidades (uso instrumental); e a percepção de ter sido lesado moral, financeira ou fisicamente”²². Segundo os autores, sobressai, “na percepção dos diversos grupos de entrevistados, a conjugação de baixos custos com baixa exposição a riscos.”²³

Cuida-se de um cenário qualificado pelos expoentes da Análise Econômica do Direito como compatível com o ambiente da *tragédia dos comuns*, na linha do que sustentaram inicialmente Luciano Timm e Hermílio Santos Filho, e depois pontificaram, dentre outros, Ivo Gico Jr, Erik Navarro e Ricardo Rezende Silveira em suas teses doutorais.

A expressão ‘tragédia dos comuns’ foi empregada de forma pioneira por Garret Hardin em publicação de 1968. Erik Navarro assim descreve a história que embasa o termo:

“A parábola consiste na singela história de uma pequena cidade medieval na qual a criação de ovelhas era uma das principais atividades comerciais. As ovelhas pertencentes às diversas famílias da cidade pastavam em um campo que a rodeava, chamado *Town Common*. Esse pasto era público e grande o suficiente para que todas as ovelhas pudessem alimentar-se, ao mesmo tempo em que áreas não utilizadas iam renovando-se, funcionando, portanto, muito bem. Ocorre que, conforme a cidade crescia, mais e mais ovelhas eram colocadas na terra pelas famílias. Logo a gleba tornou-se um bem escasso, levando a uma *concorrência no consumo*. Como não havia incentivos para diminuir o uso da pastagem, ela esgotou-se e *Town Common* acabou tornando—se um terreno barroso e inútil para todas as ovelhas.”²⁴

Como se percebe, a gleba é qualificada como um bem comum, ou seja, um recurso de acesso livre, ou de acesso dificilmente restringível, mas que gera problemas de rivalidade no seu uso, pelo menos a partir de certo nível de intensidade²⁵. Os atributos do bem comum, em síntese, são a *impossibilidade de exclusão* e a *concorrência no consumo*.

A tragédia, por sua vez, “não necessariamente significa algo muito ruim ou triste, mas no sentido dramático de que algo pode ser o resultado inexorável do estado das coisas, apesar da intenção diversa de cada um dos agentes envolvidos agindo racionalmente.”²⁶ O problema, segundo Ivo Gico Jr., “é que o terreno tem uma capacidade limitada de pastagem, além da qual a natureza não consegue repor e ele vai se degradando, até morrer e não servir mais como pasto”, de sorte que “todos estariam melhores se cada vaqueiro se abstivesse de sobreutilizar o pasto comum.”²⁷

22 TIMM, Luciano e SANTOS FILHO. *Op. Cit.* p. 7.

23 *Idem.* p. 7.

24 WOLKART, Erik. *Op. Cit.* pp. 85-86.

25 TIMM, Luciano e SANTOS FILHO. *Op. Cit.* p. 24.

26 GICO JR., Ivo. “A tragédia do Judiciário.” *In: Revista de Direito Administrativo*. de Janeiro, v. 267, p. 163-198, set./dez. 2014. p. 174.

27 *Idem.* p. 174.

No entanto, como o benefício privado auferido por cada vaqueiro é superior ao custo privado, mesmo que inferior ao custo social, a estratégia dominante acaba sendo colocar mais uma cabeça de gado, uma vez que o custo marginal dela será compartilhado por todos (externalizado), mas o benefício privado é apenas do dono (internalizado).²⁸ O desafio, portanto, é formular e implementar uma coordenação da ação coletiva na exploração dos bens comuns.

Luciano Timm e Hermílio Santos Filho demonstram a aplicabilidade do cenário da tragédia dos comuns ao Judiciário brasileiro:

“Apesar do termo demasiadamente forte utilizado pelos autores, o judiciário brasileiro pode ser visto da forma pela qual Hardin (1968) e Araújo (2008) colocam o cenário da tragédia. Destaca-se que na realidade, conforme interpreta Araújo, o termo tragédia utilizado representa muito mais uma situação indesejada do que propriamente uma situação extremamente danosa. (...)

o judiciário brasileiro pode ser caracterizado como um sistema de difícil ou impossível exclusão de acesso. O que se percebe é o aumento constante do número de processos que adentram o judiciário a cada ano que passa e, conseqüentemente, o aumento do número de recursos. Devendo-se, portanto, delimitar estruturas que de alguma forma possam evitar que o sistema seja prejudicado. Nos dias atuais ao utilizarem-se do sistema judiciário para buscar a legitimação dos seus direitos os indivíduos tendem a esgotar todas as formas de acesso e de recurso concedidas, sempre tomando por base seus interesses pessoais.”²⁹

Nesta linha, percebe-se que a garantia de acesso total e praticamente sem custos ao Judiciário gerou um problema de sobreutilização, que representa a chamada “tragédia do Judiciário”³⁰.

O diagnóstico, baseado em dados e conhecimento técnico apurado, em especial sobre os elementos comportamentais dos jurisdicionados e sobre a estrutura de incentivos do processo judicial brasileiro, constitui uma das grandes contribuições da literatura de AED, servindo como a referência teórica que guia o presente trabalho para se analisar a entrega da prestação jurisdicional no que atine aos direitos previstos na LGPD.

OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS INTRODUZIDOS PELA LGPD

A Constituição Federal reconhece, desde a Emenda Constitucional nº 115/2022, a proteção de dados pessoais como direito fundamental, nos termos do art. 5º, inc. LXXIX. Antes da promulgação da referida EC, o Supremo Tribunal Federal havia atribuído índole constitucional a esse direito no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6387, em 2020.

28 Idem. p. 174-175.

29 TIMM, Luciano e SANTOS FILHO. *Op. Cit.* p. 24-25.

30 SILVEIRA, Ricardo. *Op. Cit.* p. 249.

Trata-se da norma máxima do Direito da Proteção de Dados Pessoais, um novo ramo da Ciência Jurídica e do Direito Positivo no Brasil, que pode ser definido como o conjunto de normas jurídicas que regem as atividades de tratamento de dados pessoais das pessoas naturais, estabelecendo direitos e obrigações para agentes de tratamento de dados pessoais, titulares de dados pessoais e outros sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na relação jurídica decorrente da atividade de tratamento de dados pessoais.³¹

A regulamentação dessa área está disciplinada na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, veiculada na Lei nº 13.709, promulgada em 14 de agosto de 2018. Outras fontes, como os tratados internacionais, os princípios de direito, a jurisprudência, os pronunciamentos da ANPD, o costume, a doutrina, a arbitragem, o poder negocial, as políticas e códigos corporativos, as normas técnicas e normas de gestão, também podem ser mencionadas.³²

Os fundamentos do Direito da Proteção de Dados Pessoais estão estampados no art. 2º da Lei nº 13.709/2018, consistindo no respeito à privacidade; na autodeterminação informativa; na liberdade de expressão; na inviolabilidade da intimidade da honra e da imagem; no desenvolvimento econômico e tecnológico e na inovação; na livre iniciativa, na livre concorrência e na defesa do consumidor; e nos direitos humanos, no livre desenvolvimento da personalidade, na dignidade e no exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Bruno Bioni, em sua festejada obra derivada do seu trabalho de doutoramento, leciona que a LGPD “estabelece uma dialética de conciliação entre a proteção de direitos e liberdades fundamentais do titular do dado e o livre desenvolvimento econômico e tecnológico”³³. Além disso, “expressamente eleva a proteção de dados como um novo direito da personalidade e que tem como fundamento a autodeterminação informacional.”³⁴

Em sede principiológica, a Lei nº 13.709/2018 determina que as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; não discriminação; e responsabilização e prestação de contas, nos termos do seu art. 6º, incisos I a X.

Laura Mendes, no livro que contempla a sua tese de doutorado pela Universidade Humboldt, consigna que tais princípios “têm como finalidade impor limitações ao tratamento de dados, bem como atribuir poder ao indivíduo para que esse possa controlar o fluxo de seus dados”³⁵. Na mesma toada, Bruno Bioni assevera que a carga principiológica procura conduzir à “ideia de que o titular dos dados pessoais deve ser empoderado com o *controle* de suas informações pessoais e, sobretudo, na sua autonomia da vontade.”³⁶

31 VIEIRA, Lucas. “Conceito, objeto e autonomia do direito da proteção de dados pessoais”. In: **Revista de Direito e as Novas Tecnologias**, São Paulo, v. 18, ano 6, jan./mar. 2023. p. 2-3.

32 VIEIRA, Lucas. “Fontes do Direito da Proteção de Dados Pessoais”. In: **Saber Humano**, v.13, n.22, jan./jun.2023. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/578>. Acesso em: 05/05/2024.

33 BIONI, Bruno. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 230.

34 Idem.

35 MENDES, Laura. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014. Posição 1128.

36 BIONI, Bruno. P. 128.

O conceito central do Direito da Proteção de Dados Pessoais é o de dados pessoais, em especial de dados pessoais sensíveis. Na ordem jurídica brasileira, o conceito expansionista, mais amplo, foi o adotado pelo legislador. Consoante o art. 5º, inc. I, da LGPD, dado pessoal é a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, enquanto dado pessoal sensível, na linha do art. 5º, inc. II, consiste no dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

A LGPD prevê quatro sujeitos protagonistas no âmbito do Direito da Proteção de Dados Pessoais: o titular de dados pessoais, o controlador de dados pessoais, o operador de dados pessoais e o encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

O titular é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, consoante o art. 5º, inc. V, da LGPD. O controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (art. 5º, inc. VI). O operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador (art. 5º, inc. VII). Já o encarregado é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (art. 5º, inc. VIII).

Buscando melhor resguardar os titulares, a LGPD estabeleceu um conjunto de bases legais que legitimam o tratamento de dados pessoais por controladores e operadores, notadamente no art. 7º quanto a dados pessoais gerais, e no art. 11 quanto a dados pessoais sensíveis.

De acordo com a interpretação prevalente destes comandos legais, é indispensável que toda atividade de tratamento de dados pessoais seja antecedida do apontamento de uma base legal, a menos que se enquadre fora do campo de incidência da LGPD, como ocorre com atividades jornalísticas, artísticas, de segurança pública, defesa nacional, investigação e repressão de infrações penais, etc (art. 4º).

Cumpra sublinhar que a LGPD adota conceito bastante abrangente para o termo ‘tratamento’ quando se cuida de dados pessoais, englobando “toda operação realizada com dados pessoais”, tais como, exemplificativamente, a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (art. 5º, inc. X).

Assim, as empresas e o Poder Público devem identificar a hipótese, ou até mais de uma hipótese, que autorize o tratamento de dados pessoais levado a cabo. As principais bases, tirante aquelas específicas da administração pública e de certos setores (*e. g.*, saúde, pesquisa, etc), consiste no consentimento obtido validamente junto ao titular (art.

7º, inc. I; art. 11, inc. I); no cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 7º, inc. II; art. 11, inc. II, “a”); a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados (art. 7º, inc. V; art. 11, inc. II, “d”); quando os dados forem usados para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (art. 7º, inc. VI; art. 11, inc. II, “d”); para proteger a vida ou a incolumidade física do titular ou de terceiro (art. 7º, inc. VII; art. 11, inc. II, “e”); para atender aos legítimos interesses do controlador ou de terceiro, quando se estiver diante de dados pessoais gerais (art. 7º, inc. IX); para a proteção do crédito, também quando se tratar de dados pessoais gerais (art. 7º, inc. X); e a garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, sendo base específica para tratamento de dados pessoais sensíveis (art. 11, inc. II, “g”).

Dado o dinamismo da atuação das empresas e o frequente intercâmbio de dados pessoais no mercado, é possível inclusive a modificação da base legal que valida o tratamento conferido aos dados pessoais de certo titular pelo agente, seja controlador ou operador. Entretanto, afigura-se irregular o tratamento que não se enquadrar em uma das hipóteses lançadas nos arts. 7º e 11 da LGPD. Esse entendimento é igualmente aplicado no panorama do RGPD, conforme reconhecido pela doutrina mais abalizada.³⁷

Feito o exame dos aspectos gerais da LGPD (conceitos, alicerce constitucional, fundamentos, princípios e bases legais de tratamento), na esteira da melhor doutrina e da jurisprudência do STF, estão postas as premissas necessárias para que se avance para uma análise sobre os direitos atribuídos aos titulares de dados pessoais.

O Capítulo III da LGPD, nominado “Dos Direitos do Titular”, contempla uma série de dispositivos, entre os arts. 17 a 22, sobre os direitos subjetivos dos titulares em face dos seus dados pessoais³⁸. O art. 17 assegura a titularidade dos dados pessoais a toda pessoa natural, garantindo os seus direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade. Está em linha com o art. 11 do Código Civil, asseverando a intransmissibilidade e irrenunciabilidade sobre os dados pessoais.³⁹

É no art. 18 que está situado o rol de direitos subjetivos dos titulares de dados pessoais, de sorte a resguardar a autodeterminação informativa, a privacidade e os demais princípios e fundamentos da LGPD *in concreto*.

Segundo tal dispositivo, o titular tem direito a obter do controlador, em relação aos dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição: (i) confirmação da existência

37 Segundo Rony Vainzof, “caso o *controller* deixe de comprovar uma das referidas hipóteses, assim como não se enquadrar o tratamento em qualquer exceção prevista no GDPR, como para fins jornalísticos, acadêmicos, artísticos ou literários, o tratamento será considerado ilegal.” VAINZOF, Rony. “Dados pessoais, tratamento e princípios”. In: MALDONADO, Viviane e OPICE BLUM, Renato (Coord). **Comentários ao GDPR: regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia**. 2ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. Posição 1532.

38 VIEIRA, Lucas. “Direitos do Titular de Dados Pessoais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.” In: **Revista dos Tribunais**, v. 1058, p. 119-140, 2023.

39 COTS, Márcio e OLIVEIRA, Ricardo. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada**. 2ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. p. 121.

de tratamento; (ii) acesso aos dados; (iii) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; (iv) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD; (v) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da ANPD, observados os segredos comercial e industrial; (vi) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses do art. 16 da LGPD; (vii) informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; (viii) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; (ix) revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

Em adição, o § 1º do art. 18 reconhece o direito do titular de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional, que será abordado no capítulo posterior por estar relacionado intrinsecamente com o acesso à justiça.

Unem-se a essa lista de direitos aqueles previstos no art. 20. No *caput*, pode-se observar o direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os interesses do titular, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade. Do § 1º do art. 20, depreende-se o direito à explicação.

Apesar de os arts. 17 a 22 contemplarem os direitos dos titulares, outros direitos – e princípios -, decorrentes do ordenamento jurídico pátrio e de tratados internacionais, podem ser, igualmente, reconhecidos em matéria de proteção de dados pessoais e privacidade, consoante o art. 64 da LGPD.

Outrossim, cumpre salientar que cada um dos direitos é exercido mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento (art. 18, § 3º). Os controladores e operadores – categorias de agentes de tratamento, de acordo com a LGPD – devem buscar atender tempestiva e adequadamente a esses pedidos, de maneira a se manterem em conformidade com o referido marco legal.

Em não sendo solucionada a solicitação ou reclamação formulada pelo titular, no prazo estabelecido em normas regulamentares, o mesmo poderá protocolar petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, que promoverá a devida apreciação, com esteio no art. 55-J, inc. V, tomando as medidas que lhe competem por força da LGPD, inclusive de natureza sancionatória (art. 52).

Apresentados os direitos reconhecidos pela LGPD, passa-se à sua interação com o direito fundamental de acesso à justiça.

EM BUSCA DE UMA LEITURA ADEQUADA DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS PREVISTOS NA LGPD

Pelo fato de a LGPD ter introduzido novos direitos na ordem jurídica brasileira, permite-se uma análise da litigância e da amplitude e efetividade do acesso à justiça conferido desde o início dos conflitos decorrentes deste diploma legal.

Como elemento agravante em termos de risco de incentivo ao excesso de demandas, o caráter transversal das normas de proteção de dados pessoais implica a possibilidade de surgimento de litígios em variadas áreas do Direito: laboral, consumerista, empresarial, cível, administrativa, etc.

No âmbito dos estudos empíricos e da literatura de AED, depreendem-se propostas de melhor conformação do direito de acesso à justiça aos critérios de eficiência e efetividade que devem ser levadas em consideração também no campo dos litígios envolvendo proteção de dados pessoais. Os dispositivos de índole da LGPD que dialogam com o acesso à justiça oferecem pleno respaldo, dentro dos limites de uma lei de direito material, a várias das proposições.

As propostas relacionadas a aumento do “preço” dos serviços judiciários, ou mudanças legislativas em diplomas processuais em assuntos envolvendo, *e. g.*, os ônus sucumbenciais, embora fundamentais, não serão detalhadas ou apontadas porque não se encaixam no conteúdo normativo que compõem a LGPD, e, por isso, não podem ser aplicadas a partir desse marco legal.⁴⁰

Deste modo, apresentam-se, a partir da literatura juseconômica⁴¹, as seguintes proposições de amoldamento do direito de acesso à justiça dentro do panorama do contencioso da LGPD, levando em consideração o cenário nacional de excesso de litigância: i) Incentivo à realização de acordos para a solução dos litígios, tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial; ii) Priorização das ações coletivas, de modo a pacificar questões que afetam milhares de titulares de dados pessoais sem que se tenha que enfrentar um volume imenso de ações; iii) Uniformização jurisprudencial célere sobre os principais temas relativos à LGPD e aplicação padronizada e estável da jurisprudência pelos juízes e

40 Wilson Pimentel realizou importante pesquisa sobre os dois fatores mencionados, concluindo que: “Partindo de ferramentas da análise econômica do direito e de pesquisa quantitativa, este estudo demonstrou como a transferência de grande parte dos custos do sistema estatal de solução de conflitos para a sociedade pode incentivar um acesso que chamei de irresponsável ao Judiciário. Pode incentivar o acesso do autor que, diante da inexistência de custos, ajuíza demandas sem sequer tentar, antes, uma forma de autocomposição. Estimula a formulação de pedidos inflados, quando não prevê qualquer consequência adequada para as hipóteses de improcedência ou procedência parcial dos pleitos do demandante.” PIMENTEL, Wilson. **Acesso responsável à justiça: o impacto dos custos na decisão de litigar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. Dissertação para obtenção do grau de mestre, apresentada à Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/21988/Pimentel%2c%20Wilson.%20Acesso%20respons%2c%20a%20justi%20c3%a7a%20UL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07/01/2021. p. 101-102.

41 TIMM, Luciano e SANTOS FILHO, Hermílio. **“Diagnóstico sobre as causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas, bem como da morosidade da justiça civil”**. Relatório Final ajustado. Edital Conselho Nacional de Justiça 01/2009. Porto Alegre, março de 2011. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/relat_pesquisa_pucrs_ edital1_2009.pdf. Acesso em: 15/12/2021. p. 9-12.

Tribunais; iv) Criação e divulgação de estatísticas sobre êxito/sucumbência em processos envolvendo temas relativos à LGPD, de sorte a informar as partes sobre suas chances de êxito com a demanda; v) Evitar a divulgação de notícias sensacionalistas sobre decisões pontuais, que podem gerar a impressão de que um entendimento isolado ou incipiente já está consolidado, e, por consequência, estimular a propositura de diversas demandas; vi) Aplicação com rigor das penalidades legais por litigância de má-fé; vii) Concessão do benefício da gratuidade judiciária somente aos realmente necessitados, com fulcro em dados concretos, estatísticos, e não no sentimento dos magistrados; viii) Combate ao descumprimento estratégico, sistemático e calculado da LGPD eventualmente promovido por determinados litigantes através do uso predatório do Judiciário.

A ordem escolhida para listar as medidas não é aleatória. Privilegiam-se as soluções cooperativas e coletivas para, somente ao final, examinar aspectos característicos das lides individuais. Em primeiro lugar (i e ii), foram apresentadas sugestões pertinentes a soluções amigáveis, inclusive na esfera extrajudicial, e ações coletivas. Depois, foram expostas alternativas vinculadas à formação e aplicação mais uniforme e estável dos entendimentos judiciais, com uma divulgação compatível com a realidade (iii, iv e v). Já as proposições derradeiras atinem (vi e vii) à utilização criteriosa e rigorosa de certos institutos processuais dentro das lides, com o intuito de evitar sobrecarga por demandas de má-fé e frívolas, e (viii) ao *enforcement* intensificado da LGPD contra agentes de tratamento que descumprem estrategicamente a legislação e usam de forma predatória o Judiciário para adiar o pagamento de indenizações ou o atendimento das obrigações estatuídas pelas normas contidas na LGPD.

Vale sublinhar, antes de analisar cada medida, que os principais dispositivos processuais da LGPD são o art. 22; os §§ 2º e 3º, do art. 42; e o § 7º do art. 52; reproduzidos a seguir:

Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.

(...)

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

(...)

§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

(...)

Art. 52. (...) § 7º Os vazamentos individuais ou os acessos não autorizados de que trata o caput do art. 46 desta Lei poderão ser objeto de conciliação direta entre controlador e titular e, caso não haja acordo, o controlador estará sujeito à aplicação das penalidades de que trata este artigo.

Conforme se depreende do art. 22 da LGPD, os titulares de dados podem acionar o Poder Judiciário para assegurar os seus direitos tanto individualmente quanto coletivamente, na esteira do princípio da inafastabilidade da jurisdição e do acesso à justiça (art. 5º, inc. XXXV, CF/88). Não impõe a necessidade de se ter uma efetiva lesão de direito para que o titular busque reparação (danos materiais) e/ou compensação (danos morais) para recorrer ao Judiciário, podendo ser proposta demanda contra ameaça de lesão a direito que reclame medidas preventivas para evitar a ocorrência da violação.

A tutela coletiva pode instrumentalizar, na órbita da proteção de dados dos consumidores, a defesa de direitos difusos, direitos coletivos e direitos individuais homogêneos, dentro da aceção recebida por cada categoria no art. 81, parágrafo único, incisos I, II e III do Código de Defesa do Consumidor.

Os direitos difusos como aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. Bessa e Nunes citam como exemplo, na área de proteção de dados pessoais, as condutas de empresas e órgãos públicos que traduzam tratamentos irregulares de dados pessoais com efeitos contínuos e afetem todos os titulares, pessoas indeterminadas, mesmo sem vínculo contratual prévio, e que estão expostas a essas práticas. O requerimento seria, *in casu*, de que a pessoa jurídica deixe de realizar o tratamento daquela maneira (obrigação de não fazer) ou para realizar o tratamento dentro dos moldes indicados na exordial (obrigação de fazer), afetando número indeterminado de titulares.⁴²

Os direitos coletivos são os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. Como exemplo, pode-se mencionar o pleito, formulado em ação coletiva, para impedir que uma empresa promova transferência internacional dissonante dos parâmetros da LGPD (art. 33 e ss) em relação a dados de número determinado de titulares, com os quais a pessoa jurídica mantenha relação contratual. Os beneficiários, nessa situação, consistirão apenas nos consumidores que mantêm vínculo contratual com a empresa – ou que fazem parte de entidade associativa (sindicato, associação, etc) que compõe a categoria.⁴³

Por sua vez, os direitos individuais homogêneos são entendidos como os decorrentes de origem comum. Na esfera desses direitos, existem duas fases processuais. Primeiro,

42 BESSA, Leonardo e NUNES, Ana Luisa. “Instrumentos processuais de tutela individual e coletiva: análise do art. 22 da LGPD”. In: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 676.

43 Idem. p. 677.

a propositura de uma ação em que se buscam o reconhecimento e a declaração do dever de indenizar (sentença condenatória será certa, porém ilíquida); e depois sobrevêm o momento da habilitação dos lesados, ou sucessores, na ação, que terão a faculdade de realizar a execução da dívida reconhecida na órbita coletiva, desde que comprovem que foram vítimas do fato gerador e indiquem o *quantum debeatur*.⁴⁴ No âmbito da proteção de dados, operações de tratamento irregular tem o condão de atingir direitos da personalidade cujo caráter extrapatrimonial pode ensejar indenização para compensar os danos morais ou para reparar os danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes).⁴⁵

O pleito ou os múltiplos pleitos formulados na ação coletiva podem envolver inclusive o dano moral coletivo, nos termos do que autoriza o art. 42, *caput* e § 3º, da LGPD. O caso MPDFT x Banco Inter S.A. constitui exemplo anterior à LGPD sobre dano moral coletivo que ajuda a iluminar a aplicação futuras dos preceitos citados. Na espécie, o MPDFT propôs, em julho de 2018, ação civil pública com pedido de condenação em 10 milhões de reais em face da instituição financeira, com base em incidente de segurança com dados pessoais consubstanciado em ataque *hacker* contra sistemas do banco. O vazamento alcançou dados de mais de 19 mil correntistas. Ao final, as partes chegaram a um acordo no valor de R\$ 1,5 milhão a título de danos morais coletivos.⁴⁶

Outra norma de grande importância processual, com influência sobre a escolha dos titulares de acessar ou não o judiciário, é o art. 42, § 2º, da LGPD, que contempla hipótese de inversão *ope judicis* do ônus da prova. Os requisitos são a verossimilhança da alegação do titular e a hipossuficiência para fins de produção de prova ou a situação de produção probatória excessivamente onerosa. Tal medida, ressalta-se, pode ser imposta tanto em processos individuais quanto coletivos, sendo indispensável, em várias ocasiões, para que se possa assegurar proteção aos direitos dos titulares, porquanto não terão capacidade para a produção das provas necessárias para a demonstração plena da violação do(s) direito(s).

A LGPD também estatuiu a possibilidade de inversão *ope legis* do ônus da prova nos processos a ela vinculados. Os arts. 8º, § 2º, e 43, *caput* e incisos, dão amparo a esse entendimento. O primeiro dispositivo prescreve que “cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei”. Num eventual processo individual, ou mesmo num processo coletivo, em que se esteja questionando consentimentos que foram colhidos pelo controlador, o ônus probatório não recai sobre o titular, mas sim sobre o próprio controlador. A inversão *ope legis* verifica-se igualmente na previsão do art. 43 quando prescreve que somente não haverá responsabilização quando *os agentes de tratamento provarem* o enquadramento dos fatos em uma das hipóteses dos incisos do art. 43.⁴⁷

44 Idem. p. 677.

45 Idem. p. 678.

46 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Processo nº 072831-64.2018.8.07.0001**. Ação Civil Pública. 15ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília. 18 de dezembro de 2018.

47 Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais

A derradeira norma com impacto em processos envolvendo direitos criados pela LGPD consiste no art. 52, § 7º. O preceito está localizado em capítulo pertinente à fiscalização das normas da LGPD e em sessão sobre as sanções administrativas. Cuida-se de assuntos alocados na competência da ANPD, que somente em controle judicial de ato/procedimento administrativo é que poderão ser levados à apreciação do Judiciário. Mesmo assim, consideramos que os meios administrativos de solução de conflitos ocupam, em especial nos dias de hoje, lugar importante para a efetivação do acesso à justiça, que não se resume ao acesso ao Judiciário.

No que toca ao citado dispositivo, nota-se permissão para que o controlador e o titular realizem conciliação direta para chegar a um acordo na hipótese de vazamentos individuais ou acessos não autorizados, com o fito de evitar a aplicação das penalidades administrativas do art. 52 – que são de competência exclusiva da ANPD, não sendo cabível a imposição delas pelo Judiciário ou qualquer outro ente público. A consecução de conciliação, nesse caso, pode desaguar num acordo positivo para ambas as partes a ponto de não apenas evitar sancionamento administrativo pela ANPD mas também prevenir uma disputa judicial, o que colabora com uma resolução mais pacífica e cooperativa dos conflitos, além de contribuir para não sobrecarregar ainda mais o judiciário.

Logo, a tutela judicial engloba, tanto no panorama individual quanto coletivo, todas as medidas preventivas que objetivam evitar a lesão a direito(s) dos titulares, bem como as demandas que almejam reparar (danos materiais) e/ou compensar (danos morais) o(s) direito(s) violado(s).⁴⁸ Por outro lado, a LGPD admite expressamente a conciliação como meio para resolução de violações específicas de direitos dos titulares, reduzindo processos administrativos perante a ANPD e, possivelmente, litígios judiciais.

Examinadas as principais disposições da LGPD aplicáveis à questão ora versada, passa-se a abordar cada uma das medidas listadas anteriormente para harmonizar a concretização do direito de acesso à justiça no contexto dos direitos previstos em favor dos titulares de dados pessoais na LGPD.

- I. Incentivo à realização de acordos para a solução dos litígios, tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial;

Os métodos consensuais de solução de conflitos jurídicos ganharam nova roupagem com a promulgação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que veicula o Código de Processo Civil. O regramento introduzido acentua a opção da ordem processual pela busca do encerramento amigável dos litígios, na esteira da tendência inaugurada pela Resolução nº 125/2010 (“Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses”).

que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

48 BESSA, Leonardo e NUNES, Ana Luisa. “Instrumentos processuais de tutela individual e coletiva: análise do art. 22 da LGPD”. In: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 667.

Diferentemente da sistemática prevista no Diploma Processual revogado (Lei nº 5.869/73), na qual competia ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes (arts. 125, inc. IV, e 448), o CPC/15 estabelece normatização de maior amplitude e profundidade sobre a matéria, ordenando que o Estado, os juízes, os advogados, os defensores públicos e os membros do *Parquet* estimulem e fomentem, sempre que possível, a solução consensual das controvérsias (art. 3º, §§ 2º e 4º).

O renomado processualista Fredie Didier Jr., que participou da elaboração e da tramitação legislativa do CPC/2015, enumera as regras do Diploma Processual com este escopo:

“a) dedica um capítulo inteiro para regular a mediação e a conciliação (arts. 165-175); b) estrutura o procedimento de modo a pôr a tentativa de autocomposição como ato anterior ao oferecimento da defesa pelo réu (arts. 334 e 695); c) permite a homologação judicial de acordo extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III; art. 725, VIII); d) permite que, no acordo judicial, seja incluída matéria estranha ao objeto litigioso do processo (art. 515, § 2º); e) permite acordos processuais (sobre o processo, não sobre o objeto do litígio) atípicos (art. 190).”⁴⁹

A orientação posta pelo Legislador visa a promover uma cultura da composição dos litígios pelas partes, que vige com sucesso nos EUA e no Reino Unido. A nova estruturação do processo civil tem como propósitos centrais a mitigação do elevado número de demandas judiciais no país, que ultrapassa a marca de 75 milhões de processos em tramitação, e o alcance de soluções capazes de trazer, no âmbito social, maior harmonia e paz, e, no âmbito individual, celeridade, economia e efetividade hoje não obtidas no contencioso judicial.

Busca-se a superação da ideia de “meios alternativos”, que denotava inferioridade, subalternidade, das soluções alcançadas através da mediação, da negociação, da conciliação e da arbitragem. O sistema de justiça, a partir de então, deve oferecer aos cidadãos, de maneira informada, a modalidade mais apropriada para resolverem as suas controvérsias.

Trata-se de um paradigma similar ao da experiência norte-americana do Sistema Multiportas de Solução de Conflitos, idealizado pelo Professor Frank E. A. Sander⁵⁰, da Faculdade de Direito de Harvard, na palestra “*Varieties of Dispute Processing*”, proferida na ‘Conferência nacional sobre as causas da insatisfação popular com a Administração da Justiça’⁵¹, conhecida como Conferência Pound⁵², em Saint Paul, Minnesota, em 1976.

49 DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. V. 1. 18ª edição revista, ampliada e atualizada. Salvador: Editora Jus Podivm, 2016. p. 271.

50 Frank E. A. Sander é Professor Emérito da *Harvard Law School*. Leciona desde 1962 na instituição, onde serviu como *Associate Dean* entre 1987 e 2000.

51 A ‘National Conference on the Causes of Popular Dissatisfaction with the Administration of Justice’

52 A A ‘National Conference on the Causes of Popular Dissatisfaction with the Administration of Justice’ foi denominada Pound Conference em razão de seu título ser inspirado em discurso clássico do jurista Roscoe Pound, “The Causes of Popular Dissatisfaction with the Administration of Justice”, proferido em 29 de agosto de 1906, em Saint Paul, Minnesota, no Encontro Anual da American Bar Association (ABA Annual Meeting), que se tornou uma grande referência na história das reformas procedimentais nos Estados Unidos. RESNIK, Judith. “Many Doors? Closing Doors? Alternative

A sistemática defendida pelo Prof. Sander foi implantada, de forma pioneira, no Distrito de Columbia e alcançou resultados notáveis nos três primeiros anos de funcionamento (1985-1988). A Corte instituiu sete subprogramas e promoveu o treinamento de 400 mediadores, 100 árbitros e 10.000 casos foram resolvidos.

Os êxitos não se devem apenas à qualidade do trabalho realizado pelos integrantes do Programa. Gladys Kessler e Linda Finkelstein sublinham que também foram importantíssimos o apoio do Bar, a adesão dos juízes e o labor dos voluntários.⁵³

A experiência norte-americana fornecesse subsídios para diversas reflexões teóricas e práticas a respeito do desenvolvimento das formas de solução consensual de litígios no Brasil. Aparentemente, o Conselho Nacional de Justiça bebeu desta fonte para a construção normativa e institucional da Resolução nº 125, não se podendo descartar outras inspirações. Em razão do sucesso obtido e da riqueza de elementos para meditação sobre os pontos positivos e negativos destas iniciativas, levar-se-á em conta o paradigma da *Multi-Door Courthouse*, amplamente defendida pelos teóricos da AED, na análise da sua aplicação para conflitos decorrentes da LGPD no contexto brasileiro atual.

No que tange às contribuições da AED, Bicca Machado e Jean Dias afirmam que o ajuizamento de uma nova ação pressupõe uma equação racional, na qual o autor avalia que o resultado final esperado será superior aos custos envolvidos, tais como taxas judiciárias, despesas para produção de provas e honorários advocatícios.⁵⁴ Para a realização de um acordo, vale a mesma lógica: ambas as partes buscarão maximizar os seus interesses. A título de exemplo, numa ação consumerista, o consumidor tentará obter o máximo valor possível de indenização, enquanto a empresa fará esforços para pagar o mínimo possível.

O desafio maior consiste na harmonização das expectativas criadas sobre o desenvolvimento do processo pelas partes – ou mesmo, quando se estiver ainda na esfera extrajudicial, se vale a pena acordar antes da propositura da ação. A empresa elaborará suas expectativas sobre as possibilidades ocorrência ou não de condenação (mediante análise da força das suas provas/alegações e da jurisprudência), o valor que poderá ter que pagar se for condenada, os custos envolvidos com eventual produção de provas, os honorários advocatícios contratuais, os honorários de sucumbência, entre outros fatores.

Já o consumidor tem menores condições de construir expectativas sobre as suas efetivas possibilidades de êxito e os valores que pode vir a receber. A assimetria informacional em face da empresa geralmente é grande. Primeiro porque o consumidor por vezes não ter compreensão mais detalhada – por litigar menos – sobre a real força das suas alegações/provas e as tendências jurisprudenciais. Em segundo lugar, porque existe maior subjetividade na apreciação do consumidor pelo fato de frequentemente pessoalizar,

Dispute Resolution and Adjudication". In: **The Ohio State Journal of Dispute Resolution**, Volume 10, Número 02, 1995, p. 216. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1910&context=fss_papers> Acesso em: 15/01/2017.

53 Idem. 586-590.

54 BICCA MACHADO, Rafael e DIAS, Jean Carlos. "Análise Econômica do Processo". In: TIMM, Luciano (Coord). **Direito e Economia no Brasil**. 3ª Ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2019. p. 406.

colocar fatores emocionais com maior preponderância na sua avaliação sobre litigar ou não. Esses elementos podem conduzir o consumidor, a depender do seu perfil, a subestimar ou superestimar suas chances, dado que a assimetria informacional é motivo de distorção na formação das expectativas e um dificultador do alinhamento entre partes adversárias.

Nesta linha, percebe-se que o ajustamento das expectativas – que é o principal instrumento para que se maximize o interesse das partes dentro de um contexto realista - depende, em larga medida, (i) de menor assimetria informacional entre as partes; (ii) de uma jurisprudência estável e com fácil disponibilidade para ambas as partes; (iii) da redução da influência de fatores subjetivos/emocionais, mediante o estímulo a avaliações mais objetivas sobre a real situação de cada parte no conflito.

Com o progresso de iniciativas e esforços para se atingir o ajustamento das expectativas e materializar a maximização do interesse das partes dentro de um cenário que privilegia acordos, estarão postas as principais condicionantes para que se tenha um “acesso à justiça razoável”, conforme defende Ricardo Silveira, no qual haverá “diminuição quantitativa do número de feitos, embora haja um incremento qualitativo na prestação estatal. Trata-se de uma releitura do art. 5º, inc. XXV, da CF/88, com um novo conteúdo jurídico, impactado pela visão juseconômica.⁵⁵

O avanço da arbitragem também é um meio para concretizar essa leitura baseada na AED sobre o acesso à justiça. O Professor Bruno Salama enumera quatro motivos que levam a arbitragem a ser um meio com maior capacidade de redução de custos de transação do que a jurisdição estatal: (a) a arbitragem produz soluções mais ágeis, porquanto o procedimento “não está sujeito à rigidez dos processos judiciais, não se submete ao regime dos infundáveis recursos a instâncias superiores, e os árbitros, não raro, contam com a infraestrutura necessária para que suas decisões sejam tomadas com grande rapidez; (b) arbitragem costuma produzir decisões com maior qualidade e menor incidência de erros, dada a especialização dos árbitros nas temáticas que julgam; (c) a arbitragem pode ensejar custos de transação inferiores também por conta de “um maior grau de imparcialidade do árbitro”; e (d) o sigilo dos procedimentos arbitrais, pois operações comerciais confidenciais, que podem criar vulnerabilidades na reputação das partes, assim como questões envolvendo segredos comerciais/industriais, tendem a ser melhor protegidos dentro de um mecanismo que tem essa como uma das características inerentes.

Além disso, Salama acentua que a escolha da arbitragem pelas partes (seja por compromisso arbitral ou cláusula compromissória/arbitral) tem potencial para oferecer incentivos fortes para o cumprimento dos contratos, evitando a judicialização de eventuais divergências.⁵⁶

⁵⁵ SILVEIRA, Ricardo Rezende. *Op. Cit.* p. 317-318.

⁵⁶ SALAMA, Bruno. “Análise Econômica da Arbitragem”. In: TIMM, Luciano (Coord). **Direito e Economia no Brasil**. 3ª Ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2019. p. 394-397.

Deste modo, o acesso a uma solução justa, por meio da arbitragem, também constitui instrumento de viabilizar para as partes o direito fundamental estampado no art. 5º, inc. XXV, da CF/88, dentro do paradigma ora sustentado.

No âmbito da LGPD, destaca-se a possibilidade de salvaguarda dos direitos dos titulares, largamente abordados supra, através do emprego efetivo do mecanismo previsto no art. 52, § 7º, que permite acordo mediante conciliação. Para tanto, é imprescindível que haja instituições habilitadas pelos Tribunais de Justiça e com bom nível de capacitação de seus profissionais, ou disponibilizadas por órgãos públicos, ou mesmo ferramentas criadas por empresas que forneçam meios próprios adequados de conciliação.

Na segunda situação apontada, pode-se mencionar a ferramenta consumidor.gov.br, que viabilizou a solução de mais de 3,5 milhões de litígios entre 2014 e 2020, sendo 1.196.627 somente em 2020. A taxa de resolução das reclamações registradas foi de 78% em 2020, com prazo médio de resposta das empresas de 8 dias.⁵⁷

Na terceira situação indicada, também existem muitos exemplos bem-sucedidos de plataformas lançadas por empresas para a assinatura de acordos com seus clientes. A ferramenta criada pelo Ebay resolveu, em um único ano, 60 milhões de conflitos⁵⁸. O instrumento concebido pelo Mercado Livre alcançou taxa de acordo de 98,9% em 2018, num universo de 337 milhões de produtos vendidos.⁵⁹

Dentro do atual contexto do Judiciário, afigura-se recomendável que na órbita da LGPD, forte no art. 52, § 7º, sejam empregadas soluções institucionais e/ou corporativas semelhantes, mediante o uso de câmaras de conciliação e arbitragem, da ferramenta consumidor.gov.br, ou de instrumentos privados como os desenvolvidos pelo Ebay e pelo Mercado Livre.

- II. Priorização das ações coletivas, de modo a pacificar questões que afetam milhares de titulares de dados pessoais sem que se tenha que enfrentar um volume imenso de ações;

A tutela coletiva teve seu desenvolvimento impulsionado com maior vigor a partir dos anos 1980, com a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), e depois em 1990 com a promulgação do Código de Defesa do Consumidor. Ao viabilizar meios de resolução de disputa desta natureza, o sistema processual brasileiro foi transformado para poder tutelar de forma mais adequada os conflitos próprios de uma sociedade de massa, que amiúde ostentam dimensão social significativa.

57 CONSUMIDOR.GOV.BR. **Boletim Consumidor.gov.br 2020**. Disponível em: <https://www.consumidor.gov.br/pages/publicacao/externo/>. Acesso em: 13/01/2022.

58 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. **CONCILIAÇÃO, ODR E DISPUTE BOARD OFERECEM RAPIDEZ NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/emag/noticias/2018/setembro/11092018>. Acesso em: 13/01/2022.

59 AZEVEDO E SOUZA, Bernardo. **2 plataformas brasileiras de resolução de conflitos online que você precisa conhecer**. Disponível em: <https://bernardodeazevedo.com/conteudos/2-plataformas-brasileiras-de-resolucao-de-conflitos-online/>. Acesso em: 13/01/2022.

A pretensão era de substituição de decisões atomizadas pelo tratamento molecular das controvérsias, mediante uma atuação do Judiciário instrumentalizada por um ferramental capaz de proporcionar soluções, de uma vez só, para conflitos que envolvem milhares ou milhões de pessoas, conforme acentuava a saudosa processualista Ada Pellegrini Grinover⁶⁰.

A aplicação da tutela coletiva tem como propósitos (i) a economia processual, (ii) o acesso à justiça e (iii) a aplicação voluntária ou autoritativa do direito material, consoante leciona Antonio Gidi quanto ao direito norte-americano.⁶¹ No atual quadro vivenciado pelo Judiciário brasileiro, o alargamento da tutela coletiva representa *conditio sine qua non* para uma redução dos custos do acesso à justiça.⁶² Segundo Ricardo Silveira, “a concentração de atividade processual e de esforços institucionais no sentido da solução das grandes controvérsias é uma necessidade inadiável no caminho da redução proporcional do peso orçamentário do serviço público jurisdicional”⁶³.

No campo das disputas envolvendo a LGPD, a priorização dos mecanismos de tutela coletiva é imperativa para que o fluxo da litigância não se desenvolva nos patamares dos conflitos consumeristas, trabalhistas ou cíveis em geral, que o judiciário não tem conseguido dar solução pela sobrecarga que têm gerado.

Ademais, é característica de eventuais irregularidades no tratamento de dados pessoais que o número significativo de pessoas seja atingido, em especial quando se estiver diante de empresas do setor varejista, de hospitais, laboratórios, grandes prestadores de serviços, empresas de mídia e firmas do segmento de tecnologia da informação e comunicação. Logo, se as disputas se concentrarem apenas no âmbito individual, o resultado tende a ser a propositura de milhares de ações ao longo dos próximos anos, com os efeitos nefastos já largamente citados.

III. Uniformização jurisprudencial célere sobre os principais temas relativos à LGPD e aplicação padronizada e estável da jurisprudência pelos juízes e Tribunais;

A uniformização dos entendimentos dos Tribunais sobre controvérsias envolvendo a LGPD, bem como a aplicação padronizada e estável da jurisprudência pelos magistrados e Tribunais, possuem sólida base normativa na Constituição Federal e no Código de Processo Civil.

Na órbita constitucional, pode-se mencionar os princípios da segurança jurídica (art. 1º - cláusula do Estado de Direito; art. 5º, inc. LIV – devido processo legal substantivo) e da eficiência (art. 37, *caput*, CF/88) para amparar a necessidade de funcionamento

60 GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo: estudos & pareceres**. São Paulo: Perfil, 2009. p. 238.

61 GIDI, Antonio. **A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada**. São Paulo: RT, 2007. p. 25.

62 SILVEIRA, Ricardo. *Op. Cit.* p. 299.

63 *Idem.* p. 299.

do sistema de justiça dentro dos parâmetros mencionados. O princípio da segurança jurídica é formado pelos atributos da previsibilidade e da estabilidade, essenciais para o planejamento de vida dos cidadãos e das atividades das empresas e entidades em geral. Já o princípio da eficiência é voltado para a obtenção do melhor desempenho na prestação dos serviços públicos em geral, com qualidade, celeridade e o mínimo de desperdício de dinheiro público.

No campo do processo civil, o art. 926 do CPC/15 estabelece que “os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.” No dispositivo subsequente, o diploma processual determina que juízes e tribunais observem (i) as decisões do STF; (ii) os enunciados de súmula vinculante; (iii) os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; (iv) os enunciados das súmulas do STF em matéria constitucional e do STJ em matéria infraconstitucional; e (v) a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

Nesta linha, o Código permite ao juiz, nas causas que dispensem a fase instrutória, independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar (a) Súmula do STF ou do STJ; (b) acórdão do STF ou do STJ em julgamento de recurso repetitivo; (c) ou entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (d) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local (art. 332, incisos I, II, III e IV).

No que atine à sentença, o CPC/15 qualifica não fundamentadas as decisões que deixarem de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, inc. VI). Também é considerada não fundamentada a sentença que se limita a invocar precedente ou súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, inc. V).

Nos Tribunais, o CPC/15 atribui ao Relator ferramentas para acelerar a uniformização e preservar a estabilidade da jurisprudência. É o caso, por exemplo, do art. 932, inciso IV, que autoriza o Relator a negar provimento a recurso que contrarie Súmula do STF, do STJ ou do próprio Tribunal; acórdão do STF ou do STJ em julgamento de recurso repetitivo; ou entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência. Na mesma linha, o inciso V do art. 932 permite que o Relator dê provimento ao recurso, depois de facultada a apresentação de contrarrazões, se a decisão recorrida for contrária a Súmula do STF, do STJ ou do próprio Tribunal; acórdão do STF ou do STJ em julgamento de recurso repetitivo; ou entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

O mencionado incidente de resolução de demandas repetitivos está igualmente disciplinado no CPC/15, em seu art. 1.036, sendo um dos principais mecanismos para

atender às diretrizes ora defendidas de uniformização jurisprudencial e fomentar a estabilidade e padronização dos pronunciamentos judiciais.

Quando se fala em contencioso vinculado à LGPD, as citadas diretrizes são essenciais para que os possíveis litigantes formem suas expectativas e tenham informações mais precisas sobre os custos e riscos que correm no ajuizamento de uma ação ou na rejeição da assinatura de um acordo. Uma jurisprudência uniformizada, com aplicação padronizada, afasta o interesse de litigantes frívolos e de má-fé.

Além disso, os controladores e operadores necessitam de um respaldo sobre a licitude de vários procedimentos de adequação à LGPD que estão realizando e causam consequências nas relações com os titulares; sobre a legitimidade dos expedientes implementados para atender aos pedidos formulados pelos titulares; sobre a conformidade legal de suas operações de tratamento de dados pessoais; entre outras questões de suma importância para que empresas, governos e demais entidades em geral tenham segurança no cumprimento da LGPD.

Por essas razões, a sedimentar entendimentos jurisprudenciais de forma célere -mas sem açodamento - é fundamental para viabilizar um ambiente de negócios e de relações empresa-consumidor, empresa-colaborador e governo-cidadão mais saudável e consonante com os ditames da Lei nº 13.709/2018.

- IV. Criação e divulgação de estatísticas sobre êxito/sucumbência em processos envolvendo temas relativos à LGPD, de sorte a informar as partes sobre suas chances de êxito com a demanda;

A proposta vinculada à divulgação ampla e geral de estatísticas precisas sobre as taxas de êxito e sucumbência em processos relacionados à LGPD é complementar à proposição do item (iii), porquanto serve para intensificar e agilizar o processo de melhoria na formação das expectativas dos possíveis litigantes a respeito das suas reais chances de sucesso na lide.

Isso tende a direcionar o litigante com menores possibilidades a preferir a resolução via acordo na esfera extrajudicial - de sorte a afastar os ônus impostos pela movimentação da máquina judiciária -, ou pelo menos a não dar prosseguimento a uma lide sem chances de êxito ou com possibilidades remotas, optando por um acordo em juízo.

- V. Evitar a divulgação de notícias bombásticas sobre decisões pontuais, que podem gerar a impressão de que um entendimento isolado ou incipiente já está consolidado, e, por consequência, estimular a propositura de diversas demandas;

Esta proposição visa a evitar distorções na formação de expectativas dos titulares e dos agentes de tratamento de dados pessoais. Não raro, surgem notícias em sites de tribunais que veiculam decisões judiciais que são meramente incipientes sobre o tema, não

estão em pleno acordo com a jurisprudência dos Tribunais ou mesmo têm peculiaridades muito específicas, como se fossem entendimentos pacífico do Judiciário e de ampla abrangência para a cidadania.

Com isso, estimula-se um demandismo de maneira enganosa, pois o jurisdicionado não tem o conhecimento técnico necessário para avaliar criteriosamente se a decisão está ancorada ou não em precedentes, no entendimento dominante das Cortes, ou se se trata de uma situação isolada, própria das circunstâncias e do acervo probatório do caso narrado.

Como as custas são baixas no sistema judiciário brasileiro e a gratuidade é amplamente deferida, mesmo um incentivo enviesado à propositura de demandas pode granjear dezenas, centenas ou até milhares de interessados.

O cuidado na divulgação de notícias pelos Tribunais, portanto, é medida recomendada para combater ajuizamentos em larga escala de ações sem base jurídica e/ou fática robusta.

VI. Aplicação com rigor das penalidades legais por litigância de má-fé;

A litigância de má-fé tem sua penalização disciplinada nos arts. 79, 80 e 81 do Código de Processo Civil. Segundo o diploma processual, considera-se litigante de má-fé aquele que (i) deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; (ii) alterar a verdade dos fatos; (iii) usar do processo para conseguir objetivo ilegal; (iv) opuser resistência injustificada ao andamento do processo; (v) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; (vi) provocar incidente manifestamente infundado; ou (vii) interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

A condenação ao litigante de má-fé ao pagamento de multa, indenização à contraparte e a arcar com honorários advocatícios e despesas pode ser promovida de ofício ou a requerimento. O valor da multa deve ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.

Não obstante os preceitos do CPC/15, o sancionamento é bastante falho no sistema brasileiro. Quanto aos recursos manifestamente protelatórios, por exemplo, o Ministro Og Fernandes reconheceu, no julgamento do MS 24.304, que “inexiste qualquer sancionamento legal efetivo para esse comportamento processual, salvo eventuais condenações por recurso protelatório ou litigância de má-fé, as quais são, no mais das vezes, da mais clara ineficiência prática”.

No âmbito da LGPD, dado o potencial de surgimento de litígios em massa quando se estiver diante de tratamentos de dados de grande número de titulares, a penalização contra os litigantes de má-fé, em qualquer das hipóteses do art. 80 do CPC/15, é providência indispensável para desestimular esse perfil de usuário dos serviços jurisdicionais. Com isso, minorar-se a sobrecarga do judiciário e os custos dos controladores e operadores com um contencioso que sequer deveria existir ou proliferar.

VII. Concessão do benefício da gratuidade judiciária somente aos realmente necessitados, com fulcro em dados concretos, estatísticos, e não no sentimento dos magistrados;

A gratuidade da justiça está disciplinada no CPC/15 entre os arts. 98 e 102. De acordo com o art. 98, a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Conforme demonstrado anteriormente, a concessão indiscriminada do benefício da gratuidade judiciária é um dos fatores centrais para a explosão de demandas perante o Poder Judiciário. Isso vale tanto para lides consumeristas/cíveis quanto para lides trabalhistas, que são áreas com maior possibilidade de albergarem conflitos envolvendo a LGPD.

Nesta linha, a aplicação, pelos juízes, de maior rigor na concessão da gratuidade judiciária, limitando-a somente àqueles que realmente não tem recursos para pagar custas, despesas processuais e honorários advocatícios, terá o condão de reduzir o volume de litígios envolvendo a LGPD, em especial de titulares oportunistas que apenas estão 'tentando a sorte' no judiciário para prejudicar controladores e operadores.

VIII. Combate ao descumprimento estratégico, sistemático e calculado da LGPD eventualmente promovido por determinados litigantes através do uso predatório do Judiciário.

A derradeira proposta versa sobre o comportamento dos controladores e operadores. Em sua atuação, o Judiciário deve tomar medidas administrativas e proferir decisões que sejam aptas e suficientes para desincentivar posturas estratégicas de descumprimento da LGPD.

Noutras palavras, as decisões devem sinalizar aos agentes de tratamento que um comportamento sistemático e calculado de violação aos ditames da LGPD, em especial aos direitos dos titulares, será punido adequadamente e as indenizações devidas serão fixadas em patamares capazes de fazer com que controladores e operadores mudem eventual *modus operandi* contrário à legislação.

Ademais, uma atuação rigorosa do Judiciário de *enforcement* diante dos chamados grandes litigantes – tais como entidades governamentais e bancos – serve para inibir o uso predatório da justiça e a repetição desse modelo violatório por litigantes (controladores e operadores) de menor expressão.

A equação custo-benefício do descumprimento de direitos dos titulares não pode tender para uma vantajosidade (em favor dos grandes litigantes) oriunda da demora do judiciário em julgar as lides e da baixa efetividade da fase processual de execução, sob pena de colocar em xeque até mesmo a eficácia social da legislação de proteção de dados pessoais.

CONCLUSÃO

O direito de acesso à justiça figura no catálogo dos direitos e garantias fundamentais estampados na Constituição Federal de 1988, e possui décadas de histórico nos diplomas constitucionais e em normativas legais brasileiras. A compreensão e aplicação desse direito a partir da década de 1990 provocou uma explosão de litigância perante o Poder Judiciário que não possui paralelo em nenhum país no mundo. A morosidade e o alto custo para a prestação desse serviço público para a população são consequências naturais de um quadro que pode ser rotulado como a *tragédia da justiça*, na linha da teoria da tragédia dos comuns. O acesso efetivo, portanto, em face do Judiciário, está longe de se materializar na realidade vigente.

Neste contexto, mostra-se cabível e desejável uma releitura da concretização do aludido direito fundamental, sem que se fale de deixar de cumpri-lo. A vertente de pensamento que vem oferecendo robusta fundamentação teórica e empírica para essa mudança de paradigma é a Análise Econômica do Direito, mediante a propositura de alterações de mentalidade e de práticas e normas no ordenamento nacional, de modo a se ter um acesso à justiça razoável e efetivo, não resumido ao acesso ao judiciário, mas sim a uma justiça multiportas, em especial com a busca pela implementação em maior amplitude de mecanismos como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, verifica-se que a criação de novos direitos em favor da cidadania brasileira ostenta o potencial de estimular a propositura de grandes volumes de ações judiciais, agravando a sobrecarga que atualmente já caracteriza o Poder Judiciário. Em virtude disso, o estudo individualizado e detalhado de cada direito foi feito para se visualizar os contornos de cada um, delimitando as possibilidades de exercício desses direitos.

No campo das proposições aplicáveis sobre a leitura juseconômica do direito de acesso à justiça ao contencioso (futuro) oriundo da LGPD, apresentamos, a partir das principais contribuições de AED sobre o assunto, as seguintes proposições: (i) incentivo à realização de acordos para a solução dos litígios, tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial; (ii) priorização das ações coletivas, de modo a pacificar questões que afetam milhares de titulares de dados pessoais sem que se tenha que enfrentar um volume imenso de ações; (iii) uniformização jurisprudencial célere sobre os principais temas relativos à LGPD e aplicação padronizada e estável da jurisprudência pelos juízes e Tribunais; (iv) criação e divulgação de estatísticas sobre êxito/sucumbência em processos envolvendo temas relativos à LGPD, de sorte a informar as partes sobre suas chances de êxito com a demanda; (v) evitar a divulgação de notícias sensacionalistas sobre decisões pontuais, que podem gerar a impressão de que um entendimento isolado ou incipiente já está consolidado, e, por consequência, estimular a propositura de diversas demandas; (vi) aplicação com rigor das penalidades legais por litigância de má-fé; (vii) concessão do

benefício da gratuidade judiciária somente aos realmente necessitados, com fulcro em dados concretos, estatísticos, e não no sentimento dos magistrados; e (viii) combate ao descumprimento estratégico, sistemático e calculado da LGPD eventualmente promovido por determinados litigantes através do uso predatório do Judiciário.

REFERÊNCIAS

ALVES JR., Sérgio. “Fechando um ciclo: do término do tratamento de dados pessoais (arts. 15 e 16 da LGPD).” *In*: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

BESSA, Leonardo e NUNES, Ana Luisa. “Instrumentos processuais de tutela individual e coletiva: análise do art. 22 da LGPD”. *In*: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

BESSA, Leonardo e NUNES, Ana Luisa. “Instrumentos processuais de tutela individual e coletiva: análise do art. 22 da LGPD”. *In*: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

BICCA MACHADO, Rafael e DIAS, Jean Carlos. “Análise Econômica do Processo”. *In*: TIMM, Luciano (Coord). **Direito e Economia no Brasil**. 3ª Ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2019.

BIONI, Bruno. “O consentimento como processo: em busca do consentimento válido.” *In*: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

_____. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2023**. Brasília: CNJ, 2023. p. 102. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em: 04/05/2023.

COTS, Márcio e OLIVEIRA, Ricardo. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada**. 2ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

CRAVO, Daniela. **Direito à Portabilidade de Dados: necessidade de regulação ex ante e ex post**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Direito, na Linha de Pesquisa — Fundamentos Dogmáticos da Experiência Jurídica, ênfase II: — Consumidor e Concorrência. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180184>. Acesso em: 03/01/2021.

DA ROS, Luciano. **O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória**. *In*: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. v. 2, n.9. 2015. p. 5. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-9.pdf>. Acesso em: 15/12/2021.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. V. 1. 18ª edição revista, ampliada e atualizada. Salvador: Editora Jus Podivm, 2016

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados. 2ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. Posição 7035 (Edição Kindle).

GICO JR., Ivo. “A tragédia do Judiciário.” *In: Revista de Direito Administrativo*. de Janeiro, v. 267, p. 163-198, set./dez. 2014.

GIDI, Antonio. **A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada**. São Paulo: RT, 2007.

GIOVANNINI JUNIOR, Josmar. “Fase 4: governança de dados pessoais”. *In: MALDONADO, Viviane. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Manual de Implementação*. São Paulo: Thomson Reuters, 2021. p. 198.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo: estudos & pareceres**. São Paulo: Perfil, 2009.

HOFFMANN-RIM, Wolfgang. **Teoria Geral do Direito Digital**: transformação digital: desafios para o direito. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphanne. **Análise Econômica do Direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

MENDES, Laura. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Laura; MATTIUZZO, Marcela; FUJIMOTO, Monica. “Discriminação Algorítmica à luz da Lei Geral de Proteção de Dados.” *In: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). Tratado de proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PASQUALE, Frank. **The black box society: the secret algorithms that control money and information**. Cambridge: Harvard University Press. p. 2-3

PIMENTEL, Wilson. **Acesso responsável à justiça: o impacto dos custos na decisão de litigar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. Dissertação para obtenção do grau de mestre, apresentada à Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/21988/Pimentel%2c%20Wilson.%20Acesso%20respons%2c%20a1vel%20%2c%20a0%20justi%2c%20a7a%20UL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 07/01/2021.

POSNER, Richard A. “The Economic Approach to Law”. *Texas Law Review*, v. 53, n. 4, 1975.

RESNIK, Judith. “Many Doors? Closing Doors? Alternative Dispute Resolution and Adjudication”. *In: The Ohio State Journal of Dispute Resolution*, Volume 10, Número 02, 1995. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1910&context=fss_papers> Acesso em: 15/01/2017.

SALAMA, Bruno. “Análise Econômica da Arbitragem”. *In: TIMM, Luciano (Coord). Direito e Economia no Brasil*. 3ª Ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2019.

SARLET, Ingo. “Fundamentos Constitucionais: o Direito Fundamental à Proteção de Dados”. *In: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). Tratado de proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SILVEIRA, Ricardo. **Acesso à justiça: o direito fundamental em um ambiente de recursos escassos**. São Paulo: Almedina, 2020.

SOUZA, Carlos Affonso; PERRONE, Christian; MAGRANI, Eduardo. “O direito à explicação entre a experiência europeia e a sua positivação na LGPD.” *In*: DONEDA, Danilo [et al] (coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

VIEIRA, Lucas. “Conceito, objeto e autonomia do direito da proteção de dados pessoais”. *In*: **Revista de Direito e as Novas Tecnologias**, São Paulo, v. 18, ano 6, jan./mar. 2023.

_____. “Direitos do Titular de Dados Pessoais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.” *In*: **Revista dos Tribunais**, v. 1058, p. 119-140, 2023.

_____. “Fontes do Direito da Proteção de Dados Pessoais”. *In*: **Saber Humano**, v.13, n.22, jan./jun.2023. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/578>. Acesso em: 05/05/2024.

TIMM, Luciano e SANTOS FILHO, Hermílio. “**Diagnóstico sobre as causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas, bem como da morosidade da justiça civil**”. Relatório Final ajustado. Edital Conselho Nacional de Justiça 01/2009. Porto Alegre, março de 2011. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/relat_pesquisa_pucrs_edital1_2009.pdf. Acesso em: 15/12/2021.

VAINZOF, Rony. “Dados pessoais, tratamento e princípios”. *In*: MALDONADO, Viviane e OPICE BLUM, Renato (Coord). **Comentários ao GDPR: regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia**. 2ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

WOLKART, Erik Navarro. **Análise Econômica do Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

OS IMPACTO DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 03/06/2024

Maria Rayanne Silva do Nascimento

Juazeiro do Norte- Ce
<http://lattes.cnpq.br/394264370997744>

José Nacélio da Silva Ferreira

Crato- Ce
<http://lattes.cnpq.br/8690023347112222>

Maryldes Lucena Bezerra de Oliveira

Juazeiro do Norte- Ce
<http://lattes.cnpq.br/1290362846807334>

Vinicius Alves de Figueiredo

Abaiara- Ce
<http://lattes.cnpq.br/1401687890655583>

Jonas Vitor de Araújo Silva

Juazeiro do Norte- Ce
<http://lattes.cnpq.br/5237558628389085>

Madyanne Kelly silva de Lima

Crato- Ce
<http://lattes.cnpq.br/3561110739247977>

Rafael da Silva Lima

Barbalha- Ce
<http://lattes.cnpq.br/6888186005779997>

Ana Beatriz Rodrigues de Lima

Juazeiro do Norte- Ce
<http://lattes.cnpq.br/5398194011745696>

Maria Alyne Soares Felipe

Juazeiro do Norte- Ce
<http://lattes.cnpq.br/0278960202432865>

Íkaro Leite de Sousa

Mauriti- Ce
<https://lattes.cnpq.br/0717223435993478>

RESUMO: INTRODUÇÃO: Os meios de comunicação social, vulgarmente conhecidos por mídia, ocupam, atualmente um papel de destaque na vida das crianças e adolescentes, que passam várias horas por dia utilizando a televisão, *videogames* ou navegando por diversas abas na internet. Reconhecendo o desenvolvimento como fruto da interação com o meio, torna-se evidente que a exposição excessiva de crianças a essas tecnologias pode acarretar prejuízos ao seu desenvolvimento neuropsicomotor, desse modo o objetivo desse estudo é mapear na literatura evidências em relação ao impacto causado pelo uso excessivo das mídias sociais no desenvolvimento neuropsicomotor infantil. MÉTODO: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados LILACS, SCIELO e MEDLINE no período de março

a abril de 2024, utilizando a combinação das palavras-chave: desenvolvimento infantil, saúde da criança e mídias sociais, cruzados a partir do operador Booleano AND. Obteve-se um total de 562 artigos e após a filtragem dos artigos que apresentavam texto completo disponível, publicados nos últimos cinco anos, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, um total de 13 artigos atenderam ao tema proposto. RESULTADOS: As consequências da exposição à tela nos resultados do desenvolvimento neuropsicomotor podem variar conforme a idade, influenciando no retardo linguístico na má qualidade do sono, no desenvolvimento de ansiedade e depressão, e problemas de desatenção. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante disso evidencia-se que uso abusivo pelo público infantil traz grandes consequências no que diz respeito ao processo de aprendizagem das crianças, repercutindo, principalmente, em atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.

PALAVRAS- CHAVE: saúde da criança, desenvolvimento infantil, mídias sociais.

THE IMPACT OF SCREENS ON CHILD NEUROPSYCHOMOTOR DEVELOPMENT: INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: INTRODUCTION: Social media, commonly known as media, currently plays a prominent role in the lives of children and adolescents, who spend several hours a day using television, video games or browsing various tabs on the internet. Recognizing development as the result of interaction with the environment, it becomes evident that excessive exposure of children to these technologies can cause harm to their neuropsychomotor development, therefore the objective of this study is to map evidence in the literature in relation to the impact caused by their use Excessive use of social media in children's neuropsychomotor development. METHOD: This is an integrative review of the literature. Data collection was carried out in the LILACS, SCIELO and MEDLINE databases from March to April 2024, using a combination of keywords: child development, child health and social media, crossed using the Boolean operator AND. A total of 562 articles were obtained and after filtering the articles that had full text available, published in the last five years, in Portuguese, English and Spanish, a total of 13 articles met the proposed theme. RESULTS: The consequences of screen exposure on neuropsychomotor development results may vary according to age, influencing language delay, poor sleep quality, the development of anxiety and depression, and inattention problems. FINAL CONSIDERATIONS: In view of this, it is clear that abusive use by children has major consequences with regard to the children's learning process, resulting mainly in delays in neuropsychomotor development.

KEYWORDS: child health, child development, social media.

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação social, vulgarmente conhecidos por mídia, ocupam, atualmente um papel de destaque na vida das crianças e adolescentes, que passam várias horas por dia utilizando a televisão, *videogames* ou navegando por diversas abas na internet. Reconhecendo o desenvolvimento como fruto da interação com o meio, torna-se evidente que a exposição excessiva de crianças a essas tecnologias pode acarretar prejuízos ao seu desenvolvimento neuropsicomotor (Patraquim *et al.*, 2018).

O desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) é o processo sequencial da aquisição de um conjunto de funções e habilidades cognitivas, comportamentais e motoras, de acordo com a maturação do Sistema Nervoso Central e a idade cronológica (Teixeira et al., 2020).

O desenvolvimento neuropsicomotor envolve vários aspectos que vão desde a maturação neurológica e o crescimento físico até à construção de habilidades relacionadas ao comportamento e às esferas cognitiva, afetiva e social da criança (Granzotti *et al.*, 2018).

Ainda que contínuo, qualitativo e sequencial, o desenvolvimento infantil pode apresentar o seu curso cronológico comprometido em diferentes domínios devido à influência de fatores de risco. Tais fatores muitas vezes relaciona-se com o modo de vida o qual se vive e as constantes práticas inadequadas (Torquato *et al.*, 2019).

Costa *et al.*, (2021) pontuam que os primeiros dias de vida das crianças, assim como a idade escolar e a fase da adolescência, associam-se ao período de maior desenvolvimento cerebral e mental, sendo necessário analisar essas proporções do uso excessivo das mídias sociais precocemente, com a finalidade de evitar prejuízos, mesmo a longo prazo, nas áreas motora, de linguagem, e psicossocial que englobam o desenvolvimento.

Segundo Torquato *et al.*, (2019) a excessiva exposição às telas ainda na infância, poderá refletir negativamente na função cerebral em maturação, aumentando as chances de ocorrência de disfunções de ordens motora, cognitiva, comportamental e/ou de linguagem, e por isso interferem notadamente no desenvolvimento global e no processo de aprendizagem da criança.

Patraquim *et al.*, (2018) aborda em seu estudo que, mesmo que existam benefícios relacionados à visualização de alguns conteúdos televisivos ou à utilização de meios multimídia, os mesmos estão fortemente associados a um conjunto de efeitos negativos que podem influenciar na saúde e desenvolvimento de crianças.

Para Granzotti *et al.*, (2018), os primeiros anos de vida são marcados por importantes formações motoras, físicas, mentais e sociais, sendo o período em que a criança possui especial sensibilidade aos estímulos vindos do ambiente, em virtude de suas percepções sensoriais

Estimativas evidenciam que, no mundo, 200 milhões de crianças com idade inferior aos cinco anos estão em risco de não alcançar o seu potencial de desenvolvimento. Nessa perspectiva, nota-se a importância da observância no que diz respeito à exposição exacerbada de crianças aos meios de comunicação, minimizando as possíveis complicações na vida adulta (Torquato *et al.*, 2019; Barros *et al.*, 2023).

Esse presente estudo científico tem por objetivo mapear na literatura evidências em relação ao impacto causado pelo uso excessivo das mídias sociais no desenvolvimento neuropsicomotor infantil. Portanto, nesse contexto é importante compreender a relação entre o tempo de exposição das crianças aos meios de comunicação e os reflexos causados na saúde e desenvolvimento neuropsicomotor infantil, sendo possível uma intervenção adequada.

METODOLOGIA

Tratar-se de uma revisão integrativa da literatura, de carácter descritivo, acerca dos impactos das mídias sociais no desenvolvimento neuropsicomotor infantil.

A revisão integrativa consiste em um método científico capaz de sintetizar o conhecimento de vários estudos acerca de uma temática específica, por meio de um processo sistemático e rigoroso, com embasamento científico (Mendes; Silveira; Galvão, 2019).

Esse tipo de estudo inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando o aperfeiçoamento do conhecimento de um determinado assunto, além de propor a síntese de novos estudos de acordo com as necessidades e lacunas evidenciadas.

A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados ao paciente (Silveira, 2005).

Para elaboração de uma revisão integrativa é necessária a observância à seis etapas, a saber: 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem da literatura; 3) coleta de dados; 4) Avaliação crítica dos estudos incluídos na amostra; 5) Síntese dos resultados da revisão integrativa; 6) Apresentação da revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A elaboração da revisão integrativa foi desenvolvida através da utilização da estratégia *Population, Variables and Outcomes* (PVO), que procura encontrar as respostas adequadas para à pergunta da pesquisa, com o intuito de melhorar à compreensão de todos os aspectos inerentes as variáveis em estudo, conforme apresentado no Quadro 1.

Após a aplicação da estratégia PVO, a questão norteadora do estudo resultou em: quais são os impactos que as telas causam no desenvolvimento neuropsicomotor infantil?

Itens da Estratégia	Componentes	Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)	Medical Subject Headings (MeSH)
<i>Population</i>	Desenvolvimento Infantil	Desenvolvimento Infantil	<i>Child Development</i>
<i>Variables</i>	Saúde da Criança	Saúde da Criança	<i>Child Health</i>
<i>Variables</i>	Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor	Atraso no Desenvolvimento	<i>Developmental Delay</i>
<i>Variables</i>	Comunicação Social	Mídias Sociais	<i>Social Media</i>
<i>Outcomes</i>	Mídia Social	Tempo de Tela	<i>Screen Time</i>

Quadro 1. Elaboração da pergunta norteadora através da estratégia PVO.

Fonte: Dados extraídos do estudo (elaboração própria).

A pesquisa foi realizada nas bases de dados da *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a partir do cruzamento dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus respectivos *Medical Subject Headings* (MeSH): Desenvolvimento Infantil (*Child Development*), Saúde da Criança (*Child Health*), Atraso no Desenvolvimento (*Developmental Delay*), Mídias Sociais (*Social Media*), Tempo de Tela (*Screen Time*), através da utilização do operador booleano AND.

Foram elaboradas várias combinações entre os descritores, as quais originaram às estratégias de busca utilizadas no estudo, conforme apresentado no Quadro 2.

Bases de dados	Estratégias de busca (DeCS e MeSH)
LILACS e MEDLINE	(Desenvolvimento Infantil) AND (Saúde da Criança) AND (Tempo de Tela); (Desenvolvimento Infantil) AND (Saúde da Criança); (Desenvolvimento Infantil) AND (Tempo de Tela); (Saúde da Criança) AND (Atraso no Desenvolvimento); (Atraso no Desenvolvimento) AND (Saúde da Criança) AND (Mídias Sociais); (Mídias Sociais) AND (Atraso no Desenvolvimento); (Mídias Sociais) AND (Saúde da Criança)
SciELO	(<i>Child Development</i>) AND (<i>Child Health</i>) AND (<i>Screen Time</i>); (<i>Child Development</i>) AND (<i>Child Health</i>) (<i>Child Development</i>) AND (<i>Screen Time</i>); (<i>Child Health</i>) AND (<i>Developmental Delay</i>); (<i>Developmental Delay</i>) AND (<i>Social Media</i>); (<i>Social Media</i>) AND (<i>Child Health</i>);

Quadro 2. Estratégia de busca dos artigos por meio do cruzamento dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e dos *Medical Subject Headings* (MeSH).

Fonte: Dados extraídos do estudo (Elaboração própria).

Foram aplicados como critérios de inclusão: a) artigos disponíveis na íntegra, com texto completo; b) artigos científicos primários; e c) artigos publicados no período de 2018 a 2023. Ao passo que foram considerados como critérios de exclusão: a) artigos duplicados nas bases de dados; e b) estudos que não se adequavam ao tema e/ou que não respondiam à pergunta norteadora da pesquisa, identificados através da leitura de título e resumo na íntegra. Ressalta-se que o idioma não foi utilizado como critério de inclusão, haja vista a possibilidade de restringir a amostra, e atuar como um viés de pesquisa.

RESULTADOS

Na busca e seleção em bancos de dados, 562 estudos foram encontrados. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra final ficou composta por 13 estudos.

O **quadro 3** apresenta informações acerca dos estudos incluindo título, autor, ano, periódico, base de dados e tipo de estudo e o NEC atribuído a cada pesquisa, conforme apresentado a seguir.

A	Título do artigo	Autores, ano e origem	Revista / Periódico e base de dados	Tipo de estudo NEC¹¹
1	A utilização de avaliação de participação e fatores contextuais para análise ampliada do neurodesenvolvimento infantil	BARROS, Camila Santos; VIEIRA, Maria Fernanda; RIBEIRO et al, 2023, Brasil.	Fisioterapia Brasil	Estudo transversal
2	Desenvolvimento neuropsicomotor e das habilidades auditivas em pré-escolares	GUEDES-GRANZOTTI, Raphaela Barroso et al, 2018, Brasil.	Journal of Human Growth and Development	Estudo Transversal
3	Nível insuficiente de atividade física e elevado tempo de tela em adolescentes: impacto de fatores associados	PIOLA, Thiago Silva et al, 2020, Brasil.	Ciência & Saúde Coletiva	Estudo Transversal
4	Principais prejuízos biopsicossociais no uso abusivo da tecnologia na infância: percepções dos pais	CÂMARA, Hortência Veloso et al, 2020, Brasil.	ID on line. Revista de psicologia	Estudo Descritivo de abordagem quantitativa
5	As crianças e a exposição aos media	PATRAQUIM, Cláudia et al, 2018, Portugal.	Nascer e crescer-birth and growth medical journal	Estudo Tranversal
6	O impacto da pandemia na saúde mental e no desenvolvimento neuropsicomotor infantil: o brincar em grupo enquanto estratégia de intervenção possível na atenção primária à saúde	DOS SANTOS, Camila Magalhães de Freitas et al, 2022, Brasil.	Research, Society and Development	Relato de Experiência
7	Mapeamento da produção científica sobre os fatores de risco para atraso no desenvolvimento neuromotor infantil	AFONSO, Giovanna et al, 2021, Brasil.	Research, Society and Development,	Estudo de Revisão
8	Associação de fatores de estilo de vida e desenvolvimento neuropsicológico de crianças de 4 anos	O'CONNOR, Giselle et al, 2020, Espanha.	Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública	Estudo Transversal
9	Desenvolvimento neuropsicomotor e o brincar de crianças em uma Unidade de Educação Infantil	TEIXEIRA, Natali Machado Pena et al, 2020, Brasil.	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	Pesquisa com delineamento longitudinal, descritivo exploratória
10	Impacto das Telas no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil: uma revisão narrativa	COSTA, Igor Martins et al, 2021, Brasil.	Brazilian Journal of Health Review	Revisão Narrativa da Literatura
11	Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância	NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al, 2019, Brasil.	Ciencia & saude coletiva	Estudo Transversal descritivo e exploratório
12	Estudio comparativo del tiempo de pantallas recreativas en los trastornos del neurodesarrollo.	PONS, Montserrat et al, 2022, Espanha.	Rev Neurol,	Estudo observacional de caso e controle
13	Efetividade de uma intervenção com mães para a estimulação de crianças menores de dois anos*	TORQUATO, Isolda Maria Barros et al, 2019, Brasil.	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Estudo de Intervenção do tipos antes-depois.

Diante da busca realizada nas bases de dados, foram encontrados 562 artigos científicos que se relacionavam coma temática, sendo 225 no LILACS, 238 MEDLINE e 98 no SciElo, os quais foram evidenciados através da utilização do cruzamento dos descritores. Para síntese desta pesquisa utilizou-se uma amostra de 13 estudos, que foram selecionados a partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão determinados pelos autores.

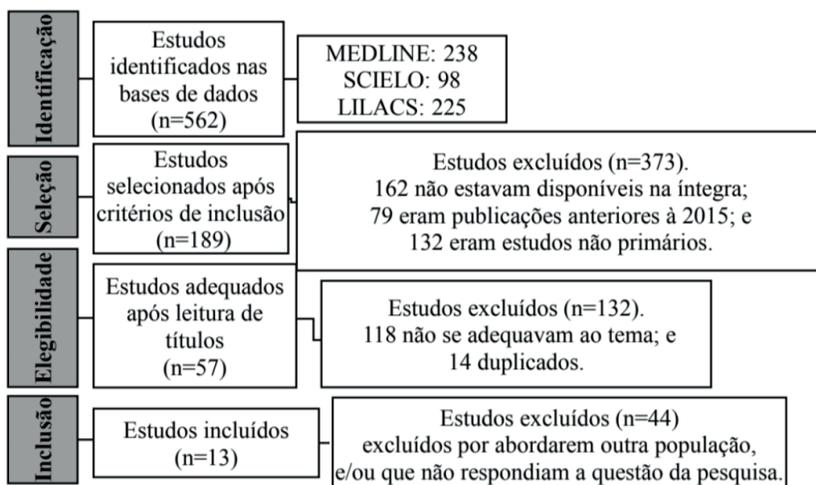


Figura 1. Fluxograma da seleção dos estudos de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). Juazeiro do Norte – Ceará, Brasil. 2023. Fonte: Dados extraídos do estudo (Elaboração própria).

Após a realização da busca e seleção dos estudos, realizou-se a identificação das pesquisas, a partir da qual se obteve uma amostra inicial de 1.634 artigos, sendo estes indexados na MEDLINE, 683 (41,8%), SciELO, 15 (0,9%) e LILACS, 936 (57,3%). Após aplicação dos critérios de inclusão, durante a etapa de seleção, 1.191 (72,9%) estudos foram excluídos da amostra, restando 443 (27,1%) obras.

Deste montante, em meio a análise da elegibilidade, 408 (92,1%) pesquisas foram excluídas, devido não abordarem o tema em estudo e/ou estarem duplicadas nas bases de dados, através da leitura de título e resumo na íntegra.

Em alusão a etapa de inclusão, tem-se que a amostra final desta revisão integrativa foi composta por 20 (7,9%) obras, as quais atenderam a todos os critérios estabelecidos no percurso metodológico, sendo estes indexados na MEDLINE, 10 (75%), e LILACS, 5 (25%) e Scielo 5 (25%).

DISCUSSÃO

As experiências desenvolvidas ao longo da primeira infância são essenciais para a construção completa das habilidades das crianças, uma vez que estão vivenciando um momento de imensa flexibilidade cerebral, com aumento considerável das habilidades motoras e cognitivas. As consequências da exposição à tela nos resultados do desenvolvimento neuropsicomotor podem variar conforme a idade, haja vista que a produção de sinapses inerentes às experiências das distintas áreas do cérebro ocorre em diferentes períodos de idade (Mcarthur; Tough; Madigan, 2022).

Na infância existem modificações biológicas, psicossociais e motoras que possibilitam a obtenção de comandos que são fundamentais para o desenvolvimento motor, afetivo-social, cognitivo e linguístico. Isso ocorre porque o sistema nervoso central passa por várias transformações, como a mielinização, atingindo seu pico aos 24 meses de idade (Nobre *et. al.*, 2021).

No decorrer deste período, é destacado um maior favorecimento de aprendizagem. Posto isto, no presente cenário em que os aparelhos eletrônicos, como TV e dispositivos móveis, estão sendo utilizados de maneira exagerada pelo grupo infantil, estudos revelam que a privação do diálogo e a redução do contato interpessoal provocados pelas telas são alarmante, principalmente em crianças de pouca idade, que precisam do convívio para se desenvolver linguisticamente e socialmente (Varadarajan *et al.*, 2021).

De acordo com as pesquisas, o retardo linguístico acontece em virtude de uma menor exposição à estimulação da fala verbal e os convívios interpessoais (Mcarthur; Tough; Madigan, 2022). Além disso, alguns estudos mostram que aplicativos educacionais colaboram para um crescimento lexical em crianças e podem contribuir nas habilidades de leitura e alfabetização por intermédio da interatividade com dispositivos touch screen, introduzindo esse conhecimento em suas interações (Nobre *et. al.*, 2021).

Contudo, os autores mostram que os eBooks desenvolvidos com sons, animações e jogos podem distrair as crianças e diminuir o aprendizado, uma vez que tornam o método passivo, sendo o tempo de uso do dispositivo inteligente correlacionado negativamente com os marcos de desenvolvimento de linguagem expressiva (Moon *et. al.*, 2019).

De acordo com Costa IM, *et al.* (2021) constatou-se que crianças que são expostas sucessivamente às telas, dispõem incessantemente de atraso na fala e na linguagem. Ademais, foi possível constatar em crianças uma relação do tempo de tela com prejuízos à saúde mental, como depressão e ansiedade. Ao final destacou a relevância do controle do uso das telas de forma correta em prol de evitar impactos negativos.

O uso excessivo destes recursos tecnológicos provocam ainda a má qualidade do sono, conseqüentemente levando à dificuldade de concentração, cansaço, desmotivação e prejuízos no rendimento escolar destes usuários (Aishworiya *et. al.*, 2018). Além disso, pode provocar isolamento social, o qual é um dos fatores de risco para a depressão. A família e o ambiente são elementos essenciais para o desenvolvimento emocional infantil, quanto maior o tempo as crianças passam em frente às telas maiores são as probabilidades para o desenvolvimento de problemas psicológicos (O'connor *et. al.*, 2020).

Estudos evidenciam também que o uso inadequado de telas por pré-escolares, acima do limite de duas horas, foi relacionado a um risco elevado de morbidade externalizante clinicamente significativa e especificamente, problemas de desatenção (Tamana *et. al.*, 2019).

O envolvimento dos pais em atividades cognitivamente estimulantes, como leitura e o fornecimento de materiais de aprendizado adequando para crianças, e até interações ativas ao longo do uso de telas, colaboram para o aperfeiçoamento das habilidades das crianças (Zhao *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidencia-se que apesar das tecnologias serem facilitadoras no cotidiano, o seu uso abusivo pelo público infantil traz grandes consequências no que diz respeito ao processo de aprendizagem das crianças, repercutindo, principalmente, em atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.

Nesse viés, destacou-se que o uso excessivo de telas por crianças pode ocasionar atrasos de linguagem devido à menor exposição a estimulação verbal, com repercussões na diminuição dos níveis de leitura, compreensão verbal e raciocínio perceptivo. O uso inadequado dos dispositivos tecnológicos, por minimizar as interações pessoais, provoca isolamento social, favorecendo o desenvolvimento precoce de problemas psicológicos, como a depressão.

Por essas razões, diante do contexto social atual, torna-se crucial a discussão acerca do impacto do uso de telas em crianças. Essa iniciativa visa conscientizar os responsáveis sobre a relevância de estabelecer limites temporais para a utilização de dispositivos eletrônicos, incentivando a busca por alternativas de entretenimento que minimizem os potenciais distúrbios no desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Giovanna et al. Mapeamento da produção científica sobre os fatores de risco para atraso no desenvolvimento neuromotor infantil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e411101018881-e411101018881, 2021.

AISHWORIYA, Ramkumar et al. Screen time exposure and sleep among children with developmental disabilities. *Journal of paediatrics and child health*, v. 54, n. 8, p. 889-894, 2018.

BARROS, Camila Santos; VIEIRA, Maria Fernanda; RIBEIRO, Carla Martins Trevisan. A utilização de avaliação de participação e fatores contextuais para análise ampliada do neurodesenvolvimento infantil. **Fisioterapia Brasil**, v. 24, n. 6, 2023.

CÂMARA, Hortência Veloso et al. Principais prejuízos biopsicossociais no uso abusivo da tecnologia na infância: percepções dos pais/Main biopsychosocial damages in abusive use of child technology: parental perceptions. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 51, p. 366-379, 2020.

COSTA, Igor Martins et al. Impacto das Telas no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil: uma revisão narrativa Impact of Screens on Child Neuropsychomotor Development: a narrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 5, p. 21060-21071, 2021.

COSTA IM, et al. Impacto das Telas no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil: uma revisão narrativa. *Brazilian Journal Of Health Review*, 2021; 4(5): 21060-21071.

DOS SANTOS, Camila Magalhães de Freitas; GONTIJO, Daniele Rodrigues; NUNES, Caroline Jonas Rezaghi Ricomini. O impacto da pandemia na saúde mental e no desenvolvimento neuropsicomotor infantil: o brincar em grupo enquanto estratégia de intervenção possível na atenção primária à saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, p. e263111739075-e263111739075, 2022.

GUEDES-GRANZOTTI, Raphaela Barroso et al. Desenvolvimento neuropsicomotor e das habilidades auditivas em pré-escolares. **Journal of Human Growth and Development**, v. 28, n. 1, p. 35-41, 2018.

MCARTHUR, Brae Anne; TOUGH, Suzanne; MADIGAN, Sheri. Screen time and developmental and behavioral outcomes for preschool children. *Pediatric Res*, v. 91, n. 6, pág. 1616-1621, 2022.

MOON, Jin-Hwa et al. Smart device usage in early childhood is differentially associated with fine motor and language development. *Acta Paediatrica*, v. 108, n. 5, p. 903-910, 2019.

NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al. Determining factors in children's screen time in early childhood. *Ciência & saúde coletiva*, v. 26, p.1127-1136, 2021.

NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, p. 1127-1136, 2021.

O'CONNOR, Giselle et al. Association of lifestyle factors and neuropsychological development of 4-year-old children. *International journal of environmental research and public health*, v. 17, n. 16, p. 5668, 2020.

PATRAQUIM, Cláudia et al. As crianças e a exposição aos media. **NASCER E CRESCER-BIRTH AND GROWTH MEDICAL JOURNAL**, v. 27, n. 1, p. 11-21, 2018.

PEREIRA, Juliana Fernandes et al. Influência dos fatores biológicos e socioeconômicos no desenvolvimento neuropsicomotor de pré-escolares. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 1, p. 135-144, 2017.

PIOLA, Thiago Silva et al. Nível insuficiente de atividade física e elevado tempo de tela em adolescentes: impacto de fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2803-2812, 2020.

PONS, Montserrat et al. Estudio comparativo del tiempo de pantallas recreativas en los trastornos del neurodesarrollo. **Rev Neurol**, v. 74, p. 291-7, 2022.

SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências. **Acta Paulista de enfermagem**, v. 18, p. 276-284, 2005.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein.**, 2010; v. 8, n. 1, p. 102-6. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

TAMANA, Sukhpreet K. et al. Screen-time is associated with inattention problems in preschoolers: Results from the CHILD birth cohort study. *PloS one*, v. 14, n. 4, p. e0213995, 2019.

TEIXEIRA, Natali Machado Pena et al. Desenvolvimento neuropsicomotor e o brincar de crianças em uma Unidade de Educação Infantil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 30, n. 2, p. 116-123, 2019.

TORQUATO, Isolda Maria Barros et al. Efetividade de uma intervenção com mães para a estimulação de crianças menores de dois anos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, p. e3216, 2019.

VARADARAJAN, Samya et al. Prevalência de tempo excessivo de tela e sua associação com atraso no desenvolvimento em crianças < 5 anos: um estudo transversal de base populacional na Índia. *Plos um*, v. 16, n. 7, pág. e0254102, 2021.

ZHAO, Jin et al. Association Between Screen Time Trajectory and Early Childhood Development in Children in China. *Pediatrics JAMA*, v. 176, n.8, pág.768-775, 2022

SENESCÊNCIA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Data de aceite: 03/06/2024

Rozemy Magda Vieira Gonçalves

<http://lattes.cnpq.br/1888461328023374>

Elisete Maria Skibinski

<http://lattes.cnpq.br/2290425713134937>

Stella Maris de Castro Anselmo

<https://lattes.cnpq.br/6091642294165207>

Danuzia Cristina Gatto

<https://lattes.cnpq.br/8504236740739611>

Sandra Rosa de Castro

<https://lattes.cnpq.br/3661747123540582>

Terezinha de Fátima Gorreis

<http://lattes.cnpq.br/5389546488481447>

Rosa Helena Kreutz Alves

<http://lattes.cnpq.br/9308304779248772>

RESUMO: Introdução: O presente artigo tratará sobre senescência tendo como subtítulo envelhecimento e os fatores que o influenciam buscando exemplificar elementos que auxiliem ou dificultam o envelhecimento. Objetivo: Esta pesquisa irá listar os efeitos positivos e negativos que agem durante o processo do envelhecimento. Metodologia: Para tal realizamos uma revisão bibliográfica na

plataforma biblioteca virtual da saúde, utilizando descritores específicos e filtros que pudessem delimitar o tema dentre os anos de 2010 a 2020. Resultado: Os resultados encontrados de maior influência foram; quedas, problemas psicológicos, de locomoção e baixa renda, assim como a perda de independência para as atividades diárias. Conclusão: Para que ocorra um envelhecimento saudável é necessário não somente o amparo familiar, mas também uma participação mais efetiva do sistema de saúde com acompanhamento aos idosos.

PALAVRAS-CHAVE: Senescência; Fatores de Risco; Saúde do Idoso

SENESCENCE: FACTORS THAT CONTRIBUTE TO HEALTHY AGING

ABSTRACT: Introduction: This article will deal with senescence with the subtitle aging and the factors that influence it, seeking to exemplify elements that help or hinder aging. Objective: This research will list the positive and negative effects that act during the aging process. Methodology: To this end, we carried out a bibliographical review on the virtual health library platform, using specific descriptors and filters that could delimit the topic between the years 2010

and 2020. Result: The most influential results found were; falls, psychological and mobility problems and low income, as well as loss of independence for daily activities. Conclusion: For healthy aging to occur, not only family support is necessary, but also more effective participation by the health system in monitoring the elderly.

KEYWORDS: Senescence; Risk factors; Elderly Health

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo foi escolhido pelas graduandas do curso de enfermagem na Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Fadergs) com base nos conhecimentos adquiridos, seja através das suas atividades laborais, ou da experiência acadêmica, o que gerou o questionamento e o desejo de pesquisar tal assunto, com intuito de aprofundar a compreensão sobre o tema.

E com o exposto acima, delimitamos nossa pesquisa, com o tema: *Senescência: fatores que contribuem para o envelhecimento saudável*. Tema atual, abrangente, e que está diretamente ligado ao exercício da profissão do enfermeiro, sendo assim, buscamos uma imersão de conhecimento sobre o tema a ser desenvolvido.

Então nesse foco, cabe lembrar que conforme estatuto do idoso de 2003, denomina-se pessoa idosa todos os indivíduos com sessenta anos ou mais, porém a lei 5383/19 passou a ser considerado idoso todo indivíduo com 65 anos ou mais.

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde órgão pertencente a Organização Mundial da Saúde: "Pessoas em todo o mundo estão vivendo mais. Pela primeira vez na história, a maioria delas pode esperar viver 60 anos ou mais. Em 2050, espera-se que a população mundial com 60 anos ou mais chegue a 2 bilhões, em contraponto aos 900 milhões em 2015. Atualmente, 125 milhões de pessoas têm 80 anos ou mais. Em 2050, haverá 120 milhões vivendo apenas na China e 434 milhões de pessoas nesta faixa etária em todo o mundo. Em 2050, 80% de todas as pessoas idosas viverão em países de baixa e média renda" (OPAS< 2018).

Dessa forma, se compararmos com décadas passadas há um crescente aumento da expectativa de vida entre os brasileiros, caracterizando o envelhecimento da população. Segundo Berquó (BERQUÓ 2006 APUD FE LIX,2009, p.2) "(...) a transição da fecundidade no Brasil teve início em meados da década de 1960. As taxas sofreram redução de 24.1% entre 1970 e 1980, de 38.6% na década seguinte e a partir daí, 11.1% entre 1991 e 2000"

E junto a esse processo de envelhecimento, o aparecimento das morbidades, sejam fisiológicas ou patológicas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o envelhecer saudável "é um processo sequencial, individual e cumulativo irreversível universal e não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente" (OMS, APUD CIOSAK, et al.2011)

E nesse caminho, resolvemos desenvolver nossa pesquisa, alinhada ao conhecimento focado no envelhecer sem enfermidades, com vistas a discorrer sobre fatores de risco que possam dificultar este processo. Neste percurso, uma pergunta norteia nosso estudo: quais fatores de riscos podem dificultar o envelhecimento saudável?

Com vistas a responder nossa pergunta, focaremos na expansão de saberes direcionados a senescência, em busca de informações que contribuirão para formação como enfermeiras, através de conhecimentos sólidos que nos direcionarão a uma assistência de qualidade a população idosa.

Este estudo irá descrever sobre a *senescência e elencar os motivos* que podem auxiliar no envelhecimento saudável, com objetivo de contribuir para que o idoso tenha uma vida sem enfermidades, seja por parte dos profissionais da área da saúde ou seja pela própria família.

METODOLOGIA

Neste item apresentaremos um dos recursos da prática baseada em evidências, a revisão integrativa da literatura, acerca do tema investigado neste estudo. Esse modelo tem por finalidade agrupar e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema, de forma a apontar falhas no conhecimento e a síntese de vários estudos já publicados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para elaboração deste artigo serão seguidas as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), elaboração da questão de pesquisa, e critérios de inclusão e exclusão dos estudos além da interpretação e síntese dos resultados. Através de uma sistemática revisão bibliográfica de artigos científicos. Para guiar a pesquisa, formulou-se a seguinte questão: quais fatores de riscos podem dificultar o envelhecimento saudável?

Para a construção do referencial bibliográfico, foram selecionados artigos através de uma busca ativa na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), pelo fato desta plataforma estar totalmente associada aos assuntos na área da saúde especificamente. Para a realização da seleção dos artigos foi necessário seguir um processo sequencial, onde primeiramente se definiu três descritores ou palavras chave, sendo utilizados senescência, fatores de risco e saúde do idoso. Desta busca avançada, a plataforma nos apresentou 1700 artigos.

Na sequência foram aplicados filtros, com intuito de delimitar ainda mais o tema dentro, para que pudéssemos focar exatamente em artigos que ajudassem a responder nossa pergunta de pesquisa, definindo o idioma, somente textos na língua portuguesa, o tempo de publicação dos artigos, selecionando os últimos 10 anos, entre os anos de 2010 e 2020. Utilizando também como critério de exclusão artigos de revisão, usando somente artigos de pesquisas originais. Após a aplicação destes filtros mais o critério de exclusão, a plataforma lançou 46 artigos.

Assim, realizamos a leitura resumida destes 46 artigos apresentados, buscando nesta leitura a informação se o determinado artigo se enquadraria no nosso objetivo, responder a nossa pergunta norteadora: quais fatores de riscos podem dificultar o envelhecimento saudável? Desta leitura mais superficial foi eliminado 39 artigos pois não contribuiriam para a busca das respostas desejadas. E assim se chegou aos 7 artigos para a discussão final dos dados.

RESULTADOS

Após a aplicação dos filtros e dos critérios de exclusão, selecionamos 7 artigos que formaria a nossa base da pesquisa, e assim foi realizada uma leitura aprofundada e criteriosa destes artigos para posterior discussão dos achados.

A seguir, apresentamos a tabela que demonstra a caracterização dos artigos que nortearam o trabalho.

Artigo	Identificação do Artigo	Objetivos	Metodologia	Resultados
Nº. 01	SILVA, É. O.; REZENDE, A. A. A.; CALÁBRIA, L. K. Aspectos socioeconômicos e eventos de queda entre idosos atendidos no sistema público de saúde. Revista brasileira promoção saúde , 2019.	Apresentar os aspectos sócio econômicos e a ocorrência de eventos de queda entre idosos atendidos no sistema municipal de saúde.	Estudo descritivo transversal.	Os idosos foram testados e revelaram que 85% recebem benefício do INSS sendo em torno de dois salários mínimos a escolaridade predominante é de no máximo quatro anos, o estudo revela que mais de 35% revela ter tido quedas com predominância para os idosos entre 70 e 79 anos de idade e sendo a maioria mulheres, entre os idosos mais de 60% afirmam ter problemas de visão, 53% problemas osteomusculares, e 34% dificuldade de locomoção sendo 29% relatam problemas mentais. Os idosos citam que os riscos de queda em quase metade dos casos estão dentro de suas próprias casas como escadas e desníveis.
Nº. 02	PINHO, T. A. M. et al. Avaliação do risco de quedas em idosos atendidos em Unidade Básica de Saúde. Rev. Esc. Enferm. USP , 2012.	Avaliar o risco de quedas em idosos.	Estudo analítico transversal com abordagem quantitativa	O estudo mostra prevalência de mulheres na faixa etária de 60 a 69 anos, também a incidência maior de casados e nível de escolaridade de 3 anos, e a prevalência da renda mensal de até três salários mínimos. A maioria se considera independente nas atividades básicas, porem 41% apresentou dependência nas atividades instrumentais.
Nº. 03	UCHOA, V. S. et al. Fatores Associados a Sintomas Depressivos e Capacidade Funcional em Idosos. Cogitare enfermagem , 2019	Identificar a prevalência e fatores associados a sintomas depressivos e capacidade funcional em idosos	Estudo analítico, de corte transversal, com abordagem quantitativa	Quanto ao perfil sócio demográfico da população estudada, a análise se mostrou semelhante às tendências observadas em estudos epidemiológicos (10,15): predomínio do sexo feminino (74%), faixa etária entre 60 a 69 anos (57%), estado civil casado (42%), nível de escolaridade básico com até 3 anos de estudo (60%) e renda familiar mensal até 3 salários mínimos (60%). Quanto à condição de saúde, as avaliações mostraram que (67%) dos entrevistados consideraram a sua saúde regular ou ruim, (78%) afirmaram não praticar exercício físico e (72%) relataram não participar de grupos de convivência. A prevalência de sintomatologia depressiva foi estimada em 22% da amostra e a maioria dos idosos entrevistados 82 (82%) foi considerada independente para a realização de atividades básicas da vida diária, apenas sete (7%) referiram dependência em realizar uma das atividades e um (1%) dependente em duas atividades. No entanto, uma parcela expressiva apresentou dependência nas atividades instrumentais da vida diária, 41 (41%) relataram dependência parcial e cinco (5%) dependência total.

Nº. 04	CAIRES, S. S. S. et al. Fatores Associados a incapacidade funcional em idosos residentes em comunidade. Revista Brasileira Ciências Saúde , 2019.	Analisar a prevalência e fatores associados a incapacidade funcional em idosos residentes em comunidades	Estudo epidemiológico transversal	O estudo identificou que a incapacidade funcional associada as variáveis de sexo, idade, escolaridade, estado civil, sendo maior para o sexo feminino, também se verificou quanto menor o grau de instrução maior a dependência funcional não percebeu se relação de incapacidade funcional e consumo de álcool.
Nº. 05	SILVA, P. D. Influência de exercícios físicos no cotidiano dos Idosos e na percepção quanto ao bem-estar social. Pesquisas Práticas Psicossociais , 2018.	Analisar o impacto de um programa de promoção de saúde física e psicológica na autonomia e na melhoria da qualidade de vida dos idosos participantes.	Recorte de pesquisa multidisciplinar com proposta interventiva	O estudo cita o ambiente da academia como um local de compensação onde os idosos falam de perdas (luto), impacto do projeto em suas vidas, resignificação do que é envelhecer. Torna se visível no estudo a inserção do idoso no meio em que está inserido, projeto favorece ao idoso com aumento da esperança e sensação de pertencimento.
Nº. 06	OLIVEIRA, M. R. et al. Mudança de modelo assistencial de cuidado ao idoso na saúde suplementar identificação de seus pontos chaves e obstáculos para implementação. Physis Rio de Janeiro , 2016.	A promoção e prevenção da saúde de modo a evitar a sobrecarga de sistema de saúde.	Artigo de opinião.	O estudo se propõem a uma análise do cenário da saúde no Brasil partindo da ideia do envelhecimento da população brasileira e apresenta os pilares da proposta para cuidado ao idoso na saúde suplementar elencando questões imprescindíveis para o funcionamento de modelo posteriormente citado os obstáculos e apesar de tudo sugere que as mudanças devem ser implementadas o mais breve possível salientando que a nova política deve valorizar o envelhecimento saudável, prevenção de doenças melhoria na capacidade funcional e lembra a necessidade do planejamento sistemático das ações de saúde.
Nº. 07	ALBERTE, J. S. P.; RUSCALLEDA, R. M. I.; GUARIENTO, M. E. Qualidade de vida e variáveis associadas ao envelhecimento patológico. Revista Sociedade Brasileira Clínicas Médicas , 2015.	Analisar a qualidade de vida e variáveis associadas ao envelhecimento patológico.	Estudo transversal de abordagem quantitativa.	O estudo revela predominância de mulheres e a diferenciação entre aqueles que residem sozinhos ou com familiares, além da importância dos rendimentos diminuídos dos idosos e a necessidade recorrente de dependerem de recursos financeiros de familiares e a relação entre melhores condições financeiras associadas a melhor qualidade de vida, assim como esta mesma relação com o grau de estudo e a qualidade de vida. Além destes fatores também é citado o envelhecimento patológico devido ao consumo de diversos medicamentos, e a maior exposição das mulheres a riscos físicos e mentais, e homens que apresentam qualidade de vida subjetiva.

TABELA 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Aos nos aprofundarmos do tema proposto, na leitura aprofundada dos artigos, se entendeu que um dos fatores de risco que afeta o envelhecimento saudável é o perigo de ocorrência de quedas, sendo um elemento frequente na vida dos idosos. Já se sabe que as quedas estão muito relacionadas ao fator idade, sendo que além disso, em torno de 60% dos idosos que caem possuem algum distúrbio relacionado a visão. Além destes, outro fator que chama atenção por ocasionar aproximadamente um terço das quedas em idosos, são os problemas osteomusculares (SILVA; REZENDE; CALABRIA, 2019).

Dados estes que demonstram a relevância de tal risco na vida da população idosa, trazendo à tona as quedas dentro do próprio domicílio, relacionado a desníveis e escadas, com maior incidência de ocorrências de mulheres, entendendo assim que estes episódios estão atrelados a rotina diária de atividades do lar (SILVA; REZENDE; CALABRIA, 2019).

Seguindo sobre a prevalência de ocorrências de quedas no próprio domicílio entre os relatos o seguinte autor nos traz dados que corroboram com a informação já apresentada. “Os locais mais frequentes de ocorrência de quedas assemelham-se com alguns estudos^(6,11), onde as quedas ocorreram principalmente perto do domicílio, no quintal, dormitório, banheiro e cozinha (...)” (PINHO, et. al. 2012), como não há um local específico para ocorrências de quedas dentro do domicílio é possível inferir que todo idoso é suscetível a queda independente de sua condição de saúde, e conforme cita o autor a queda é uma combinação de fatores.

No que diz respeito aos fatores que ocasionaram as quedas, os extrínsecos tiveram uma maior incidência quando comparados aos fatores intrínsecos. Esses dados corroboram com a pesquisa⁽⁶⁾ que mostrou serem os fatores extrínsecos os mais prevalentes nas quedas em idosos (PINHO, et. al 2012, p.).

Outro fator importante que se pode relacionar como risco ao envelhecimento saudável, e a depressão. Da mesma forma que os riscos de quedas atinge mais a população de mulheres idosas, a depressão também se apresenta mais nesse gênero. Somando-se a isso, há um forte relato, por parte deles sobre se considerarem clinicamente debilitados, e associando-se a isso o fato de em sua grande maioria, aproximadamente 80% não realizarem qualquer atividade de socialização, como também não há relatos da prática da atividade física, pois já sabemos que ambas são consideradas relevantes na prevenção da depressão na velhice (UCHOA, et al., 2019).

Fator que afeta os idosos a perda da capacidade funcional e como nos relata CAIRES “No presente estudo verificou-se que a prevalência de incapacidade funcional para as atividades instrumentais da vida diária é maior em idosos longevos (≥ 80 anos)(..) (CAIRES, et. al.2019) nesse grupo mais longo essa perda esta mais ligada ao processo natural de envelhecimento.

Ainda analisando a perda da capacidade funcional o autor traz dados com relação ao sexo dos indivíduos pesquisando mostrando a prevalência das mulheres como cita CAIRES”

“Todavia, as mulheres possuem maior número de doenças não-fatais que estão diretamente relacionadas à capacidade funcional, bem como ao surgimento de osteoporose, osteoartrite e depressão, por exemplo¹⁶. Salienta-se que, o contexto ambiental no qual as idosas vivem influencia na prevalência de dependência funcional, pois geralmente estão incumbidas com atividades domésticas e com mínima participação de exercícios físicos e atividades de lazer. Por outro lado, os homens estão mais envolvidos com as práticas de esportes, exercícios de força e lazer, sendo mais ativos e tendo menor prevalência de incapacidade funcional.” (CAIRES, et. al.2019, p.426)

Podemos manter essa afirmação, através de um estudo que relata a experiência dos idosos no ambiente de uma academia, local que além da atividade física se torna um ambiente acolhedor e de socialização, proporcionando a eles uma ressignificação do que é envelhecer com novas perspectivas para suas rotinas e trazendo esperanças de vida (SILVA, et al., 2018)

Nessa perspectiva, ainda se pode associar a perda da capacidade funcional a classe social e renda mensal, conforme explica o autor.

Ainda podemos associar questões de gênero (sexo) e grau de instrução como influência direta na questão cognitiva, juntamente ao uso de álcool podendo levar a perda da capacidade funcional, conseqüentemente a educação continua como foco para o melhoramento da qualidade de vida nos idosos (OLIVEIRA, et al., 2016).

Pensando além de fatores físicos, podemos ampliar a nossa visão e olhar o idoso na sua integralidade, e dentro desta perspectiva, se pode trazer a discussão sobre o sistema de saúde a população idosa. Há necessidade de um novo modelo de saúde onde se possa atender as necessidades específicas da saúde do idoso, com foco preventivo, em busca de um envelhecer saudável, se pensando em critérios de melhorias para sua capacidade funciona, de maneira planejada, ordenada e sistemática de ações de promoção a saúde do idoso (OLIVEIRA, et al., 2016).

A maneira como o idoso vive, seu cotidiano, reflete muito diretamente sobre seu envelhecimento, o fato de morar só associado com seus recursos financeiros restritos, necessitando de certa forma de auxílio de familiares para sobrevivência, age diretamente na qualidade de vida nessa fase da vida. Novamente vindo à tona a questão de gênero, onde a mulher mais uma vez se caracteriza como mais prejudicada em níveis de escolaridade e conseqüentemente menores recursos financeiros. Há também uma associação ao envelhecimento patológico ao gênero feminino por estarem mais expostas a risco físico e mentais e o alto consumo de medicamentos (ALBERTE; RUSCALLEDA; GUARIENTO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término desta revisão, dentro dos critérios elencados na metodologia foi possível concluir que os fatores que influenciam no envelhecimento saudável não podem ficar restritos aos expostos neste artigo, porém, os fatores citados foram os de maior relevância na pesquisa.

Também, foi possível apontar que os fatores que influenciam o envelhecimento saudável, estão os riscos para quedas e os problemas de trato psicológico são os que mais sofrem influência negativa na senescência. Ocasionando malefícios físicos e mentais, bem como questões relacionadas a baixa escolaridade, poder aquisitivo baixo, tem participação decisiva na qualidade de vida do idoso e conseqüentemente no envelhecimento saudável.

Outro fator de percepção é a prevalência do gênero feminino associado aos riscos de um envelhecer patológico. Porém, podemos associar a interação social e a atividade física como fatores que influencia positivamente a senescência e se junto a isso pudermos prestar a população idosa um atendimento de saúde integral, eficaz, de qualidade, com profissionais qualificados, dentro de uma infraestrutura adequada ao idoso para a vida cotidiana em sociedade.

Com isso, fazendo menção a pergunta que norteou nossa pesquisa: quais fatores de riscos podem dificultar o envelhecimento saudável? Percebemos que não foi possível abranger na totalidade todos os fatores de risco, tendo a oportunidade para novos estudos darem maior destaque a questões a influência do sedentarismo ou ainda o combate a depressão na busca pela senescência

REFERÊNCIAS

ALBERTE, J. S. P.; RUSCALLEDA, R. M. I.; GUARIENTO, M. E. Qualidade de vida e variáveis associadas ao envelhecimento patológico. *Revista Sociedade Brasileira Clínicas Médicas*; 13(1) abr. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1122662>. Acesso em :24 novembro de 2020.

BERQUO, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 11-15, Mar. 2006 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100001&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 novembro de 2020.

_____, E. CAVENAGUI, S., Fecundidade em declínio, breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. Trabalho apresentado na International Conference da International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), em Tours, França, São Paulo, Revista Novos Estudos, Cebrap, 2006

CAIRES, S. S. S. et al. Fatores Associados a incapacidade funcional em idosos residentes em comunidade. *Revista Brasileira Ciências Saúde*; 23(4): 421-428, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1055951>. Acesso em: 24 novembro de 2020.

BRASIL. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acessado em: outubro de 2020.

BRASIL. Projeto de Lei 5383 de 03 de outubro de 2019. Brasília, DF. Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Constituição e Justiça e de Cidadania, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2223942>. Acessado em: 24 novembro de 2020.

FELIX Jorgemar Soares, Economia da Longevidade - o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.1-17. 2009. Disponível em: <http://tede2.pucsp.br/handle/handle/9389>. Acessado em 30/11/2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, v.17, n.4, p.758-764, 2008. Acesso em 02 mar.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 24 novembro de 2020.

OLIVEIRA, M. R. et al. Mudança de modelo assistencial de cuidado ao idoso na saúde suplementar identificação de seus pontos chaves e obstáculos para implementação. *Physis Rio Janeiro*; 26(4): 1383-1394, Out. - Dez. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-842073>. Acesso em :24 novembro de 2020

OPAS, Site da OPAS.2018. Organização Pan-americana da Saúde. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5661:folha-informativa-envelhecimento-e-saude&Itemid=820 Acesso em:30/11/2020.

PINHO, T. A. M. et al. Avaliação do risco de quedas em idosos atendidos em Unidade Básica de Saúde. *Rev. Esc. Enferm. USP*; 46(2): 320-7, abril 2012 Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-22576534>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

SILVA, P. D. Influência de exercícios físicos no cotidiano dos Idosos e na percepção quanto ao bem-estar social. *Pesquisas Práticas Psicossociais*; 13(2): 1-13, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-976347>. Acesso em: 24 novembro de 2020

SILVA, É. O.; REZENDE, A. A. A.; CALÁBRIA, L. K. Aspectos socioeconômicos e eventos de queda entre idosos atendidos no sistema público de saúde. *Revista brasileira promoção saúde*; v. 32: 1-9, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1097290>. Acesso em :24 novembro de 2020.

UCHOA, V. S. et al. Fatores Associados a Sintomas Depressivos e Capacidade Funcional em Idosos. *Cogitar enfermagem*, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-105595>. Acesso em :24 novembro de 2020.

MARIANNE SOUSA BARBOSA: Possui graduação em Filosofia, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010), em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (2019) e em Pedagogia (Claretiano – 2022). Possui especialização em Filosofia (Estácio – 2014) e em Educação de Jovens e Adultos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – 2022). Obteve seu Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012) e Doutorado no mesmo Programa de Pós-graduação em 2020.

Atuou como professora de Sociologia e Filosofia na UEPB, UFCG, IFPB, em cursos de graduação e pós-graduação, orientando diversos trabalhos acadêmicos durante sua atuação docente. É coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sobre Subjetividades”, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo pesquisas, publicações e orientações na área da Filosofia e Sociologia. Atualmente, desempenha atividade docente no Ensino Básico (SEE-PB) e Superior (UEPB/CAPES), possui vasta experiência em formação de professores, atuando como Professora Formadora do PARFOR/CAPES por diversos períodos (2012-2016 – 2023-Atual). Possui publicações científicas na área de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Educação. Faz parte do Conselho Editorial da Atena Editora, Revista Instante e IBRATES. Autora do livro “Famílias na contemporaneidade: Uma análise sociológica sobre uniões igualitárias”, publicado em 2024.

<https://orcid.org/0009-0008-5952-0410>

A

Ação educativa 59

Acción socioeducativa 68, 73, 75, 85

Acesso à justiça 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 142, 144, 147, 149, 154, 157

Adaptações curriculares 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 38

Adaptações da Geopolítica 31

Alunos 14, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 61, 64, 106, 107, 108, 110, 122

Análise econômica do direito 140

Aprendizagem 21, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 66, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 159, 160, 165, 166

B

Base econômica 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100

Bem-estar 3, 7, 9, 12, 13, 23, 24, 173, 177

C

Cérebro 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 164

Consumo de terokal 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84

D

Desenvolvimento infantil 159, 160, 161, 162, 166

Desenvolvimento sustentável 33, 40

Desigualdades regionais 1, 3

Deterioro social de los niños 67

Direitos 7, 8, 26, 27, 30, 31, 33, 117, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 153, 154, 156, 157, 177

E

Ecologia 40, 54

Economia ambiental 40, 43, 53

Economía regional 88

Economías alternativas 179

Educação 13, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 45, 46, 55, 56, 58, 59, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 121, 122, 125, 133, 163, 167, 175, 178

Educação em saúde 56, 59

Empreendedorismo 61, 64

Empresa Júnior 61, 62, 63, 65, 66
 Ensino médio 31, 32, 33, 37, 38
 Escolas municipais 25
 Esgotamento sanitário 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10
 Extensão universitária 56
 Extrativismo 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52

F

Fake history 111, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124
 Fatores de risco 59, 160, 163, 165, 166, 168, 170, 174, 176

G

Gastronomía 179
 Geopolítica 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

I

Inclusão 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 162, 163, 164, 170

M

Mídias sociais 158, 159, 160, 161
 Mineração 40, 41, 42, 49, 50, 52, 53, 54, 55

N

Neurociência 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

O

Oportunidades laborales 88

P

Pós-verdade 111, 118, 119, 126

Q

Questão social 25, 26, 27

R

Regiones brasileñas 87, 88, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
 Reintegración social 68

S

Saúde da criança 159

Saúde do idoso 168, 170, 175

Saúde mental 12, 163, 165, 166

Senescência 168, 169, 170, 176

Sífilis congênita 56, 57, 58, 59, 60

Socialização 12, 13, 21, 23, 51, 174, 175

T

Think tank 111, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126

Tratamento de esgoto 1, 3, 8

U

Universalização 1, 8, 10

Z

Zooterapia 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 23, 24

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

